



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E
DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

ARARÁ

Povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e Isolados

Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá (AM)

Portaria Funai n.º 973, de 26 de abril de 2024

Março de 2026

Sumário

Introdução	8
Contextualização da reivindicação fundiária e antecedentes do procedimento administrativo	
9	
Resumo do processo de reconhecimento da TI Ararà (Baixo Jatapu)	10
Metodologia	13
Comentário sobre as fontes encontradas e metodologia de pesquisa documental e de campo	
15	
I – Primeira Parte	18
Dados Gerais	18
1. Informações gerais sobre a TI Ararà e seus povos.....	18
2. Histórico geral da ocupação indígena no médio rio Jatapu	22
2.1. Séculos XVII e XVIII	22
2.2. Século XIX	26
2.3. Século XX.....	29
II – Segunda Parte	33
Habitação permanente.....	33
1. Contatos, mortes e deslocamentos	33
2. Ação missionária, presença militar e os grandes projetos no norte amazônico	52
2.1. Aliança missionário-militar e o deslocamento da população indígena.....	52
2.2. A criação do “vazio demográfico” e os grandes projetos na “Calha Norte”	60
3. Marco Temporal, esbulho territorial e a continuidade do vínculo com o território	65
4. Critérios tradicionais da ocupação territorial	71
III – Terceira Parte	79
Atividades produtivas	79
1. Descrição das atividades produtivas tradicionais e sua relação com o território ocupado	
79	
1.1. Tipos de ambiente e seus habitantes	80
2. Atividades produtivas.....	86
2.1. Caça e pesca.....	88
2.2. Extrativismo e produção agrícola	97
2.3. Turismo de Base Comunitária (Pesca Esportiva)	107
IV – Quarta Parte	110
Meio ambiente.....	110
1. Notas sobre a metodologia empregada	110
2. Caracterização ambiental da TI Ararà	111

3. Tempo e espaço na perspectiva indígena no Jatapu: aspectos cosmológicos da interação com o ambiente	115
4. Ocupação atual e áreas indispensáveis às atividades produtivas no território	120
4.1. Zonas de caça, pesca, coleta e áreas de reservas de recursos	120
4.2. Roçados, aldeias e outras moradas	128
4.3. Áreas com presença de povos indígenas em isolamento voluntário na TI Ararà	137
5. Impactos e ameaças à integridade socioambiental do território: invasões, desmatamento e grandes projetos.....	143
5.1. Mineração	144
5.2. Desmatamento	154
5.3. Potencial Hidrelétrico	157
5.4. Petróleo e gás	159
V – Quinta Parte.....	161
Reprodução física e cultural.....	161
1. Dados sobre natalidade e mortalidade	161
2. Reprodução física e cultural: toponímias, aldeias antigas e áreas imprescindíveis	171
VI – Sexta Parte	183
Levantamento fundiário	183
1. Levantamento fundiário	183
1.1 Metodologia.....	184
1.2. Breve histórico do processo de colonização.....	187
2. Levantamento Fundiário de Gabinete	189
2.1 Levantamento a partir do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.....	189
2.2 Cadastro Ambiental Rural	192
2.3 Localização e confrontantes da proposta TI Ararà	197
3. Levantamento fundiário em campo.....	199
3.1 Pesquisa cartorial	204
3.2 Notificação / citação de ocupantes não indígenas	209
4 . Síntese fundiária da área em estudo	211
5. Conclusão	214
5.1 Exploração de minério de ferro no igarapé Oriente.....	216
5.2 Mineração de calcário Nassau/Itautinga	217
5.3 Turismo de pesca esportiva ilegal.....	217
VII – Sétima Parte.....	219
Conclusão e delimitação	219
1. Conclusão.....	219
1.1. Os povos em isolamento voluntário e a proteção da terra.....	224
2. Delimitação da Terra Indígena Ararà.....	226

2.1. Memorial descritivo.....	230
Referências Bibliográficas.....	235
ANEXOS.....	239
Anexo I – Carta de nuência dos limites da TI Ararà.....	239
Anexo II - Mapa dos anos 2000.....	244
Anexo III – Cadernos de fotos.....	245

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Terras Indígenas dos povos Karib do completo tarumã-parukwoto.....	23
Tabela 2 - Espécies animais comumente caçadas. Elaborado por Luciano Pohl.....	93
Tabela 3 - Lista de quelônios, respectivos ambientes de ocorrência, nome na língua indígena e nome científico. * Obs.: R: rio; I: igarapé; e L: lago. Elaborado por Pohl, 2023.	95
Tabela 4 - Tipos de ambientes associados aos corpos d'água.....	96
Tabela 5 - Lista de peixes, nome na língua indígena, melhor época de captura e ambientes de ocorrência.....	97
Tabela 6 - Divisão do trabalho entre homens e mulheres.....	102
Tabela 7 - Variedades cultivadas, nome na língua indígena e locais de cultivo.....	104
Tabela 8 - Terras Indígenas e Unidades de Conservação lindeiras da TI Ararà. Elaborado por Lilian Parra.....	115
Tabela 9 - Processos minerários na TI Ararà (ANM, 2026).....	148
Tabela 10 - População total por ano residente nas aldeias Kumunyarà e Kahxe. Dados de 2007 a 2023 são do Polo Base de Uruará. Dados de 2025 são de levantamentos das Associações Aymara e APITA.	165
Tabela 11 - População por aldeia residente em cidade em 2025. Dados das Associações Aymara e APITA.	165
Tabela 12 - Nascimentos 2007-2025.....	166
Tabela 13 - Óbitos 2007-2025.....	167
Tabela 14 - Quadro de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2007 e 2025.	168
Tabela 15 - Igarapés identificados ao longo do Jatapu. Elaborada por Parra, 2023.....	173
Tabela 16 - Aldeias antigas e pontos de paisagem importantes dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana (adaptado de CTI 2017).....	176
Tabela 17 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete.....	187
Tabela 18 - Glebas sobrepostas à proposta de estudo TI Ararà.....	190
Tabela 19 Relação de CAR sobrepostos à proposta da TI Ararà. SICAR/MGI.....	196
Tabela 20 - Caracterização das ocupações não indígenas localizadas na área em estudo.....	204
Tabela 21 - Relação de imóveis e ocupantes não indígenas sobrepostos à proposta de delimitação da TI Ararà.....	206
Tabela 22 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação e registro de ocorrência.....	211
Tabela 23 - Coordenadas de Delimitação da TI Ararà.....	234

Índice de Figuras

Figura 1 - Indígena “Caripuna” do alto rio Jatapu retratado por Alexandre Rodrigues Ferreira (Ferreira 1971)	27
Figura 2 - Mapa elaborado por Joaquim Lisboa situando o povoado da antiga missão do Jatapu (adaptado de Lisboa 1869).....	30
Figura 3 Histórico dos grupos contatados pelas expedições Waiwai entre 1950 e 1980.....	56
Figura 4 Croqui de aldeia tradicional tarumã-parukoto. Meggers 1977.....	76
Figura 5 - Classificação de ambientes aquáticos.	86
Figura 6 Classificação de ambientes terrestres e as espécies vegetais que os habitam.	87
Figura 7 - Mosaico de Terras Indígenas e Unidades de conservação no entorno da TI Ararà ..	117
Figura 8 - Calendário econômico-ecológico tarumã-parukoto (Queiroz 2004: 147).....	121
Figura 9 - Calendário de manejo e atividades produtivas da TI Ararà	122
Figura 10 - Etnomapa produzido na aldeia Kumunyarà	125
Figura 11 - Etnomapa produzido na aldeia Kahxe.....	126
Figura 12 - Imagens de satélite das aldeias Kahxe e Kumunyarà.....	132
Figura 13 - Diagrama concêntrico de uso e ocupação	136
Figura 14 - Espaços agrícolas sobre imagem de satélite - aldeia Kahxe. Elaborado por Lilian Parra.	138
Figura 15 - Espaços agrícolas sobre imagem de satélite – aldeia Kumunyarà. Elaborado por Lilian Parra.....	139
Figura 16 - Imagem de satélite da mina de ferro no igarapé Oriente.....	148
Figura 17 - Imagem de satélite da mineração de calcário próxima ao rio Capucapu	148
Figura 18 - Gráfico de área desmatada no município de Urucará entre os anos de 2008 e 2024.	158
Figura 19 - Cartograma desmatamento e mineração em Urucará até 2019.	159
Figura 20 - População total geral por aldeia, incluindo residentes na cidade em 2025.	167
Figura 21 - Gráfico de nascimentos e mortes totais por ano.....	168
Figura 22 - Gráfico de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2007 e 2025.	170
Figura 23 - Gráfico em barras de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2018 e 2025.....	170
Figura 24 - Pirâmide etária da população residente nas aldeias Kumunyarà e Kahxe em janeiro de 2023	171
Figura 25 - Pirâmide etária da aldeia Kumunyarà em janeiro de 2023.....	172
Figura 26 - Pirâmide etária da aldeia Kahxe em janeiro de 2023	173
Figura 27 - Mapas mentais dos igarapés e toponímias ao longo do rio Jatapu na TI Ararà	177

Índice de Fotos

Foto 1 Joana Kamyara em Kumunyàrà, 2015.....	40
Foto 2 José Yeriyeri na aldeia Kahxe, 2020.	44
Foto 3 Maria Karara na aldeia Kahxe em 2015.	46
Foto 4 Lápide do antigo cemitério do sub-posto em Kahxe, onde estão enterrados 13 indígenas Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.....	52
Foto 5 - Militares da FAB posam com a liderança de Kanxen, Yakutá, no escopo da “Operação Mapuera”.....	58
Foto 6 - Desmond Derbyshire, missionário do SIL, reunido com lideranças Hixkaryana no final dos anos 1950.....	59
Foto 7 Vila operária instalada pela Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira, no rio Trombetas.	65
Foto 8 - Oficina de etnomapeamento na aldeia Kahxe.	90
Foto 9 - Oficina de etnomapeamento na aldeia Kumunyàrà.....	91
Foto 10 - Diferentes pontas de flechas.....	93
Foto 11 - Maria Carara Esese com seu artesanato.	101
Foto 12 - Imagem aérea de parte da aldeia Kumunyàrà	132
Foto 13 - Imagem aérea da aldeia Kahxe.....	133
Foto 14 - Ponto de apoio à proteção de isolados Kukurunkomo	134
Foto 15 - Base de vigilância Makawari	134
Foto 16 - Coleta de bambu para flautas no igarapé Jamari.....	184

Índice de Mapas

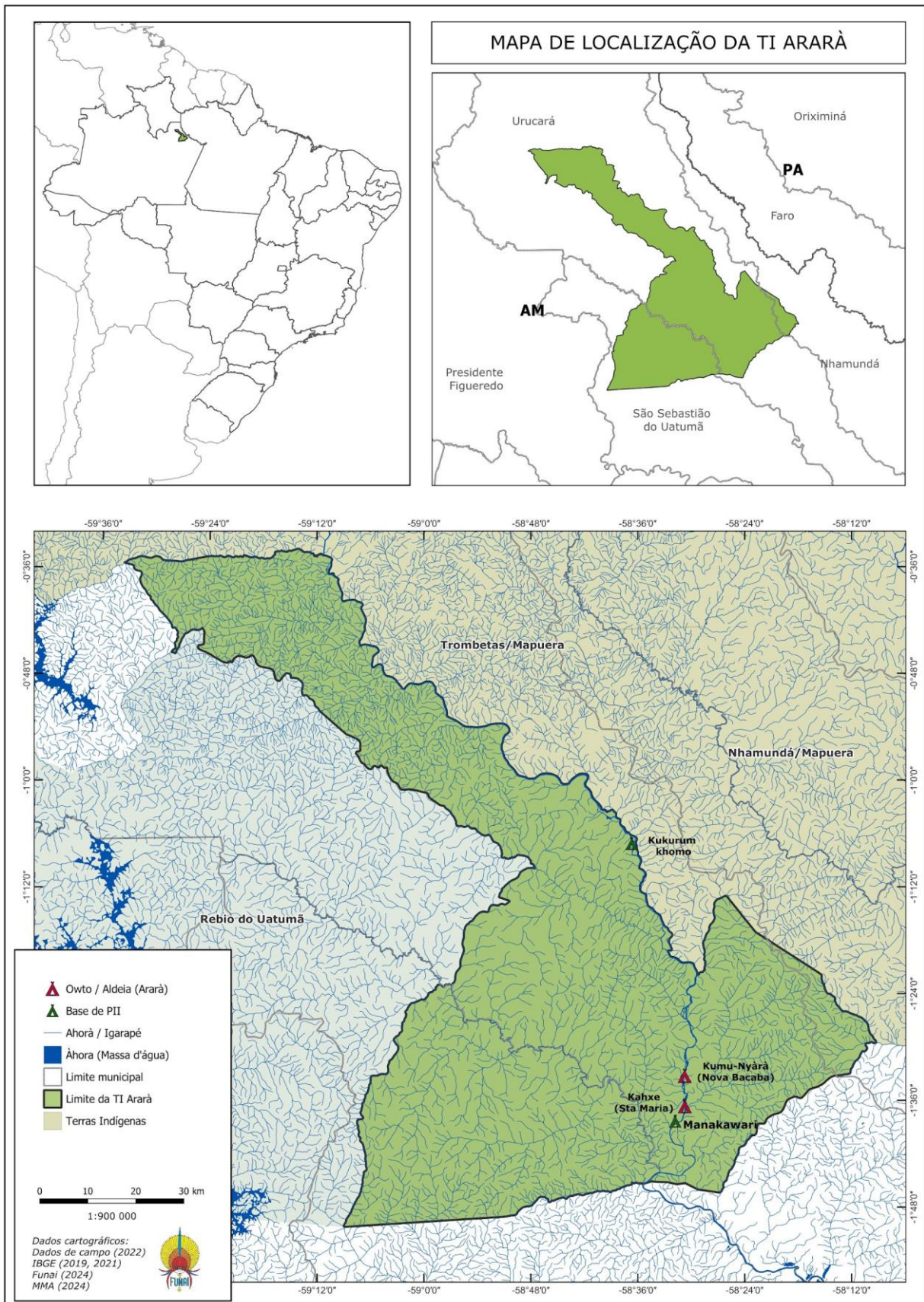
Mapa 1 - Localização da Terra Indígena Ararà	9
Mapa 2 Ocupação atual e histórica dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana no interflúvio Jatapu-Nhamundá.....	40
Mapa 3 - Vegetação da TI Ararà.....	114
Mapa 4 - Coleta vegetal, de rochas e solo na TI Ararà	126
Mapa 5 - Áreas de caça na TI Ararà	127
Mapa 6 - Locais de pesca e coleta de animais na TI Ararà.....	128
Mapa 7 - Ocorrência de vestígios de povos indígenas isolados.....	143
Mapa 8 - Pressões e ameaças sobre TI Ararà.....	145
Mapa 9 - Processos minerários incidentes na TI Ararà	155
Mapa 10 - Glebas sobrepostas à TI Ararà.....	193
Mapa 11 - CAR sobreposto à TI Ararà.....	198
Mapa 12 - Áreas de conservação e Terras Indígenas no entorno da TI Ararà.....	200
Mapa 13 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo na proposta de delimitação da TI Ararà	204
Mapa 14 - Panorama fundiário da região da proposta da Terra Indígena Ararà.....	215
Mapa 15 - Delimitação da TI Ararà.....	231

Lista de abreviaturas

ANA	Agência Nacional das Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível
APA	Área de Proteção Ambiental
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
BDG	Banco de Dados Geográficos
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBE	Companhia Brasileira de Equipamento
CGE	Centrais Geradoras de Energia
CGIIRC	Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Trânsito
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
DPT	Diretoria de Proteção Territorial (FUNAI)
DR	Delegacia Regional (FUNAI)
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DGEP	Departamento Geral de Estudos e Pesquisas (FUNAI)
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ESA	<i>European Spatial Agency</i>
FAB	Força Aérea Brasileira
FPE	Frente de Proteção Etnoambiental
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
ISA	Instituto Socioambiental
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PWA	Programa Waimiri-Atroari
PIN (SPI)	Posto Indígena
PIA (SPI)	Posto Indígena de Atração
PI (FUNAI)	Posto Indígena
PIN	Programa de Integração Nacional
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
POLAMAZÔNIA	Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

RDS	Reserva de desenvolvimento Sustentável
Rebio	Reserva Biológica
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIDERAMA	Companhia Siderúrgica da Amazônia
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SIL	<i>Summer Institute of Linguistics</i>
SNCI	Sistema Nacional de Cadastro Imobiliário
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
TR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UFM	<i>Unevangelized Fields Mission</i>
UHE	Usina Hidrelétrica
USGS	<i>United States Geological Survey</i>
UTM	Universal Transversa de Mercator
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Mapa 1 - Localização da Terra Indígena Ararà





Introdução

A Terra Indígena Ararà, antes conhecida como “Baixo Jatapu”, possui 727.054,00 ha e localiza-se entre a Terra Indígena Trombetas / Mapuera e a REBIO Uatumã, nos municípios de Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá, no Estado do Amazonas. A área situa-se às margens do Rio Jatapu e é habitada por 169 (2025) pessoas dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, além de povos indígenas em isolamento voluntário. Esses povos do Rio Jatapu fazem parte do grande complexo de grupos da família linguística karib denominado Tarumã-Parukoto, que se estende pelos rios Trombetas, Turuni, Mapuera, Nhamundá e Jatapu na região da fronteira norte do Brasil. Atualmente, a população residente na Terra Indígena Ararà está distribuída em duas aldeias: *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumunyàrà* (Nova Bacaba), todas no rio Jatapu.

A história desses povos no século XX é marcada por grandes perdas populacionais, territoriais e transferências estimuladas por diferentes agentes para aldeias distantes, de outros povos. Na década de 1950, ocorreram transferências para a missão *Kanaxen*, na Guiana, por missionários evangélicos norte-americanos, e para a aldeia *Kassawá*, no Rio Nhamundá, no Brasil, por uma aliança da Força Área Brasileira, em nome da defesa nacional, com missionários católicos brasileiros e evangélicos norte-americanos com objetivo de “integração” e “aculturação” indígena. As décadas de 1960 e 1970, com os grandes projetos de ocupação econômica implementados na denominada “Calha Norte” do Rio Amazonas pela ditadura militar, acompanhados da exploração mineral na região, foram marcadas pela atuação do SPI e posteriormente da FUNAI para impedir a permanência dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana no Rio Jatapu. O Posto Jatapu foi extinto em 1977 e seus moradores pressionados para que vivessem em distantes aldeias do rio Nhamundá, principalmente na aldeia *Kassawá*, e não mais retornassem para o Jatapu. Apesar do esvaziamento temporário da população indígena na região, dividida entre os que foram estimulados a se transferir e os que permaneceram

isolados até hoje, os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana nunca abandonaram seu território no Jatapu, caracterizando uma habitação permanente, como será visto em maiores detalhes neste relatório.

O grupo técnico que produziu o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Ararà foi instituído pela Portaria FUNAI nº 973, de 26 de abril 2024, sendo composto por Victor Alcantara e Silva, Antropólogo-Coordenador, Luciano Pohl, Ambientalista, e Lilian Bulbarelli Parra, Cartógrafa.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Ararà (Baixo Jatapu) segue as diretrizes estabelecidas pelo artigo 231 da Constituição Federal, pelo Decreto nº 1.775/1996, pelas Portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011 e pela Lei nº 14.701/2023.

Contextualização da reivindicação fundiária e antecedentes do procedimento administrativo

A Terra Indígena Ararà é reivindicada formalmente por estes povos ao Estado brasileiro desde 2001. No entanto, a atuação estatal na região começou ainda em 1942, com a criação de um Posto Indígena de Atração que concentrou diversas aldeias Xowyana e Okomoyana. Em 1962 ocorre outro contato na região, quando os Kararayana são capturados e também levados ao PIA. No entanto, ao longo das décadas de 40, 50, 60 nada foi feito pela regularização fundiária no Jatapu. Já sob a FUNAI, nos anos 1970, os povos indígenas do Jatapu foram coagidos a deixar suas habitações permanentes ali, no momento em que o interesse minerário e hidrelétrico, patrocinado pela Ditadura Militar, crescia na região. O agora Posto Indígena Jatapu foi abandonado no início dos anos 70 e formalmente extinto em 1976, enquanto os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana eram pressionados a estabelecer morada fixa no PIA Nhamundá.

Na conclusão dos estudos da TI Nhamundá-Mapuera, em 1981, o Jatapu já era reconhecido como território tradicional de grupos que naquele momento viviam no entorno do posto indígena em Kassawá, no rio Nhamundá, com recomendação para que fosse estudado e delimitado futuramente. Nos processos da FUNAI, essa Terra Indígena ficou registrada como “Baixo Rio Jatapu”, ou “Baixo Jatapu”, até o início dos estudos deste GT, quando os povos indígenas decidiram reassumir o nome através da qual a região era conhecida pelos antigos: Ararà. Este é o nome de um pequeno peixe que vive nas corredeiras pedrosas do rio. Tal peixinho, abundante no Jatapu, nomeava o rio e, por

consequência, servia de referência à toda a região habitada e utilizada do rio Jatapu e seus afluentes, onde esses povos mantinham diversas aldeias.

Também nos documentos da FUNAI, recorrentemente os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana são referidos em conjunto como Hixkaryana. É fundamental indicar que este é apenas um dos nomes que tais povos assumem contextualmente na relação com o Estado e regionalmente com a população não-indígena. No período do contato oficial com o SPI, a partir de 1942, havia uma diversidade de nomes que foram sendo gradualmente obliterados na relação com agentes do Estado e missionários, quando estes povos foram forçosamente removidos de seus territórios e mantidos no rio Nhamundá, evangelizados e alfabetizados em outra língua, sendo submetidos a uma lógica reducionista que contrasta com as redes de relações características da conformação desses povos. Ao longo de décadas, portanto, os Okoymoyana Xowyana e Kararayana foram obrigados a assumir um território que não era o seu, um nome que não era o seu, uma língua que não era a sua, sendo submetidos a uma lógica identitária moderna que fez coincidir etnônimo, território, língua de maneira entitória. Tornaram-se Hixkaryana ao terem que viver no território hixkaryana do rio Nhamundá, falar a língua hixkaryana grafada pelos missionários, se relacionar com políticas públicas através de lideranças hixkaryana. Esse tipo de fenômeno ocorreu em toda a região de habitação tradicional dos variados povos que ficaram conhecidos como Waiwai, Hixkaryana, Katxuyana, Tiriyo, onde a atuação missionária, de militares e dos órgãos indigenistas oficiais atuaram agrupando dezenas de povos que se reconhecem diferentes entre si dando-lhes um só nome, lhes ensinando uma só língua e reduzindo seus territórios.

O retorno gradual aos territórios tradicionais com a reabertura de aldeias em locais de antigas moradas em todo este território tradicional, chamado hoje de Wayamu pelo coletivo de povos das TIs Arará, Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera, Waiwai, Katxuyana-Tunayana, começou a reverter o apagamento da diversidade dos povos karib da região. Junto com a afirmação de um território próprio, reivindicado desde 2001, esses povos restituíram a diversidade de seus nomes, cuja existência no tempo se fundamenta em uma imbricação com os lugares nomeados, com as relações traçadas e acontecimentos que os nomeiam, que em conjunto dão forma ao território tradicional.

Resumo do processo de reconhecimento da TI Arará (Baixo Jatapu)

Retornar em segurança ao território foi a vontade expressa pelos povos do Jatapu na primeira demanda formal que fizeram para a identificação e delimitação da TI Arará (“Baixo Jatapu”) à FUNAI, ainda em 2001, encaminhada à Administração Regional de Manaus (MEMO N° 70/DFU/AER/MAO¹). Motivados pelo processo de reconhecimento da TI Trombetas-Mapuera, pediam que fosse incluída nesta Terra Indígena esta porção do território tradicional dos povos Hixkaryana, como passaram ser chamados pelos agentes de Estado os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Jatapu enquanto viviam no rio Nhamundá. Indicavam que nesta área haviam vivido próximo ao posto do SPI e que no local havia um pomar plantado por eles, além de um cemitério com 12 parentes seus enterrados.

Somente em 2003, portanto depois da delimitação da TI Trombetas-Mapuera, a FUNAI responde (OFÍCIO N°347/DAF/03) afirmando ter conhecimento do pleito e que os estudos de Ruben Caixeta de Queiroz para o RCID da TI Trombetas-Mapuera continham subsídios para a abertura de um Grupo Técnico para identificar e delimitar a área solicitada. No entanto, apesar dos povos do Jatapu, agora já vivendo permanentemente em aldeias no rio Jatapu, terem novamente em 2004, 2006 e 2009 exigido a abertura do GT, a FUNAI não se manifestou mais a respeito da demanda de reconhecimento territorial. Em 2011, já durante o processo de identificação e delimitação da TI Katxuyana-Tunayana, cujos estudos incluíram aldeias Hixkaryana do rio Nhamundá, os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana exigiram que eles fossem incluídos nos estudos e pudessem participar das discussões do GT e que o território tradicional do rio Jatapu fosse considerado nesta delimitação. Disseram ainda que, depois de terem conseguido retornar a seus antigos lugares, que não deixariam mais suas aldeias e propuseram os seguintes limites para a TI: Igarapés Macawari e Santa Cruz ao Sul, e Igarapé da Sorte ao Norte.

Em 2012 a FUNAI se movimentou e pediu ao ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas) informações relativas à titulação de glebas no município de Urucará (Ofício n° 017/2012 - SEMAT/CR/MAO). O território do Jatapu, no entanto, não foi considerado pelo GT nos estudos do RCID da TI Katxuyana-Tunayana, concluído no final de 2012. Diante deste fato, a CGID pediu informações à CR Manaus para que a TI Arará entrasse

¹ Todas as referências que seguem nesta parte 1.2 remetem a documentos pensados no processo da TI Arará.

em processo de qualificação (Memorando nº704 /CGID/2012). Em 2014, o técnico indigenista Luiz Ivenildo Moraes de Souza, da CR Manaus, realizou trabalho de campo nas aldeias Santa Maria e Nova Bacaba e produziu o relatório de qualificação da reivindicação, que foi submetido à CGID (Memo N° 659/2014 - SEGAT/CR/MAO). Ante ao silêncio da FUNAI, novamente os povos do Jatapu encaminharam uma reivindicação ao órgão indigenista, alegando estarem correndo riscos devido à invasões em seu território e requisitando, além da demarcação, a contratação de um CTL para atender às aldeias.

Em agosto de 2015, a FUNAI - por meio da Diretoria de Proteção Territorial (DPT) – enviou à CR Manaus um memorando (nº863 /DPT/2015) alegando que a TI Ararà não seria prioritária para demarcação, dentre outros fatores, pelo fato de já haver outra Terra Indígena já demarcada para o “povo Hixkaryana”. A própria FUNAI, que os havia retirado de suas aldeias no rio Jatapu nos anos 1970 e os forçado a viver na aldeia *Kassawá* entre os Hixkaryana ali concentrados, agora lhes negava novamente o direito ao território tradicional pelo fato de serem reconhecidos como “Hixkaryana”. Invisibilizados entre os Hixkaryana no rio Nhamundá, a FUNAI e os GTs de demarcação das TIs Trombetas-Mapuera e Katxuyana-Tunayana pouco deram atenção à reivindicação dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana e à sua especificidade étnica e territorial no rio Jatapu, como se já tivessem sido contemplados com outros territórios. Desde então, os povos do Jatapu passaram a refutar designação “Hixkaryana” que lhes foi dada pelos não-indígenas enquanto viveram no rio Nhamundá e que, durante algum tempo, era um meio de acessar direitos perante o Estado, e assumiram plenamente seus nomes de antes da transferência realizada pela FUNAI.

Em 2019, retomando o processo interno de organização para a demarcação do território, lideranças estiveram em Brasília e protocolaram na ouvidoria uma carta em que pedem esclarecimentos acerca do processo de identificação e delimitação de seu território tradicional e relembram que pleiteiam a demarcação da TI Ararà desde 2001. Relatam também o processo de remoção do território pela FUNAI nos anos 1970, o uso que continuaram fazendo das capoeiras no verão e o retorno definitivo ao território. Durante as assembleias Karib de 2021 e 2022, mais uma vez as lideranças das TIs do complexo Karib reiteraram a necessidade da delimitação da TI Ararà.

Em abril de 2024 foi editada a portaria que nomeou este GT. Em março de 2025 foi realizado um trabalho de campo e reuniões nas aldeias para validação de dados e

definição dos limites da Terra Indígena. Em julho de 2025, ocorreu a realização do trabalho de campo do GT Fundiário, que notificou os ocupantes não indígenas da área identificada pelo GT de demarcação. em 06 de janeiro de 2026 foi publicada a notificação dos ocupantes no Diário Oficial do Amazonas.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada, em um primeiro momento, através da revisão bibliográfica e documental encontrada sobre o território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana por este Grupo Técnico. Foram cotejados relatos de viagens, documentação colonial, estudo geológicos, compêndios históricos, documentos oficiais do SPI, FUNAI e de outros órgãos de Estado, RCIDs de Terras Indígenas vizinhas, além de bases cartográficas e estudos ecológicos da bacia do rio Uatumã. Muitos destes materiais foram encontrados e consultados em diversas bases de dados e acervos digitais, tais como o Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória, a Biblioteca Nacional, o Museu do Índio, a Biblioteca Brasileira, a Biblioteca Virtual do Amazonas, a Biblioteca Digital Kurt Nimuendajú, dentre outras.

Também foram consultados estudos antropológicos e etnografias recentes sobre o complexo de povos karib que habita o Norte Amazônico, bem como os Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) das TIs Nhamunda-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Katxuyana-Tunayana. Nestas Terras Indígenas, vivem diversos outros povos que fazem parte do complexo cultural “tarumã-parukoto”, que compartilham modos de vida, aspectos culturais, cosmológicos e, muitas vezes, laços de aliança e inimizade que formam extensas redes de relações (Gallois 2005). Através dessas redes os grupos se fazem e desfazem, e é também através dela que se nomeiam e são nomeados, produzindo uma teia que, ao mesmo tempo em que localiza especificamente certos grupos com certos lugares, também produz uma territorialidade que perfaz um vasto território contíguo por onde circulam e vivem estes povos. Ainda que tradicionalmente as aldeias tarumã-parukoto mantenham elevado grau de independência política no nível da aldeia estruturada em torno de relações de parentesco, a partir do contato houve o surgimento de unidades políticas maiores organizadas nos eixos dos grandes rios, no interior de Terras Indígenas Demarcadas e, mais recentemente, na união destes povos em uma unidade territorial abrangente, a União do Território Wayamu.

Como será demonstrado neste relatório, os deslocamentos forçados pelos contatos oficiais (do estado) e religiosos, transferiram muitos destes grupos para fora de seus territórios tradicionais a partir dos anos 1940 até meados de 1980. A partir daí, vários grupos empreendem tentativas árduas de retorno para seus territórios tradicionais, movimento que se acelera no início dos anos 2000. No caso dos povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana eles nunca deixaram de habitar o Jatapu, alternando sazonalmente entre a habitação no rio Nhamundá e em suas antigas aldeias. Parte desses povos já tenha retomado o território tradicional no rio Jatapu de maneira definitiva, mas um grande número de famílias ainda vive na TI Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana devido à dificuldade de assistência e a insegurança de viverem em uma área não demarcada, nutrindo o sonho de retornar ao Jatapu tão logo a TI Ararà seja reconhecida pelo Estado.

As informações e estudo documental trabalhados a partir dos textos citados foram complementadas por um conjunto de dados produzidos em trabalhos de campo que subsidiam este RCID e que comprovam a tradicionalidade e a continuidade da ocupação indígena na TI Ararà, bem como definem sua delimitação nos moldes da legislação vigente.

Em dezembro de 2015 estive nas aldeias Santa Maria e Nova Bacaba por quinze dias realizando a qualificação de informações a respeito da presença de povos isolados nas proximidades dessas aldeias. Este trabalho fazia parte do projeto “Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia”, realizado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em parceria com a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC/FUNAI) e com apoio do Fundo Amazônia/BNDES.

Na área de abrangência da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (FPE-CPM)², os principais objetivos do projeto eram compreender o histórico de ocupação dos povos do Jatapu, organizar os relatos sobre a presença de isolados e promover um diálogo entre as políticas indígenas de relação e proteção dos povos em

² A Frente de Contato Cuminapanema foi criada em decorrência do contato com o povo Zo'é, após a determinação da FUNAI pela retirada da Missão Novas Tribos do Brasil da área, no início da década de 1990. Posteriormente denominada FPE Cuminapanema, desenvolveu até 2011 trabalhos exclusivamente junto a esse povo de recente contato. A partir de 2011 teve sua área de jurisdição ampliada para todo o Norte do Pará e parte do Amapá, onde passou também a realizar ações de localização e monitoramento de registros de povos indígenas isolados.

isolamento voluntário e as políticas de Estado implementadas pela FUNAI³, visando consolidar o sistema de proteção aos povos isolados em parceria com os povos indígenas na região. Em fevereiro de 2020 estive novamente no rio Jatapu a convite das lideranças para apresentar as informações disponíveis sobre o processo de demarcação da TI Ararà, que havia sido compilado pela CGID em 2019. Nessa ocasião, foi formada a Associação Aymara com o objetivo de dar continuidade à luta pela demarcação junto ao Estado brasileiro.

Além dessas duas estadas no Jatapu, os dados deste Relatório Circunstanciado foram subsidiados por uma etapa de campo do Projeto de Estudos Etnoterritoriais, encampado pela FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) da Universidade de Brasília. A pesquisa de campo foi realizada nas aldeias *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumuñyàrà* (Nova Bacaba) entre os dias 09 de junho e 04 de julho de 2022 pelo antropólogo e ambientalista e entre os dias 21 de junho e 04 de julho do mesmo ano pela cartógrafa junto ao resto da equipe. Contando com apoio de membros da Associação Aymara, representativa dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Jatapu, a equipe, se valendo dos métodos de pesquisa etnográfica e participativos, trabalhou nas aldeias realizando entrevistas, oficinas de mapeamento territorial e ambiental, elaboração de quadros de usos de recursos, genealogias de parentesco, elaboração de histórias de vida, etc, e realizou uma assembleia final para apresentação dos dados e validação da pesquisa (cf. Anexo I). Durante a pesquisa também estivemos em *Kukurunkomo*, ponto de apoio de vigilância territorial e proteção aos povos isolados gerido pelos povos do Jatapu, bem como viajamos pelo rio Jatapu até os limites da Terra Indígena realizando o mapeamento e a coleta de pontos geográficos em aparelho GPS da localização de antigas aldeias, zonas de caça, pesca e coleta, igarapés, locais míticos, roças, etc.

A partir da portaria de 26 de abril de 2024, que instituiu o Grupo Técnico, esse conjunto de dados foi trabalhado pelos membros do GT, que produziu uma primeira versão do RCID da TI Ararà. Essa versão foi apresentada e validada pelos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana em assembleias realizadas na TI Ararà em março de 2025 (SEI nº8709012), em etapa de campo em que estiveram presentes o antropólogo-

³ Cf. https://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/programas/povos_indigenas_isolados/povos-isolados-na-amazonia/ para mais informações sobre o referido projeto.

coordenador e o ambientalista, pelo GT, o coordenador da CR Manaus, um servidor da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e uma servidora da CGID.

Comentário sobre as fontes encontradas e metodologia de pesquisa documental e de campo

Os documentos encontrados sobre a presença indígena no rio Jatapu foram algo escassos. Aliás, a literatura histórica dos rios Uatumã e Jatapu é sumária. Nas coletâneas históricas sobre o Baixo Amazonas, as referências ao rio Uatumã e Jatapu são geralmente indiretas e não há registros detalhados nem mesmo da primeira missão religiosa formada no rio Uatumã no século XVII ou da missão do rio Jatapu, já do século XVIII. De fato, estes estudos indicam que a colonização desta região se iniciou e consolidou a partir das vilas de Silves e principalmente daquela de Serpa (atual cidade de Itacoatiara), que se sustentavam através da exploração de produtos da mata, como breu, madeiras e canela e de descimentos de indígenas realizados principalmente no rio Urubu e nas margens de seus lagos, além do próprio rio Amazonas (Marajó 1895, Noronha 1768, Baena 1838, Jobim 1957). Os rios Uatumã e Jatapu permaneceram, portanto, por longo período sem serem oficialmente explorados. Apesar de ter sido percorrido em missões de demarcação de limites ainda em 1787, a colonização da região só se consolidou a partir do século XIX com a fundação das povoações de Sant'anna da Capela e de Urucará.

Apesar disso, alguns documentos fazem referência à presença dos povos indígenas que habitavam o rio Jatapu e o baixo rio Uatumã no período colonial, ainda que de maneira bastante geral e sem muitos detalhes. Como veremos abaixo, os relatos coloniais falam da presença de índios Pariquis no rio Jatapu, que em geral aparecem como inimigos dos Aruaquis, habitantes do rio Uatumã com os quais viviam em conflitos. Posteriormente, em textos de viajantes que de fato percorreram o rio Jatapu, outros nomes relacionados aos povos habitantes do rio Jatapu surgem, tais como Caripunas, Uaiuais, Orocotós, Curubianans, Uassahys, Chiparás. Destes, alguns são possíveis identificar ainda hoje, como o dos atuais Waiwai (Uaiuais e provavelmente Uassahys), Orocotós (Parukotos), Curubiananas (possivelmente os atuais Karapawyana). Outros nomes, como Caripunas e Pariquis, provavelmente foram termos de alteridade tomados dos índios e tornados termos étnicos genéricos pelos colonizadores, ora em oposição a outros povos (como aos Aruaquis), ora em oposição aos próprios colonizadores.

Nesta seção do relatório, utilizo tais documentos para traçar a continuidade da ocupação indígena na região desde o início da colonização e dos descimentos realizados por missionários no rio Jatapu, ainda no século XVII, até o início do século XX, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passa a produzir documentação mais detalhada sobre a atual população indígena do rio Jatapu. Ainda que fragmentária, a documentação cotejada permite identificar uma série de elementos que ligam o registro desses antigos habitantes com os atuais Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do rio Jatapu pelo compartilhamento de locais de moradia, etnônimos, coincidência de palavras nas línguas nativas registradas, toponímias, traços culturais, etc., que serão apontados abaixo.

Na parte II deste relatório, estão intercaladas informações obtidas por via documental, principalmente do SPI e FUNAI, com dados etnográficos produzidos em campo pela equipe do Grupo de Trabalho nas aldeias *Kahxe* e *Kumunyàrà*. A pesquisa foi realizada utilizando entrevistas livres, entrevistas semiestruturadas, elaboração de diagramas de parentesco, oficinas temáticas e a realização de uma assembleia final para a revisão e aprovação das informações registradas e dos limites da Terra Indígena. Foram realizados registros em áudio, vídeo e fotografias, bem como mantido um registro diário das atividades e reflexões em campo. As informações passadas pelos indígenas sobre o histórico de ocupação, os impactos dos contatos, a remoção do território, a reabertura de aldeias permanentes no território corre em paralelo com os dados documentais, sem que este tenha primazia sobre as vozes dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.



I – Primeira Parte

Dados Gerais

- a) **Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;**
- b) **Pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;**
- c) **Identificação das práticas de sucessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.**

1. Informações gerais sobre a TI Ararà e seus povos

Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, também conhecidos contextualmente como Hixkaryana, são habitantes tradicionais e históricos do médio curso da bacia do rio Jatapu, desde abaixo da cachoeira Santa Maria (*Kamara Kahxe*), - um marco de paisagem referência no território - até os igarapés Cidade Encantada e Cidade Velha (Carara) - território que reconhecem como ancestral. Estes povos passaram a ser conhecidos como “Hixkaryana” no início dos anos 1970, quando foram removidos pela FUNAI do Jatapu para o Posto Indígena Nhamundá, no rio homônimo. O ressurgimento de seus antigos nomes se dá no contexto de reocupação permanente do rio Jatapu a partir de 2003 e do processo de pleito pela delimitação e demarcação de seu território. Atualmente vivem em duas aldeias no rio Jatapu, *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumuyanrà* (Nova Bacaba), que totalizam aproximadamente 169 pessoas, e também nas aldeias *Kassawá*, Riozinho, Jutáí e Cupiúba no rio Nhamundá, onde somam aproximadamente mais 320 pessoas. Ainda que reiviniquem formalmente a identificação e delimitação de seu território tradicional desde 2001, somente em 2024 foi constituído Grupo Técnico para o estudo de identificação e delimitação da TI Ararà. Seu território tradicional, que se estende desde a cachoeira Santa Maria até as proximidades

do rio Novo, no rio Jatapu, nos municípios de Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá, no estado do Amazonas, encontra-se apenas em parte identificado e delimitado pelo Estado brasileiro, na porção em que este coincide com a TI Trombetas-Mapuera e TI Nhamundá-Mapuera. Todo o restante, nomeado pela FUNAI como TI “Baixo rio Jatapu”, passou em 2012 por qualificação no órgão indigenista, sem que nenhum procedimento para a constituição de um Grupo Técnico tenha sido realizado até maio de 2024, quando o GT foi instituído pela Portaria FUNAI N° 973, de 26 de abril de 2024.

Estes povos fazem parte do que Protásio Friel (1958) considera um grande complexo de grupos Karíb, denominado por ele como Parukotó-Charumã. Informado por longas pesquisas de campo, Friel delimitou cinco grupos Karib com base nas proximidades linguísticas e culturais, além de identificar a abrangência geográfica destes grupos. No caso dos Parukotó-Charumã, estes tinham presença “*nas regiões ocidentais, do Jatapu através do Nhamundá, Mapuera, Turunú até o Trombetas*” (Friel 1958: 119). Tais grupos culturais, considera Friel, seriam como variantes específicas de uma cultura geral Karib comum a diferentes povos que habitam a região compreendida entre os rios Paru de Leste e Jatapu, que compartilham elementos da cultura material, da língua, da organização social e de costumes.

Ruben Caixeta de Queiroz (Queiroz 2004; 2013) retoma a ideia de um complexo cultural tarumã-parukoto para indicar a insuficiência de se tentar delimitar os grupos locais Karíb – normalmente nomeados com o sufixo *yana* – desta região como grupos étnicos bem definidos. Os grupos do complexo cultural tarumã-parukoto se organizam em pequenas aldeias, dispersas e politicamente independentes, sem formar unidades políticas acima do nível das aldeias. Apesar disso, são ligadas por redes rituais, comerciais e de parentesco que, de forma relacional, definem identidades (ou nomes) ligadas aos territórios ocupados e compartilhados (Gallois 2004; Alcantara e Silva 2016). Os etnônimos, por esse motivo, menos do que remeter a grupos, ou povos, definidos em si mesmos, indicam identidades relacionais ligadas às trocas, alianças, conflitos e ao compartilhamento de lugares de habitação (Alcantara e Silva 2015). Como afirma Queiroz (2004: 20): “*na definição de uma identidade social ou política conta muito mais o lugar de onde uma pessoa nasce ou onde ela se vê crescer e socializar do que o fato dela pertencer ou ser filiada a uma etnia específica, provida de uma substância cultural ou racial bem delimitada*”.

Esse fato é importante para entendermos a história recente dos povos desta região e a abrangência geográfica destes grupos, que se definem a si mesmos como “misturados”. A partir dos contatos realizados tanto pelo Estado, através do SPI no rio Jatapu em 1942, como por missionários fundamentalistas evangélicos entre os grupos do alto rio Essequibo e alto rio Mapuera na Guiana a partir de 1949 (o que daria origem aos Waiwai) e no rio Nhamundá a partir de 1959 (o que daria origem aos Hixkaryana), os vários grupos tarumã-parukoto que viviam em aldeias dispersas ligadas por redes de relações variadas, foram reduzidos e sedentarizados em postos indígenas ou missões religiosas, o que fez com que seus etnônimos fossem sendo menos utilizados ao passo que identidades genéricas e unitárias formadas na relação com esses agentes externos emergiam. Ou seja, junto com a redução de suas áreas de habitação e multiplicidade de relações entre as pequenas aldeias, a diversidade de nomes também diminuiu. Ao passo que foram sendo concentrados, assumiram para si perante os brancos os nomes que lhes eram dados nos Postos Indígenas e missões evangélicas.

Marcados, portanto, por processos de “mistura” na constituição dos grupos locais, e por uma dinâmica de aproximações e fusões de aldeia, bem como de conflitos e dispersão, estes povos compõem um vasto território identificado através dos lugares onde as relações constitutivas dessas identidades relacionais ocorreram e continuam ocorrendo. Nas demarcações das TIs Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Katxuyana-Tunayana, grande parte destes territórios de ocupação compartilhada foi reconhecida para aqueles grupos conhecidos como Waiwai, Hixkaryana, Tunayana, Xerew, Mawayana, Parukoto, Katuena, dentre muitos outros, com os quais os atuais Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do rio Jatapu mantém relações variadas, inclusive de parentesco. No entanto, o território específico destes grupos, composto de locais com os quais guardam profundos vínculos históricos, culturais, míticos e de memória bastante específicos, não foi ainda reconhecido. Pelo fato de terem sido pressionados e coagidos a deixar seu território tradicional e não mais retornar pela FUNAI e missões evangélicas no rio Nhamundá e na Guiana, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do rio Jatapu ficaram invisibilizados sob os nomes que eram dados de forma indiscriminada a todos esses grupos nestes locais de redução: Waiwai e Hixkaryana, principalmente.

Dessa forma, ainda que exista um complexo de Terras Indígenas em diferentes etapas de reconhecimento oficial pelo Estado, a TI Arará é uma porção específica do território dos povos do complexo tarumã-parukoto que carece ainda da identificação e

delimitação como forma a garantir o direito territorial dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, que, como veremos, foi sistematicamente usurpado e negado desde o contato feito pelo SPI, em 1942.

Os grupos indígenas do rio Jatapu mantinham, antes do contato e do aldeamento realizado pelo SPI, diversas aldeias e roçados nos interflúvios Jatapu-Nhamundá e Jatapu-Uatumã, onde compartilhavam locais de morada, ciclos rituais e relações de parentesco com os grupos que formam os Hixkaryana e Xowyana que hoje vivem no rio Nhamundá. A partir da atuação dos SPI no rio Jatapu e de missionários no rio Nhamundá, essa população foi descida das regiões de cabeceiras, dividida e fixada nas beiras dos grandes rios, causando seu afastamento geográfico e o esgarçamento dessas antigas redes de relações historicamente constituídas. Se por um lado esse processo produziu os “contatados”, também contraproduziu os atuais povos em isolamento voluntário desta região, visto que diante do impacto do contato forçado, vários grupos ou famílias com as quais os atuais Hixkaryana, Okoymoyana, Xowyana e Kararayana conviviam antes optaram por se isolar nos interflúvios.

Tabela 1 - Terras Indígenas dos povos Karib do completo tarumã-parukwoto.

Terra Indígena	Superfície (ha)	Ato legal e situação jurídica	Povos que habitam (citados nos estudos)	Estado
TI Nhamundá-Mapuera	1.049.520	Homologada Decreto nº 98.063 18/08/1989	Hixkaryana, Katuena, Katxuyana, Waiwai e Xerew	PA, AM
TI Trombetas-Mapuera	2.155.835	Homologada Decreto s/nº 21/09/2009	Karapawyana, Waiwai, Katuena, Hixkaryana, Mawayana, Xereu, Cikiyana, Tunayana, Yaipiyaná, Pianokoto, Waimiri-Atroari e Grupos Indígenas Isolados	PA, AM, RR
TI Katxuyana-Tunayana	2.184.120	Homologada Decreto nº 12.720, de 17 de novembro de 2025	Kaxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu-Hixkaryana, Xereu-Katuena e Isolados.	PA, AM
TI WaiWai	407.132	Homologada Decreto S/N 23/06/2003	Waiwai	RR
TI Ararã	725.927	Em estudo Portaria FUNAI nº 973, de 26 de abril de 2024	Okoymoyana, Xowyana, Kararayana, Hixkaryana	AM

Elaborada pelo autor.

Ao longo do contato com o SPI diversos ciclos epidêmicos se desenvolveram entre os povos do Jatapu, o que os fez, por diversas vezes, buscar abrigo e atendimento médico nas aldeias de seus parentes no rio Nhamundá para depois retornarem a suas aldeias e roçados no rio Jatapu. Por volta de 1970, porém, essa dinâmica territorial de

circulação entre os dois rios dos povos do rio Jatapu foi interrompida pela FUNAI, que abandonou e posteriormente, em 1977, extinguiu formalmente o Posto Indígena de Atração Jatapu (PIA Jatapu) e os coagiu a permanecerem de forma permanente no rio Nhamundá. Apesar disso, tais povos mantiveram sua ligação com o território tradicional ao estabelecer um modo de vida sazonal, em que passavam o período de inverno (chuvoso) em aldeias no rio Nhamundá e o período de verão (seco) em acampamentos e sítios nas beiras do rio Jatapu, conforme veremos ao longo deste relatório (cf. Segunda Parte deste relatório; Bezerra 1988). O Jatapu, porém, sem a proteção territorial devida, passou a ser cada vez mais invadido para exploração comercial e, durante a ditadura militar, ser alvo de empreendimentos econômicos de grande monta, como a mineração, o que limitava a possibilidade dos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana retornarem em segurança para suas antigas aldeias.

A partir de 2002, preocupados que seus territórios continuassem a ser invadidos e ocupados, começaram a empreender um retorno definitivo ao rio Jatapu e abriram duas aldeias. *Kahxe* (Santa Maria), aos pés da cachoeira de mesmo nome, foi aberta no local do antigo sub-posto do SPI, que foi aberto ao lado da antiga aldeia de mesmo nome. *Kumunyarà* (Nova Bacaba) foi formada cerca de quatro quilômetros rio acima, retomando o nome da antiga aldeia onde foram feitos contatos pelo SPI. Ainda hoje, nas aldeias Kassawá, Riozinho, Jutai e Cupiúba, no rio Nhamundá, diversas pessoas que nasceram em aldeias ou nos arredores dos Postos do SPI no rio Jatapu ainda vivem e aguardam a demarcação de suas terras para retornar em segurança para seu território tradicional. Algumas delas, inclusive, já iniciaram sua mudança para as aldeias já estabelecidas e pretendem estabelecer novas aldeias rio acima.

2. Histórico geral da ocupação indígena no médio rio Jatapu

2.1. Séculos XVII e XVIII

As informações mais antigas sobre a ocupação indígena dos rios Uatumã e Jatapu encontradas em documentos estão em ofícios do Conselho Ultramarino. Como parte dos esforços para a demarcação da província de São José do Rio Negro, em 1787 são expedidos ofícios aos diretores das vilas portuguesas ordenando a exploração dos rios Branco, Urubu, Uatumã e Trombetas (Conselho Ultramarino 1787). A exploração do rio Uatumã foi encarregada por João Pereira Caldas, então comissário da divisão de limites

sediada em Barcelos, ao diretor da Vila de Serpa (atual Itacoatiara), Antonio Correa Ribeiro. No ofício encaminhado a Ribeiro, Caldas cita o “Roteiro” do padre Monteiro de Noronha (Noronha 1768) a respeito do rio Uatumã. Diz Noronha:

Neste rio houve uma aldêa de índios missionados pelos religiosos Mercenarios [da Ordem das Mercês], os quaes passaraõ para a villa de Silves. Presentemente ainda é habitado dos índios das nações Aruaqui, Terecumá, Sedeuy, Pariqui, e outras. E nelle se tem achado, e colhido muito páo cravo. (Noronha 1768 apud Conselho Ultramarino 1787).

Ribeiro informa ainda que Pedro Gonçalves, morador da vila de Silves, lhe passou informações que:

o dito Rio Uatumá desembocando no do Amazonas para cima das Barreiras de Cararaucú, vem ao do Urubús acompanhando pela parte de leste, dirigindo as suas Cabeceiras ao Poente; porem que deste só navega cinco dias da sua boca até a primeira Cachoeira, ponto anaõ passar canoas grandes. Que neste Rio ha Cravo, e que em hum braço chamado Jatapu, que vem do Nascente, e parece que das cabeceiras do Jamundá, ahi tem os Gentios Paraquis, os quaes se diz terem comercio com os Holandeses. Que na Villa de Serpa há hum Indio dessa Nação: E que diz ter o sobredito rio Uatumá hum braço de Agoa branca, chamado rio do Macaco, o qual se entende ser braço do Rio Branco (Conselho Ultramarino 1787).



Figura 1 - Indígena “Caripuna” do alto rio Jatapu retratado por Alexandre Rodrigues Ferreira (Ferreira 1971)

Interessado, para os fins da demarcação da província, nas informações de conexão com a então Colônia Holandesa de Suriname, Ribeiro ordena que se investiguem os afluentes do Uatumã com atenção às possibilidades de passagem para o território Holandês. Talvez por este motivo, na viagem que fez o diretor da vila de Serpa ao rio Uatumã, ao chegar à foz do Jatapu preferiu subir suas águas em detrimento do rio principal. No relato que faz da viagem Antonio Correa Vieira da Maia (Maia 1787), este informa que o diretor, depois de vencer a décima cachoeira e ter subido por catorze dias a partir da foz do Jatapu, encontrou

umas trez aldeas de trez diversas nações de gentios chamados eles Uaiuíais, Caripunás e Trapaianas. De tantos que erão apenas pode surpreender dois Caripunás, porque todos os outros, assim que o sentirão, se retirarão para os centros dos matos, desamparando suas malocas, e deixando nelas todos os seus moveis e utensis domésticos.

Ainda sobre este período, João Barbosa Rodrigues (1875), que realizou a exploração dos rios Urubu e Jatapu no ano de 1874, afirma que em meados do século XVII (por volta de 1664) missionários da Ordem das Mercês fundaram sua primeira missão na ilha de Saracá, localizada na foz do rio Urubu, que viria dar origem à vila de Silves. Este local era, naquele momento, uma aldeia dos Aruaquis, que em guerra com os Pariquis do rio Jatapu, deixaram o rio Uatumã e se estabeleceram no curso do rio Urubu, onde seriam atacados por outros grupos indígenas que já habitavam este rio. Por isso, deixaram as margens do rio Urubu e se estabeleceram na ilha de Saracá (idem: 14). Apesar da inimizade entre Pariquis e Aruaquis, Rodrigues informa que houve descimentos de Pariquis do rio Jatapu para a vila de Silves ao longo dos séculos XVII e XVIII (idem: 117).

Rodrigues indica que os mercedários fundaram, após Silves, também uma missão no rio Uatumã, cerca de uma légua acima da foz do rio Jatapu, mas cujo período de duração é desconhecido do autor. Rodrigues indica apenas que, no ano de 1768, quando o padre Monteiro de Noronha (Noronha 1768) passou pelo rio Uatumã, ela já não existia mais. No local da antiga missão do Uatumã, Rodrigues encontrou Julia, uma mulher idosa descendente dos Aruaquis e que era criança quando a missão foi abandonada. Ela narrou a Rodrigues que os indígenas Aruaquis, Terecumã e Sedeuy que viviam concentrados ali se revoltaram com os trabalhos forçados impostos pelo missionário e decidiram matá-lo. Assim relata o episódio Barbosa Rodrigues:

Para esse fim occultamente começaram a fazer os preparativos de retirarem-se, depois do assassinato. Com effeito, descendo o missionário, cujo nome infelizmente cahiu no olvido, para o Pará com dous batelões, ao chegar a Villa Nova da Rainha [atual Parintins], segundo uns, ou ao Paraná-Mirim, onde afflue o Uatumá, segundo outros, uma manhã, sahindo elle de sob a tolda, onde tinha dormido, foi derrubado com um golpe de *cuidarú* [borduna] na cabeça, dado por um dos índios da tripolacao. Morto o missionário, atiraram os productos que levavam ao rio, metteram

a pique um batelão e voltaram para a missão. Quando ahi chegaram, já os outros estavam com tudo preparado e esperavam a volta dos companheiros, para saber se com effeito tinha sido morto o missionário, conforme se tinha combinado. A' chegada dos índios, sem o missionário, proromperam em gritos, os que esperavam, e começaram a lançar fogo às casas e à igreja; d'onde tinham retirado as imagens, que foram depois lançadas ao rio. Incendiada a aldeia, conduziram o sino, para o interior e subiram rio acima levando consigo os paramentos da igreja. (Rodrigues 1875: 57).

2.2. Século XIX

A viagem do naturalista Barbosa Rodrigues ao rio Jatapu em 1875 é uma das poucas fontes do século XIX sobre a presença indígena ao longo deste rio. Como ele anuncia em sua introdução do relato da expedição, o Jatapu é “*um dos rios ainda desconhecidos da província do Amazonas, era o Jatapu, o afluente mais importante do rio Uatumã, e quiça, mais do que este. Habitado só pelos índios Pariquis, não tendo sido percorrido por nenhum naturalista*” (Rodrigues 1875: 48). Subindo o rio Uatumã a partir do que ele chama de a “nova povoação”, provavelmente no local da atual Urucarã - que cresceu em torno da capela erguida por Chrispim Lobo de Macedo em 1814 próxima à foz do rio Uatumã –, Rodrigues indica várias localidades antigas, cujas origens se misturam às histórias de aldeamentos e descimentos da população indígena do rio Jatapu, como vimos acima.

Um desses locais é a antiga missão do rio Jatapu, formada no século XIX. Sua origem seria a seguinte: em 1819, o principal Aymenê fundou uma aldeia dos Pariquis na foz do rio Jatapu, em sua margem esquerda. Um missionário os fez construir, posteriormente, uma capela. Mas foi somente a partir de 1824, quando o frei Carmelita chamado José Alvares das Chagas, vindo de Villa Nova da Rainha (atual Parintins), construiu uma igreja, uma casa e escola e se estabeleceu no local que se considera fundada a missão Nossa Senhora do Rozario. Foi por esta época, diz Rodrigues, que os Pariquis que haviam sido descidos anteriormente para as vilas de Serpa e Silves nos séculos XVII e XVIII retornaram ao Jatapu liderados pelo principal Moatuna, de nome de batismo Manoel Toscano de Vasconcellos (Rodrigues 1875: 92). Depois de sete anos o frei José Alvares das Chagas deixou a missão e não foi substituído. Na época da passagem de Barbosa Rodrigues, a antiga missão era composta de 18 palhoças, com a igreja em ruínas,

e permanecia quase todo o tempo deserta, já que os índios Pariquis passavam o ano dispersos ao longo de sítios nas margens do Jatapu, reunindo-se na ex-missão apenas quando o vigário de Silves vinha fazer a festa da Padroeira (idem: 59).

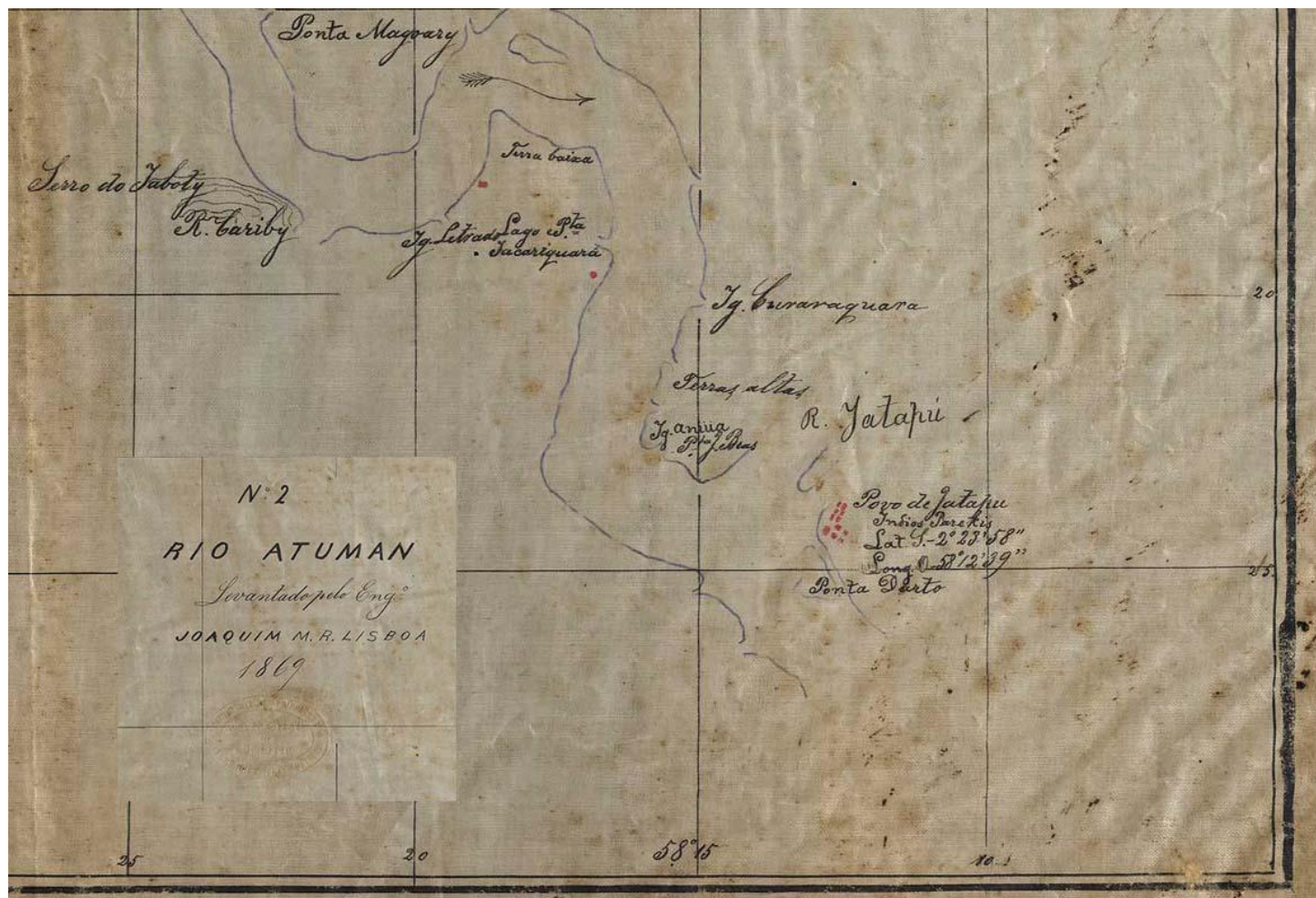


Figura 2 - Mapa elaborado por Joaquim Lisboa situando o povoado da antiga missão do Jatapu (adaptado de Lisboa 1869).

Outra localidade descrita por Rodrigues é a povoação de Sant'Anna (atual localidade de Santana, no município de São Sebastião do Uatumã), que foi formada em 1850 e tem origem a partir do constante conflito entre Aruaquis e Pariquis. Os Aruaquis, como dito acima, já haviam por isso se deslocado do rio Uatumã para o rio Urubu e deste até o rio Negro. Rodrigues relata que, depois que os Pariquis foram até Ayrão, no rio Negro, atacar os Aruaquis revidando um ataque anterior liderado pelo principal Mocoichy-Uacary, passou-se bastante tempo sem se ter notícias dos Aruaquis na região do Jatapu: “Em 1828, porém, apareceram novamente os Aruaquis, na cachoeira grande do Jatapu [Santa Maria], guiados por Bedescê, filho de Mocoichy-Uacaray, que era

falecido, e que vinham atacar os Pariquis; que ainda tinham uma maloca no Macáuary⁴” (Rodrigues 1875: 54). Os Aruaquis, no entanto, não atacaram a aldeia, permanecendo por perto. O então principal dos Pariquis da missão do Jatapu, Aimenê, subiu o rio ao encontro dos Aruaquis e os convenceu, juntamente com os Pariquis da maloca no Macáuary, a descenderem para a missão. No entanto, pouco tempo depois de se juntarem à missão, os Aruaquis adoeceram de sarampo e quase todos morreram, o que reiniciou os conflitos com os Pariquis. Rodrigues afirma que o padre Nuno Alves do Couto, que paroquiava de forma intermitente a missão, então orientou os Aruaquis a procurarem moradia em outro local e que eles se mudaram para a localidade de Sant’Anna, onde vivia Vicente Ferreira de Macedo, filho de Chrispim Lobo de Macedo, fundador de Urucará.

Em sua viagem ao longo do rio Jatapu, Rodrigues seguiu acompanhado de indígenas Pariquis da antiga missão do Jatapu. A expedição atravessou as cachoeiras do médio curso do rio, acima da “cachoeira grande”, onde encontrou acampamentos de balateiros, e chegou até a confluência dos formadores do rio Jatapu, que Rodrigues nomeia como Carimany, pela margem direita e vindo de oeste, e Uassahy, pela margem esquerda e vindo de norte. Pelas cartas atuais, o Carimany é o próprio Jatapu, enquanto que o Uassahy é o rio Jatapuzinho. Os guias Pariquis indicaram que o rio Carimany era habitado pelos índios Chiparás (idem: 86). No Uassahy, onde haviam participado de um descimento em 1850, os Pariquis afirmaram habitar os povos Uassahys, Curubianans e Orocotós⁵.

Como aponta Rodrigues, os Pariquis da antiga missão do Jatapu que o acompanharam eram falantes da língua geral, que o naturalista utiliza para registrar ao longo do texto alguns dos nomes de lugares, animais e plantas. No entanto, estes mesmos Pariquis, ao falar dos costumes dos povos do médio e alto Jatapu que apontaram para Rodrigues, utilizam vários termos em sua língua materna. Pelo registro de algumas dessas palavras feito pelo naturalista podemos inferir que a língua própria dos Pariquis era próxima à dos atuais Okoymoyana, Xowyana e Kararayana⁶. Por exemplo, Rodrigues registra o nome *orotó* [horotó atualmente] como nome do macaco-aranha, *parauá*

⁴ Igarapé Makawari, ou Macauari, onde hoje os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana mantêm um posto de vigilância territorial.

⁵ Pela região de habitação e os etnônimos registrados, tais povos muito provavelmente são os atuais Waiwais, Karapawyanas e Parukwotós, que seriam contatados nos altos cursos dos rios Jatapuzinho, Baracuxi e Mapuera ao longo da segunda metade do século XX.

⁶ A língua dos Kararayana, no momento do contato feito pelo SPI, não era entendida pelos povos então já contatados. Não há estudo ou registro desta língua, e atualmente Maria Karara, única sobrevivente Kararayana fala a mesma língua dos Okoymoyana e Xowyana.

[parawá] como papagaio, *couratary* [kuratari atualmente] para a palmeira tururi, *cueyo* [kweyu atualmente] para a tanga de sementes ou miçangas utilizada pelas mulheres Pariquis, todas estas com o mesmo significado atual, o que indica uma ligação histórica entre essas populações.

Rodrigues indica que dá a entender que os próprios Pariquis da antiga missão Jatapu consideravam estes variados grupos do médio e alto Jatapu como parte de seu próprio povo. Ao contrastar os costumes de seus guias Pariquis, que considera “semi-civilizados”, com o destes outros grupos que lhes foram indicados no médio e alto Jatapu, Rodrigues utiliza o mesmo termo “Pariquis” para se referir aos habitantes do rio Uassahy (Jatapuzinho), por exemplo. Isso nos mostra que o nome Pariquis era um termo colonial para designar de maneira geral os diversos povos do rio Jatapu, desde aqueles que viviam em contato permanente nas missões, vilas e povoações formadas durante a colonização, quanto para os grupos que viviam dispersos e de maneira autônoma em áreas de difícil acesso, em igarapés e cabeceiras dos rios. Ao mesmo tempo, isso implica que os próprios Pariquis “semi-civilizados” foram formados a partir de descimentos destes grupos.

2.3. Século XX

Odorico Albuquerque, que realizou uma viagem de reconhecimento geológico do rio Jatapu em 1918 revisitando lugares por onde Barbosa Rodrigues passou, relata o seguinte sobre a antiga missão do Jatapu:

Um pouco a montante de sua boca, n’uma ponta de terra firme terciária, protegida por concreções ferruginosas, acha-se velha capella e em torno algumas taperas, o que resta do antigo aldeamento do Jatapu. Vicejante capoeira assoberba todo o arraial, em completo abandono, não havendo mais habitantes, que se mudaram, ou para Sant’Anna, ou para o igarapé do Amaro, mas que, em resumo, vivem vida nômade, de pescadores; suas casas são suas ligeiras montarias, que constantemente deslisam à voga surda sobre o amplo e quieto espelho das águas. (Albuquerque 1922: 37).

Em seu relato da viagem pelo rio Jatapu, Odorico não dá mais nenhuma indicação de indígenas vivendo em suas margens neste período. Por outro lado, relata a presença de acampamentos de balateiros já na cachoeira Santa Maria. Pelas informações disponíveis sobre o século XIX, podemos inferir que, ao passo que os antigos Pariquis que foram

descidos nos séculos XVIII e XIX se misturavam às levas de não-indígenas que se estabeleciam no baixo Uatumã, dando origem aos povoados de Santana e Urucará, diversos outros grupos, que aparecem nas fontes como *Uaiuais*, *Caripunas*, *Trapaianas*, *Uassahys*, *Curubianans*, *Orocotós*, *Chiparás*, haviam se refugiado nas matas do médio e alto rio Jatapu, em áreas de difícil acesso aos não-indígenas. Segundo a história oral dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, neste período e ao longo do início do século XX, eles viviam em afluentes do médio Jatapu, nos interflúvios deste com os rios Uatumã e Nhamundá e evitavam as margens dos grandes rios por temer conflitos com os *karaiwa* (não-indígenas) que adentravam o rio Jatapu para coletar balata e outros produtos da floresta (como veremos em detalhes na Segunda Parte deste relatório).

Somente a partir do início do século XX que teremos de maneira mais detalhada informações a respeito da presença indígena no médio rio Jatapu, através de relatórios do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Exploradores de balata no médio Jatapu, em áreas de difícil acesso acima da cachoeira grande, ou Santa Maria, davam notícias de índios “arredios” vivendo nos igarapés até as proximidades do rio Novo, afluente de sua margem esquerda. No “Relatório de viagem ao rio Paracuny” (SPI 1940), o funcionário do SPI (cujo nome é em parte ilegível), relata a partir de informações obtidas nos municípios de Urucurituba e Urucará, que havia dez anos (ou seja, por volta de 1930) que as “tribos” do Jatapu, que viviam acima da primeira cachoeira, estavam em contato pacífico com os exploradores de balata. Por sua vez, Sebastião Amâncio (FUNAI 1982), afirma que em 1942 um grupo de balateiros entrou em confronto armado com indígenas nas proximidades do rio Novo. Tal conflito motivou o SPI a instalar um Posto Indígena no médio rio Jatapu no final do mesmo ano e iniciar o processo de atração destes povos, o que desencadeou uma série de contatos forçados.

Esses contatos, ao mesmo tempo em que concentraram parte da população indígena do médio Jatapu no Posto Jatapu, por outro desencadearam epidemias que fizeram com que vários grupos optassem por se isolar no interflúvio Jatapu-Nhamundá e Jatapu-Uatumã, onde ainda se encontram vestígios de sua presença. Dentre a população contatada, que então eram chamados de “Tukanos” nos documentos do SPI, as doenças os fizeram ora retornar às suas aldeias no interior da mata e ora buscar refúgio nas aldeias dos povos Hixkaryana e Xowyana do rio Nhamundá, com quem compartilham laços históricos de habitação e parentesco no interflúvio Jatapu-Nhamundá (cf. mapa 3, na página 33 deste relatório). Essa oscilação entre as aldeias e o Posto Jatapu, para onde

foram inicialmente levados, criou uma dinâmica territorial particular, que em parte conforma o território atual.

A presença do SPI paradoxalmente trouxe ainda outro problema: a intensificação da exploração econômica do rio Jatapu. Seja patrocinada pelo próprio SPI como fonte de renda para o Posto Jatapu ou realizada por terceiros, a exploração de balata, peles de onças, madeira de pau-rosa e ouro se intensificou no rio Jatapu. Ao invés de evitar novos contatos e ameaças aos povos indígenas do rio Jatapu, o Posto acabou facilitando a entrada de invasores. Tanto é assim que, em 1962, outro grupo de balateiros entrou em conflito com indígenas isolados na região do rio Cidade Velha (ou Carara), onde capturaram uma mulher e entregaram no Posto (FUNAI 1982). No ano seguinte o SPI organizou uma expedição de contato guiada por esta mulher e levaram para o posto mais dez indígenas, que foram nomeados pelos Okoymoyana e Xowyana como Kararayana, devido ao rio onde eles moravam. O restante das aldeias dos Kararayana foi abandonado, e este povo vive em isolamento voluntário ainda hoje. Estes povos foram também impactados por atividades econômicas de grande escala, como a exploração de ferro pela Companhia Siderúrgica da Amazônia - Siderama a partir de 1962, bem como por pesquisas de aproveitamento hidrelétrico iniciado pela Eletrobrás em 1972, como veremos em detalhes neste relatório.

Toda essa pressão no território tradicional e os ciclos epidêmicos que desencadeava, aliada ao fato de que o Posto Jatapu por longos períodos permaneceu sem funcionários, fez com que ainda a partir de 1943, um ano após os contatos, os Okoymoyana e Xowyana pendulassem entre aldeias no rio Jatapu e no rio Nhamundá, movimento ao qual os Kararayana, depois de forçadamente contatados, juntaram-se posteriormente. A partir de 1959 os povos do Jatapu começaram a sofrer pressão para se fixarem no rio Nhamundá, onde missionários do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) criaram uma missão na aldeia Kassawá e passaram a concentrar a população primeiro do próprio rio Nhamundá, e posteriormente também do rio Jatapu. Os Waiwai, que haviam sido missionarizados na Guiana por uma frente da *Unevangelized Fields Mission* (UFM) em 1949, também realizaram expedições aos rios Jatapu e Nhamundá para convidar os povos indígenas destes rios para viver na missão *Kanaxen*.

Ao passo que o território do Jatapu passou a ser cobiçado pelos projetos de mineração e de geração hidrelétrica, a FUNAI extinguiu o Posto Jatapu formalmente em 1977, sendo que o mesmo estava abandonado desde o início dos anos 1970. No início

desta década foi aberto o Posto Indígena Nhamundá, na aldeia Kassawá, para onde os habitantes do rio Jatapu foram levados e pressionados a se estabelecer definitivamente pelos chefes de Posto. Apenas uma pequena família Kararayana permanece em Santa Maria até 1982, quando também se muda para Kassawá. Apesar disso, como veremos na Segunda Parte, os povos do Jatapu permaneceram utilizando sazonalmente as áreas de suas antigas aldeias neste rio para coletar frutos, caçar, pescar, coletar tracajás durante o período de verão, até seu retorno definitivo ao território a partir de 2003.



II – Segunda Parte

Habitação permanente

- a) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
- b) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por elas(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) na atual(is) localização(ões).

1. Contatos, mortes e deslocamentos

Na parte anterior vimos, de forma geral, o panorama da ocupação indígena do médio rio Jatapu e os impactos que as frentes de colonização causaram nas dinâmicas territoriais nativas até o século XX. Os contatos sistemáticos realizados pelo SPI na década de 1940 atingiram as áreas de refúgio que estes povos buscaram ao longo da invasão histórica de seu território, nas áreas de cabeceiras, em locais distantes da beira do rio Jatapu, que então eram percorridos apenas por exploradores de peles e coletores de balata. Nesta Segunda Parte iremos apresentar de forma mais detalhada esses contatos, além de trazer o ponto de vista dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana sobre os impactos do contato e como eles contribuíram para a atual configuração de limites desta porção do território tradicional.

Atualmente existem duas aldeias na TI Ararà, nas margens do rio Jatapu:

- *Kahxe* ou Santa Maria: localizada próximo da Cachoeira Santa Maria (*Kamara Kahxe* – “Cachoeira da Onça”), nas coordenadas 58° 30' 36,922" de longitude Oeste e 1° 36' 36,490" de latitude Sul, na margem direita do Jatapu;
- *Kumunyàrà* ou Nova Bacaba, a aproximadamente de 6,2 km a montante de Santa Maria, na margem esquerda do Jatapu. Está localizada, nas coordenadas 58° 30' 46,681" de longitude Oeste e 1° 33' 14,008" de latitude Sul.

Além das aldeias, existem dois pontos de apoio e vigilância na Terra Indígena:

- *Makawari*: localizado próximo ao igarapé Makawari e à antiga sede do escritório e pista de pouso da Siderama, nas coordenadas 58° 31' 24.1" de longitude Oeste e 1° 38' 28.5" de latitude Sul;
- *Kukurunkomo*: localizado nas proximidades da cachoeira *Katuema*, nas coordenadas 58°36'18.94" de longitude Oeste e 1° 7'12.09" de latitude Sul.

As aldeias *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumunyarà* (Nova Bacaba) foram formadas a partir de 2002, em um movimento de reocupação permanente do território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana. *Kahxe* foi aberta no exato lugar onde, antes do contato, havia uma aldeia de mesmo nome e onde primeiramente os *karaiwa* (não-indígenas) se instalaram nas proximidades para formar uma base de exploração de balata e peles de felinos no Jatapu. Este local também foi escolhido pelo SPI a partir de 1942 para formar um ponto de apoio ao Posto Indígena que seria instalado rio acima. *Kumunyarà*, por sua vez, toma o nome de uma antiga aldeia do interflúvio Jatapu-Nhamundá onde foi realizado um contato pelo SPI, que levou os indígenas para as beiras do rio Jatapu, no PIA Jatapu. Kukurunkomo e Makawari foram construídos como pontos de apoio para manter a vigilância indígena do território, tanto em relação às invasões de pescadores de arrastão e turistas de pesca esportiva, como para sustentar a proteção territorial em áreas de presença de povos em isolamento voluntário.

A formação de novas aldeias permanentes nas margens do Jatapu pelos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana se insere num ciclo de ocupação territorial brutalmente impactado pelos contatos forçados pelo SPI entre os anos de 1940 a 1960. Tais contatos forçaram estes povos a se concentrar em torno do Postos Jatapu e do subposto na Cachoeira Santa Maria, retirando-os dos pequenos igarapés dos interflúvios e os levando a se reaproximarem das margens do rio Jatapu, que havia gerações evitavam por temer conflitos e doenças trazidas pelas frentes de exploração econômica de produtos da floresta. Antes do contato permanente com o SPI, esses povos mantinham aldeias pequenas e dispersas em cursos d'água menores, praticando agricultura de corte e queimada e utilizando áreas de caça e coleta de acordo com variações sazonais, acompanhando o período de frutificação de espécies consumidas e de outras que atraem animais de caça, estabelecendo inclusive aldeias, roçados e acampamentos baseados nessa ocupação sazonal.

Os relatos apresentados a seguir, gravados nas aldeias Santa Maria e Nova Bacaba com sobreviventes deste período de contato em 2015, 2020 e 2022, trazem a visão dos povos do Jatapu sobre esse período.

Eu nasci na cabeceira do rio Nhamundá, na aldeia *Yaihamtxó*. De lá que a minha mãe e meu pai me trouxeram para *Matxeká*, no igarapé *Otxiponó*. Eles vieram atrás de caça e trairão, que escassearam lá. Eu, meu pai e meu irmão ficamos lá em *Matxeká*, cresci lá. Naquele tempo a gente não chegava na beira do rio Jatapu, porque tínhamos medo dos *karaiwa* [não-indígenas] que passavam por aqui. Quando já estava rapaz, meu pai morreu de gripe perto do posto do SPI. Muitos ficaram doentes e foram procurar ajuda no posto, mas estava vazio e muitos morreram de tosse, febre. Meu tio faleceu depois em São Sebastião do Uatumã, levado pelo SPI. (...) Muitos morriam de doenças naquele tempo. O SPI abandonou o posto no *Otxiponó* e ficou só o subposto em Santa Maria. O atendimento ficou mais difícil e alguns se mudaram para perto do novo posto. (José Yeriyei, aldeia Santa Maria, dezembro de 2015). Nasci na aldeia *Watkàwà*. Não ficava na beira do Jatapu, era no igarapé. Depois de lá, já era jovem, fomos para *Matxeká*, no igarapé *Otxiponó*. Depois fizemos outra aldeia, *Eremtunu*, na beira do Jatapu. Tinha muita gente nesse tempo. Quando Maracajá [inspetor do SPI] chegou lá em *Eremtunu*, levou tosse, afetou todo mundo, morreram muitos. Os outros voltaram para *Matxeká*, porque o SPI abriu um posto no igarapé *Otxiponó* e dava atendimento. Depois que a gripe acabou, apareceu um alemão fazendo pesquisa da nossa língua. Ele veio por terra de *Kassawá*. O alemão ficou aprendendo a língua, escrevendo os nomes. Antes das pessoas se espalharem para Guiana e Nhamundá as pessoas ainda desceram pra cá, pra Santa Maria. Abandonaram *Matxeká*. Santa Maria era depósito do SPI. Maracajá disse naquele tempo que ia fechar o posto e que a gente podia pegar os machados, terçados. Outros *karaiwa* [do SPI] vieram depois, mas não cuidavam bem da gente. Não sei os nomes deles. Eles não queriam que a gente chegasse perto deles, não conversavam com a gente. Aí começamos a voltar para *Matxeká* outra vez. (Joana Kamyara, aldeia Nova Bacaba, dezembro de 2015).

As narrativas de José Yeriyei e de Joana Kamyara, que faleceu no início de 2022, que eram jovens adultos na época dos contatos, dão uma dimensão da brutalidade do impacto da atuação do SPI do ponto de vista epidemiológico e sociológico. Antes

dispersos em pequenas aldeias nos interflúvios entre os rios Jatapu e Nhamundá e Jatapu e Uatumã, foram descidos de suas aldeias pelos agentes do SPI para concentrarem-se no Posto Jatapu, nas proximidades do igarapé *Otxiponó*. Esse afastamento anterior das margens do Jatapu, como dito, tinha como objetivo evitar conflitos e as doenças levadas pelos brancos que exploravam as matas na região. Informações do próprio SPI dão conta que, ainda em 1930, balateiros haviam estabelecido contatos com índios desconhecidos acima da primeira cachoeira do Jatapu (SPI 1940). Ainda que os relatos dados ao funcionário do SPI sejam de contatos pacíficos, foram eles que provavelmente causaram epidemias que assolaram as aldeias ainda antes dos contatos oficiais:

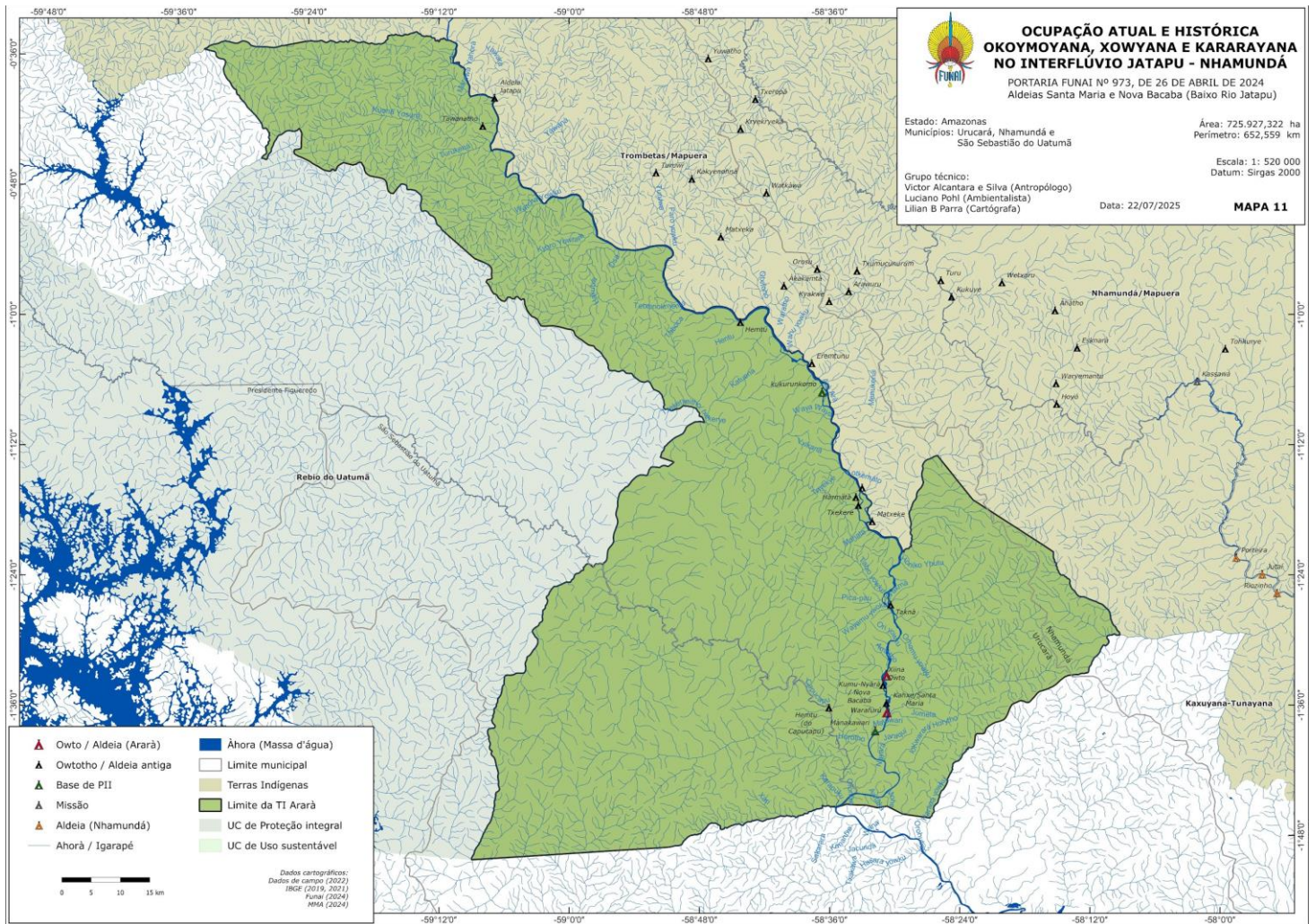
Em *Matxeká* vivia muita gente, Hixkaryana, Xowyana, Karahawyana, Kamarayana, Parukwoto, muitos. Antes tinha muita guerra, briga por causa de mulher. Atxá chamou todo mundo para viver junto, para acabar com conflito. Ele era pajé, meu avô. Ele curava todas as doenças, tirava feitiço. Isso foi antes do SPI chegar. Atxá escolhia uma só pessoa para ir até as outras aldeias. Ele ia, com medo de morrer. Chegava e falava que vinha trazer a palavra de Atxá, para todos irem até o *Matxeká*. Todo mundo obedecia Atxá naquele tempo. Eles iam. Atxá falava que era para parar de brigar, porque todos estavam se acabando e o mundo ia acabar por isso. Por isso *Matxeká* virou uma aldeia grande. As brigas pararam. (Joana Kamyara, aldeia Nova Bacaba, dezembro de 2015).



Foto 1 Joana Kamyara em Kumunyàrà, 2015.

Matxeká, uma aldeia localizada nas cabeceiras do igarapé *Otxiponó* (cf. tabela 2; mapa 2), havia se tornado uma grande aldeia pelo esforço do renomado pajé Atxá em reunir os grupos dispersos e acabar com as “brigas”. Comumente na região, esses conflitos se desenvolviam a partir de acusações de feitiçaria ligada às mortes por doenças, que produzem longos ciclos de vendeta. Reunidos nesta aldeia, distantes da beira do rio Jatapu, esses povos começaram a se recuperar das mortes sob liderança e cuidados de Atxá. Tanto é que a aldeia começou a dispersar-se novamente, inclusive com a formação de uma nova aldeia na beira do rio Jatapu, *Eremtunu*, pouco acima da foz do rio Jamari – afluente da margem direita. Além destas aldeias no interflúvio, os Okoymoyana mantinham roças e pequenas aldeias nas proximidades da cachoeira Santa Maria (*Karama Kahxe*), a que se referiam como “Xiina Owto”, ou “morada de Xiina”, e a própria aldeia *Kahxe*.

Mapa 2 Ocupação atual e histórica dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana no interflúvio Jatapu-Nhamundá



Foi neste contexto que o SPI chegou à região. O sertanista Sebastião Amâncio da Costa, em relatório sobre a situação dos povos isolados do rio Jatapu em 1982, indica, a partir de documentos do SPI (aos quais não tive acesso diretamente), que em 1942 houve um conflito entre índios do médio Jatapu e balateiros:

No ano de 1942 um grupo de extratores de balata foi surpreendido por um grupo de índios desconhecidos na área do rio Novo, afluente da margem esquerda do alto Jatapu, ocasião em que integrantes do grupo extrativista, por medo, pânico ou outros fatores, no ato do contato, indiscriminadamente passaram a alvejar com arma de fogo o grupo indígena, abandonando em seguida a área, que até hoje é evitada pelas frentes pioneiras de penetração. Conforme dados existentes, há elementos vivos daquele contato. (Amâncio da Costa 1982).

Depois deste conflito, o SPI decide instalar um Posto Indígena no rio Jatapu nas proximidades da foz do igarapé *Otxiponó*, em cujas cabeceiras estava a grande aldeia *Matxeká*. Também instalaram em Santa Maria, último porto da porção não encachoeirada do Jatapu, um depósito, ou subposto. A chegada dos funcionários do SPI trouxe novamente ciclos de epidemias, que alterou novamente a dinâmica de habitação destes povos e deu início novamente ao afastamento dos Okoymoyana e Xowiyana das margens do rio Jatapu:

Quando o SPI chegou as pessoas começaram a morrer de novo, de doenças. Ele [Atxá] morreu logo depois. Antes de morrer ele disse que não ia ter mais ninguém para curar. Mohtu era pra ser pajé, mas não obedecia Atxá. Depois que ele morreu, as pessoas espalharam, foram para Guiana, para *Kassawá*. Outros fugiram pro mato, muita gente. Não quiseram ir pra *Kassawá*, pra Guiana, pensavam que iam morrer. Foram pro centro da mata, bastante gente. Não apareceram mais, até hoje (Joana Kamyara, aldeia Nova Bacaba, dezembro de 2015).

Quando eu cresci, fui lá para a aldeia *Watkàwà*. O Atxá, dono de lá, mandou eu e Kupoí ficarmos responsáveis por queimar os corpos daqueles que morriam. Mas era muita gente que morria, não dava tempo, tinha muito feitiço. Morria um de manhã, outro de tarde, não dava nem tempo de queimar direito. Assim fui para a aldeia *Eremtunu*. Atxá rezava os doentes, ele ia para o céu buscar medicamentos. Ele se fechava em uma casinha de palha e ia para o céu. Os outros o escutavam falando português no céu. Ele se encontrava com um branco no céu e voltava dizendo que tinha trazido remédios, que ia curar as doenças. Trazia algumas pedras, ele tinha muitas pedras na caixa dele. Quando o pessoal adoecia ele colocava as pedras no corpo das pessoas e cantava os doentes. Era um branco, um padre, que dava as pedras para ele no céu. Nessa época, Atxá era um grande curador. Depois que ele morreu não tinha outro para curar. Deveria ter, mas muitos tinham morrido e ninguém sabia mais curar. Atxá foi enterrado lá no *Watkàwà*, junto com suas pedras. Depois que ele morreu o pessoal se dividiu: alguns foram para *Kassawá*, outros para *Kanaxen*. *Kassawá* ainda não era aldeia grande, tinha gente em *Tohkurye*, *Mutumá* [antigas aldeias no rio Nhamundá]. Nesse tempo já vinha o pessoal de *Kanaxen*, passavam pela aldeia *Mawtohrî* no rio Mapuera, e

chegavam até *Kassawá* para buscar as pessoas para ouvir a palavra de Deus. Fui junto com Tamokrana para *Kanaxen*, já casado. Nessa época só tinha em *Kanaxen* Mawayana, Txarumayana, Waiwai, Hixkaryana, alguns Tiriyo. Ewká estava procurando os Xerew ainda. (José Yeriyeri, aldeia Santa Maria, dezembro de 2015).

A aldeia *Watkàwà* – que ficava muito acima do igarapé *Otxiponó*, nas cabeceiras do igarapé Maloca - provavelmente foi contemporânea de *Matxeká* e *Eremtunu*, e também de *Kahxe* e *Xiina Owto*, e foi por algum período e onde parte dos grupos do Jatapu novamente se refugiou após o contato com o SPI. O próprio pajé Atxá, porém, sucumbiu à doença e faleceu, fato que desencadeou um novo ciclo de dispersão entre os povos do rio Jatapu: parte seguiu para aldeias no rio Nhamundá, onde tinham parentes; outra seguiu para a aldeia *Kanaxen* na Guiana com os Waiwai, que então realizavam expedições de contato com povos “isolados” para levá-los para a missão evangélica no rio Essequibo, como veremos na próxima seção. Muitos outros ainda, como os Kamarayana, Karahawyana (os mesmos Karapawyana), Paruwkoto e ainda parte dos próprios Xowyana e Okoymoyana, se refugiaram nas matas, onde ainda permanecem hoje em isolamento voluntário, segundo os povos do Jatapu e Nhamundá relatam.

Documentos SPI confirmam essa epidemia e os deslocamentos que ela causou entre os povos do Jatapu logo após a instalação do Posto. No Ofício nº3 (SPI 1943), o encarregado do Posto Jatapu relata que, ao visitar a maloca próxima, provavelmente *Matxeká*, encontrou vários índios doentes, sendo que grande parte das pessoas tinha ido para aldeias no rio Nhamundá. Como relata Joana Kamyara, logo após o contato do SPI e já sob o surto de doenças, eles abandonaram *Matxeká* e parte dos grupos do Jatapu se estabeleceu nos entornos do Posto e do sub-posto, na cachoeira Santa Maria, buscando atendimento médico e acesso a ferramentas para trabalho nas roças. Porém, os postos ficavam durante longos períodos sem funcionários e ocupados por trabalhadores regionais. Relatos dos antigos moradores do Jatapu dizem que o sub-posto em Santa Maria se tornou um local de pouso para os invasores do território: garimpeiros, caçadores de peles e balateiros ali faziam base para realizar as entradas nas matas para a exploração dos produtos no médio Jatapu e seus afluentes. Há indícios desse acontecimento em pelo menos um relatório do Posto Jatapu de 1954 (SPI 1954), em que um agente do SPI relata à chefia em Manaus que no igarapé Jamari - afluente da margem direita do médio Jatapu - existiam diversas estradas de seringa “bastante rendosas” e se lamenta pelo fato do Posto

não ter condições de aviar os seringueiros naquele momento. Também informa que têm recebido propostas de arrendamento da área do seringal, com pagamento de 20% do lucro ao Posto, o que aprovaria caso a chefia em Manaus autorizasse.



Foto 2 José Yeriyei na aldeia Kahxe, 2020.

No “Relatório de viagem às malocas dos índios, rio Nhamundá” (SPI 1959), o auxiliar de sertão João Nízio realizou uma viagem às aldeias do rio Nhamundá, tendo saído do Posto Jatapu acompanhado por três indígenas. Atravessando por terra o interflúvio, passaram por uma maloca que não é nomeada no texto e pelas aldeias Paraíso (*Kukuye*), *Kassawá* e *Mutumá* nas margens do rio Nhamundá. Nesta viagem João Nízio se encontrou com um homem inglês na aldeia *Kassawá* realizando pesquisas linguísticas (provavelmente o missionário Desmond Derbyshire, do *Summer Institute of Linguistics-SIL*, que em 1959 iniciava sua atuação missionária no rio Nhamundá). Os habitantes do Nhamundá reclamaram a Nízio da falta de atendimento médico e da invasão de não-indígenas que exploravam seu trabalho na caça de peles nas proximidades de suas aldeias. Nízio então os convida para o Posto Jatapu, mas estes recusam dizendo que “*entre os civilizados do rio Nhamundá e os do Posto Jatapu não havia diferença, visto eles serem tratados hostilmente em administração anterior, em todos os pontos de vista, além de ser*

distante”. Essa avaliação da hostilidade dos *karaiwa* no Posto Jatapu indica que ao menos parte das pessoas com quem Nízio se encontrou era originalmente do rio Jatapu e estava naquele momento buscando abrigo em aldeias no rio Nhamundá.

Esse tratamento hostil por parte tanto da administração do Posto Jatapu como dos invasores instalados na área do sub-posto, contribuiu para que os Okoymoyana e Xowyana tenham se espalhado pelas aldeias do rio Nhamundá, e também terem ido com os Waiwai para a Guiana. A invasão do território seguiu aparentemente sem interferência dos inspetores do SPI (ou até mesmo facilitada por eles), haja vista que em 1962 balateiros capturaram uma indígena isolada no igarapé Cidade Velha (ou Carara⁷) e a entregaram ao SPI (Amâncio da Costa 1982). No ano seguinte, acompanhado desta indígena, o SPI realizou uma expedição ao rio Cidade Velha e capturou e levou ao Posto Jatapu cinco pessoas de uma única maloca. Ali estes indígenas foram chamados de Kararayana pelos Okoymoyana e Xowyana, devido ao lugar onde foram encontrados. Sobre este episódio, Maria Karara, conta o seguinte:

Meu pai que contou, que a gente era lá de cima. Aí trouxeram nós de lá, pegaram nós: mamãe, papai, meu avô, minha irmã mais velha. Ela está aqui enterrada no castanhal [cemitério em Santa Maria], morreu pra cá. Quando eu cheguei aqui era cunhãtanzinha, não sabia nada. Depois eu fiquei moça achando que eu era daqui mesmo. Papai que me disse que a gente era lá de cima. Depois eu voltei pra lá, tinha muita casa, muita aldeia, parece que cinco aldeias [abandonadas]. Eu fui pra cima com ele, com FUNAI [SPI]. Antigamente eles iam lá tirar leite de sorva, os *karaiwa*. Aqui tinha FUNAI [SPI], eles iam lá pra cima tirar leite de sorva, matar onça no rio *Karara*. Aí os *karaiwa* fizeram armadilha, pegaram meu pai. Depois voltaram lá e pegaram a gente, trouxeram pro pessoal da FUNAI [SPI], porque a gente pegava terçado, panela. O resto correu no mato, se escondeu. A gente eles agarraram, cinco pessoas só. Logo morreram duas pessoas de malária, ficou só três. A gente não gostava daqui, não acostumava, voltou para o rio *Karara*, mas não tinha mais ninguém. Lá minha mãe morreu de malária. Morreu todo mundo, ficou só eu e Chico, meu irmão. Ele morreu tem dois anos. Ficou só eu. Aí fui pro *Kassawá*, tem um bocado de índios pra lá. Mas não acostumei e voltei para cá. Agora acostumei. Eu cresci aqui mesmo (Maria Karara, aldeia Santa Maria, dezembro de 2015).

⁷ Segundo foi apurado, carará é um nome regional para uma espécie de garça, abundante neste igarapé.



Foto 3 Maria Karara na aldeia Kahxe em 2015.

Durante a etapa de campo do Projeto, Maria Karara, cujo nome em sua língua é Esese, relatou, em português, mais detalhes da história desta captura. Transcrevo parte da entrevista:

Victor Silva: Maria, alguns anos atrás a Sra. Me contou que sua família foi pega lá no rio Carara. Pode me contar de novo como foi isso?

Maria Karara: Aqui tinha FUNAI [SPI], Sabá Firmo [Sebastião Firmo], tinha muito FUNAI aqui. Aí trouxeram nós de lá, pegaram nós lá. Aí vieram um bocado de índio de lá, tribo Karara. Morreram tudo aqui. Morreu meu avô aqui, meus irmãos, morreu papai. Aí morreu. Aí não falava Hixkaryana primeiro, nem português eu não falava, nem café eu não tomava, nem nada. Eu comia minha comida mesmo. Eu comia só beiju, minha comida. Comida deles temperada eu não como, primeiro.

VS: A Sra. falou que o pessoal pegou o Karara lá em cima. Como aconteceu?

MK: Ia motor pra lá e nós corria tudinho no mato. Depois agarraram nós. Aquela mulher que tinha filho no braço caiu com neném, aí agarraram nós. Agarrou meu avô, agarrou meu irmão. Um bocado de índio daqui.

VS: Era pessoal da FUNAI?

MK: Era, pessoal da FUNAI.

VS: Eles estavam junto com pessoal daqui de Santa Maria?

MK: Tava aqui. Tinha muito FUNAI aqui.

VS: Só foi o pessoal karaiwa lá pegar o karara?

MK: Eles iam tirar leite de balata.

VS: Então tinha trabalhador de balata. Eles que pegaram? FUNAI tava junto?

MK: É, tava junto. Aí trouxeram diz que pra cá, eu tava no braço de mamãe ainda. Nós ficamos aqui diz que um ano, aí nós voltamos pra lá, não acostumou aqui.

VS: Era aqui no lugar de Santa Maria que vocês tavam?

MK: Era aqui mesmo, era grande, como cidade primeiro. Aí ficamos pra lá. Aí, mamãe morreu pra lá, um bocado de índio morreu pra lá também, porque tinha muita malária aqui, a gente levou pra lá, morreu pra lá.

VS: Primeira vez veio sua mãe...

MK: Meu avô veio, morreu pra cá. Meu irmão morreu aqui também.

VS: Aí voltou lá pra cima, mãe, pai, você, lá pra cima...

MK: É, nos acostumou lá, é nossa terra mesmo.

VS: Então quando voltou de novo pra cá só tinha seu pai...

MK: Veio meu vô de novo. Malária matou ele. Irmão morreu pra cá também. Ficou só eu... meu pai morreu em Parintins. Morou um bocado de anos aqui. Quando eu fiquei moça aqui, levaram nós pro *Kassawa*.

VS: Então ficou morando até ficar moça?

MK: É, aí levaram pro *Kassawá*. Meu pai, eu, Margarete [filha de MK] ... Branco me engravidou aqui. Se ajuntemos aqui.

VS: Nesse tempo então que levaram pro *Kassawá*.

MK: Margarete tinha um ano...

VS: O pessoal *karaiwa* que ficava no posto, o que faziam aqui?

MK: Não sei, tavam morando, tirando pau rosa. Tiravam leite... Voltei com eles lá onde nós morava. Não encontrei mais ninguém, só as casas vazias. Agora minha filha tem seis filhos. Fica em Urucará. Meu irmão tem seis também, filho do papai com outra mãe, no

Nhamundá, na aldeia Jutai. Nome deles é Oseas, Josefá, Osemir, Joabe, Maria Eugenia, Samanta. Filhos do pai com mulher do Nhamundá, Janete Kuyuwe. Papai se chamava José Oni.Oni.

VS: As aldeias do rio Karara eram muito dentro?

MK: Muito dentro, muito...

VS: Maria, a gente achou escrito que 1976 subiu FUNAI, uma mulher chamada Rita, e diz que encontrou vocês aqui.... Vocês ficaram morando muito tempo depois que pessoal foi embora?

MK: É, nós ficou muito tempo morando, depois foi pro *Kassawá*, depois pro Jutai, aqui em baixo no Nhamundá. Aí não acostumou na aldeia, na terra deles, não.

Francisco Afoxwa: Quando chegaram lá na aldeia *Kassawá*, só existia *Kassawá*, só uma aldeia só, aí era Candinho o tuxawa. Aí própria FUNAI foi avisando pra eles: olha, tem indígena lá parente de vocês, lá na cachoeira Santa Maria. Aí eles [pessoal do Candinho] se reuniram, própria FUNAI lá avisou cacique. Aí caciques decidiram que iam encontrar eles [os Karara] aqui. Aí veio com uma turma, conversaram com eles, e eles foram acompanhando até comunidade *Kassawá*. Viviam na casa do Candinho, ficou lá tempo. O resto do pessoal do Jatapu já tava pra lá. Só ficou eles mais tempo aqui. Aí pessoal que vinha de lá [do Nhamundá para o Jatapu], no tempo da safra, no tempo dos peixes, dos tracajás, de ovos. Aí eles tavam por aqui... eles avisaram pra lá. Aí vieram pra cá convidar eles, pra mostrar a cultura e ensinar o cristianismo. Assim que eles conversavam. Aí essa família dela, chegou pai dela, ela, filha Margarete. Irmão dela, José, trabalhava na prefeitura de Maués, Francisco, ele viveu lá jovem, acostumou trabalhar, passou a trabalhar como mestre de máquinas, porque ele estudou um pouco técnico. Ele foi lá, quando ele soube que a família já tava no *Kassawá*... própria FUNAI já sabia que tinha irmão dela em Maués. [José] chegou com pessoal de Parintins da FUNAI, foi pra *Kassawá*. Ele ficou 3, 4 meses, não acostumou, baixou pra Maués de novo. Eles moraram um tempo com Candinho, aí eles decidiram: “vamos tentar fazer o casamento, arranjar noiva pro pai dela”. Aí foi feito esse casamento. Perguntaram pra ele: “você quer casar?” “Eu quero, se alguém aceitar, seja minha mulher”. Assim decidiram, fizeram casamento pra ele. Aí que tiveram filho, da outra mãe. Aí nossa cultura era diferente um pouco, mas acostumaram viver lá, não assim total, porque não praticavam mais própria língua. Mas ela sabe, o pai dela também. A gente praticava só língua hixkaryana, aí aprenderam conosco, mas ela conversa com filha dela na língua dela, normal.

VS: Nesse tempo que Candinho veio, ainda tinha pessoal da FUNAI aqui? Quem era?

MK: João Porcão...

VS: Aí vocês foram, não se acostumou.

MK: Não entendia o que eles falavam, voltamos [de *Kassawá*] pra cá. Não tinha mais FUNAI, já tinha ido embora FUNAI.

VS: ficou sozinha aqui...

MK: É.

VS: Ficou mais alguns anos aqui?

MK: Depois de Jutai nós voltamos pra cá. Não acostumou minha filha aqui, aí voltou lá pro Urucará. Eu fiquei por aqui.

VS: Seu pai já tava casado de novo? Ele veio?

MK: Não, ele morreu pra lá.

VS: Ficou quanto tempo aqui, você e sua filha?

MK: Um ano, dois anos... acho que dois anos.

Francisco Afoxwa: No tempo que eles foram pegos, eles [*karaiwa*] trabalhavam muito dentro. Balata, couro de caça. Eles que toparam vestígio delas e avisaram FUNAI. De 1989 já tinha pessoal [*karaiwa*] aqui. Ela já estava pra lá, *Kassawá*. Quando eu vim pra cá só tinha um fazendeiro [ocupando Santa Maria].

VS: Nesse tempo que você tava só com sua filha, tinha muito *karaiwa* passando aqui

MK: Tinha muito *karaiwa* indo tirar leite de pau rosa lá pra cima...

VS: Desse pessoal que ficou no rio carara, não teve mais notícias?

MK: Não, não encontrei mais. Só abandonada as casas tudinho.

VS: O pessoal que subia pra trabalhar, viu alguma coisa?

MK: Não, não viram mais. Era muita gente, não sei onde ele foi. Tinha seis aldeia pra lá.

VS: A Sra. era muito pequena, mas você sabe o nome das pessoas que ficaram no rio Carara?

MK: Sim. Os que correram quando FUNAI chegou. Akoko, Karamari, Maxi Torowari, Kamara Kana.

VS: Esses correram quando pegaram a sua família primeiro?

MK: Sim

VS: E quando vocês voltaram pra passar um ano lá, eles tavam?

MK: Não, já tavam longe.

FA: Eles escutavam motor, quando vinha pessoal subindo igarapé, pensavam que alguma coisa ia acontecer com eles, eles iam se esconder. Só que quando chegou a vez dela, colocaram armadilha e esperaram, voltaram no outro dia na maloca. Já tavam organizado, armadilha, a própria FUNAI. Aquele negócio que pega eles [era uma malhadeira grande]. Eles foram cercados, quando correram foram no rumo da armadilha. Aí foram pegos toda sua família, outros mais jovens correram... Tem duas aldeias, três.... eles correram pra lá.

VS: E quando você voltou pra lá, depois que não acostumou. Encontrou com eles?

MK: Não. Nunca mais vi...

Ruben Caixeta de Queiroz, em pesquisa para a demarcação da TI Trombetas-Mapuera em 2002, entrevistou Maria Karara na aldeia Jutaí, no rio Nhamundá, onde então vivia com a filha Margarete Xenyexenye, casada com um Hixkaryana do Nhamundá. Atualmente sua filha, genro e netos moram em Urucará, onde Esese e seu atual marido, João Batista, também moram, alternando temporadas na aldeia *Kahxe*. Em Jutaí, como ela diz, moram atualmente seu meio irmão por parte de pai e seus seis filhos. Pelo que nos relatou Esese e de acordo com o informado por Caixeta de Queiroz, logo após terem sido capturados e levados ao posto, a família karara passou a viver entre sua antiga aldeia no rio Karara e o posto, sendo que várias pessoas faleceram nos primeiros anos, incluindo os avós de Maria e sua mãe.

O autor informa que:

José Karara, pai de Esese, depois da morte de sua primeira mulher – a índia Ateo Karara, com quem teve, além de Esese, Francisco e Nazaret –, casou-se com uma Hixkaryana, chamada Kuiwi. Ele teve seis filhos em seu segundo casamento. Faleceu na aldeia Jutaí, deixando ali sua segunda esposa e seus filhos. Francisco, o irmão de Esese, depois que todos os parentes hixakaryana deixaram o Posto de Jatapu, ficou vivendo ali sozinho por um certo tempo, até que também se mudou e foi morar na cidade de Maués, onde se casou com uma mulher “branca”. Xenyexenye é filha de Esese com um índio Sataré, Vitor, que se mudou para Manaus (Caixeta de Queiroz 2003).

Maria Karara é hoje, portanto, a única sobrevivente deste grupo de pessoas que foi contatado e capturado pelo SPI. Levados à força para o posto indígena, não se acostumaram a viver entre os Okoymoyana e Xowyana e tentaram retornar para suas antigas aldeias, onde não encontraram mais seus parentes. Alternando a vida entre o rio

Karara e o posto em Santa Maria, várias dessas pessoas faleceram. Aquelas que sobreviveram, por não terem estabelecido laços de parentesco com os outros povos, acabaram permanecendo sozinhos por muito tempo no posto indígena depois de seu abandono pela FUNAI, já que aquele lugar tinha se tornado sua referência de território depois de terem sido arrancados à força do rio Cidade Velha.

Os demais Kararayana abandonaram suas malocas no rio Cidade Velha e se isolaram. Maria Karara diz constantemente que, apesar dela e de seus parentes terem voltado algumas vezes para procurá-los para voltar a viver com eles, nunca mais conseguiu vê-los. Tirada à força do meio de seu povo e tendo morrido ou ido pra longe todos os seus parentes consanguíneos que foram levados para o Posto Jatapu, Maria Karara viveu praticamente sozinha entre os Okoymoyana e Xowyana, e, sem relações de parentesco com eles, não pôde casar-se, nem criar vínculos duradouros em nenhuma aldeia. Passou assim boa parte da vida entre *Kassawá*, Jutaí, Urucará, Nhamundá e Santa Maria sem se acostumar muito com lugar nenhum, como ela diz. Até que recentemente, já bastante idosa, se casou com um homem Okoymoyana viúvo e decidiu se estabelecer e permanecer em Santa Maria, local que ela considera como seu lugar, já que cresceu ali. Os parentes que ela faz questão de listar, os filhos de sua filha Margarete e os filhos de seu meio irmão em Jutaí, são os únicos descendentes diretos dos Kararayana.



Foto 4 Lápide do antigo cemitério do sub-posto em Kahxe, onde estão enterrados 13 indígenas Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.

Na entrevista acima, vimos que Francisco Afoxwa conta que os povos do Jatapu, mesmo vivendo nas aldeias do rio Nhamundá, passavam temporadas no Jatapu no “tempo da safra, dos peixes, dos ovos de tracajá”, ou seja, no período de seca dos meses de setembro, outubro e novembro. Isso é de suma importância para entender a dinâmica territorial que se estabeleceu a partir do impacto do contato, pois vemos que, ainda que tenham sido aglomerados na grande aldeia *Kassawá* por pressão missionária e da FUNAI, estes povos desenvolveram uma ocupação baseada na sazonalidade fundamentada no ciclo de seca e chuvas, vazante e enchente dos rios, vivendo tanto no Jatapu quanto no Nhamundá. A ocupação sazonal, como dito acima, já era uma forma destes povos ocuparem e utilizarem o espaço de seu território tradicional. Ocorre que com a brutalidade do contato, das epidemias, da falta de proteção no rio Jatapu e a pressão missionária e da FUNAI para que os povos do Jatapu se assentassem permanentemente, ela muda de geografia. Essa transformação começou ainda durante o processo de contato e está descrita nos relatórios do SPI, quando em face às doenças levadas pelos inspetores, os povos do Jatapu buscaram ajuda nas aldeias de seus parentes no Nhamundá, retornando depois ao Jatapu. Pela documentação disponível e pelos relatos dos mais velhos, esses

deslocamentos eram bastante frequentes e tinham como objetivo, dentre outras coisas, buscar segurança e atendimento médico. Essa dinâmica, que vinha desde o início dos anos 1940, é refreada nos anos 1970 pela pressão que FUNAI exerceu no PIN Nhamundá para os povos do Jatapu se estabelecerem permanentemente, pela continuidade da invasão do Jatapu por não-indígenas e fundamentalmente pela retomada dos projetos de mineração de ferro pela SIDERAMA em 1976, como será descrito abaixo.

Apesar das pressões, esse movimento pelo território não cessou, uma vez que os Kararayana permaneceram vivendo no PIN abandonado até 1982, quando o cacique da aldeia Kassawá, Candinho, sabendo pela FUNAI que havia gente ainda em Santa Maria, organizou uma viagem com os Okomoyana e Xowyana para buscar Maria Karara novamente. A partir daí, as famílias do Jatapu, guiadas pelos mais velhos, retomaram antigos caminhos e o modo sazonal de vida entre o rio Jatapu e Nhamundá, e passaram novamente a, todos os anos, se estabelecer no período de seca na antiga aldeia *Kahxe*, que ficava próxima ao antigo posto do SPI na cachoeira Santa Maria. Mantinham por ali roças, cuidavam dos antigos pomares e cuidavam das casas que eram utilizados no período de seca, quando a pesca e a coleta de quelônios e seus ovos é abundante no Jatapu (setembro, outubro e novembro).

Segundo conta Francisco Afoxwa, no ano de 1989 ele acompanhou uma dessas viagens até *Kahxe* com Yeriyeri e sua família e se empregou na exploração de óleo de pau-rosa que Francisco Ianuzzi promovia no Jatapu. Conhecido como Ianuzo na região, ele foi um grande produtor de óleo de pau-rosa no estado do Amazonas e Pará, explorando áreas no Jatapu e Maués no Amazonas, e em Itaituba, no Pará. Afoxwa conta que havia uma estrada que partia do porto em Santa Maria e adentrava no sentido nordeste dentro da mata, onde havia duas usinas para o processamento do pau-rosa. Como relata, nesse tempo um homem chamado Arnaldo havia montado um bar e um bordel sobre a capoeira da antiga aldeia e posto do SPI, onde servia bebidas alcoólicas e promovia festas no dia de pagamento dos trabalhadores. Tal atividade teria durado até por volta de 1994, quando Ianuzzi foi multado pelo IBAMA por exploração irregular de pau-rosa em Maués e encerrado suas atividades no estado do Amazonas.

Como fica claro a partir dos relatos dos indígenas, o rio Jatapu seguiu sendo muito explorado por não-indígenas depois da instalação do Posto Indígena, que inclusive utilizam suas instalações como ponto de apoio para a invasão do território tradicional. José Yeriyeri relata inclusive que os garimpeiros, balateiros e extratores de pau-rosa que

ficavam morando no sub-posto na cachoeira Santa Maria chegaram a raptar as mulheres indígenas que iam com suas famílias buscar tratamento médico para "distribuí-las" entre os homens não-indígenas, sob ameaça de matarem os maridos e pais caso tentassem resgatá-las. Outra consequência terrível dessa livre circulação dos não-indígenas foi a captura que fizeram dos Karara. Para além da violência em si do contato forçado – feito utilizando armadilha de laço como a usada para capturar animais na mata - ainda resultou, por um lado, na morte por doenças de quase todos aqueles que foram retirados das aldeias e levados para o Posto. Por outro, ocasionou a fuga daqueles que permaneceram no igarapé Cidade Velha, que abandonaram suas aldeias e se isolaram ainda mais nas matas. Joana Kamyara relata também que no tempo em que foi aberto o PIN no rio Nhamundá, o chefe de posto Nonato disse aos povos do Jatapu que o Posto e o subposto iam ser abandonados e que todos deviam se mudar de vez para a aldeia *Kassawá*, no rio Nhamundá. Segundo ela conta, os postos do Jatapu ficaram sem funcionários e o número de não-indígenas que invadiam o território aumentou muito e várias mulheres indígenas foram violentadas. Uma delas, chamada Ahpá, foi inclusive raptada e levada para a cidade de Santarém, de onde nunca mais tiveram notícias dela.

Importante ainda ressaltar que apesar de o território indígena do Jatapu ter sido recorrentemente apontado em documentos do SPI como uma área a ser regularizada pelo governo federal, isso nunca aconteceu. Ao contrário, progressivamente o Posto Jatapu foi sendo abandonado pelos funcionários a partir do início dos anos 1970, até que se deu a transferência informal dos povos do Jatapu para o PIN Nhamundá, na aldeia *Kassawá*, e o consequente aumento das invasões no território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana. A FUNAI não tinha sequer informações a respeito da situação dos indígenas no rio Jatapu na segunda metade dos anos 1970, tanto que mandou uma equipe investigar se ainda vivia alguém por lá (cf. Kloss 1976 e item 3 deste capítulo). O abandono do Posto Jatapu e a coerção para que os povos do Jatapu se fixassem no PIN Nhamundá e deixassem de viver nas margens do rio Jatapu coincide com a entrada da bacia do rio Uatumã no escopo de grandes projetos de mineração e geração de energia hidrelétrica nas décadas de 1960 e 1970. Em outras porções dos territórios dos povos Karib do norte Amazônico, houve também a remoção da população de suas aldeias por esforços conjuntos de militares da FAB e missionários, em áreas onde grandes projetos de infraestrutura seriam planejados e parcialmente implementados no período da Ditadura Militar.

2. Ação missionária, presença militar e os grandes projetos no norte amazônico

2.1. Aliança missionário-militar e o deslocamento da população indígena

No final dos anos 1940, os missionários norte-americanos Robert e Neil Hawkins, da *Unevangelized Fields Mission* (UFM), que atuavam no território do Rio Branco (atual estado de Roraima) entre os povos Wapixana, Macuxi e Ingarikó com filiação à Missão Cristã Evangélica do Brasil (MICEB), passaram a realizar investidas nas áreas de floresta nas proximidades da Serra do Acarí à procura dos povos isolados da região. Em 1949 encontram um pequeno grupo nas cabeceiras do rio Essequibo, na Guiana, onde estabeleceram a missão *Kanaxen* próxima à aldeia Waiwai *Yakayaka* no ano seguinte. A partir do trabalho de conversão dos indígenas desta aldeia, os missionários passaram a incentivar expedições de contato do lado brasileiro da fronteira, visando atrair os grupos do alto Mapuera com os quais os indígenas de *Yakayaka* já mantinham intervisitações. O botânico Nicholas Guppy, que trabalhou na região em 1953, nós dá um relato do missionário Claude Leavitt sobre as estratégias de atração e controle dos norte-americanos:

Uma vez que alguns artigos como armas para os homens, ou roupas para as mulheres, tenham se tornado necessários para eles, nós podemos facilmente catequizá-los, pois eles terão que ganhar dinheiro e como consequência morar próximo da missão, onde podemos controlá-los e guiá-los para caminhos melhores. (...) Há provavelmente duzentos índios depois da fronteira, no Brasil, e é neles em que estamos realmente interessados. Os Waiwai da Guiana vão atuar como sementes, espalhando a Palavra para os outros – e é por isso que devemos concentrar esforços para convertê-los primeiro. Por enquanto estamos tentando convencer os índios brasileiros a deixar suas aldeias e se assentar aqui. Estamos oferecendo a eles miçangas, facas, espelhos – tudo o que adoram. Nós mandamos mensageiros através da fronteira para dizer a eles que aqui viverão muito melhor. E alguns estão vindo. (Guppy, 1958).

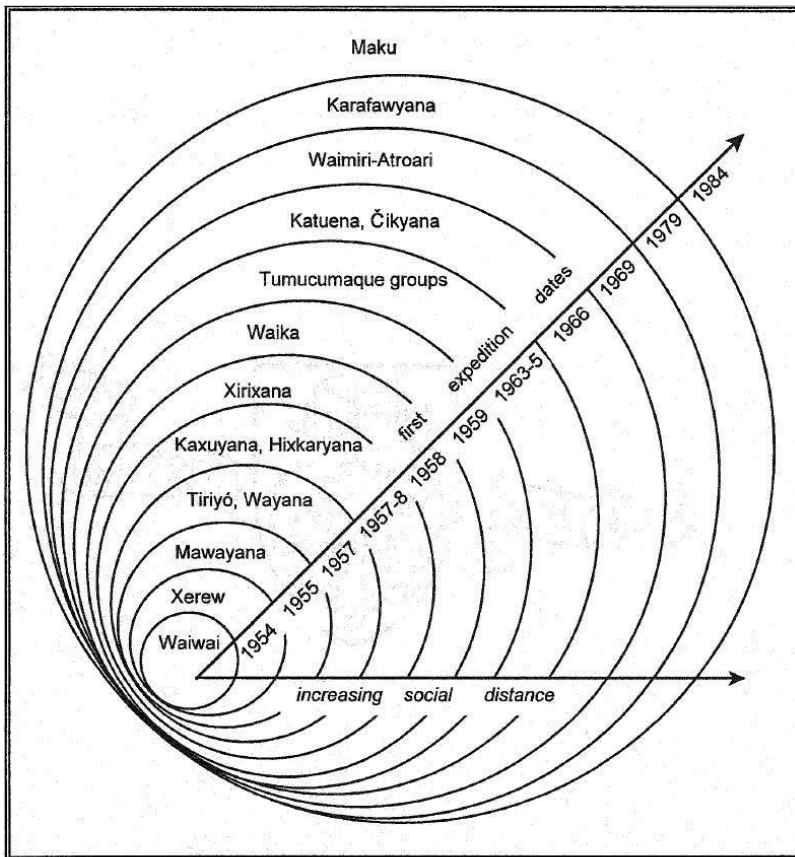


Figure 32. History of groups contacted by Waiwai expeditions, 1950s-1980s

Figura 3 Histórico dos grupos contatados pelas expedições Waiwai entre 1950 e 1980.

A estratégia de utilizar os indígenas convertidos (notadamente os xamãs) para atrair outros povos foi utilizada pela UFM em outras regiões, como no sul do Suriname, onde os Waiwai sabiam da existência dos Tiriyó (Frikel 1971: 30). Claude Leavitt, no começo dos anos 1960, partiu com alguns homens da missão *Kanaxen* e estabeleceu contato com os Tiriyó, formando a missão *Araraparu*. Dali, Tiriyós e Waiwais saíram à procura de outros grupos tanto no Suriname quanto do lado brasileiro, principalmente nas cabeceiras do rio Trombetas e Erepecuru. Frikel (idem: 31) assim relata a estratégia missionária naquela região:

Contavam aos Tiriyó as "coisas boas" que havia em *Araraparu* e como prova davam-lhes pequenos presentes, facas, espelinhos, etc., e cantavam com eles hinos a Jesus, pois o índio, de fato, gosta de cantar. Nessas ocasiões convidavam os Tiriyó a se mudarem para *Araraparu* por ser lá tudo muito melhor que aqui, em terras do Brasil. Aplicaram estas técnicas, especialmente, quando sabiam que o chefe da aldeia tinha falecido (e, naquela época, morreram vários) e que a orientação da aldeia ainda estava descoordenada.

Desta maneira, os pregadores de Suriname conseguiram que, realmente, grande parte dos índios moradores dos rios Panamá [Pânama, formado do rio Trombetas], Marapi e Kuxaré [afluentes do rio Erepecuru], emigrasse para *Araraparu*.

Do lado brasileiro, em 1959 a Força Aérea Brasileira, interessada em aumentar sua presença nas áreas de fronteira com Suriname e Guiana – que vinham passando por turbulências políticas devido aos movimentos de independência – decidiu formar uma base nas zonas de campo das cabeceiras do Erepecuru. Neste processo convidaram a Sociedade dos Padres Missionários da Prelazia de Óbidos para intermediar a relação com os índios, em uma parceria que ficara conhecida como “Trinômio FAB-Missionários-Índios” (CEDI 1993: 190). O então comandante da 1ª Zona da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Camarão Teles, visava criar, segundo suas palavras, “centros de aculturação indígena” nas zonas de fronteira juntamente com missionários, para criar pontos de fiscalização da FAB nas zonas de fronteira, contado com pistas de pouso, tendo em vista a “defesa nacional” (idem: 191). Ao passo que a FAB prestaria apoio logístico e médio às bases, os missionários se encarregariam da dita “aculturação” dos índios com o objetivo de integrá-los às frentes de colonização que, em sua visão, inexoravelmente atingiram a região.

A partir de 1959, portanto, foi organizada uma série de expedições que visavam estabelecer essas bases e novos “Trinômios”, valendo-se da aliança com diferentes frentes missionárias que já atuavam com os indígenas nas zonas de fronteira. Estabelecida a Missão Tiriyós, a FAB realizou a Operação Parima em 1960 com o objetivo oficial de investigar a atuação missionária no território do Rio Branco. Dessa operação surgiu uma aliança com a Cruzada de Evangelização Mundial, nome adotado pela *Unevangelized Fields Mission* no Brasil. Em 1962, essa aliança é colocada em prática quando a FAB decidiu estabelecer uma base próxima à fronteira com a Guiana. Nessa época, preocupava os militares brasileiros uma possível influência socialista cubana na região que poderia adentrar o Brasil através dos processos de independência da Guiana e do Suriname. Os militares brasileiros, em contato com os missionários de *Kanaxen*, pousaram na missão, em pleno solo da Guiana, e atravessam a Serra do Acari junto com os norte-americanos e indígenas em direção à cabeceira do rio Kafuwini [o formador ocidental do rio Trombetas], onde abriram a pista “Uai Uai” e esperavam fixar os índios de *Kanaxen* e formar um novo “Trinômio” e uma nova base da FAB. Ao mesmo tempo outra equipe

abria uma pista de pouso em Anauá, no rio Novo, Roraima (cf. IWGIA 2019; Alcantara e Silva 2016; Oliveira 2010).



Foto 5 - Militares da FAB posam com a liderança de Kanxen, Yakutá, no escopo da “Operação Mapuera”

Nos rios Nhamundá e Jatapu, por volta do fim dos anos 1950, os Waiwai alcançaram as aldeias dos Hixkaryana, Xowyana, Okoymoyana e Kararayana e levam grande parte consigo para *Kanaxen*. De acordo com Queiroz (2009), apenas 15 famílias permaneceram em suas aldeias nesta região. O casal de missionários Desmond e Grace Derbyshire, que atuavam pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL), visitaram *Kanaxen* a convite de Robert Hawkins em 1958 e partiram para o rio Nhamundá para atuar diretamente ali. Estabeleceram no ano seguinte uma missão na aldeia *Kassawá*, de onde montaram expedições para atrair a população das aldeias dispersas do interflúvio Nhamundá-Jatapu, com o argumento de que isso facilitaria a alfabetização e a tradução da Bíblia (Lucas 2014: 60).



Foto 6 - Desmond Derbyshire, missionário do SIL, reunido com lideranças Hixkaryana no final dos anos 1950.

Na bacia do rio Trombetas os Waiwai de *Kanaxen* chegaram até os Katxuyana do rio Cachorro e Kahyana do rio Trombetas em meados dos anos 1960, mas estes se recusaram a seguir para a missão. Voltaram-se então para os grupos do rio Turuni e levaram boa parte dos Tunayana e Txikiyana. O restante foi, anos depois, contato pelos Tiriyo de *Araraparu* e levados para o Suriname, dividindo assim diversas famílias. Em 1968 a FAB organizou, junto com os Franciscanos da Prelazia de Óbidos, a transferência em aviões militares dos Katxuyana da aldeia Santidade, no rio Cachorro para a Missão Tiriyo. Parte dos Katxuyana, que vivia em outra aldeia, migrou para o rio Nhamundá, onde eles ficaram impedidos de retornar pelos pastores Hixkaryana e pelos missionários. Os Kahyana que permaneceram no rio Trombetas, vendo-se isolados na região, migraram gradualmente para a Missão Tiriyo a procura de seus parentes.

O resultado dessas várias frentes missionárias e militar-missionárias foi um brutal esvaziamento da população indígena de toda a região, com diversas consequências duradouras. Se por um lado deu origem aos grandes assentamentos em torno de missões e bases militares, deu origem também aos atuais povos isolados da região, que foram cortados das redes de relações que interconectavam todos estes povos. Aqueles que foram concentrados foram compelidos a falar línguas que não eram as de seus grupos – normalmente aquela escolhida pelos missionários para a tradução da Bíblia – e viver como estrangeiros em territórios que não era seus, sem poderem retornar, com diversas implicações políticas. Ao mesmo tempo em que perdiam suas línguas e territórios, viram também seus nomes serem subsumidos em identidades genéricas forjadas na relação com missionários, militares e posteriormente outros agentes de Estado. Como consequência última, a concentração da população também liberou os territórios indígenas para os projetos de ocupação econômica que seriam implementados na Amazônia a partir da década de 1970 por sobre os “vazios demográficos” que esses deslocamentos produziram.

No caso do rio Jatapu, o relato de Joana Kamyara mostra como o esvaziamento do território foi produzido por diversos fatores de pressão sobre os povos indígenas: em meio a grande incidência de mortes pelas doenças causadas pelo contato e a constante invasão do território por não-indígenas, somada à falta de assistência médica no Posto do SPI, várias pessoas decidiram deixar temporariamente o Jatapu e juntar-se aos Waiwai e Hixkaryana:

Algum tempo depois [de voltarem para a aldeia *Matxeká*] chegaram pessoas vindo da aldeia *Kassawá*, no rio Nhamundá. Eram Tukmi, Makaká, Cemsuê e Kumaná. Chegaram dizendo que traziam a palavra de Deus e chamando todos pra ir morar em *Kassawá* e em *Kanaxen*. Manaka e Cemsuê estavam vindo da Guiana, da aldeia *Kanaxen*. Passaram por *Kassawá*, que era onde Tukmi e Kumaná moravam e vieram procurar a gente no Jatapu. Tukmi e Kumaná viviam antigamente na cabeceira do rio Acari e visitavam as aldeias do rio Nhamundá e do Jatapu para buscar terçados e machados. Por isso sabiam que a gente vivia no Jatapu. Kumaná se criou no rio Mapuera, na aldeia *Manariwaká*, junto com Tukmi, que foi raptado pelos Waiwai quando era criança.

Depois que eles apareceram, o chefe de posto Nonato avisou pra gente que o Posto no rio Jatapu ia fechar e que todo mundo precisava se mudar para a aldeia *Kassawá*. Nonato não voltou mais e muitos garimpeiros e madeireiros começaram a subir o rio e ficar perto das aldeias. Mexiam com as mulheres e teve uma que foi levada por um garimpeiro pra Santarém. Ahpá era o nome dela.

Eu não queria sair daqui, do Jatapu. Mas meu pai e minha mãe tinham morrido de doenças aqui e eu fiquei junto com meu irmão Warahtá. A gente não queria ir para a Guiana e nem para *Kassawá*. A gente ia deixar *Matxeká* e ir morar no posto em Santa Maria. Só que Tukmi insistiu muito que Deus estava chegando logo e que quem não fosse para *Kanaxen* ouvir sua palavra ia morrer queimado⁸. Então resolvemos ir com eles. Só que muita gente ficou com medo de ir junto com eles para morar onde não conheciam e fugiram pro centro da mata. Nunca mais ninguém teve notícia deles.

Ficamos muitos anos morando em *Kanaxen*. No caminho que me casei [com o falecido Txentxe]. Tive quatro filhos lá. Quando o cacique Ewká [liderança de *Kanaxen*] resolveu abrir uma aldeia no Mapuera, na antiga capoeira de *Mawtohrí*⁹, meu irmão Warahtá e muitos Xerew e Hixkaryana que tinham morado por ali foram junto. Começaram a fazer uma grande roça onde Ewká tinha aberto

⁸ Protásio Frikel (1971) apresenta e critica a ênfase escatológica da atuação dos missionários evangélicos na região, que chama de um verdadeiro “terrorismo espiritual” com o objetivo de atrair os indígenas e mantê-los aldeados a qualquer custo. Segundo ouviu entre os Tiriyo, era comum também a prática de reter e ameaçar pessoas de uma família nas missões quando o homem viajava, como forma de fazê-lo voltar e impedir o retorno às suas aldeias.

⁹ *Mawtohrí* era o nome de uma antiga aldeia Xerew no rio Mapuera. Em sentido literal, quer dizer Pedra do Guariba. Essa reabertura da aldeia por volta de 1973 deu origem à atual aldeia Mapuera.

um roçadinho quando ele tinha saído para procurar os Xerew, Mawayana e Katwena isolados.

Warahtá ficou mais de um ano, a gente não sabia dele. Então resolvemos ir para o Mapuera. Atravessamos a serra e ficamos nas cabeceiras do Mapuera quase um ano ainda, fazendo roça. Aí o pessoal que estava em *Mawtohrí* apareceu, mas meu irmão não estava com eles. Kîrînaw, o filho de Ewká, avisou que Warahtá estava com malária e tinha ficado por lá. Ficamos ainda mais seis meses na cabeceira fazendo canoa para descer pelo rio. Ficamos morando em *Mawtohrí* vários anos depois que Ewká trouxe muita gente de *Kanaxen*. Mas a gente não queria ficar ali, queríamos voltar pro Jatapu.

Quando a gente estava na cabeceira do Mapuera ainda, meu marido sonhava muito. Ele conversou com um espírito, eu acho que Deus mesmo disse pra ele que a gente não devia morar no Mapuera e nem em *Kassawá*, que a gente devia voltar pro rio Jatapu porque lá que a gente tinha nascido e também porque lá ficaram nossos parentes no mato. O espírito disse pra ele voltar e levar nossos filhos, porque um dia eles iam conhecer as aldeias dos nossos parentes que fugiram. Meu marido resolveu planejar pra gente voltar.

Por isso que a gente passou só alguns anos em Mapuera e depois em *Kassawá*. Depois a gente voltou pro Jatapu e fizemos aldeia na cachoeira do Pica-Pau. Meu marido sonhava muito lá também: falaram pra ele que ali era um lugar perigoso, porque os isolados estavam muito perto e podiam fazer algum mal pros nossos filhos, e que a gente tinha que se mudar dali logo. Quando veio a cheia, passou por cima da aldeia e estragou as roças. Por isso viemos para Nova Bacaba, que é terra firme. Aqui de novo vieram pro meu marido no sonho, dizendo que aqui a gente estava bem e que era pra ficar, cuidar dos filhos e dos parentes pra gente aumentar por aqui. Um pouco antes de falecer, meu marido chamou todos os filhos e contou desses sonhos e pediu pra eles cuidarem da terra e dos parentes.

Por isso que eu digo que eu vou ficar aqui, não vou mais pra lugar nenhum. (Joana Kamyara, aldeia Nova Bacaba, novembro de 2015)

2.2. A criação do “vazio demográfico” e os grandes projetos na “Calha Norte”

A geopolítica militar nessa região foi potencializada pela Ditadura Militar, que elaborou vários planos de ocupação econômica da região visando fomentar sua ocupação e integração à economia nacional. Afirmando ser necessário ocupar os “vazios demográficos” – que, como vimos, foi criado pelos militares e missionários - para não “entregar” a Amazônia, estes planos direcionados à denominada “Calha Norte” do rio Amazonas não escondiam a renitente preocupação com as fronteiras dos países caribenhos. Uma série de obras foi planejada na região, notadamente voltadas à mineração, geração de energia elétrica e abertura de estradas conjugadas com assentamentos de colonização, em programas como o Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), de 1974, e o Projeto Radam Brasil, de 1975¹⁰.

Podemos listar uma série de empreendimentos de grande porte planejados nos territórios dos povos Karib que foram removidos de suas terras poucos anos antes seja por missionários ou por militares, alguns dos quais foram realizados (IWGIA 2019):

a) Construção da rodovia BR-210, Perimetral Norte, que visava interligar Macapá, no estado do Amapá, até Boa Vista, em Roraima. Entre 1973 e 1976 o trecho no Amapá foi construído até incidir no território Waiãpi e, em Roraima, seguiu até as margens do rio Jatapu, o que causou pressões e risco de contatos nas áreas indígenas em Roraima pelo assentamento de colonos ao longo da BR210. Em seu traçado original iria ainda cortar os territórios Karib atravessando o alto curso dos rios Erepecuru, Marapi, Trombetas, Turuni, Mapuera e Jatapu.

b) Construção do trecho norte da rodovia BR-163, entre Alenquer-PA até a fronteira com o Suriname, cortando a BR-210. Em 1973, apenas cinco anos após a remoção dos Katxuyana e dos povos do Trombetas, o consórcio liderado pela Andrade Gutierrez transformou Cachoeira Porteira na base do canteiro de obras da rodovia, que teve 220 Km construídos às margens do rio Trombetas.

¹⁰ Cf. CTI 2020: 223-227 para um apinhado dessas iniciativas e os impactos na região.

c) Em 1966 a *Aluminium Company of Canada* (Alcan) realizou estudos minerários na bacia do rio Trombetas e descobriu uma grande jazida de bauxita. Em 1975 foi formado um consórcio cujos acionistas majoritários eram a Companhia Vale do Rio Doce e a Alcan, nomeado Mineração Rio do Norte S.A, que passou a explorar o minério em Porto Trombetas. Paralelamente, houve a exploração de madeira próximo à foz dos rios Mapuera e Cachorro para alimentar a usina de secagem da Mineração Rio do Norte.

d) Em 1972 a Eletrobrás realizou estudos de aproveitamento hidrelétrico nas bacias dos rios Trombetas, Erepecuru, Uatumã e Jatapu. A partir de 1980, iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica da construção de um complexo de barragens hidrelétricas com represamentos previstos no rio Trombetas e seus principais afluentes: Mapuera, Cachorro, Turuni, Erepecuru e Trombetas.

O caso mais explícito dessa correlação entre a remoção dos povos indígenas de seus territórios e a implementação de projetos econômicos se deu no rio Cachorro e Trombetas, onde apenas alguns anos depois da remoção dos Katxuyana em aviões da FAB para a Missão Tiriýós, o consórcio liderado pela Andrade Gutierrez estabeleceu um canteiro de obras em Cachoeira Porteira para a abertura do trecho norte da BR-163 e onde, nos anos 1980, daria início às obras da UHE Cachoeira Porteira. Além disso, a empresa instalou uma grande vila no local:

O núcleo "Cachoeira-Porteira" tornou-se modelar, fruto de um planejamento esmerado, contando com um porto fluvial, escritórios, oficinas, refeitórios, almoxarifado, alojamentos para solteiros, etc. A vila residencial é dotada de aproximadamente 100 casas, centro comercial, praça de esportes, hospital, consultório dentário e escola completa de 1º grau, com as 8ª séries em funcionamento (Gutierrez 1976).

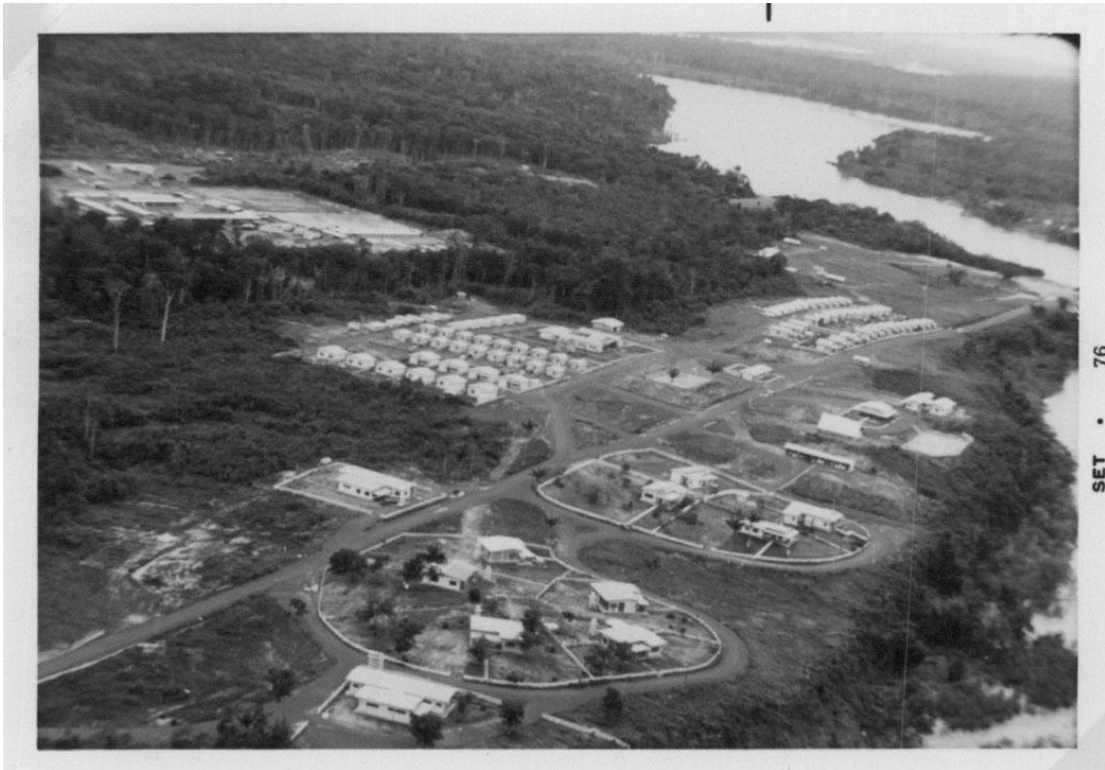


Foto 7 Vila operária instalada pela Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira, no rio Trombetas.

Na região do médio e baixo rio Jatapu, como vimos, em 1962 a Siderama, Companhia Siderúrgica da Amazônia, obteve autorização para lavrar minério de ferro no rio Jatapu, entre os igarapés Oriente e das Pedras (Brasil 1962) e instalou uma base nas proximidades do igarapé Macauari (*Makawari*¹¹), a partir de onde iniciou trabalhos de prospecção e extração de ferro na margem esquerda do rio Jatapu, cujo porto de escoamento do minério fica em frente ao sub-posto em Santa Maria. O ferro do Jatapu visava abastecer a usina de processamento de ferro da Siderama inaugurada em Manaus no mesmo ano. Formada inicialmente por capital privado e financiada pela SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em 1965 e pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1968, a Siderama enfrentou no início da década de 1970 problemas para a redução metalúrgica do minério de ferro do Jatapu, para os quais seus equipamentos não eram adaptados, e passou por graves crises financeiras e administrativas.

¹¹ O mesmo igarapé onde havia, no século XVIII, uma aldeia dos “Pariquis”. Cf. parte I deste relatório.

Em 1975 a SUDAM se torna acionista majoritário da empresa e elabora um plano de reestruturação que previa troca de maquinário e reativação da mina e da base do Jatapu, o que foi realizado ao longo de 1976 e 1977. Neste período foi retomada a exploração do minério de ferro, equipagem da base, reforma da estrada e a abertura de noventa novos poços de prospecções de ferro e sessenta poços de prospecção de arenito para produzir amostras para análise que seriam realizadas pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais e pela Usiminas.

As atividades da Siderama ao longo dos anos 1960 e 1970 marcaram o ápice da pressão dos órgãos indigenistas do estado, SPI e posteriormente FUNAI, para impedir a permanência dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana no Jatapu, somando-se às outras empreitadas econômicas esporádicas que já aconteciam ao longo das margens do rio. A tomada de controle acionário da empresa pela Sudam e o reinício da extração de minério de ferro no igarapé Oriente ocorre em paralelo com o abandono do Posto Jatapu pela FUNAI, sua extinção em 1977 e a pressão para que os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana vivessem em aldeias do rio Nhamundá e não mais retornassem para o Jatapu.

Nesta mesma época, em 1972, a Eletrobrás iniciou estudos de aproveitamento hidrelétrico no rio Jatapu e identificou duas potenciais usinas, uma na cachoeira Santa Maria e outra na cachoeira Katuema – próxima do igarapé Maloca. Entre 1976 e 1978, a CPRM¹² realizou um amplo estudo na bacia do rio Uatumã, inclusive no rio Jatapu, chamado projeto Sulfetos de Uatumã, na tentativa de identificar depósitos de cassiterita (minério do estanho) e ouro (CPRM 1977). A partir da identificação do minério na região do igarapé Pitinga, afluente da margem direita do rio Uatumã, foi criada a Província Mineral do Mapuera, que abrange desde o alto Uatumã, médio Jatapu e alto Mapuera, como meio de resguardar os eventuais depósitos minerais para empresas de mineração envolvidas na prospecção, notadamente a Mineração Taboca (ANM 2009). Além disso, como aponta o sertanista Sebastião Amâncio da Costa (1982), o traçado da BR-210 (Perimetral Norte), caso avançasse para além do alto rio Jatapu, atingiria em cheio o território dos Karapawyana isolados.

Fica claro que no Jatapu, assim como vinha ocorrendo em outras regiões da margem esquerda do rio Amazonas, todas essas iniciativas de empreendimentos

¹² Desde 1968 o DNPM realizava pesquisas geológicas no Jatapu e outros rios no escopo do projeto Baixo Rio Negro-Jatapu (Brasil, 1970)

minerários, hidrelétricos e rodoviários apoiados e incentivados pelo Governo Militar e financiados e coordenados através de programas federais resultaram na expulsão da população indígena de seus territórios, seja através de remoção forçada, pressões de agentes estatais, abandono dos postos indígenas, ação missionária. A pressão das empresas privadas e públicas e das agências governamentais de pesquisa, junto com a invasão de não-indígenas que subiam o Jatapu para explorar a caça de peles, a balata, o garimpo de ouro, etc. causou reiteradamente ciclos de doenças, deslocamentos das famílias, a busca de refúgio nas aldeias do rio Nhamundá ou no interior da mata, o que forçava os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana a se afastar do rio Jatapu. No entanto, retomando a sazonalidade de ocupação anterior ao contato, desenvolveram um modo de vida baseado na alternância entre as aldeias do rio Nhamundá e seus roçados, pomares e aldeias no rio Jatapu, a despeito de todas as adversidades e esbulho que encontravam em seu território.

3. Marco Temporal, esbulho territorial e a continuidade do vínculo com o território

Em 1976 a agrônoma Gertrude Rita Kloss realizou uma viagem ao rio Jatapu pelo convênio FUNAI/RADAM para averiguar, segundo seu relatório, o que estava acontecendo na área do “extinto Posto Indígena” e se ainda havia indígenas vivendo naquela região. Neste relatório, ela aponta o seguinte:

Quando a Siderama começou a se instalar na região, por volta de 1960, viviam no PI de 30 a 40 índios. As doenças começaram a matá-los. Por esse motivo, um ano depois da chegada dos civilizados, mudaram-se para o rio Nhamundá, ficando, apenas, a família referida acima [Karayana]. Todos eram originários do alto Jatapu onde não há mais malocas. (Kloss 1976).

Ela ainda informa que, apesar de se encontrar abandonado por seus funcionários, em 1976 ainda vivia no sub-posto em Santa Maria (antiga aldeia *Kahxe*) uma família indígena composta por um homem e um casal de filhos adultos. Esta família era a de Maria Karara, que ali viveu com seu pai, seu irmão e sua filha até 1982. Apesar de Kloss constatar que havia uma família indígena vivendo no Posto em seu relatório, a FUNAI extinguiu oficialmente o Posto Jatapu em 1977 e transferiu suas atribuições para o Posto Indígena Nhamundá. Como vimos, desde que o PIN Nhamundá foi formado em Kassawá,

por volta de 1970, a FUNAI começou a coagir os povos do Jatapu a não mais retornarem para suas aldeias, interrompendo a dinâmica tradicional de ocupação destes povos:

Quando o posto da FUNAI saiu daqui pra Nhamundá, no tempo do Nonato, ele convidou todo mundo pra *Kassawá*. Ele falava que aqui tinha muito ouro, que o garimpeiro ia roubar nossas filhas, matar a gente. Então fomos. (Joana Kamyara, aldeia Nova Bacaba, dezembro de 2015).

Importante ressaltar novamente que a pressão da FUNAI para que os povos do rio Jatapu abandonassem suas aldeias coincidiu com o interesse do governo federal em implementar projetos econômicos de mineração e geração de energia hidrelétrica na região, exatamente na área de ocupação tradicional desses povos. O fechamento do Posto Jatapu, bem como a pressão da FUNAI para que estes povos se estabelecessem de maneira permanente no rio Nhamundá, consolidou o esbulho territorial que os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana vinham sofrendo por conta da invasão sistemática por trabalhadores regionais de suas áreas de habitação tradicional e se soma ao impacto e mortes causadas pelos contatos forçados do SPI nas décadas de 1940 e 1960 e a facilitação que o próprio órgão propiciou aos invasores. No entanto, vivendo entre seus parentes no rio Nhamundá e também entre os Waiwai na Guiana, o vínculo com o território tradicional no rio Jatapu jamais foi rompido, seja pelos princípios e critérios particulares de territorialidade expostos acima, mas também pelo fato de que jamais deixaram de ocupar seu território.

Como contam os povos do Jatapu, tão logo saíram para visitar outras aldeias, quiseram retornar para suas moradas, tendo sido impedidos pelos missionários e pelos chefes de posto do PIN Nhamundá. No entanto, ainda que tivessem sido impedidos de abrir aldeias de moradia permanente, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana jamais deixaram de visitar seus lugares e passavam temporadas durante o ano nas antigas roças das capoeiras antigas do Jatapu. Maria da Penha de Almeida, no Relatório de demarcação da TI Nhamundá-Mapuera (Almeida 1981), indica que o médio rio Jatapu é parte do território tradicional dos povos Hixkaryana (em sentido englobante dos demais grupos), Xowyana, Kamarayana, Karahawyana, Yukwaryana e Xerewyana e Karara. Ela relata que anualmente as famílias que são originárias do Jatapu e que viviam em *Kassawá* realizavam expedições de caça e de pesca anuais no rio Jatapu, e que, apesar de não incluir

esta área na delimitação de Nhamundá-Mapuera, um estudo específico sobre esta porção do território deveria ser realizado na sequência da demarcação da TI Nhamundá-Mapuera.

Outro documento que atesta a manutenção, por parte dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, da ocupação continuada do rio Jatapu foi produzido pelo sertanista Francisco Bezerra de Lima (FUNAI 1988). Em 1988, o sertanista foi enviado pela FUNAI ao rio Jatapu a pedido da empresa CBE CAIMA para investigar a aparição de um grupo de indígenas próximos a uma área onde estavam realizando obras para a extração de ferro no local em que a Siderama havia realizado extração de minério de ferro nos anos 1960. Na cachoeira Santa Maria, no local do antigo posto, Lima encontrou 12 indígenas, que disseram ter saído do PIN Nhamundá (isto é, da aldeia *Kassawá*) para visitar seu antigo local de moradia e para coletar frutos e tracajás, o que faziam todos os anos. Com a presença da empresa ali nessa ocasião, aproveitavam para vender e trocar produtos e tentar conseguir trabalhos temporários nas empreiteiras que realizavam as obras. Naquele ano, além de encontrarem a mineração rasgando seu território, ainda entraram em conflito com um homem chamado Arnaldo, que havia feito uma grande derrubada na área do posto para criar gado e porcos e começava a construção de uma casa de alvenaria destinada ao turismo. Arnaldo dizia ser o dono daquelas terras, visto que as havia comprado de Sebastião Firmo, antigo chefe de posto em Santa Maria. Esse era o mesmo local onde os Xowyana, Okomoyana e Kararayana mantinham seus roçados, pomares, um cemitério e as casas que utilizavam todos os anos.

Bezerra termina seu relatório apontando para dois graves problemas: o risco dos indígenas contraírem doenças dos trabalhadores das obras, uma vez que a CAIMA e empreiteiras não faziam nenhum controle sanitário de seus funcionários, e o relativo às terras, pois, por ter sido o local da cachoeira Santa Maria um posto indígena, não poderia ter sido vendido por um ex-funcionário a terceiros, sendo terras dos indígenas. Pede por fim que a FUNAI intervenha na área para evitar tais problemas e investigue e regularize a situação das terras no Jatapu, uma vez que havia documentos do SPI e da própria FUNAI que apontavam ser aquela uma área indígena.

De fato, como vimos acima, os boletins internos do SPI listavam o PIA Jatapu em planos de trabalho, destinação de orçamento e funcionários, etc., de 1943 até 1966¹³. Já sob a FUNAI a partir de 1967 o PIA Jatapu continua existindo formalmente, tendo sido incluído em 1970 em um plano de “reativação” de postos indígenas da 1ª Delegacia

¹³ Boletins do SPI 1943-1966.

Regional, sediada em Manaus, pela instalação de estruturas de atendimento à saúde¹⁴ e que previa a criação de Ajudâncias Móveis para tal tarefa¹⁵. Porém, já em 1972 o Diretor Substituto do DGEP¹⁶ Ney Land encaminha ofício ao Delegado da 1ªDR em Manaus solicitando informações “sobre os problemas do posto indígena Jatapu, com relação às companhias de mineração que lá se estabeleceram, inclusive as medidas tomadas por vossa senhoria” (FUNAI 1972). A companhia à que se referia Land era a Siderama, que retomava as atividades no Jatapu depois de ter sido assumida pela Sudam e retomar os trabalhos de exploração de minério de ferro no Jatapu.

Não foi possível localizar outros documentos oficiais relativos a esse pedido de Land, ou saber se algo foi feito pela 1ªDR para avaliar os impactos da mineração sobre os indígenas neste período. Aparentemente nada foi feito, visto que em foi somente no início de 1976, como vimos, que Kloss realiza viagem de campo até o baixo Jatapu para investigar o que se passava ali. É importante ressaltar mais uma vez que ainda que ela chame o posto de extinto, isso só iria acontecer formalmente no ano seguinte, em 1977, por uma portaria da FUNAI. E isso apesar do próprio relatório dela apontar que sim, havia uma família indígena vivendo naquela área. Fato é que, desde o início da década de 1970, a FUNAI havia abandonado o Posto e deixado os povos do Jatapu sem a devida proteção territorial e assistência do órgão, forçando os indígenas a se estabelecerem de forma permanente no rio Nhamundá. Vimos acima, pelo relato de Joana Kamyara, que o sertanista Raimundo Nonato Corrêa esteve no Jatapu incentivando que os indígenas deixassem suas aldeias e se juntassem ao PIN Nhamundá, na aldeia Kassawá, pois o Jatapu seria ocupado por garimpeiros¹⁷. Kloss relata que na ocasião de sua passagem, a região estava tomada ainda por outros invasores:

A região encontrava-se sendo devassada por um grupo de 100 “gateiros”, caçadores de felinos para venda de peles, que se instalaram no Posto, dentre os quais João Oliveira, o último funcionário do PI Jatapu. (Kloss 1976)

¹⁴ Esse plano foi uma resposta às demandas da Cruz Vermelha para uma ação conjunta no atendimento à saúde de povos indígenas na Amazônia (Cf. FUNAI 1970).

¹⁵ FUNAI, 1970.

¹⁶ Departamento Geral de Estudos e Pesquisas

¹⁷ Raimundo Nonato Corrêa era o chefe do PIN Nhamundá provavelmente entre 1973 e 1980. Ele seria ainda delegado da 10ª DR da FUNAI em Boa Vista, tendo sido afastado do cargo em 1986 após responder a inquérito que o acusava de ter engravidado uma menor indígena. No decorrer deste inquérito, afastado por uma sindicância da FUNAI por manter uma indígena Hixkaryana trabalhando em sua casa como doméstica sem remuneração. Também do Programa Waimiri/Atroari pela FUNAI até 1989, quando foi afastado do cargo por uma sindicância interna que apontou a existência de uma “FUNAI paralela” de funcionários da Eletronorte que encabeçaria de fato o PWA sob sua gestão.

É surpreendente que a documentação dos próprios órgãos indigenistas indique que já desde o final da década de 1960, o Posto Jatapu estava inoperante e sem funcionários. Os indígenas relatam que mesmo antes disso era comum que o Posto ficasse abandonado por longos períodos, em que ficavam sem assistência e à mercê de invasores - momentos em que buscavam se refugiar nas aldeias do rio Nhamundá. Para além disso, essa documentação mostra que durante quatro décadas não houve iniciativas de fato do Estado brasileiro em reconhecer a Terra Indígena. A partir dos anos 1970 a situação se agrava por haver um apagão administrativo sobre o Jatapu e seus povos, como atesta o relatório de Kloss. Depois de sua viagem diagnóstica, somente em 1982 novamente ocorre uma menção ao baixo Jatapu, bastante isolada, pelo então presidente da FUNAI, o Coronel Paulo Moreira Leal. Leal assina um documento, encaminhado para o Coronel Paulo Uchoa, da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), em que elenca os fatores relevantes para a demarcação de áreas indígenas e lista, por Estado, as terras em processo de demarcação ou que necessitavam ainda serem delimitadas. Dentre estas últimas estava Jatapu, no Estado do Amazonas, provavelmente referindo-se ao baixo Jatapu (Cf. FUNAI 1982).

O rio Jatapu voltou a figurar de maneira qualificada nos documentos da FUNAI em meados dos anos 1980, quando parte dos Waiwai que haviam retornado da Guiana nos anos 1970 e se estabelecido em Roraima estavam se deslocando do rio Anauá para o alto Jatapu, onde a FUNAI estabeleceu um Posto Indígena, o PIN Jatapu, sob responsabilidade da Administração Regional de Boa Vista. No entanto, essas são regiões distintas, separadas por centenas de quilômetros e ocupadas por outros grupos indígenas, e que foi incluída na TI Trombetas-Mapuera.

Já o baixo Jatapu e seus povos são “redescobertos” por Bezerra no final de 1988, quando a empresa de mineração CAIMA informa à FUNAI a presença de indígenas nas proximidades da Cachoeira de Santa Maria (cf. Bezerra 1988). As narrativas dos indígenas do Jatapu corroboram o relato de Bezerra, pois contam que desde pelo menos 1982, quando foram junto com lideranças Hixkaryana da aldeia Kassawá buscar Maria Karara, seu pai e sua filha em Santa Maria, passaram a ir todos os anos no período de seca à antiga aldeia *Kahxe*, onde havia o antigo pomar e cemitério do aldeamento do sub-posto. Também no RCID de Nhamundá-Mapuera a antropóloga Maria da Penha Almeida indicou, em 1981, que o médio Jatapu era território de alguns grupos que viviam em Kassawá e que todos os anos faziam expedições de caça e pesca ao Jatapu. Nesses

deslocamentos, os Xowyana, Okoymoyana e Kararayana estabeleceram, próximo a *Kahxe*, seus roçados, pomares e construíram casas em um local acima de onde era de fato a aldeia antiga, para ficar um pouco distante dos *karaiwa*. Nas praias de *Kahxe*, como vimos, além do bar e do pasto formado por Arnaldo, havia também acampamentos dos trabalhadores de Francisco Ianuzzi, empresário que explorava e processava óleo de pau-rosa na região. Além disso, a empresa CAIMA começou a abrir um ramal de estrada na outra margem do rio para extrair minério de ferro na área da antiga prospecção realizada pela Siderama nos anos 1960.

Erasto Erafoyema, filho de Manoel José Yeriyeri, me relatou que estava com o pai e alguns familiares em *Kahxe* quando Bezerra os visitou. Ele tinha por volta de 8 anos:

Eu ia com papai, toda minha família, papai, meu irmão. Aí tinha minha sobrinha, a mulher do Francisco, era moça, acho que ela tinha 11 anos de idade. Cara tava oferecendo alguma coisa pra ela: “toma aqui, se você me abraçar vai ganhar boneca”. Era trabalhador de lá. Só que minha finada irmã, mulher do João, que hoje está casado com Maria Karara, não deixava. Naquele tempo o pessoal [CAIMA] tava abrindo aqui. Eu lembro. Não tinha estrada aqui na frente da aldeia. Eles tavam começando abrir, trator, barracão de lona, muito trabalhador, muita gente na frente da aldeia. A gente tava acampado do outro lado, na aldeia [Kahxe]. Aí chegou o FUNAI junto com pessoal da mineração, da CAIMA, falaram com papai, eu lembro. Acho que avisaram pra ele [FUNAI] que tinha indígena aqui. Ele falou pra gente subir mais pra cima, pra ficar protegido. Pra lá ninguém entra, os brancos. Se vocês ficarem aqui, fica difícil. Como vocês voltaram e o pessoal está trabalhando aqui, a gente tem que proteger vocês. Mas a gente não foi, papai falou que ia ficar ali mesmo. Foi no tempo que começava a encher o rio. Naquele tempo mamãe pegava mandi, que ficava preso dentro dos buracos no rio. Acho que quando começava encher o rio. A gente vinha pelo igarapé do índio, vindo do Nhamundá. Eu acho que a gente vinha na seca, quando começava encher o rio. (Erasto Aryefoma, Urucará, julho de 2022).

Os dados históricos e antropológicos apresentados comprovam que a região hoje denominada como Terra Indígena Arará é ocupada tradicionalmente e de forma contínua e permanente até os dias de hoje por povos indígenas mencionados na literatura desde o século 17, que jamais deixaram de manter um vínculo profundo com o lugar. Durante o século XX, mesmo depois de tentativas de transferência forçada do Jatapu em função de

pressões e violências cometidas por agentes externos, como missionários, invasores e o próprio órgão indigenista, continuaram ocupando seu território de origem nas décadas de 60, 70 e 80 e 90. No processo de contato e desarranjo sócio-espacial causado pelas mortes e invasão territorial, e posteriormente pela pressão missionária e do Estado para que permanecessem no rio Nhamundá - ao passo que seu território passava a ser ocupado por atividades econômicas de grande porte - os povos do rio Jatapu sua forma de ocupação sazonal do território adotou uma nova geografia, pendulando entre os polos de pressão do Estado no PIN Nhamundá e suas roças e moradas no rio Jatapu, jamais deixando de habitar e utilizar o território tradicionalmente ocupado. Perpetuaram assim um profundo conhecimento do território tradicional que os permitiu sobreviver ao brutal impacto dessas pressões e manter seu vínculo com o rio Jatapu, com suas antigas aldeias, com sua história e com o ambiente culturalmente manejado.

4. Critérios tradicionais da ocupação territorial

Como dito acima, os povos do complexo tarumã-parukoto, bem como os demais grupos karíb do norte amazônico, constituem seus coletivos em redes de relações variadas, que incluem trocas matrimoniais e de objetos, circuitos rituais, conflitos, xamanismo, etc. (Gallois 2005). Por sua vez, os locais onde essas relações ocorrem passam a ser relevantes para o grupo, já que são parte constitutiva dessa identidade multifacetada que se formam nessas redes de relação. Os lugares nomeados, assim, são como índices dos grupos, e remeter a um grupo *-yana*, em geral, é fazer também referência a um lugar que dá significado a este nome, ou à identidade do grupo. Não por acaso, muitos dos etnônimos na região são formados por nomes de lugares acrescido da partícula relacional *-yana*. Por exemplo, Karapawyana se refere ao grupo de pessoas que vivia no igarapé *Karapaw*, ou os Kahyana, que são aqueles que vivem no rio *Kahu*. Se os nomes *-yana* formados a partir de nomes de lugares torna essa ligação nome-lugar mais evidente, outros elementos que são tomados para nomear os grupos também expressam essa relação.

Atributos físicos, nomes de animais, formas de comportamento também são usados para nomear coletivos e, em geral, remetem a acontecimentos específicos entre grupos de pessoas em certos lugares, que se tornam significativos para a identidade destes grupos e para o reconhecimento de um território específico, o que se dá tanto em termos mais gerais dentro do grupo nomeado como também mais específicos, entre famílias extensas destes mesmos grupos. Isso significa também que os nomes dos grupos podem

variarem de acordo com quem os nomeiam, isto é, a partir de que relação estabelecem e que lugar ocupam em relação a seus vizinhos ou coabitantes¹⁸. E esse intrincado cálculo não se restringe a coletivos humanos, uma vez que as relações com não-humanos – principalmente a figura dos “espíritos-donos” – também nomeiam coletivos e criam lugares, como veremos a seguir.

Portanto, grupo (ou povo) e lugar (ou território), estão intimamente relacionados. Um território é constituído, para além das áreas de caça, pesca e coleta, de uma série de lugares significativos das relações que constituem um dado grupo enquanto tal. O que leva à conclusão que habitar é invariavelmente co-habitar com algum outro coletivo, sejam de pessoas ou de não-humanos. É por isso que a abertura de uma aldeia normalmente é feita sobre alguma antiga capoeira nomeada, marcada por esses acontecimentos que são relevantes para a conformação do grupo atual ou próximas a locais “míticos”, isto é, que possuem donos reconhecidos que não humanos, mas que se sabe da existência e de relações passadas. O nome de um lugar, assim como o de um – *yana*, carrega uma trajetória de relações que o perpetua no tempo, na medida em que os laços firmados naquele local continuem sendo traçados. Desta perspectiva, a aldeia é uma configuração contingencial num dado espaço/lugar destas relações que se perpetuam no tempo.

No RCID da TI Trombetas-Mapuera, o antropólogo Ruben Caixeta de Queiroz (2004: 34) afirma que o padrão tradicional das aldeias nesta região

era constituído por uma grande e única casa comunal (*miimo*), no interior da qual habitava uma família extensa matrilocal. Não raro, ao lado desta casa, havia um ou dois abrigos destinados ao preparo de alimentos, à fabricação de artesanato e aos visitantes da aldeia. A casa comunal abrigava entre 20 e 40 pessoas. As aldeias eram dispersas, situadas próximas a um rio ou a um igarapé, e, geralmente, tinham uma duração de cerca de 4 a 6 anos.

¹⁸ A lógica relacional da nomeação –*yana* é semelhante àquela observada por Oscar Calávia Saéz entre povos de língua Pano da região do Jurua-Purús. Diz o autor (2002: 38): “*Os grupos indígenas são pequenos e numerosos, mudam de lugar e de nome com frequência; inseridos num quadro étnico e linguístico variado [...] recebem nomes diferentes de vizinhos diferentes; a grafia multiplica essas variações, e muitas vezes as suas inovações acabam passando ao uso oral; cada grupo guarda a memória de nomes anteriores, às vezes propostos como mais autênticos, e, enfim, adota vez por outra o nome de outro, aceitando o equívoco criado pelos estrangeiros, ou provocando-o eles mesmos*”.

Cf. Alcantara e Silva (2016: 88-95) para uma análise dessa característica relacional como uma lógica nativa de descrição de seus coletivos.

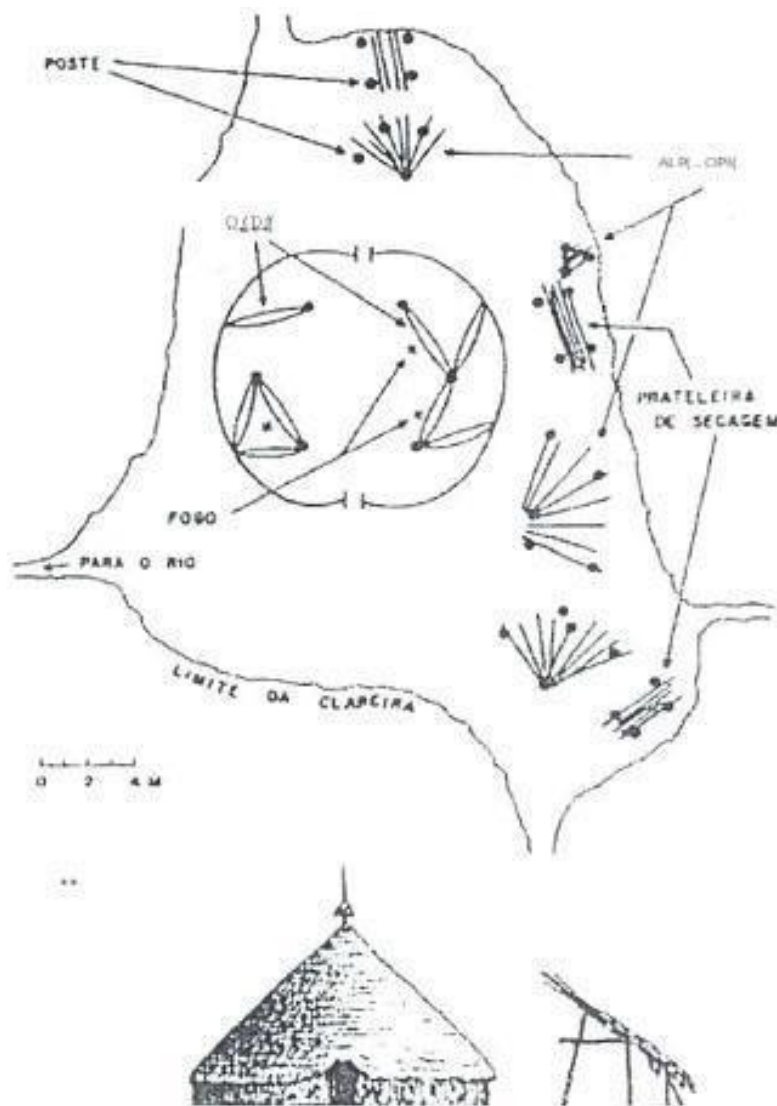


Figura 4 Croqui de aldeia tradicional tarumã-parukoto. Meggers 1977.

Peter Rivière (2001) atribui essas características dos assentamentos dos povos karíb do norte amazônico, isto é, aldeias pequenas, dispersas e com duração curta, à forte autonomia política dos grupos locais, o casamento preferencial entre primos cruzados e à autoridade política “fraca”. As alianças realizadas entre primos cruzados e a moradia uxorilocal que a acompanha, fazem com que uma série de lugares sejam habitados pelos grupos de irmãos quando deixam a aldeia dos pais para se juntarem às casas e aldeias dos sogros. Passados alguns anos, principalmente na ocasião da morte dos sogros, estes homens tendem a retornar aos lugares identificados como de seu pai e abrir novas aldeias – o que normalmente coincide, no final da vida, com o local de seu próprio nascimento, uma vez que em geral os idosos escolhem morrer nas mesmas aldeias em que nasceram e onde está enterrado o cordão umbilical. Atualmente, tendo em vista que estes povos

foram removidos de seus territórios, essa escolha tem motivado a reocupação de várias capoeiras de aldeias antigas. Essa dinâmica faz com que os grupos de parentesco se dispersem e, pela co-residência, multipliquem os lugares significativos e a rede de parentesco para um dado coletivo. Formam-se, assim, amplos territórios, marcados por constante circulação entre aldeias aparentadas.

O padrão tradicional de aldeias pequenas e dispersas foi alterado pelos contatos em toda a região, tenham eles sido realizados pelo SPI, como no caso do Jatapu, ou por missionários proselitistas, caso dos Waiwai e no rio Nhamundá, pois a lógica era concentrar a população indígena em uma só aldeia. No caso do Jatapu, como vimos, o SPI desceu os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana para a beira do rio Jatapu, local que eles evitavam havia algumas gerações para se protegerem das doenças e da violência daqueles *karaiwa* que subiam explorando os produtos da floresta. Logo depois, essa mesma população foi coagida a se fixar no PIN Nhamundá, na aldeia *Kassawá* pela FUNAI e impedida de usar seus etnônimos pelo missionário Desmond Derbishire, que insistia para que os povos do Jatapu se reconhecessem somente como Hixkaryana (conforme relatou Francisco Afoxwa). Parte da população ainda foi para *Kanaxen*, onde se reuniu aos Waiwai e demais povos contatados nos ciclos de atração que estes promoveram depois que os missionários se estabeleceram no sul da Guiana. De toda forma, a ocupação territorial passou daquela miríade de pequenas aldeias interconectadas por circuitos de festas, trocas, alianças, etc., para uma hiperconcentração em poucas aldeias que ocasionou a distensão no espaço destas redes de relações, uma vez que se tornou mais difícil as intervisitações. Isso, no entanto, não significou nem o rompimento da ligação com o território, isto é, com os lugares significativos de cada *-yana*, e nem a impossibilidade de continuar reiterando as relações de casamento preferenciais originadas nestes locais. Junto com as grandes aldeias surgiram também outras formas de visitas e comunicação, como as conferências religiosas, os voos de avião, a radiofonia, por exemplo, que permitiram que estes povos mantivessem contatos à distância, as visitas e alianças.

Ao falar do processo de dispersão de aldeias identificado durante os estudos para o RCID da TI Trombetas-Mapuera, Queiroz (2004:34) retoma os argumentos de Rivère (2001) para dizer que a composição, tamanho, duração e distribuição de aldeias do complexo tarumã-parukoto se inserem em dinâmicas sociais, políticas, rituais econômicas e também ambientais, isto é, de disponibilidade de recursos. Uma aldeia pode dispersar-

se, ou se dividir, pela disputa entre chefias emergentes, pela morte de uma pessoa, por conflitos internos, pela exaustão de recursos. Queiroz elenca dentre os fatores para que a população tenha permanecido tantos anos concentradas em poucas aldeias a influência missionária, a concentração das políticas públicas de saúde e educação e também o fato da demarcação da TI Nhamundá-Mapuera ter seguido os interesses da construção da UHE Cachoeira Porteira e restringido o reconhecimento do território tradicional a uma pequena parte. Outro fator seria a emergência dos pastores indígenas como lideranças que buscam manter em torno de si grande quantidade de pessoas (idem: 30, 36). O antropólogo também chama a atenção para o fato de que nas aldeias grandes ainda assim os princípios do padrão tradicional de organização social e espacial dos grupos locais permanecem os mesmos, uma vez que são formados pequenos núcleos de parentesco em torno do laço sogro-genro, o que produz “bairros” dentro das aldeias formados por famílias extensas.

Em 2002, indicando a tendência à acelerada descentralização das aldeias, Queiroz contava 22 aldeias distribuídas no alto rio Jatapu, rio Mapuera e rio Nhamundá. Atualmente já são cerca de 35 aldeias nestes rios. No baixo Jatapu, já existe uma nova aldeia sendo formada no norte da TI e ainda outra família planeja seu retorno do Nhamundá. Hoje a dispersão das aldeias e a reocupação dos antigos locais de moradia aproxima novamente os povos desse padrão anterior, que foi violentamente alterado por agentes de contato externos. Ainda que tenham sido apartados dos lugares e dos parentes, os povos Karib continuaram reiterando no tempo as relações de parentesco que os ligavam àqueles locais onde esses laços tiveram início; continuaram contando as histórias dos moradores não-humanos desses lugares, continuaram enfim traçando laços que mantiveram tais lugares vivos. Motivados muitas vezes pelos mais velhos, desejosos de retornarem uma vez mais aos lugares onde nasceram e cresceram antes dos contatos, jovens lideranças despontam fazendo o retorno aos lugares antigos. E isso se dá porque normalmente a pessoa busca falecer no local onde nasceu e onde sua placenta foi enterrada.

Nesse processo, os povos do Jatapu vêm recusando serem chamados de Hixkaryana e assumiram suas designações próprias e que os ligam ao rio Jatapu: Okoymoyana, Xowyana, Kararayana. Afastando-se da designação que lhes foi imposta quando foram forçados a viver no rio Nhamundá, estes povos afirmam a multiplicidade relacional que existia ali previamente ao contato e que conforma suas identidades. Se por um lado a redispersão torna a espacializar de maneira pulverizada as parentelas que antes

se aglomeravam nas grandes aldeias, ela também propicia o restabelecimento de laços com não-humanos que fazem parte das identidades dos grupos e fundamenta a ocupação de certos lugares. É o caso dos Okoymoyana, como explica José Yeriyeri:

Assim foi a história do velho, meu pai. Ele foi chamado de Okoymoyana. Okoymoyana se transformava/mostrava pra meu pai. Quando meu pai saía sozinho, ele aparecia e o convidava a ir com ele para dançar. Assim dizia a ele o Okoymoyana. Meu pai ia com ele, mas tinha medo e se recusava entrar na água com receio de se afogar. Mas Okoymoyana insistia e dizia: “vem, não tenha medo. Aqui embaixo da água existe outro mundo¹⁹”. Era lá na cachoeira *Katuema*. E meu pai foi com ele. Quando ele entrou, viu outra terra lá no fundo. E as mulheres dos Okoymoyana dançavam. Elas estavam fazendo festa, estavam pintadas com urucum. Por isso ele convidava, pois estavam festejando. “Vem rápido e não mostre seus pés, senão nossas mulheres vão saber quem você é”. Por isso ele dançava rápido e sem parar. Mas mesmo assim elas viram quem ele era. Quando Okoymoyana viu que elas perceberam que era meu pai, ele o levou de volta para cima. Lá no fundo tinha muita comida: cará, banana, abacaxi, batata, tinha muitas outras. E ele comia dessas frutas, mas quando ele voltava para a superfície, ele vomitava folhas, algas. E então ele adoecia e passava mal. Quando meu pai passeava sozinho, ele apareceu novamente e o convidou de novo. E ele foi outra vez com Okoymoyana. Eles estavam festejando outra vez. E eles dançavam incansavelmente. Daí quando ele demorava no fundo, ele foi descoberto novamente e Okoymoyana levou ele para cima. E ele vomitava folhas, terra, pedaços de pau. E ele ficava doente. Por isso tinha medo de andar sozinho e só saía acompanhado. Quando caçava, sempre levava um companheiro. Pra andar sozinho ele se sentia inseguro, pois os Okoymoyana não o deixavam em paz. Ninguém mais os via, somente meu pai. E isso aconteceu muitas vezes, até ele morrer. Da última vez que ele foi, ele não voltou mais. Quando tentava sair do fundo, ele virava *okoymo* [sucuri]. Daí ele foi considerado morto. E assim ele ficou conhecido como *okoymo*. E isso acontecia muitas vezes e assustava as pessoas, que o viam como *okoymo*. Então mudamos para outro lugar. Debaixo da

¹⁹ Frequentemente os povos karib desta região se referem à existência de outros mundos “espelhados” em relação à superfície onde vivem, mas idênticos a esta para quem nele vive ou para o humano que consegue adentrá-lo. Nestes mundos habitam diversos seres não-humanos com os quais os humanos se engajam em relações sociais. Vários deles, inclusive, são “donos” da caça, dos peixes e também de lugares. Habitar um dado lugar, de certa maneira, implica em tornar-se aliado de um “dono” não-humano. Cf. Alcantara e Silva (2020) para um exemplo dos Kahyana do rio Trombetas.

rede da mulher dele, ele apareceu como cascavel. Voltamos para o mesmo lugar onde estávamos. E lá ele voltou como *okoymo* e as mulheres ficaram apavoradas, com medo de entrar na água. Ele aparecia, tentando sair da água. E as pessoas viam ele se mostrando. Ele tentava voltar a ser como gente. Quando ele saía da água, as pessoas ouviam sua tosse. Quando iam ver se era ele que tinha voltando, encontravam *okoymo* no lugar. Aí as pessoas entendiam que ele estava tentando voltar. Essa foi a última vez que ele apareceu. Depois ele nunca mais apareceu. E assim foi a história do velho.

Por isso eu sou Okoymoyana, por ser filho de Okoymoyana, meu pai. (José Yeriyeri, aldeia Santa Maria, fevereiro de 2020).

Segundo Yeriyeri o nome “*okoymoyana*²⁰” já era usado por eles, justamente por compartilharem, ou terem compartilhado no passado, locais de moradia próximos ao povo Okoymoyana do fundo do Jatapu, que são seus habitantes de fato, “donos” do lugar, por assim dizer. Ocorre que no processo do contato, quando as famílias Okoymoyana evitavam os perigos das beiras do rio Jatapu devido à presença dos *Karaiwa*, seu retorno para as proximidades dos Okoymoyana originais fundou novamente essa relação. Aparentando o pai de Yeriyeri, os Okoymoyana do fundo estabeleceram relações de parentesco com aqueles que havia algum tempo tinham se deslocado para as cabeceiras, permitindo outra vez sua convivência ao longo do rio. Isso selou uma aliança que permitiu ao grupo de Yeriyeri e seus descendentes se situarem no tempo (genealógico, tempo da relação) e no espaço, identificado como locais de morada dos Okoymoyana originais. Afinal, Yeriyeri diz ser Okoymoyana porque é filho de Okoymoyana, seu pai tornado sucuri, e que seu território é o Jatapu. A relação estabelecida por seu pai com as cobras-grande na cachoeira *Katuema* e que se desdobrou para onde vive hoje, na cachoeira *Kamara* – já que este é outro local de morada de Okoymoyana -, reforçou os laços outrora estabelecidos. O etnônimo que hoje identifica este grupo de pessoas os liga simultaneamente à *Katuema*, *Kamara* e ao próprio Jatapu ao remeter à aliança com os Okoymoyana do fundo do Jatapu.

²⁰ Frikel (1958), ao listar uma série de etnônimos karib da área do complexo karib, identifica o nome “*okóimo-yána*” relacionado aos Tunayana do rio Turuni, que eram assim identificados pelos habitantes do Nhamundá por crerem estes que os Tunayana viviam também embaixo d’água. Como o etnônimo não é propriedade fixa de um grupo, mas uma marca relacional, não se trata dos “mesmos” Okoymoyana do Jatapu, mas a repetição do nome em outra região indica o compartilhamento de uma lógica comum de nomeação que atribui a relação com Okoy, a sucuri, a um determinado grupo de pessoas.

Outro fator importante para a forma de ocupação do espaço e constituição das aldeias tem a ver com o desenvolvimento das parentelas. É muito comum ouvir dos mais velhos, que passaram pelo “desterro” e viveram muitos anos em lugares em que não reconheciam laços de fato, dizerem querer “voltar às terras do pai”. Como dito, há uma dimensão desse retorno que se relaciona com o fato de que ao nascer, a pessoa tem a placenta enterrada dentro ou próximo da casa onde mora e deve, preferencialmente, ser sepultada próxima a ela. Um outro fator diz respeito ao casamento uxorilocal e à dispersão dos grupos de irmãos para as aldeias de seus sogros. De forma bastante resumida e esquemática ao se casar, o jovem vai viver na casa dos sogros ou próximo de sua casa e deve, durante alguns anos, trabalhar com e para os sogros na roça, caçar, auxiliar na construção de casas, ajudar financeiramente, etc. os pais da sua esposa, o que geralmente termina quando o casal tem filhos. Mais tarde, quando os filhos do casal já entram em idade de se casar, é comum que saiam do conjunto de casas da família extensa do casal e comece a formar sua própria. Isto normalmente se desdobra na abertura de uma nova aldeia que, caso o homem esteja vivendo em uma região muito distante de onde nasceu e viveu seu pai, vai ser reaberta próxima ou no mesmo local onde seu pai já morou. Ao passo que suas próprias filhas vão se casando e trazendo os genros para sua aldeia, seus filhos irão se casar e viver fora dali, reiniciando esse ciclo.

Esse processo de dispersão e reunião de grupos de irmãos forma, através da perpetuação dos laços de parentesco, diversos lugares de referência territorial para os grupos engajados nessas alianças. A uxorilocalidade em conjunto com o ideal de autonomia política e econômica das aldeias – para além dos óbvios laços de trocas, de parentesco, de intervisitações para festas e da interdependência que as unem – conforma territórios cuja configuração é variável de acordo com o desenvolvimento das alianças entre as parentelas afins, que reconhecem porções específicas deste espaço como sendo legitimamente sua a partir da dinâmica do ciclo descrito esquematicamente acima. Isso ajuda a entender a demanda da identificação e delimitação da TI Ararà, já que os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana hoje reconhecem seus lugares legítimos no Jatapu ao mesmo tempo em que mantêm moradias no rio Nhamundá, onde algumas famílias ainda vivem e onde possuem relações preferenciais de aliança com famílias Hixkaryana e Xowyana de lá.



III – Terceira Parte

Atividades produtivas

- a) Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
- b) Descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
- c) Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

1. Descrição das atividades produtivas tradicionais e sua relação com o território ocupado

Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana tem no rio Jatapu, nas suas porções médias, sua referência territorial, e, portanto, possuem conhecimentos intrínsecos deste território que informam as atividades produtivas que desenvolvem em suas aldeias. Tendo sido descidos das cabeceiras de igarapés para a margem do rio Jatapu nos tempos do contato, este conhecimento se mesclou às ferramentas, utensílios, armas e técnicas que chegaram com a maior presença dos brancos na região. A composição destes novos itens com o manejo ambiental que os indígenas já realizavam deu origem ao modo de ocupação atual no rio Jatapu e à forma das atividades produtivas desenvolvidas. Isto não quer dizer que o que há hoje seja uma versão corrompida do que houve outrora, uma vez que a incorporação destes novos elementos, diferentemente de alterar radicalmente a forma de ocupação e uso do território, foi utilizada para potencializar atividades que já eram realizadas.

Nesta terceira parte e na quarta parte do presente relatório, serão utilizados dados produzidos durante o trabalho de campo da equipe do GT e também informações contidas nos relatórios ambiental e cartográfico, elaborados respectivamente por Luciano Pohl (2020, 2023) e Lilian Parra (2020, 2023). No Relatório de Identificação da TI Nhamundá-Mapuera (Almeida 1981) e no RCID da TI Trombetas-Mapuera (Queiroz 2004), são descritas algumas das atividades dos povos que fazem parte do complexo tarumã-parukoto. Esses dados são aqui apresentados como indicações gerais das atividades produtivas que podemos encontrar entre os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do rio Jatapu, visto que compartilham traços culturais e de organização social com os demais, além do fato de viverem em uma região que compartilha de características ambientais e ecológicas das outras duas Terras Indígenas. Os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana desenvolvem suas atividades produtivas, que incluem as de subsistência, em estreita relação com seu território e a partir de um profundo conhecimento desse ambiente e de seus recursos. As atividades de caça, pesca, coleta e a confecção de objetos, artefatos e utensílios, que utilizam cascas, fibras, partes de animais, resinas, etc. são uma expressão desse conhecimento do território, de conhecimentos tradicionais e de formas de manejo do ambiente, o que proporciona um modo de vida específico associado a ele.

Estes povos obtêm sua alimentação basicamente dos produtos da agricultura, caça, pesca, e coleta de frutos na mata, sendo a alimentação industrializada apenas marginal nas aldeias, o que caracteriza alto grau de soberania alimentar. Como fontes de renda, a fabricação de farinha de mandioca e a coleta de castanha-do-brasil se destacam como principais produtos, que são vendidos no município de Urucará ou embarcados para a venda em Nhamundá.

1.1. Tipos de ambiente e seus habitantes

De acordo com Queiroz (2004: 123), os povos indígenas do complexo cultural tarumã-parukoto distinguem cinco unidades de recursos: floresta, curso d'água, fruteira, castanhal e terra firme, e que, de acordo com os tipos de recursos acessados, ainda podem se subdividir conforme segue:

- a) Floresta: unidade englobante de todas as outras, que sustenta indiretamente as atividades de coleta, caça e agricultura.

- b) Cursos d'água: dividem-se em margens, leito, poções, barras de pontal, barras de canal e ilhas. Associam-se a atividades de caça, pesca e coleta.
- c) Fruteira e Castanhal: ocorrem como ilhas na Floresta. Fornecem frutos consumidos in natura ou processados (cozidos, espremidos, coados, etc.). São também utilizados para caça de certos animais.
- d) Terra Firme: constitui-se de terraços e planícies fluviais em porções da floresta onde houve depósito de sedimentos e não são inundáveis. São locais que sustentam as roças, principalmente.

Durante a pesquisa de campo com os povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana do Jatapu, foi identificada uma série de ambientes reconhecidos e manejados por eles ao longo do território que complexifica esta divisão de Queiroz e que serão apresentados de forma sistemática no relatório. Como forma de sintetizar essas categorias, serão apresentadas listas e tabelas dos ambientes, suas características, seus habitantes e atividades desenvolvidas. Cabe antes, porém, explicitar que o se segue não é exatamente uma classificação tipológica da paisagem, uma vez que alguns dos termos utilizados são relacionais e, em alguns contextos, podem servir tanto como categorias gerais ou termos específicos, a depender do ponto de vista de onde se classifica. Isso ocorre porque, diferentemente de classificar o ambiente de acordo simplesmente com a variação da forma do espaço e a partir desta variação elencar as características de cada um - como se da materialidade do espaço derivassem as diferentes espécies vegetais e animais que a habitam – o inverso também é possível.

Ao se encontrar certa espécie de planta em um local, pode-se dizer que se está num certo ambiente que aquela planta “gosta” de ocupar, ao mesmo tempo em que naquele tipo de ambiente, pensado de forma abstrata, é sabido que se encontrará tal espécie vegetal (ou animal, ou gente invisíveis, ou os isolados). Dessa maneira, não há hierarquia classificatória entre o espaço físico e as características ambientais, mas sim uma correlação entre seus seres e seus espaços de preferência que conformam os variados ambientes e sua diferenciação. Porém, como forma de sintetizar essas correlações, serão apresentadas listas e tabelas dos ambientes, suas características, seus habitantes e atividades desenvolvidas e no texto serão explicitadas algumas relações mais detalhadas dessas categorias.

Basicamente os Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana dividem o espaço territorial em duas grandes categorias, floresta (*Txetxa*) e rios (*Erhnà*), dentro das quais existem várias nuances que podemos considerar aqui como subdivisões:

Txetxa (Floresta/Ambiente terrestre)

- Ryetkuxe (Cume, topo de montanha)
- Àhà (subida de serra ou encosta)
- Amoronarà (baixio em terra alta)
- Oyomoymo (área de campo arenoso)
- Txetxa (Terra firme não inundável)
- Yukreka Turymemà (Terra preta)
- Àhyamtxe (Encostas de beiras de rios)
- Sararakaymo (Baixios em beiras de rios)
- Krarasà (Igapós)

Erhà (Rios/Ambientes aquáticos)

- Yarànà (Nascente, cabeceira)
- Etahruru (Queda d'água, cachoeira)
- Atàtànà (Água sem correnteza)
- Àkàrà (Canal, água rápida)
- Kahxe (Corredeira)
- Akhanà (Poço fundo)
- Ahorà (Igarapé, afluente)
- Ahru (Chavascal)
- Kenà (Boca, foz)
- Atakwaràmotho (Rebojo)
- Morfrianà (Remanso)
- Kwatxe (Praia de areia)
- Àyataharaxkanà (Furo, braço)
- Kuthonà (Lago)
- Erhnàymo (Rio muito grande)
- Sararakaymo (Baixios em beiras de rios)

Classificação de cursos d'água

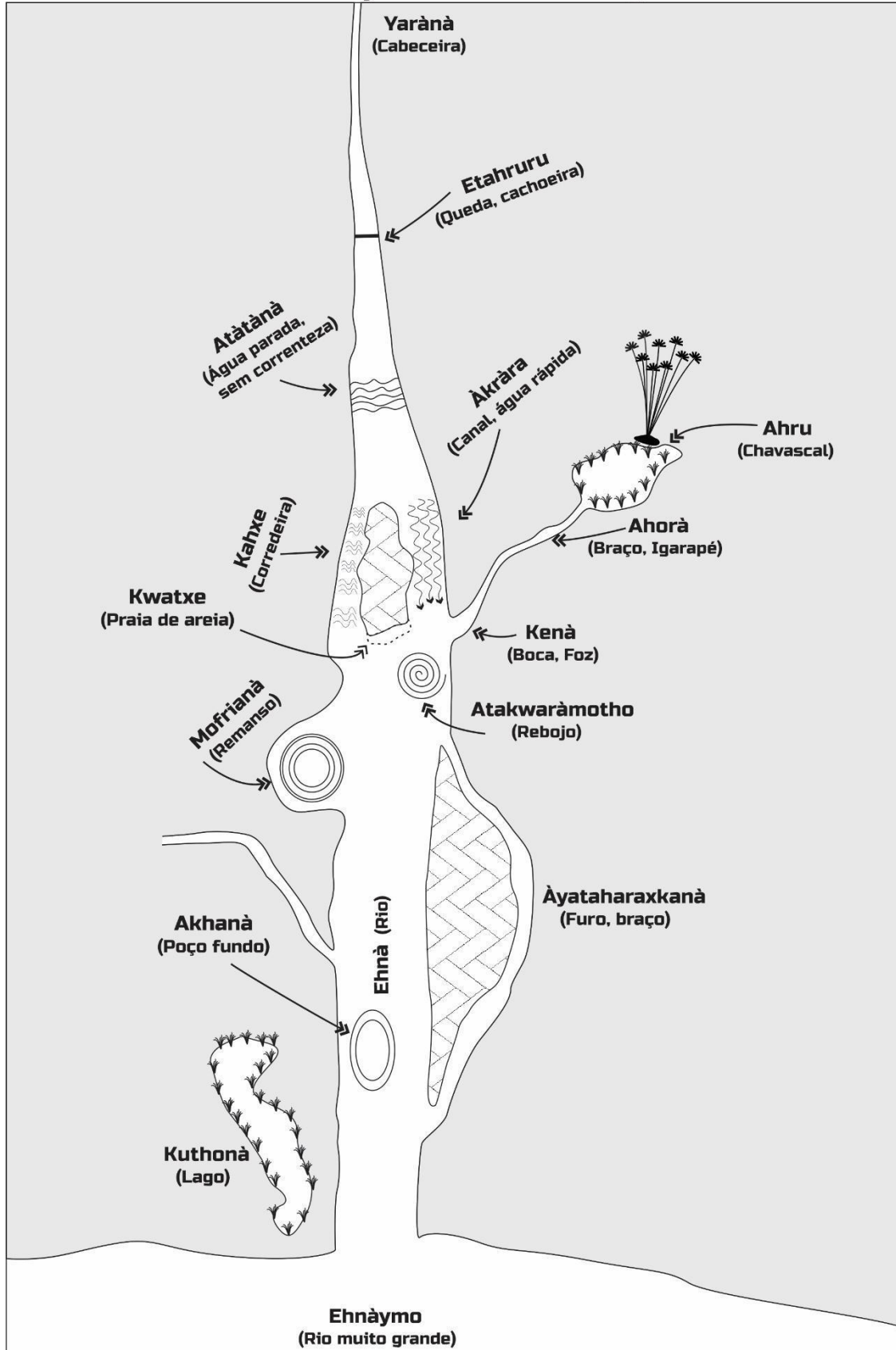


Figura 5 - Classificação de ambientes aquáticos.

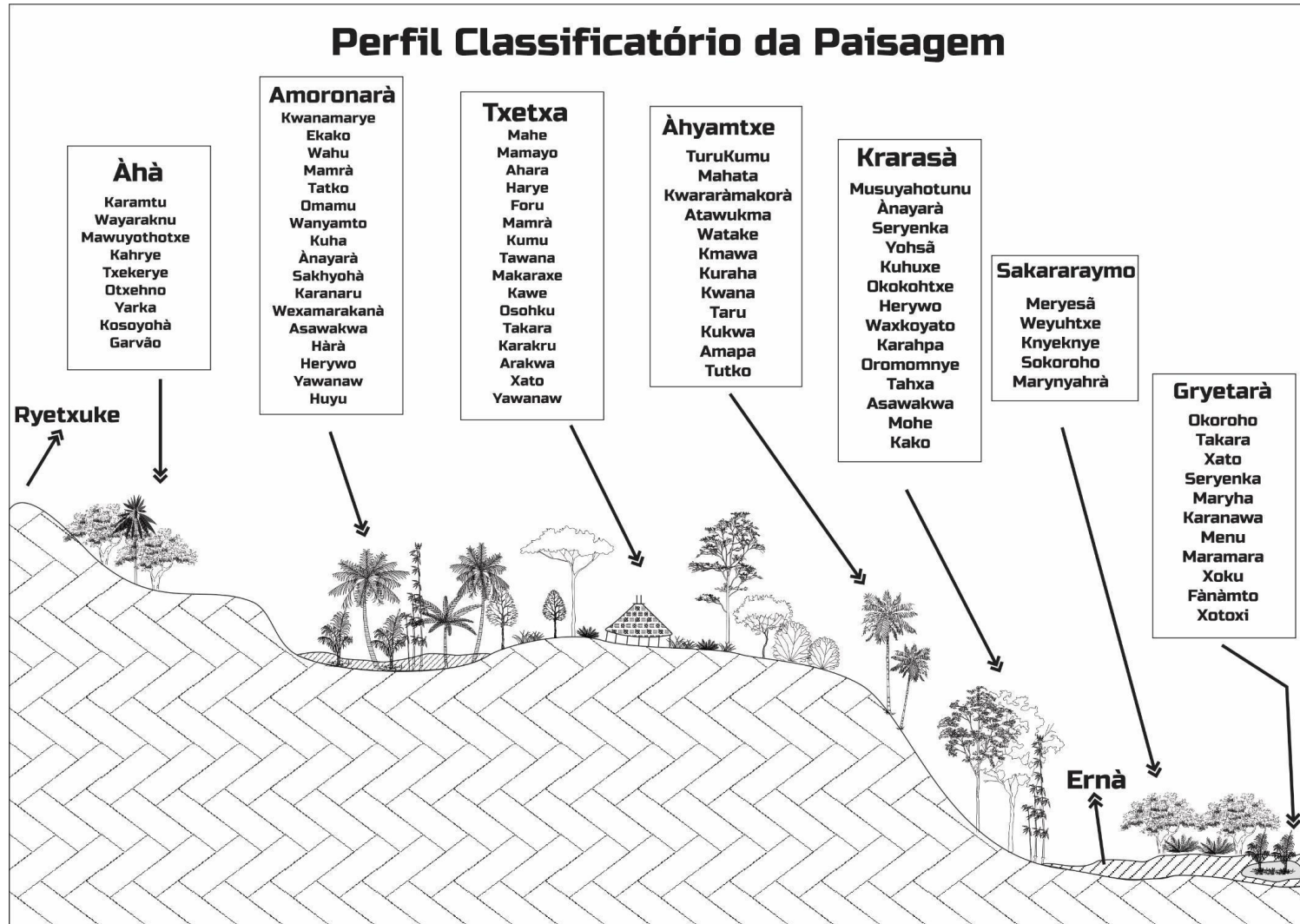


Figura 6 Classificação de ambientes terrestres e as espécies vegetais que os habitam.

Estes ambientes, como dito acima, são pensados como locais de habitação de certas espécies, o que propicia o uso diferenciado do território de acordo com a atividade que se busca realizar, seja de caça, coleta, extrativismo vegetal, pesca ou de cultivo. Em grande medida, como veremos na próxima parte do relatório, é a relação estabelecida com estas espécies que produz a ideia de um território. Este uso, no caso dos povos do Jatapu, é essencial para sua reprodução física e cultural, haja vista que são povos de contato relativamente recente, que vivem em uma região bastante isolada e muito preservada e que organizam sua existência em torno de um ideal de bem-viver baseado na abundância alimentar e na dispersão espacial com aldeias pequenas e que se desenvolvem em um ciclo longo de reocupações de antigas capoeiras (*osatho*).

Nas figuras acima estão ilustrados os diferentes ambientes identificados nos cursos d'água (figura 5) e na floresta (figura 6). No caso desta ilustração, estão listadas espécies vegetais que são encontradas nestes locais e que, além de parte ser utilizada para a retirada de madeiras, resinas, palhas, fibras, iscas para pesca, etc., são também conhecidas por servirem de alimento para espécies animais que são caçadas para a alimentação destes povos. Aqui serão apresentadas apenas as atividades produtivas principais, sem considerar de maneira aprofundada ainda as etnoclassificações ambientais e temporais destes povos e sua relação com os usos e formas de ocupação do território, o que será descrito na próxima parte deste relatório.

2. Atividades produtivas

As informações obtidas durante os trabalhos de campo revelam uma estreita dependência, por parte dos povos indígenas do Jatapu, dos recursos extraídos da floresta e dos produtos de suas roças. A maior parte destes recursos é destinada à alimentação diária, à confecção de adornos e utensílios domésticos, de caça e de pesca, para a feitura ou uso como remédio, para a construção de casas e outras estruturas nas aldeias. Além disso, são vendidos os excedentes de produção das roças, como bananas, e também coletam castanha-do-brasil e uma variedade de sementes para confecção de artesanatos, extraem óleo de copaíba e produzem farinha, produtos que são normalmente vendidos nas viagens às cidades de Urucará e São Sebastião do Uatumã ou trocados com regatões que eventualmente sobem o rio Jatapu. Além disso, a presença de povos em isolamento voluntário reforça a necessidade da preservação ambiental da TI Ararà, uma vez que eles dependem completamente dos recursos ambientais para seu modo de vida e sobrevivência.

As áreas de uso e coleta de recursos naturais foram identificadas em oficinas nas quais os povos do Jatapu elencaram os tipos de materiais utilizados para a confecção de objetos de sua cultura material, animais e peixes coletados, caçados e pescados e as espécies vegetais utilizadas para alimentação, tanto as coletadas na mata quando aquelas cultivadas em roças, hortas e pomares. A partir daí essas informações foram espacializadas em mapas confeccionados por cada comunidade, que definiu suas áreas de uso e a ocorrência de cada recurso que, distribuindo-se em diferentes paisagens, são manejados em praticamente toda a área da TI Ararà. A discussão sobre as paisagens ambientais e sobre a presença de recursos realizada nas aldeias foi resumida em alguns esquemas desenhados pelos indígenas (figuras 19 e 20). Os desenhos mostram os ambientes aquáticos e terrestres com suas principais fisionomias e as principais espécies que os caracterizam. Foram identificados nove diferentes ambientes terrestres e outros quinze para os ambientes associados aos cursos d'água, que discutiremos adiante. Apenas para um desses ambientes, os topos de morro, os indígenas não destacaram qualquer espécie útil, o que indica um traço da cosmologia destes povos que associa certas características da paisagem com a presença de seres invisíveis predadores dos humanos, fazendo dos topos de morro lugares muito perigosos.

Conforme já mencionado, para as moradias e construções nas aldeias, os recursos necessários são, em sua grande maioria, oriundos da própria região. Para a construção das casas, são empregados diversos tipos de madeiras com características específicas e apropriadas para diferentes situações, cipós e enviras para as amarrações. A cobertura, quando não é de chapas galvanizadas, de alumínio ou de fibrocimento adquiridas na cidade, é feita de palha ubim, palmeira típica de matas de áreas baixas que permanecem alagadas por determinado período do ano (ilhas e igapós), e de palha do açazeiro. Assim como as construções, a maior parte da alimentação dos indígenas também é proveniente dos recursos naturais disponíveis no território. A caça, pesca, o extrativismo e a agricultura praticada suprem quase todas as necessidades cotidianas de alimento e bebidas.

Foto 8 - Oficina de etnomapeamento na aldeia Kahxe.





Foto 9 - Oficina de etnomapeamento na aldeia Kumunyàrà.

2.1. Caça e pesca

A caça e a pesca são as principais fontes de proteína para a população do complexo, com certa preferência para a primeira. A atividade de caça é realizada por homens, quase que exclusivamente e parece ser praticada de duas formas principais. Uma delas – *Amryekno* é praticamente diária, quando o caçador sai sozinho e retorna no mesmo dia. A segunda é uma caçada coletiva - *Txetxayeno*, quando alguns caçadores se reúnem e passam alguns dias fora da aldeia, em acampamentos mais distantes, normalmente organizada para festas ou rituais (QUEIROZ, 2004, 2012). Segundo as comunidades, as caçadas coletivas acontecem em março, abril e dezembro por ocasião das festas de Páscoa e de fim de ano. Os equipamentos utilizados são a espingarda, dependendo da disponibilidade de munição, ou o arco e flecha. Cabe o destaque para a espingarda que sempre é levada a tiracolo nas diversas atividades diárias fora da aldeia, assim, não se perde a oportunidade quando se encontra qualquer animal, bem como todos os ambientes do território servem para a prática

da caça. As principais unidades de recurso relacionadas à prática da caça são Curso d'Água (margens, barras e ilhas fluviais), Fruteira e Floresta.

As atividades relacionadas à caça são de grande importância para os grupos locais. Grande parte de suas atividades rotineiras está relacionada à caça, envolvendo práticas que se iniciam na busca da árvore do arco (krapayepu), passa pela manufatura do arco e pelas técnicas de caça, abate e conservação do alimento. A caça constitui-se ainda na principal fonte de proteína para os índios desse complexo cultural. A atividade é exclusivamente masculina (QUEIROZ, 2004, p. 123). Conforme nos foi relatado, muitas vezes são utilizados cachorros no auxílio das caçadas. Estes servem para encontrar e acuar os animais a serem abatidos. Em alguns casos, os cachorros são escolhidos por serem especialistas em determinados tipos de caça, existem cachorro bons para acuar veados, outros para antas e assim em diante.

As flechas utilizadas nas pescarias e caçadas, mesmo que menos utilizadas atualmente, seguem sendo confeccionadas. O material utilizado são as flecheiras (*Gynerium sagittatum*) ou tabocas (*Guadua sp.*) para as hastes; madeira, ossos ou sementes para as pontas; penas de diversas aves para a estabilidade em voo; e fibras e breu (*Protium sp.*) para amarração e fixação das partes. As flechas, também tem uso específico para determinados tipos de caça e são diferenciadas por suas pontas (Figura 12). Foram listadas oito flechas diferentes: *Teryme* (para peixes), *harata* (com três pontas para peixes), *taràrka* (para peixe, que solta a ponta), *raho* (para porco, com a ponta larga), *yokràsà* (para aves, com a ponta fina de madeira), *wenfò* (para aves, sem ponta), *yoswa* (para macacos, com fisga) e *baraweto* (para macacos, com veneno).



Foto 10 - Diferentes pontas de flechas

Para a alimentação, alguns animais são preferencialmente utilizados, ainda que não tenha sido possível estabelecer alguma correlação com tabus alimentares em relação a certas espécies. De modo geral, o *horoto* ou macaco aranha (*Ateles sp.*) é a carne mais apreciada, mas esta preferência também parece estar relacionada ao tamanho dos animais. Quando é possível escolher, são prioritariamente abatidos animais de maior porte. Nas aldeias, foram relatados alguns animais que não são consumidos, mas não chegam a ser tratados como tabus alimentares: urubus, cobras, sapos, mucuras e onças. Nos anexos (ANEXO 4) segue a lista dos animais que foram registrados em campo e que estão relacionados com a atividade.

Uma relação citada na literatura e confirmada em campo que envolve os recursos naturais diz respeito ao conhecimento da população sobre os hábitos de várias espécies de animais, que, em determinadas épocas do ano, se alimentam de algumas frutas. A localização e conhecimento dessas frutas potencializam os resultados das caçadas. Muitas descrições de plantas fazem referência à alimentação dos animais e diversas frutas são descritas como comida preferencial de um animal ou outro. Outro fato interessante,

bastante destacado nas conversas, foram as épocas do ano em que, devido à disponibilidade de alimentos diferentes na mata, determinados animais estão mais gordos e são preferencialmente caçados. Mais à frente trataremos do calendário agroecológico da comunidade da TI Ararà onde pontos desta relação também serão apresentados em detalhes.

Tabela 2 - Espécies animais comumente caçadas. Elaborado por Luciano Pohl

Nome vulgar	Nome na língua	Nome científico
Anta	<i>Yayha</i>	<i>Tapirus terrestres</i>
Arara vermelha	<i>Kwaya</i>	<i>Ara sp.</i>
Ariranha	<i>Waywaya</i>	<i>Pteronura brasiliensis</i>
Camaleão ou Iguana	<i>Wana</i>	<i>Iguanidae</i>
Capivara	<i>Yàwàrà</i>	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Catitu	<i>Hakrya</i>	<i>Tayassu tajacu</i>
Cutia grande	<i>Hakuryegde</i>	<i>Dasyprocta sp.</i>
Cutia pequena	<i>Haxke</i>	<i>Dasyprocta sp.</i>
Cuxiu	<i>Meku</i>	<i>Chiropotes sp.</i>
Gavião real		<i>Harpia harpyja</i>
Guariba	<i>Manu</i>	<i>Allouatta sp.</i>
Jabuti	<i>Wayamu</i>	<i>Geochelone sp.</i>
Jacamim		<i>Psophia sp.</i>
Jacaré	<i>Watawà</i>	<i>Alligatoridae</i>
Jacu	<i>wuka</i>	<i>Penelope sp.</i>

Macaco aranha ou Kwatá	<i>Hototo</i>	<i>Ateles sp.</i>
Macaco prego	<i>Wexa e meku</i>	<i>Cebus sp.</i>
Marreca	<i>Yuruma</i>	<i>Anatidae</i>
Mutum	<i>Wuyton???</i>	<i>Crax fasciolata</i>
Paca	<i>Werya</i>	<i>Agouti paca</i>
Papagaio		<i>Amazona sp.</i>
Preguiça	<i>Xofrey</i>	<i>Bradyopdidae</i>
Preguiça Grande	<i>Wayma</i>	<i>Megalonychidae</i>
Queixada	<i>Haryka</i>	<i>Tayassu pecari</i>
Tatu	<i>Kapaya</i>	<i>Dasypus sp.</i>
Tatu pequeno	<i>Morike</i>	<i>Dasypodidae</i>
Tatu grande	<i>Morurá</i>	<i>Dasypodidae</i>
Tucano		<i>Ramphastos sp.</i>
Veado	<i>Koso</i>	<i>Mazama sp.</i>

O uso de quelônios não teve destaque na literatura consultada, ainda que três espécies, pelo menos, ocorram na região e sejam utilizadas na alimentação: Jabuti (*Chelonoidis sp.*), tartaruga (*Podocnemis expansa*) e tracajá (*Podocnemis unifilis*). Para as tartarugas e tracajás a comunidade de Santa Maria faz um esforço de preservação das espécies não permitindo a coleta de ovos na praia em frente da aldeia durante a desova, relatada para os meses de outubro e novembro. As tartarugas não conseguem transpor a Cachoeira *Kamara Kahxe*, em frente da aldeia Santa Maria e é um recurso com ocorrência restrita à parte sul do território. Tracajás e jabutis são abundantes em toda a região e são bastante consumidos.

Tabela 3 - Lista de quelônios, respectivos ambientes de ocorrência, nome na língua indígena e nome científico. * Obs.: R: rio; I: igarapé; e L: lago. Elaborado por Pohl, 2023.

Nome vulgar	Ambiente*	Nome na língua	Nome científico
Jabuti	Terra	<i>Wayamu</i>	<i>Geochelone sp.</i>
Tartaruga	R, L (abaixo da aldeia Santa Maria)	<i>Kwatyemu</i>	<i>Podocnemis expansa</i>
Tracajá	R, L, I	<i>Sakarara</i>	<i>Podocnemis unifilis</i>

A pesca também é atividade cotidiana, responsável por uma grande parte da proteína consumida nas aldeias. É uma atividade majoritariamente masculina, ainda que mulheres e crianças pratiquem a pesca de pequenos peixes nos portos das aldeias ou em lagoas próximas. As melhores épocas para a atividade estão relacionadas aos tipos de peixes capturados. Na literatura encontrada, foi mencionado que a grande maioria dos corpos d'água são utilizados para a prática da pesca, situação confirmada em campo. Também não foram relatadas quaisquer restrições alimentares relacionadas aos peixes que ocorrem na região.

O consumo de pescado e as preferências por determinadas espécies variam de acordo com a disponibilidade delas, mais relacionadas aos períodos de cheia e vazante dos corpos d'água. A bibliografia consultada destaca a piracema, no início da cheia dos rios, como um período importante na atividade, quando há um incremento maior nas capturas devido à maior concentração de peixes. Trairão, tucunaré, piranhas são espécies destacadas para as pescarias realizadas no verão, enquanto surubim, curimatã, mandi são espécies típicas das capturas de inverno. As piranhas, de diferentes espécies, parecem ser abundantes durante o ano todo, inclusive, alguns indígenas adentram os igarapés como estratégia para evitar a captura delas em alguns momentos. Os pacus e aracus são também bastante apreciados por sua carne gordurosa, são abundantes e capturados o ano todo.

No RCID da TI Kaxuyana/Tunayana, são citados crustáceos e moluscos como parte da fauna consumida pelo grupo. Cabe a ressalva que, no relatório em questão, *Kut'ma*, traduzido como pesca, também quer dizer “o que é pescado”, englobando outros seres

aquáticos além de peixes. Em campo, os indígenas não fizeram qualquer menção a estas capturas para a alimentação, mas citam a ocorrência de alguns camarões e de caranguejos, estes últimos usados para isca.

Nas aldeias foram listadas diversas espécies de peixes, os locais de ocorrência e as diferentes épocas do ano em que são mais abundantes ou mais facilmente capturadas (Anexo 3). Os utensílios utilizados para suas capturas variam de acordo com a espécie a ser capturada e a época do ano. Os petrechos de pesca são bastante variados, utilizam principalmente linha e anzol (tratamos de linhas de mão e da pesca com caniço), malhadeira e arco e flecha. Relataram ainda, o uso de tarrafa, zagaia, iscas artificiais (currícos), timbó e algumas armadilhas. Uma técnica relatada para pesca, pouco comum, foi o mergulho com máscara e arpão.

A pesca, além de contribuir significativamente na alimentação das comunidades, também é fonte de renda. São duas formas principais que a atividade gera recursos financeiros. Primeiro pelo trabalho realizado como guias de pesca para uma agência de turismo e pela possibilidade do comércio de pescados, mesmo que este último seja muito pouco realizado.

Tabela 4 - Tipos de ambientes associados aos corpos d'água

Ambiente em Hyxkaryana	Correspondente em português	Principais características descritas	Espécies representativas
<i>Akhanà</i>	Poço	Locais mais profundos	Grandes bagres, piranhas, pescada
<i>Àkàrà</i>	Corredeiras	Locais mais rasos, com muitas pedras e vazão intensa de água	Pacu, caranguejo,
<i>Ahorà</i>	Igarapé	Cursos d'água menores	Camarão, trairão
<i>Kwatxe</i>	Praia	Áreas, normalmente de areia, formadas durante a vazante do Rio	Tartaruga, tracajá, gaivota, arraia
<i>Kuthonà</i>	Lago	Corpos d'água, normalmente associados a outros e que algumas vezes ficam isolados durante a estação seca	Tucunaré, piranha
<i>Eryetarà</i>	Ilha	Porções de terra isolados pelo rio ou igarapés	Capivara, camaleão

Tabela 5 - Lista de peixes, nome na língua indígena, melhor época de captura e ambientes de ocorrência

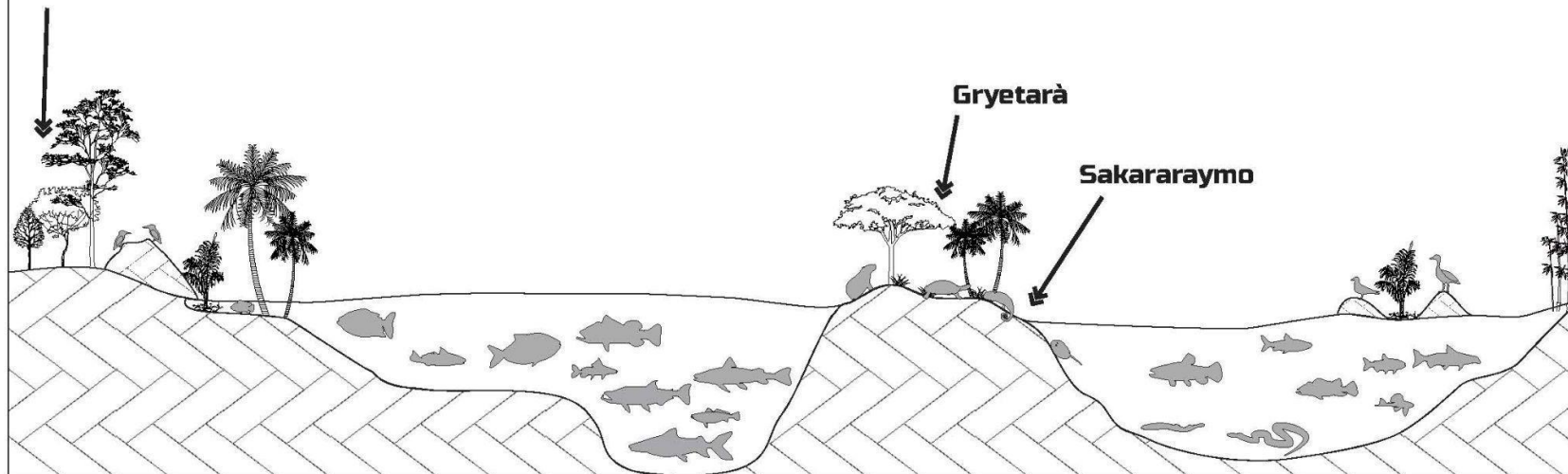
Nome vulgar	Nome na língua	Melhor época*	Ocorrência**
Apapa	<i>Papa</i>	V	R
Aracu	<i>Kotse</i>	AT	R, I
Aracu grande	<i>Kotàsà, Tomamu, Hakrya, Waraku</i>	AT	R, I, L
Arraia	<i>Xarye, Aramasa</i>	V	R, I
Badi (tipo de pacu)	<i>Marye</i>	AT	R
Barba chata	<i>Beryeskmerye ou kurukwa</i>	I	R,L,I
Bodós	<i>Herye</i>	V	R, I, L
Branquinha	<i>Kururu</i>	V	R
Cachorra	<i>Kreyu</i>	V	R
Camarão	<i>Hotxa</i>	V	I
Cará azul	<i>Mahe, warafa</i>	I	I
Cara de gato	<i>Perantxira</i>	I	R e I
Caranguejo	<i>Xakawa</i>	V	R, I
Carás	<i>Xakarakara</i>	AT	R, I, L
Caratinga	<i>Matawari</i>	I	R,I, L
Cuiú-cuiú	<i>Kuyu kuyu</i>	V	R
Curimatã	<i>Hosu</i>	V	R, I, L
Jacundá	<i>Matawarye</i>	V	R
Jaú	<i>Xawu</i>	I	R
Jeju	<i>Xyewerye, mokrowe</i>	V	I
Jundiá	<i>Kanamuruku</i>	V	R, I, L
Matrinxã	<i>Wamru</i>	I	R, I, L
Matupiri	<i>Tatko yara</i>	AT	R, I, L
Pacús	<i>Hakuymo, hakuytye, kaya kaya</i>	AT	R, I, L
Pescada	<i>Rusú</i>	I	R
Peixe-cachorro	<i>ariwakaim</i>	AT	R
Piraiba	<i>Feyotxe</i>	I	R
Piranha	<i>Honye, ahaxata, mafura</i>	AT	R, I, L
Pirarara	<i>Kworoymo</i>	I	R, L
Poraquê	<i>Kaymà, karusu</i>	V	R, I
Sardinha	<i>Yexefafa, Xaryry</i>	AT	R, I, L
Surubim	<i>Katawanarye</i>	AT	R, I, L
Tamoatá	<i>Huhko</i>	V	I
Traíra	<i>Maxa</i>	AT	R, I, L
Trairão	<i>Aymara</i>	V	R, I
Tucunarés	<i>Harana</i>	V	R, I, L

Perfil classificatório paisagem aquática

Espécies da área

Papa	Kuyu	Katawanarye
Kotse	Hosu	Huhko
Kotàsà, Tomamu, Kakrya, Waraku	Matawarye	Maxa
Xarye, Aramasa	Xawu	Aymara
Marye	Xyewerye	Harana
Kurukwa	Kanamuruku	Wakara
Herye	Wamru	Yurma
Kururu	Tatko yara	Karatxa
Kreyu	Haruymo, hakuytye, kaya kaya	Yàwàrà
Hotxa	Rusú	Wayawaya
Mahe	Ariwakaim	Kwatxeymo
Perantxira	Feyotxe	Wayamu
Xakawa	Honye, ahaxata, mafura	Sakarara
Xakarakara	Kworoymo	Wana
Matawari	Kaymà, karusu	Yexefafa, Xaryry
		Kuyu

Txetxa



2.2. Extrativismo e produção agrícola

Voltando à floresta, esta provê boa parte dos recursos para manutenção da vida nas aldeias. Atualmente, um grande esforço na produção de artesanato vem sendo realizado. Sementes, madeira, fibras e pigmentos são amplamente utilizados. A comercialização das peças normalmente é realizada em centros urbanos, quando ocorre algum deslocamento para estes locais (CARDOSO, I.B; VALE JUNIOR, I.C., 2012). Na literatura usada, foram citadas algumas sementes, como maramará e olho de macaco. O cipó-titica, o cipó-ambé, o arumã, entre outros, são exemplos de fibras utilizados na lida com o artesanato.

Em campo, as informações sobre o comércio de artesanato se confirmam, ainda que este comércio seja realizado por poucas pessoas. A pescaria dos turistas e a festa do Boi Bumbá de Parintins foram citadas como bons momentos para a venda das peças. Dona Maria Carara, é uma das principais artesãs da aldeia Santa Maria e estava pronta para o deslocamento até Parintins, onde pretendia comercializar sua produção (Figura 16). Todo artesanato produzido tem potencial para comercialização, além dos utensílios de uso diário, como cestos, peneiras e outros objetos, foram listados algumas saias – *keweyu*, flautas de diversos tipos, arco e flechas, ralos para mandioca, etc.

Entre o material utilizado para a confecção das peças, além das sementes e fibras tratadas na literatura, foram relacionadas as sementes de açaí (*Euterpe sp.*), seringa (*Hevea brasiliensis*), lágrima de nossa senhora (*Coix lacryma-jobi*) e tentos vermelhos (*Adenantha sp*) Especificamente para o comércio são produzidos colares – *wanano*, pulseiras – *kemeknumtxe*, brincos - *hanatarà* e bolsas. As sementes de maramará são também conhecidas como morototó - *karakru* (*Schefflera morototoni*) e parecem ser as mais utilizadas. Para o processo de coloração destas sementes, Dona Maria citou a casca do cajueiro que confere uma cor escura, mas atualmente utiliza mais pigmentos artificiais, que são obtidos facilmente e deixam as sementes com cores mais vivas. Para a confecção das peças, também foram listadas outras fibras para os fios e cordames: curauá - *erewtó* (*Ananas sp*), casca da castanheira (*Bertholletia excelsa*), buriti - *yakaka* (*Mauritia flexuosa*), algodão - *mawrà* e várias enviras. A utilização das fibras, principalmente o algodão, também foi descrita na confecção de saias tradicionais, *keweyu* para as mulheres e *okoye* para os homens.



Foto 11 - Maria Carara Esese com seu artesanato.

O emprego de fibras não se restringe às amarrações, a cestaria produzida pelos indígenas é bastante variada. Como exemplos desta produção foram relacionados o jamanxim – *tewexemà*, os paneiros – *farxe*, os abanos – *wayhamsà*, o tipiti – *yutú*, os estojos – *foxoró*, e peneiras com diferentes utilidades e formatos: *wetxe* – que parece uma mesa; *manarye* – para farinha e beiju; *tuwa* – bem fechada para goma; e *huruto* – que parece um prato. O arumã – *omamu* (*Schnosiphon spp.*), o cipó titica – *manrà* (*Heterópsis sp.*) e o cipó ambé – *herywo* (*Philodendron sp.*) são algumas das matérias primas mais utilizadas, todas obtidas na floresta.

A atividade agrícola da população indígena é realizada com a derrubada e queima de áreas de mata, intercaladas com períodos de abandono (pousio) destas áreas. Os sítios são escolhidos considerando a cor da terra, locais livres de alagação, proximidade com as aldeias, entre outros fatores. A escolha dos locais, sua abertura, a queima, o plantio e qualquer das atividades necessárias para o manejo das roças estão intimamente relacionados a determinadas épocas do ano. Esta relação se dá principalmente pela disponibilidade de chuvas e é muito bem descrita no calendário econômico-ecológico do grupo, discutido mais adiante.

É na roça que ficam mais evidentes as divisões de trabalho, mesmo que em menor grau do que em outras regiões, quando mulheres e homens têm distintos conhecimentos e funções específicas para cada atividade.

Na região etnográfica das guianas, segundo Peter Rivière (2001: 33), “a divisão do trabalho organiza-se sobretudo na base da divisão dos sexos, embora a idade exerça alguma importância. Devido à divisão sexual do trabalho e a uma tecnologia que raramente requer esforços cooperativos de vários membros do mesmo sexo, não será descabido afirmar que um homem e uma mulher adultos constituem uma unidade auto-suficiente, capaz, entre eles, de executar todas as tarefas produtivas e reprodutivas”, portanto, permanecendo no âmbito da família nuclear. Nesta região há pouquíssima especialização do trabalho, embora os indivíduos se diferenciem quanto à competência e preferência por certas atividades. À exceção, continua Rivière, é o xamã, cuja capacidade de comunicar-se com o mundo invisível é o desfecho de um aprendizado difícil e perigoso.

A divisão do trabalho entre os índios do complexo cultural Tarumã/Parukoto não se apresenta de forma tão marcante como em outros contextos etnográficos e, a grosso modo, com pequenas variações de um grupo local para outro, podemos dizer que ela se efetiva da seguinte forma:

- 1) Os homens assim como as mulheres, em conjunto ou em fases distintas, se ocupam da plantação, da limpeza da roça, da colheita, do descascamento da mandioca, do transporte de cargas, da colheita, de certos tipos de pesca; da fabricação da cerâmica, da cestaria, dos instrumentos de trabalho, dos objetos rituais.

- 2) Apenas os homens se ocupam da caça e da abertura de uma roça (derrubada e queima das árvores);
- 3) Apenas as mulheres ralam a mandioca e preparam os seus derivados (bebidas, beijus, farinha, etc.) (QUEIROZ, 2004, p. 132)

A tabela abaixo, reproduzida de Queiroz (2004, p. 133), relaciona as observações de campo de várias atividades produtivas e suas respectivas divisões de trabalho entre os sexos:

Tabela 6 - Divisão do trabalho entre homens e mulheres

	HOMEM	MULHER
AGRICULTURA	X	X
- Derrubada, Queima do mato	X	
- Plantação	X	X
- Limpeza, capina	X	X
- Colheita	X	X
- Transporte da colheita para casa	X	
- Descascar mandioca	X	X
- Ralar mandioca		X
- Assar beiju		X
- Preparar bebidas		X
CAÇA	X	
PESCA	X	X
- Com arco e flecha	X	
- Com armadilhas	X	
- Com envenenamento (timbó)	X	X
COLETA	X	X
CERÂMICA	X	X
- Arrancar barro	X	
- Construir os potes		X
- Queimar os potes	X	
- Pintar os potes com vermelho		X
- Pintar os potes com preto	X	
CESTARIA	X	
FABRICAÇÃO DE CORDAS	X	X
- Matéria: <i>kraua</i>	X	
- Matéria: <i>sisai</i>	X	
- Matéria: algodão		X
FABRICAÇÃO DE REDES	X	
TECELAGEM DE ROUPAS	X	

BIJUTERIA		X
PLUMAGEM	X	
ARMAS	X	
CANOA	X	
FABRICAÇÃO DE RALOS	X	X
- Provimento do material	X	
- Inserir pequenos pedaços de pedras		X
- Pintar com vermelho		X
- Pintar com preto	X	

FOGO		X
- Prover o fogo		X
- Manter o fogo acesso		X
COZINHAR		X
ASSAR E DEFUMAR	X	
TRANSPORTAR CARGAS	X	X

As principais culturas praticadas nas roças são a mandioca, a banana, a batata-doce e o abacaxi, muito embora várias outras espécies sejam plantadas também (QUEIROZ, 2004; 2012). Ainda na literatura, a diversidade de cultivares é destacada:

Nessas roças plantamos 58 variedades de mandioca, 32 de bananas, 25 de cará, 13 de abacaxi, 18 de batatas, 12 de cana de açúcar, 03 de macaxeira, melancia, milho, abóbora, caju e outras plantas (IEPÉ,2021).

Importante atividade do trabalho de campo foi levantar as variedades de plantas dentro das culturas utilizadas e suas características. A diversidade trabalhada permite suprir necessidades em diferentes períodos do ano e diversificadas situações ambientais. Quanto maior o número de variedades cultivadas, mais preparada a comunidade fica para enfrentar possíveis alterações ambientais. Os roçados – *mararà* são usados, na maioria das vezes, para culturas de ciclos curtos. Para as duas aldeias, foram citadas 28 variedades de bananas, 26 de mandioca, nove de pimentas, sete de macaxeira, seis de abacaxi, seis de carás e cinco de batatas. As plantas frutíferas também são cultivadas nos roçados, mas principalmente ao redor do espaço doméstico/domesticado (*owto*), junto com temperos e plantas medicinais.

Abaixo segue uma tabela com alguns dos nomes das variedades de algumas culturas

citadas.

Tabela 7 - Variedades cultivadas, nome na língua indígena e locais de cultivo.

Português	Hexkaryana	Local de cultivo*
Abacaxi	<i>Aharà àkàhnà</i>	R
	<i>Aharà akohnà</i>	R
	<i>Aharà tàkhoryenà</i>	R
	<i>Aharà ou Ahorá</i>	Q
Abacaxi Grande	<i>Aharà Horito</i>	Q
Abacaxi Pequeno	<i>Aharà Horinà</i>	Q
Banana	<i>Kaiana</i>	R
	<i>Tutxionimo</i>	R
	<i>Wafixana</i>	R
	<i>Tahutxutxu</i>	R
	<i>Tahoximutu</i>	R
	<i>Menkarà</i>	R
	<i>Kumeri Yasuosuo</i>	R
	<i>Tahotxutxu/yahotxutxu</i>	R
	<i>Foru faiaia</i>	R
	<i>Foru horito</i>	R
	<i>Feyaya</i>	R
	<i>Fotwo</i>	R
	<i>Kayana</i>	R
	<i>Kumiri</i>	R
	<i>Menkarà</i>	R
	<i>Naxa</i>	R
	<i>Tutxunimà</i>	R
	<i>Txetxaf</i>	R
	<i>txurimà àhà</i>	R
	<i>Yahoxumutu</i>	R
	<i>Foru</i>	Q
Banana Grande	<i>Kumiri</i>	Q
	<i>Foruro</i>	Q
	<i>Fofuro</i>	R
Banana maçã	<i>Tutxuinhemà</i>	Q
Banana Pequena	<i>Mariha</i>	Q
Banana Roxa	<i>Feyu</i>	Q
	<i>Yahotxutxu</i>	R
Batata-doce Alaranjada	<i>Mahio</i>	R

Batata-doce Branca	<i>Bodimo</i>	R, Q
Batata-doce Preta	<i>Mahno</i>	R
Batata-doce Roxa	<i>Hari</i>	R, Q
Batata-doce Vermelha	<i>Cafowenhe</i>	R
Cana	<i>Faranti</i>	R, Q
	<i>Benurimà</i>	R
	<i>Xiuri</i>	R
	<i>farantxe turyemànà</i>	R
	<i>Xeyerye</i>	R
Cará	<i>Mahe</i>	R
	<i>Caxuru</i>	R
	<i>Mahe budima</i>	R
	<i>Mahe turimànà</i>	R
Cará Branco	<i>MaheBudimu</i>	R
Cará Preto	<i>MaheTurimemu</i>	R
Macaxeira		R, Q
	<i>Txiribudimu</i>	R, Q
	<i>Xiritonasomo</i>	R, Q
	<i>Torrason</i>	R, Q
Macaxeira Café	<i>Yousotomsomo</i>	R, Q
Macaxeira Manteiga		R, Q
Macaxeira Pão		R, Q
Mandioca	<i>Takirikiri/Takiriki</i>	R
	<i>Tutxurim</i>	R
	<i>Txeifu/tifu</i>	R
	<i>Yaitxikirikiri</i>	R
	<i>Maboyohá</i>	R
	<i>Tsaraho</i>	R
	<i>Axukna</i>	R
	<i>Kmudimà</i>	R
	<i>Burabu-Kmurakmu</i>	R
	<i>Yahyxarara</i>	R
	<i>Yàmkatxutxu</i>	R
	<i>Makmo</i>	R
	<i>Kakmoki</i>	R
	<i>Yaryekiryekirye</i>	R
	<i>Ofa</i>	R
<i>Xukuwa</i>	R	
Mandioca Ajuda		R
Mandioca Amarela		R
Mandioca Branca	<i>Budimà</i>	R

Mandioca Caboclinha		R
Mandioca Café	<i>Yuso</i>	R
Mandioca Jatapu		R
Mandioca Manaus		R
Mandioca Nega Velha		R
Mandioca Tabita		R
Mandioca Vermelha	<i>Tutxurimà</i>	R
Pimenta	<i>Pihome</i>	Q
Pimenta (var.)	<i>Homematxahaxaho</i>	Q
Pimenta Amarela		Q
Pimenta Cheirosa		Q
Pimenta Chumbinho		Q
Pimenta Malagueta		Q
Pimenta Murupi		Q
Pimenta Pequena		Q
Pimenta Vermelha		Q

Outra importante fonte de renda citada pelos indígenas é a comercialização da castanha – *tàtko* (*Bertholletia excelsa*), relatada em campo e na literatura. Segundo as comunidades uma saca de castanha estava sendo vendida por R\$ 300,00 (trezentos reais) em média durante a última safra. A coleta das sementes é realizada por grupos familiares que se deslocam aos castanhais no final do inverno, onde permanecem cerca de duas semanas afastados da aldeia. A coleta das castanhas é realizada num tipo de paisagem distinto, reconhecido pela população regional: os castanhais – adensamentos de castanheiras localizados, normalmente, em florestas de terra firme - *txetxa*. A produção é maior normalmente do meio para o final do período de chuvas. Atualmente, talvez seja a exploração da castanha-do-pará a atividade mais desenvolvida entre os índios Tarumã/Parukoto, visando a obtenção de renda e aquisição de bens da sociedade nacional que não produzem e dos quais se tornaram dependentes, como aqueles citados no parágrafo anterior. A coleta da castanha vem sendo incentivada pelas ONGs e pelas próprias organizações indígenas como forma de uso não predatório dos recursos naturais. Na T. I. Trombetas/Mapuera esta atividade é realizada nos meses de março e abril, quando os índios se dirigem para os acampamentos situados nos castanhais, deixando as aldeias praticamente vazias, colhendo ouriços e separando castanhas, coletando outros produtos da floresta para a alimentação diária e caçando. O resultado da coleta da castanha é transportado, geralmente em canoas movidas a motor de popa, até às aldeias. Daí,

ainda através destas canoas, ou de barco de motor de centro, ou ainda de caminhão, a castanha segue para as cidades de Oriximiná, São João da Baliza, Manaus e Belém. Estas áreas de castanhais tornaram-se, portanto, importante fonte de recurso para os índios da T. I. Trombetas/Mapuera (QUEIROZ, 2004, p. 135).

Além da castanha, várias frutas e sementes são coletadas e complementam a alimentação. O consumo da maioria das frutas é feito durante a prática de outras atividades. Na safra, quando se encontra com as frutas maduras, elas são coletadas e consumidas. Não tivemos a oportunidade de ver ou experimentar frutas silvestres, segundo os testemunhos, estas ficam disponíveis em maior quantidade e variedade na época de chuvas. As listas são extensas e dão um entendimento do conhecimento indígena sobre a floresta e seus usos. Nem todas as frutas são comestíveis, mas muitas delas podem servir para atrair a caça ou como remédio (QUEIROZ, 2012).

Os produtos florestais, além de gerarem renda, desde muito tempo faziam parte de uma rede de trocas com outros grupos indígenas da região. O contato e, a partir dele, a instalação de postos de troca e venda de produtos e as políticas assistencialistas induziram os indígenas a centrarem esforços em determinados itens, como a farinha, a castanha e o artesanato, acarretando mudanças consideráveis nos antigos padrões de movimentação para a realização de trocas (CARDOSO, I.B; VALE JUNIOR, I.C., 2012, QUEIROZ, 2004).

Como já disse, boa parte dos utensílios e instrumentos de trabalho, além dos próprios objetos rituais dos grupos indígenas Tarumã/Parukoto, não têm hoje em dia um uso cotidiano na aldeia, mas continuam sendo fabricados porque têm valor de artesanato e são vendidos nos centros urbanos. Os homens, sobretudo os mais jovens, fazem frequentes viagens às cidades de Oriximiná, Belém, Boa Vista, Manaus, Parintins, quando vendem seus artesanatos às lojas especializadas ou aos turistas. Nestas visitas, que podem durar alguns meses, vendem também farinha e, às vezes, realizam algum tipo de trabalho temporário, o que lhes permite ganhar um pouco de dinheiro e, assim, comprar o que desejam do meio urbano: roupas, rádios, gravadores, sal, açúcar, munição de arma de fogo (pólvora, cartucho, chumbo), anzóis e linhas de pesca, combustível para os motores de barco ou de ralar mandioca, etc (QUEIROZ, 2004, p. 135).

As madeiras, como descrito anteriormente, são bastante empregadas, tendo cada espécie

um uso específico. Para fabricação de embarcações, existem algumas preferências, como a cupiúba (*Goupia sp.*). Os louros e cedros são citados para feitura de tábuas. Os esteios e postes são feitos de acariquara (*Minquartia guianensis*). Os remos são geralmente de carapanaúba (*Aspidosperma sp.*), os artefatos de caça e pesca de ipê (*Tabebuia sp.*) e assim por diante.

O trabalho de retirada e preparação de tábuas e esteios é realizado por alguns comunitários especialistas neste trato, estes, quase sempre também possuem o equipamento para o corte das peças, que é realizado com motosserra. Este trabalho é contratado por empreitada pelo número de peças necessárias e a escolha das árvores para o corte é realizada por ambos, contratante e contratado, principalmente considerando o transporte das peças ao local do uso. Muitas vezes se aproveitam troncos caídos e em alguns casos se armazenam peças de madeira para uso futuro, neste caso, principalmente para a madeira utilizada na confecção de arcos.

Os óleos essenciais, resinas e látex têm seus usos bastante difundidos entre as populações amazônicas e, recentemente, pela indústria de cosméticos. Por essa razão, são de fácil comercialização, com grande potencial como fonte de renda. Na literatura consultada, foram citados alguns: o óleo de copaíba (*Copaifera sp.*) e da andiroba (*Carapa guianensis*), utilizados como remédio e como combustível para o fogo. O óleo da copaíba, normalmente, é retirado com trado, furando-se o tronco das árvores. No caso da andiroba, o óleo é extraído das sementes, esquentando, espremendo e deixando-as ao sol para o escorrimento do óleo. O cumaru (*Dipteryx odorata*) também aparece citado como remédio por sua essência, como atrativo para caça e como madeira. Estas espécies apresentam potencial para comercialização, mas a exploração atualmente é apenas para uso nas aldeias.

As resinas também aparecem citadas na bibliografia e são empregadas pela população da região. O breu-preto (*Protium sp.*) e o breu-de-jutaí ou jatobá (*Hymenaea sp.*) são amplamente usados como verniz, incenso, remédio e para a calafetação de canoas. Dois registros que podemos observar em campo do uso de resinas, foi para a amarração das penas e partes de flechas e para a confecção de panelas.

Outro produto florestal amplamente utilizado na região e que sofreu bastante pressão foi o pau-rosa (*Aniba rosaeodora*). Foi uma das espécies florestais intensivamente exploradas desde o início do século, levando à sua quase extinção. Desta espécie, a partir da destilação, extrai-se uma essência vegetal utilizada pela indústria de perfumes. Até a década de 1990, ainda ocorria uma exploração incipiente, porém clandestina, cuja essência era processada em usinas flutuantes

instaladas nos rios Uatumã e Jatapu (ELETRONORTE/IBAMA, 1997).

Na aldeia Santa Maria relataram a existência de uma usina de destilação e algumas estradas que cortavam boa parte da floresta. As toras de pau rosa eram levadas de trator até esta usina onde eram processadas, a essência era transportada em tonéis até Parintins e dali, exportada. Alguns indígenas chegaram a participar desta cadeia de negócios, na prospecção de árvores e no transporte até Parintins. Os relatos dão conta de mais de 200 pessoas envolvidas no trabalho e das grandes festas que aconteciam na praia em frente da aldeia nas épocas de pagamento.

De acordo com alguns informantes questionados sobre potencial fonte de renda, alguns produtos da agricultura e do extrativismo local foram citados. De alguma forma são preferidos para essa finalidade, já foram ou são trabalhados: castanha, farinha de mandioca, artesanato, pau-rosa, açaí, andiroba, banana e o breu. Na próxima parte do relatório será apresentado o calendário de atividades e detalhadas as dimensões cosmológicas que regem a relação com as diferentes espécies conhecidas e utilizadas em diferentes ambientes, bem como a maneira pela qual essa relação está imbricada com a temporalidade destas atividades.

2.3. Turismo de Base Comunitária (Pesca Esportiva)

A empresa Acute Angling, sediada em Nova Jersey, Estados Unidos, promoveu regularmente atividade de pesca esportiva de maneira ilegal no rio Jatapu entre 2007 e 2022. A empresa manteve uma pousada com acomodações para turmas de até oito turistas na cachoeira do Picapau e outras acomodações tipo acampamento em outros pontos do território. Através de informações obtidas com os moradores de Santa Maria e Nova Bacaba, havia um intermediário no Brasil, chamado Wellington, que organizava as viagens desde Manaus para a pousada no rio Jatapu. Os turistas eram em sua totalidade estrangeiros, afiliados ao Acute Angling nos Estado Unidos, que pagavam por volta de \$5800,00 por pessoa para acomodação de uma semana na pousada em 2022. Além de utilizar a pousada, os turistas também permaneciam em acampamentos nas ilhas rio acima, nas proximidades do igarapé Jamari. De acordo com informações de funcionários da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, estes acampamentos incidiam em áreas de uso de povo em isolamento voluntário em estudo pela FUNAI (Registro nº121 FPEC/GCIIRC), o que

motivou a abertura de um processo junto ao Ministério Público Federal em Manaus para acompanhamento da situação (Processo nº 08620.005739/2018-50). De acordo com os indígenas, eles recebiam diárias para serem roteiros e guias na pousada. Além disso, relatam que desde 2016 não recebiam pelo transporte de material para abastecer as pousadas (alimentação, bebidas, combustível) e dos turistas, uma vez que foram endividados por Wellington, que cedeu uma embarcação de motor de centro para cada aldeia e realizava “descontos” do suposto valor devido pelos indígenas do trabalho que realizam.

No final de 2022 a associação Aymara, seguindo deliberação das duas comunidades, encaminhou uma denúncia ao MPF-AM relativa a violações trabalhistas e ambientais na TI. No início de 2023 foi elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que previa a interrupção imediata das atividades da Acute Angling no Jatapu, a doação das estruturas de hospedagem e equipamentos do turismo à Aymara e a interrupção da venda de pacotes e da atividade no Jatapu. Foi assinado o TAC prevendo o pagamento de um valor a título de indenização coletiva aos indígenas, de R\$700.000,00 e a doação dos bens da empresa que estivessem dentro da Terra Indígena. O MPF-AM acompanhou o pagamento e o repasse para a Aymara, que recebeu o dinheiro em abril de 2025 mediante a elaboração de um plano de destinação do dinheiro de maneira coletiva.

Ao longo de 2023, 2024 e 2025 a Associação Aymara se engajou, com o apoio de parceiros, na reorganização do turismo na TI Arará com base dos moldes do Turismo de Base Comunitária e de acordo com a Instrução Normativa 09 da FUNAI. Foram realizadas rodadas de oficinas formativas nas duas aldeias com o objetivo de estabelecer os critérios comunitários do que deveria ser o turismo de pesca esportiva no Jatapu. Durante este processo, outra empresa contumaz violadora de territórios e direitos indígenas, a River Plate, passou a assediá-la Associação Aymara e a tentar cooptar lideranças para invadir novamente a TI Arará, tendo inclusive injetado dinheiro para a construção de ao menos uma pousada no interior dos limites do território. Tudo isso foi objeto de denúncias por parte da Aymara ao MPF-AM, que continuou acompanhando o assunto desde a retirada da Acute Angling e que fez diversas recomendações coibindo para que nenhuma empresa estabelecesse formas de turismo fora das bases do TBC. No início de 2025, tanto o Ibama, quanto a FPE-CPM realizaram visitas técnicas e fizeram as recomendações para o Plano de Visitação e

estabeleceram critérios para a atividade de turismo relacionados à quantidade de turistas, áreas destinadas à pesca, períodos de pesca e monitoramento das atividades. Em dezembro de 2025 foi dada Carta de Anuência pela Presidência da FUNAI para o Plano de Visitação da TI Ararà, apresentado pela Associação Aymara, com duração de três temporadas. A expectativa da Aymara é iniciar a primeira temporada com 14 turmas de turistas entre outubro de 2026 e fevereiro de 2027.



IV – Quarta Parte

Meio ambiente

- a) Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;
- b) Explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.

1. Notas sobre a metodologia empregada

A pesquisa ambiental se deu, na primeira etapa do trabalho, a partir de material secundário, tais como: diagnósticos ambientais das áreas protegidas do entorno da área demandada (Plano de Manejo da Reserva Biológica (REBIO) do Uatumã; o Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã) e estudos de identificação e delimitação das TIs que abrigam povos do complexo cultural em que se inserem os povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana (RCIDs das Terras Indígenas Trombetas/Mapuera e Katxuyana/Tunayana e Estudo de Eleição e Delimitação das Áreas dos PIs Nhamunda/Mapuera).

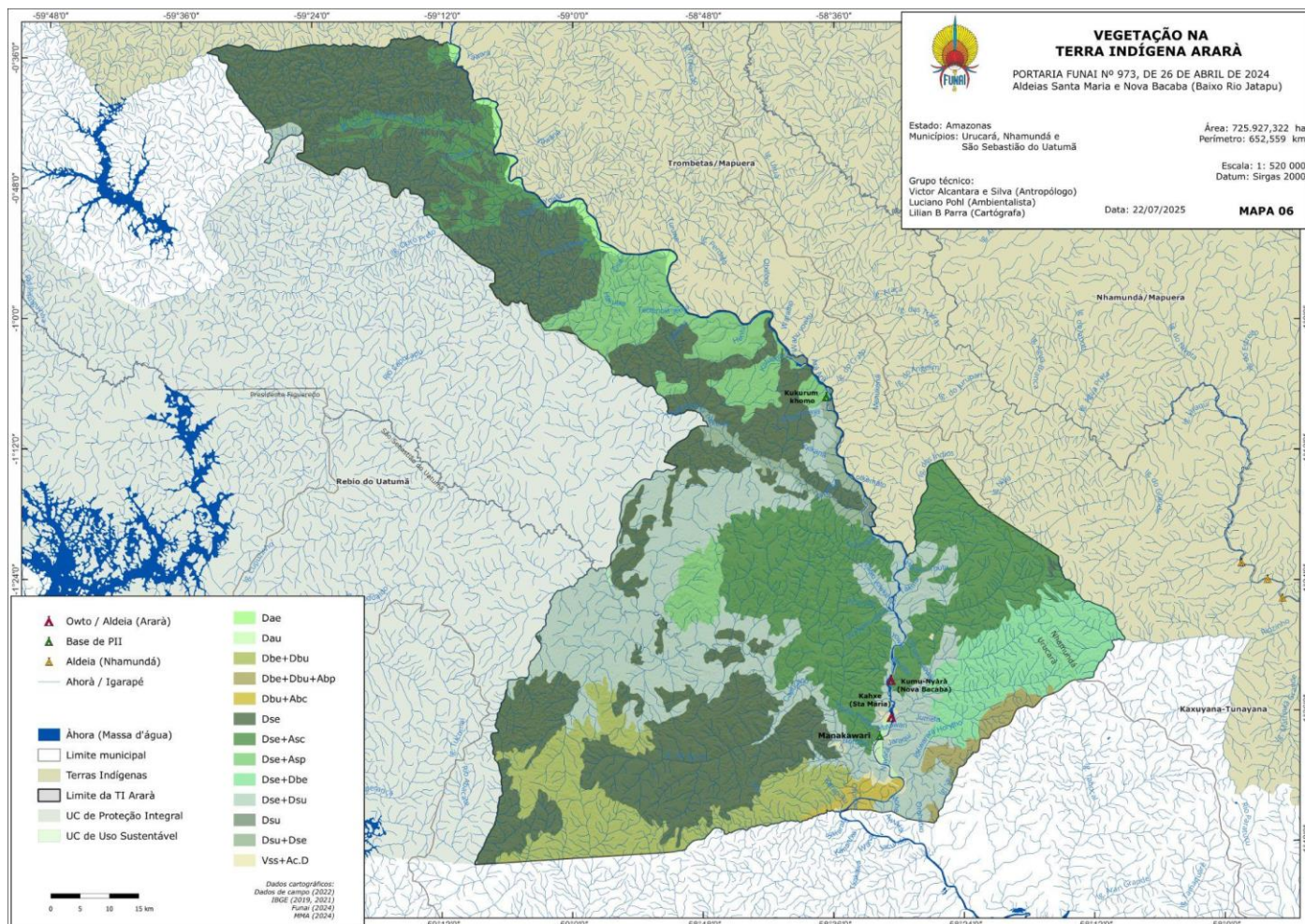
Em outra etapa, foi realizado trabalho de campo que permitiu complementar o estudo ambiental com informações específicas sobre o uso do território pela população demandante. As técnicas de mapeamento participativo utilizados nas aldeias *Kahxe* e *Kumunyàrà* permitiram uma visão mais apurada sobre os recursos utilizados, áreas de uso e manejo, calendário ecológico, espécies animais e vegetais importantes que constituem as formas de uso e ocupação do território, auxiliando a definição dos limites da TI Ararà. Nesta parte quarto serão consolidados tais informações ambientais em conjunto com os estudos antropológico e cartográfico para a região em questão, a fim de caracterizar e subsidiar a

área identificada pelos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayna com base no conceito de terra tradicionalmente ocupada, cujo objetivo final é a proteção desses, seu modo de vida tradicional e seu território, além do direito à autodeterminação dos povos isolados com os quais compartilham este território.

2. Caracterização ambiental da TI Ararà

A TI Ararà se situa, em sua maior parte, em área do município de Urucará, distante, em linha reta, cerca de 270 km (duzentos e setenta quilômetros) de Manaus/AM. O município possui uma população estimada em 16000 (dezesseis mil) pessoas. A economia, não só a de Urucará, mas dos municípios da região, está concentrada no setor primário. Na atividade agropecuária, destacam-se a criação de gado e as culturas de mandioca, guaraná, melancia e banana e o extrativismo de açaí e castanha (IBGE 2018).

Mapa 3 - Vegetação da TI Ararà



A região é formada por distintas glebas territoriais, estaduais e federais, algumas ainda sem destinação e outras específicas para proteção e conservação ou uso de comunidades tradicionais (SFB 2019). Na região do entorno da área proposta, localizam-se a Reserva Biológica do Uatumã, pelo oeste das aldeias; as Terras Indígenas Trombetas/Mapuera e Nhamundá/Mapuera, pelo leste; e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã ao sul. O não reconhecimento do território Baixo Jatapu, assim, forma um corredor desprotegido entre aquelas unidades, suscetível à exploração desordenada e possível vetor para invasões nas áreas protegidas do entorno.

A proteção desse território pode propiciar uma conexão ainda mais efetiva da REBIO Uatumã, que faz parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, com as terras indígenas

citadas, conectando dois importantes complexos de áreas protegidas para a Amazônia e complementando um extenso corredor de terras indígenas e unidades de conservação. Áreas protegidas conectadas são importantes instrumentos de manutenção de biodiversidade, tendo em vista que as conexões propiciam trocas genéticas entre as comunidades biológicas de diferentes áreas, trânsito de espécimes e auxiliam na manutenção de populações que necessitam de grandes áreas de habitat, por exemplo, o queixada ou as antas (PEREIRA e CESTARO 2016).

Reforçamos que o reconhecimento do território pode ajudar na composição de um grande mosaico de áreas protegidas, fortalecendo a conexão entre o bloco de TIs do Norte do Estado do Pará e o Corredor Ecológico da Amazônia Central. Vai fortalecer a ligação do bloco de TIs do norte do Pará - que está conectado ao mosaico de áreas protegidas do Norte do Pará e Oeste do Amapá, que somam uma superfície de pouco mais de 22 milhões de hectares (IMAZON 2012) - com o Corredor Ecológico da Amazônia Central, que possui cerca de 52 milhões de hectares (BRASIL 2015), compondo um extenso corredor ecológico que atravessa o norte da Amazônia brasileira de ponta a ponta, ver figura 1. Logicamente, para uma efetiva implementação desse corredor, ainda são necessários incentivos aos usos de recursos naturais de baixo impacto pelas comunidades locais, permitindo a manutenção e a troca genética entre as comunidades biológicas.

Tabela 8 - Terras Indígenas e Unidades de Conservação lindeiras da TI Ararã. Elaborado por Lilian Parra.

Área protegida	Superfície (ha)	Ato legal	Povos que habitam	Estados
TI Trombetas Mapuera	3.971	Dec. s/nº 22/12/2009	Hixkaryana, Katuenayana, Waiwai, Isolados do Médio Jatapu, Isolados do Rio Cachorro/Cachorrinho e Isolados Karapawyana.	RR, PA, AM
TI Nhamundá Mapuera	1.050	Dec. nº 98.063 18/08/1989	Hixkaryana, Katuenayana, Katxuyana e Waiwai	PA, AM
Rebio Uatumã	938.720, 95	Dec. nº 99.277 06 /06/1990 e Dec. s/n 19/09/2002	-	AM

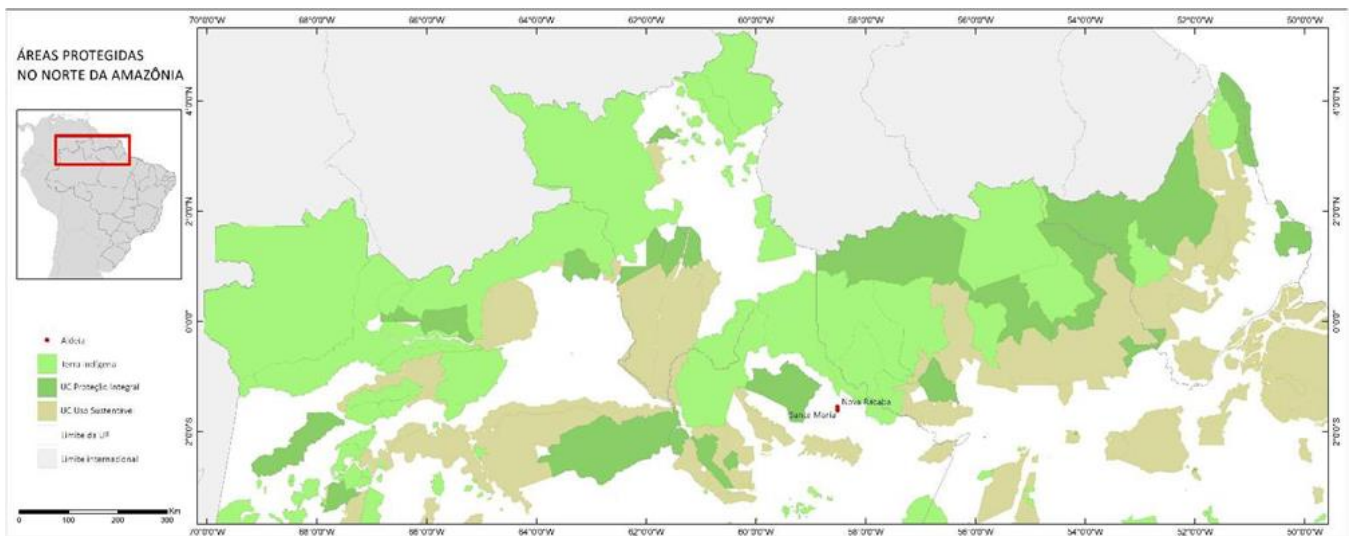


Figura 7 - Mosaico de Terras Indígenas e Unidades de conservação no entorno da TI Arará

O conceito de corredores ecológicos surgiu na década de 1990 como estratégia de conectar áreas protegidas, promovendo a conservação da biodiversidade, e foi incorporado ao SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conforme art. 25 da Lei nº 9985/2000: “as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos” (OEKO 2014). Mesmo que o conceito esteja previsto na legislação ambiental brasileira, as estratégias de implementação e de gestão desses corredores ainda são poucas e deficitárias no território nacional (CARNEIRO FILHO & SOUZA 2009). Ainda assim, o Corredor Ecológico da Amazônia Central já tem seu reconhecimento junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e é reconhecido como Reserva da Biosfera da Amazônia Central, garantindo certa visibilidade internacional, o que pode auxiliar a promover iniciativas de gestão e de desenvolvimento sustentável para a região. O fortalecimento da conexão do corredor ecológico com o complexo de TIs do Norte do Pará deve potencializar ainda mais o reconhecimento internacional. A REBIO Uatumã é uma unidade de conservação federal de proteção integral, onde a única atividade permitida é a pesquisa científica e sua gestão é realizada pelo ICMBio. No caso da RDS Uatumã, a gestão é do Governo do Estado do Amazonas, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). A UC é de uso sustentável,

permitindo várias atividades desde que regulamentadas pelo Plano de Gestão da unidade, construído em conjunto com as comunidades da área (AMAZONAS 2009).

As terras indígenas têm a gestão de suas áreas compartilhadas entre a FUNAI e os povos indígenas. Atualmente, alguns documentos vêm sendo construídos para orientar essa gestão: os Planos de gestão territorial e ambiental - PGTAs, Planos de vida, entre outros. Também existe uma política orientadora para construção desses instrumentos de gestão definidos na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. No referido relatório do ambientalista (Pohl 2023), há ainda informações detalhadas sobre as características geológicas e geomorfológicas da região, bem como a descrição de aspectos de solos, da hidrografia e climatológicos, além da caracterização da vegetação, fauna e ictiofauna presentes na bacia do rio Jatapu.

3. Tempo e espaço na perspectiva indígena no Jatapu: aspectos cosmológicos da interação com o ambiente

Conforme explicitado acima, os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Jatapu concebem seu território atual baseados em uma territorialidade particular e em um amplo conhecimento dos ambientes e espécies que manejam. Tal manejo, como forma de interação com estes espaços e seres se dá de acordo com uma cosmologia que podemos chamar de “perspectivista” (Viveiros de Castro 2004), isto é, que concebe que os variados seres que coabitam o cosmos compartilham os mesmos atributos de socialidade humana. É por isso que, ao falar sobre um ambiente específico, menos do que características físicas, os povos do Jatapu indicam aquelas espécies que têm ali sua morada de preferência, sendo elas utilizadas por eles ou não. Isso vai além de espécies animais e vegetais, pois como vimos na história de Okoymoyana contado por Yeriyeri, há também uma associação entre traços e características de paisagem com a existência de seres invisíveis que escolhem/gostam de viver em tais locais. Topos de morros onde há pedras expostas, grandes rebojos nos rios, alagados com muitos cipós, por exemplo, são locais de preferência de estes seres viverem e são assim evitados pelos humanos como lugares perigosos – uma vez que tais seres tem a potência de predação seres humanos.

Ainda que este seja um tema ainda pouco trabalhado na região etnográfica das Guianas, é importante ressaltar aqui que as escolhas de onde construir uma aldeia, onde abrir os caminhos de caça, a escolha dos pontos de pesca ou a abertura de caminhos na mata para visitar outras aldeias são pensados de acordo com as relações potenciais com tais seres (Alcantara e Silva 2019). Da mesma maneira como os humanos, neste plano terrestre, possuem suas aldeias e caciques, diversos seres invisíveis e espécies vegetais e animais possuem seus “donos²¹” e aldeias. No entanto, eles estão em outro plano, um plano “espelhado”, como dizem os Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana. Esse espelhamento não significa um reflexo exatamente, mas uma passagem que transforma a visão de quem o atravessa. Como no caso do pai de Yeriyeri, que ao passar pela cachoeira, adentrou o plano das cobras – vistas ali como pessoas – e pôde vê-las em sua essência humana. E, ainda que tais seres não sejam plenamente visíveis a não ser que se acesse para seu plano, ou que a pessoa tenha dotes xamânicos, sua existência é atestada por todos através de sinais percebidos no ambiente²².

Dessa forma, as classificações indígenas levam em conta não somente o comportamento observável das espécies, mas também os efeitos presumíveis da existência de seus “donos” e demais seres invisíveis que também habitam a floresta. Reforço aqui este ponto, pois a constante referência aos locais de moradias e comportamento das espécies não opera aqui como metáforas, ou representações, que transpõem elementos do mundo natural ao humano como meras categorias de classificação. Esta cosmologia, que expressa um fino conhecimento da dinâmica da floresta como um todo, permite que os Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana encarem as relações interespecíficas como equivalentes àquelas que estabelecem entre os grupos humanos, o que dá uma dimensão política própria ao território.

Essa dimensão cosmológica se expressa inclusive no calendário anual. Segundo Lucas (2014), o tempo para os Hixkaryana é medido pelas fases lunares que, por sua vez, se encaixam em períodos determinados pela presença de algumas estrelas no céu ou pelo comportamento de alguns animais. Ainda, são identificadas duas épocas distintas, uma de chuvas e uma de seca. Segundo a autora, somente os mais velhos dominam os nomes desses períodos e os próprios Hixkaryana fazem uma correspondência com os meses do ano, conforme o calendário

²¹ Cf. Fausto 2008.

²² Cf. Oliveira 2015.

gregoriano. Queiroz (2004) também relata uma divisão do ano em duas estações e a relaciona a comportamentos de alguns animais e a disponibilidade de alguns recursos naturais conforme calendário econômico-ecológico apresentado no RCID da TI Kaxuyana-Tunayana (QUEIROZ, 2004, p. 147).

O autor indica que a conceituação indígena acerca das estações do ano é relacionada à observação do comportamento de animais, insetos, surgimento e desaparecimento de constelações e alterações na vegetação. Assim, por exemplo, o verão é o período seco identificado com a Tairitairi: “época em que a cigarra canta”. Este canto marca o início do verão. O inverno, que corresponde ao período chuvoso, é denominado Mawaiemau: “época em que o sunawyi canta bu buuuu”. Sunawyi é um tipo de sapo cujo canto marca o início das chuvas. Já o timbó é conhecido como Pai da Chuva (tunayin). Como disse um informante, “... é só falar em timbó e começa a chover, timbó é o pai da chuva” (QUEIROZ, 2004, p. 146). A figura abaixo, extraída de Queiroz (2004: 147), sintetiza o ciclo anual dessas atividades, que guardam forte relação com o ciclo hidrológico da região, na medida em que as chuvas e o ciclo de cheia e baixa dos rios afeta as paisagens onde as atividades se desenvolvem, além do comportamento dos animais.

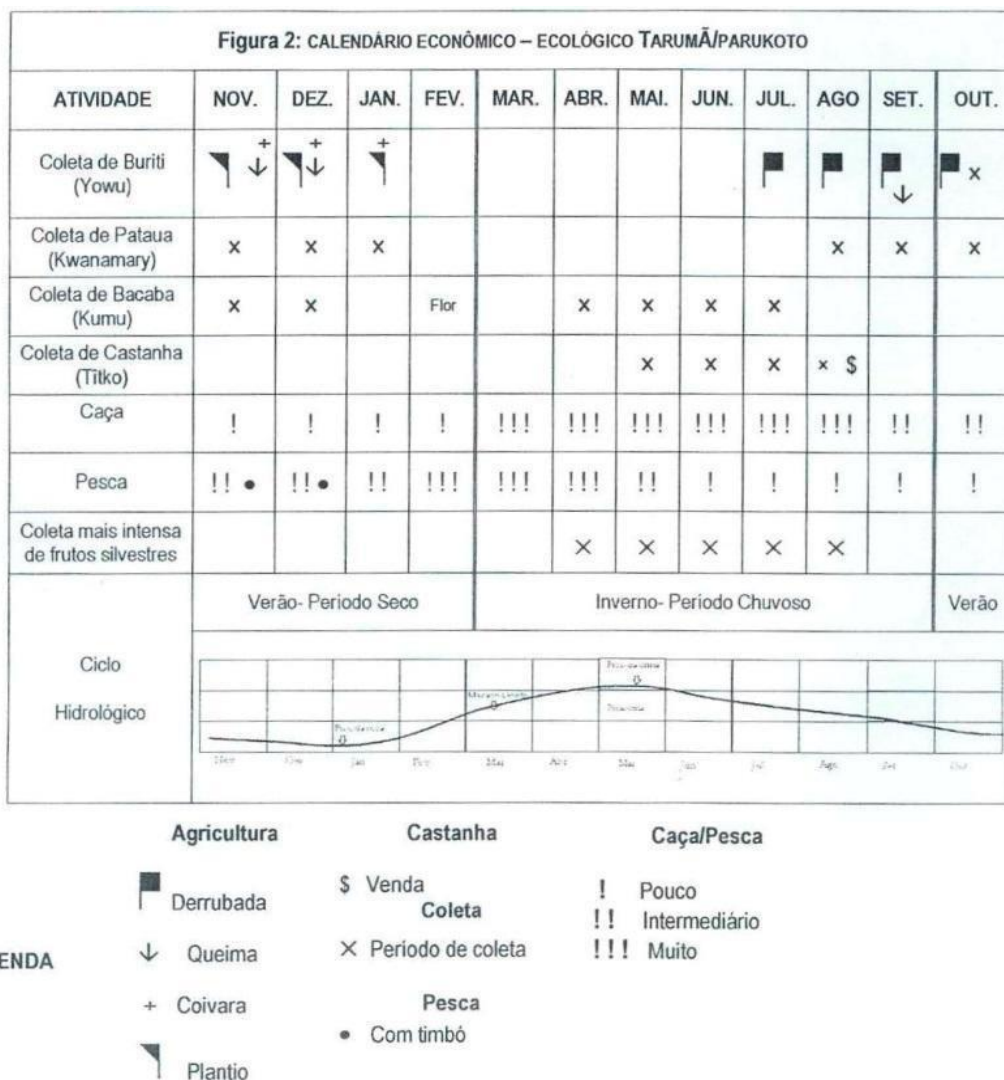


Figura 8 - Calendário econômico-ecológico tarumã-parukoto (Queiroz 2004: 147)

No Jatapu o ciclo anual é concebido de maneira semelhante, em que diferentes períodos são destacados a partir do avistamento de conjuntos de estrelas, do aparecimento de certos insetos, da mudança de comportamento de animais, etc. acompanhando o ciclo das espécies vegetais e animais, as atividades produtivas dos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana se desenvolvem entre dois grandes ciclos, de seca e chuvas, ou de baixa e cheia dos rios, que são nuançados por ciclos menores. Ainda que atualmente eles façam uma correspondência direta com os meses do calendário moderno, isso é apenas uma aproximação. Para ilustrar esses ciclos, foi elaborada a tabela abaixo em oficina nas aldeias que, de maneira sistemática, tenta

dar conta da correlação entre todos estes ciclos e as atividades preferencialmente desenvolvidas em cada um.

Calendário de manejo e atividades produtivas											
Xerikoyomo	Hetkatho	Yayhàohyarà		Moruratho	Wayamutho		Honytho		Taryetaryetho		
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Txymyehà (Cheia)						Awaknarà (Seca)					
Início das chuvas				Rio mais cheio e vento	Início da seca		Algumas chuvas fortes		Auge da seca e início das chuvas		
Castanhas (início da queda)	Queda das castanhas	Queda das castanhas		Colheita da castanha	Fim da colheita da castanha						
Andiroba (queda e colheita)		Dia do Índio Paixão de Cristo		Aniversário da aldeia			Marcha da independência		Festa de Natal Festa de ano novo		
Pesca	Pesca	Pesca		Pesca	Pesca Abundante		Pesca ruim		Pesca		
Caça (Porco, anta, Cotia, Cotia pequena)	Caça (Guariba)	Caça coletiva (Aves, anta, porco, quatá, guariba, macaco prego, caititu)		Caça (todos os macacos, quatá, preguiça)	Caça (Quatá, tatus, caititu, paca)		Caça (Veado)		Caça coletiva (Antas e Porcos) Coleta de Tracajá e tartaruga (ovos)		
Coleta de ovos de aves	Coleta de filhotes de aves	Açaí, pequiá, uxi, patauá		Açaí	Açaí, buriti		Coleta de semente de morototó		Bacaba		
	Desova de peixes	Piracema			Filhotes de peixes						
Roça (Manutenção e colheita)	Roça (Manutenção e colheita)	Roça (Manutenção e colheita, principalmente de alguns tipos de mandioca)		Roça (Manutenção e colheita)	Roça (derruba de novas roças e colheita mais diversa)		Roça (queima e plantio)		Roça (plantio)		
Farinha	Farinha	Farinha		Farinha	Farinha Abundante		Farinha		Farinha		
Transporte e pesca turística	Transporte e pesca turística				Desova de jacaré		Coleta de barro para cerâmica		Transporte e pesca turística		

Figura 9 - Calendário de manejo e atividades produtivas da TI Ararà

No que concerne às escolhas dos locais de abertura de aldeias, há uma clara preferência pela derrubada de antigas capoeiras. Essa preferência tem duas dimensões, pelo menos: uma mais “material”, pois normalmente as aldeias são continuamente abertas sobre terras pretas, que são extremamente férteis; segundo porque, na lógica de dispersão e reunião dos grupos de irmãos descrita acima no desenvolvimento político das parentelas de aldeia, eventualmente se retorna para a “terra do pai”, levando a um ciclo longo de reocupação de locais de moradia. Há ainda outra dimensão que atravessa todas estas, que é a presença de não-humanos “donos” de certos locais e de espécies animais, cuja proximidade, apesar de perigosa, é buscada devido à

capacidade xamânica destes seres. Mapeando seus sinais e os locais identificados como de suas moradas preferenciais, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana se orientam no espaço, criam lugares nomeados que se tornam referências, identificam áreas de moradia, de caça, pesca e de roçados.

4. Ocupação atual e áreas indispensáveis às atividades produtivas no território

Resta claro que os povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e isolados da TI Ararà detém um profundo conhecimento do ambiente que ocupam e dependem dos recursos dos rios e floresta para desenvolver seu modo de vida culturalmente diferenciado. A utilização de recursos naturais para subsistência, manutenção de suas práticas culturais, geração de renda para a população regional e algumas estratégias de preservação ambiental estão amplamente documentadas na literatura.

Em campo, a discussão sobre o que é o território tradicional e a proposta de limites para Terra Indígena, foi ricamente debatida. Para a caracterização de um território indígena devemos entender, entre outros pontos, a ocupação e o conhecimento e manejo de recursos naturais. Ainda que as duas aldeias atuais na TI Ararà estejam na porção sul da área pretendida, a utilização, a existência de registros de ocupação em outras áreas e o conhecimento demonstrado evidenciam o vínculo histórico, cultural e cosmológico com o território e com a área delimitada pela TI Ararà, ainda mais se considerarmos que ainda existem famílias no rio Nhamundá cujo vínculo com porções do norte da TI Ararà é fundamental para a constituição de suas parentelas.

4.1. Zonas de caça, pesca, coleta e áreas de reservas de recursos

As áreas de uso e de reserva de recursos naturais importantes para as duas aldeias foram traduzidas na produção de etnomapas e deixaram claros o conhecimento e a utilização do território identificado pela comunidade e as condições ambientais fundamentais para a reprodução destes recursos. Outro ponto a se destacar na produção destes mapas foi a localização de antigas aldeias que compõem o território, evidenciando ocupações pretéritas da região. Na confecção destes mapas, as descrições de ambientes, presença ou ausência de recursos naturais e toponímias eram discutidas, lembradas, relembradas e passadas aos mais jovens.

Para auxiliar o entendimento dos mapas produzidos, também foram elaborados alguns diagramas caracterizando as diferentes fisionomias ambientais, associadas aos ambientes aquáticos e aos ambientes terrestres. Um dos diagramas ilustra a sucessão de ocupação no espaço, seu uso no tempo, que se caracteriza pelos tipos florestais e sua regeneração, saindo de uma área limpa e aberta, central, onde fica a aldeia até a floresta, mais distante e periférica, ainda que esta última domine todo o entorno (cf. Figura x). Os diagramas produzidos foram complementados por listas de espécies que caracterizam as diferentes fisionomias. A caracterização das paisagens discutiremos no próximo capítulo, aqui nos interessa a territorialidade dos indígenas e as áreas imprescindíveis para sua reprodução física e cultural, traduzidos pelo conhecimento sobre a região e os espaços para suas atividades produtivas.

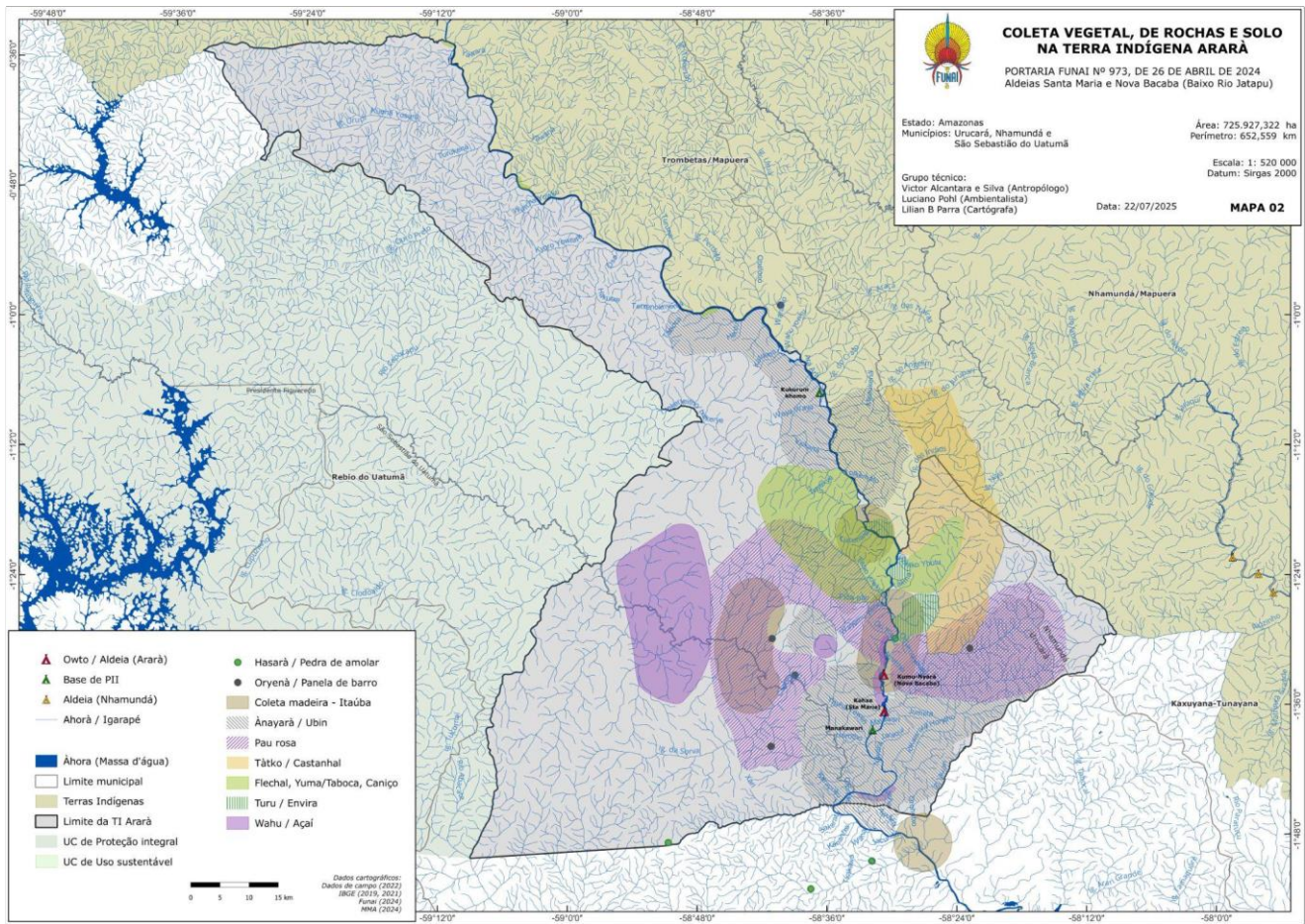


Figura 10 - Etnomapa produzido na aldeia Kumunyàrà

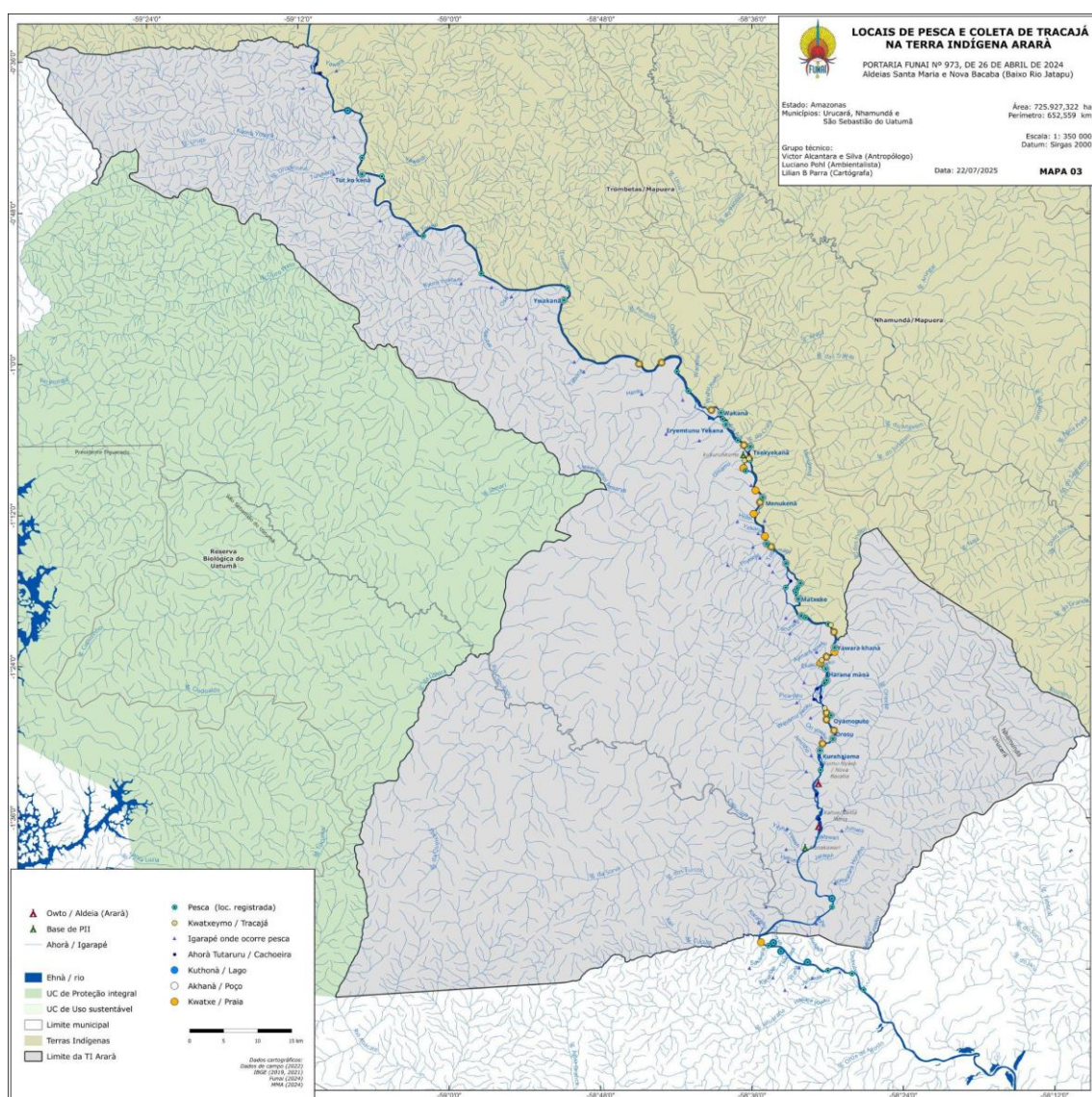


Figura 11 - Etnomapa produzido na aldeia Kahxe

Mapa 4 - Coleta vegetal, de rochas e solo na TI Arará.



Mapa 6 - Locais de pesca e coleta de animais na TI Arará



A série de mapas acima foi elaborada a partir das informações construídas nas oficinas em cada aldeia, que estão apresentadas nas figuras 9 e 10. Nelas fica evidenciado um uso diferenciado do território, que possui certas partes identificadas com parentelas específicas destes povos, que reconhecem em certas porções da TI Arará seus lugares próprios. *Kahxe*, de maioria Okoymoyana e Kararayana, maneja muito mais a porção sul do território, enquanto que os de *Kumunyarã*, em sua maioria Xowyana, utilizam mais a porção norte. Essa, porém, não é uma divisão "étnica" e exclusivista destas porções, uma vez que há locais na parte norte que os Kararayana e Okoymoyana também utilizam e identificam como sendo de seus ancestrais. Tal associação diz respeito ao desenvolvimento de relações nestes locais por grupos de parentesco que se perpetuam no tempo do que um recorte rígido sobre o espaço.

Além disso, é possível perceber que as atividades de coleta são realizadas mais próximas das aldeias, ao passo que as de caça e pesca se estendem aos limites da TI. Isso se dá, em grande medida, como estratégia de manejo de animais a fim de não exaurir as espécies nas proximidades das aldeias. Por isso, são pensadas áreas de “reservas” de peixes e animais, que só são utilizadas em ocasiões especiais, tais como as festas realizadas no período chuvoso (hoje concentradas em Natal, Ano Novo e Páscoa), encontros políticos ou religiosos na aldeia, torneios de futebol, etc., momentos em que se recebem muitos visitantes, que devem ser servidos com abundância. Essas áreas de reserva, hoje, estão sendo manejadas no extremo norte da TI, no igarapé da Sorte e na margem esquerda do rio Capucapu. Já as roças normalmente são abertas mais próximas das aldeias, em locais onde se identifica a presença de terras pretas. No entanto, é também uma estratégia de manejo manter roçados mais distantes, dentro de igarapés, como forma de não exaurir os solos nas proximidades das aldeias. Os povos do Jatapu mantêm em média 4 roçados sendo trabalhados a cada ano, cada um em uma etapa do ciclo de produção.

Outra atividade regular e extremamente importante é a obtenção de pescado, quelônios e ovos no rio Jatapu, em lagos e igarapés. A atividade também é realizada ao longo de todo o território, principalmente no próprio rio Jatapu e em seus afluentes maiores, como o igarapé da Sorte, Jamari, Oriente, Tawana, Yàwàrà, dos Índios, etc. São muitos os tipos de peixe capturados e vários tipos de ambientes aquáticos conhecidos e escrutinados. Neste caso, o igarapé da Sorte também é utilizado somente em casos específicos e serve como área de reserva e de reprodução dos peixes. Outro local bastante específico são os lagos existentes na porção sul, próximo à mineração de calcário, que são imemorialmente utilizados para a pesca de pirarucu e a caça de jacarés. Os quelônios, abundantes tanto nos lagos quanto no rio Jatapu, são objeto de muito cuidado, haja vista terem sido quase exterminados pelos *karaiwa* nos anos 1980 nessa região. Atualmente existe uma espécie de "moratória" da carne das tartarugas e tracajás, sendo permitida apenas a coleta moderada dos ovos.

O manejo de recursos naturais de baixo impacto praticado pelos indígenas na área proposta associado ao tamanho da área e da conexão entre a REBio Uatumã e às TIs do Trombetas/Mapuera e Nhamundá/Mapuera, devem contribuir nas estratégias de conservação, na efetivação de um extenso mosaico de áreas protegidas.

4.2. Roçados, aldeias e outras moradas

Kahxe possui hoje cerca de 83 pessoas, divididas em casas de famílias nucleares e famílias extensas (que reúnem normalmente um casal mais velho com seus filhos menores, suas filhas casadas e genros). Por ter se constituído em torno do depósito do posto do SPI – que na década de 1940 se instalou no local da antiga aldeia *Kahxe*-, sua configuração espacial atual é mais adensada e “alinhada” em relação ao eixo do rio em fileiras de casas, conforme se pode observar na figura 11 e na foto 13. Há instalações comunitárias que atendem a todos os moradores, entre elas: casa com fornos para a produção de farinha (*Fuhno*), posto de saúde, casa de reuniões (onde foram realizadas as atividades em grupo), banheiro, campo de futebol e igreja.

No verão o nível das águas do rio Jatapu diminui, uma extensa praia se forma, um lajeiro e as rochas da cachoeira ficam expostos dificultando a navegação. Não à toa, há local para aportar as embarcações a montante da cachoeira, acessado por trilha que passa por antigo túmulo e diversas castanheiras. A aldeia que está onde outrora foi posto do SPI, é circundada por castanhal antigo, há diversas frutíferas nos espaços coletivos e quintais diversificados no entorno das casas. O número de casas em cada núcleo é variável e comumente há uma cozinha coletiva da família extensa, onde ficam todos os petrechos para a produção de alimentos e, em alguns casos, as ferramentas necessárias para manejar os espaços agrícolas. Na cozinha pode haver até 3 fornos: um para farinha e outros derivados da mandioca (*Fuhno*), um para o preparo de beijus (*Oliho*) e um para o uso geral (*Warata*). Nas imediações da cozinha há plantios diversificados, com árvores frutíferas, tubérculos e ervas medicinais e alimentícias. O entorno da cozinha é também local de resguardar manivas, produzir mudas e confeccionar peças de cerâmica.

Já *Kumunyàrà* possui 86 moradores atualmente, e a aldeia se organiza em torno de pequenos núcleos de famílias extensas. Dessa forma, as cozinhas são compartilhadas pelas famílias, que ali processam os produtos das roças, da caça e pesca. Ao redor dos núcleos é comum haver pequenas roças de mandioca, além dos quintais e pomares. Mais ao centro da aldeia estão localizados os espaços de uso comum, como o *Mayá*, a casa de reuniões, a igreja e a escola. Existem vários portos na aldeia, que servem aos núcleos familiares, que por sua vez são ligados por caminhos mantidos limpos em meio aos resquícios de floresta e à roças.

a. *Kahxe / Aldeia Santa*



Fonte: Imagem registrada em 9/10/2014, extraída do Google Earth.

b. *Kumu-Nyàrà / Aldeia Nova*



Fonte: Imagem registrada em 26/08/2009, extraída de Bing Maps.

Figura 12 - Imagens de satélite das aldeias Kahxe e Kumuñyàrà



Foto 12 - Imagem aérea de parte da aldeia Kumuñyàrà



Foto 13 - Imagem aérea da aldeia Kahxe

Além dessas duas aldeias já consolidadas, há iniciativas de abertura de novos roçados em áreas que são referência para futuras aldeias. Existe também, nas proximidades da cachoeira *Katuema*, um ponto de apoio para as ações de vigilância e monitoramento territorial voltado à proteção de povos em isolamento voluntário construído em 2021 pelos povos do Jatapu e chamado de *Kukurunkomo*. Também próximo ao limite sul da TI Ararà foi construído em 2025 um posto de vigilância chamado *Makawari*.



Foto 14 - Ponto de apoio à proteção de isolados Kukurunkomo



Foto 15 - Base de vigilância Makawari

Quanto à espacialidade das aldeias, independentemente se a distribuição das casas é longitudinal ou radial, existe uma rede de caminhos que ligam tanto os núcleos quanto as casas e estes aos roçados mais próximos e aos demais espaços identificados e utilizados nos arredores da aldeia (*Owto*). Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana diferenciam este espaço em um gradiente de domesticidade, que tem seu máximo no espaço doméstico familiar (*Osá*), passando pelo espaço comunitário da aldeia (*Owto*), atravessa os quintais (*Mumya*) e ultrapassa os roçados (*Mararà*) e o matagal do entorno das clareiras (*Forotakà*) para adentrar a floresta (*Txetxa*), o pólo mínimo de domesticidade. Como forma didática, apresentamos este espectro em diagrama de forma concêntrica, com as categorias que marcam esse espectro entre o interior doméstico e o exterior selvagem.

Diagrama concêntrico de uso e ocupação

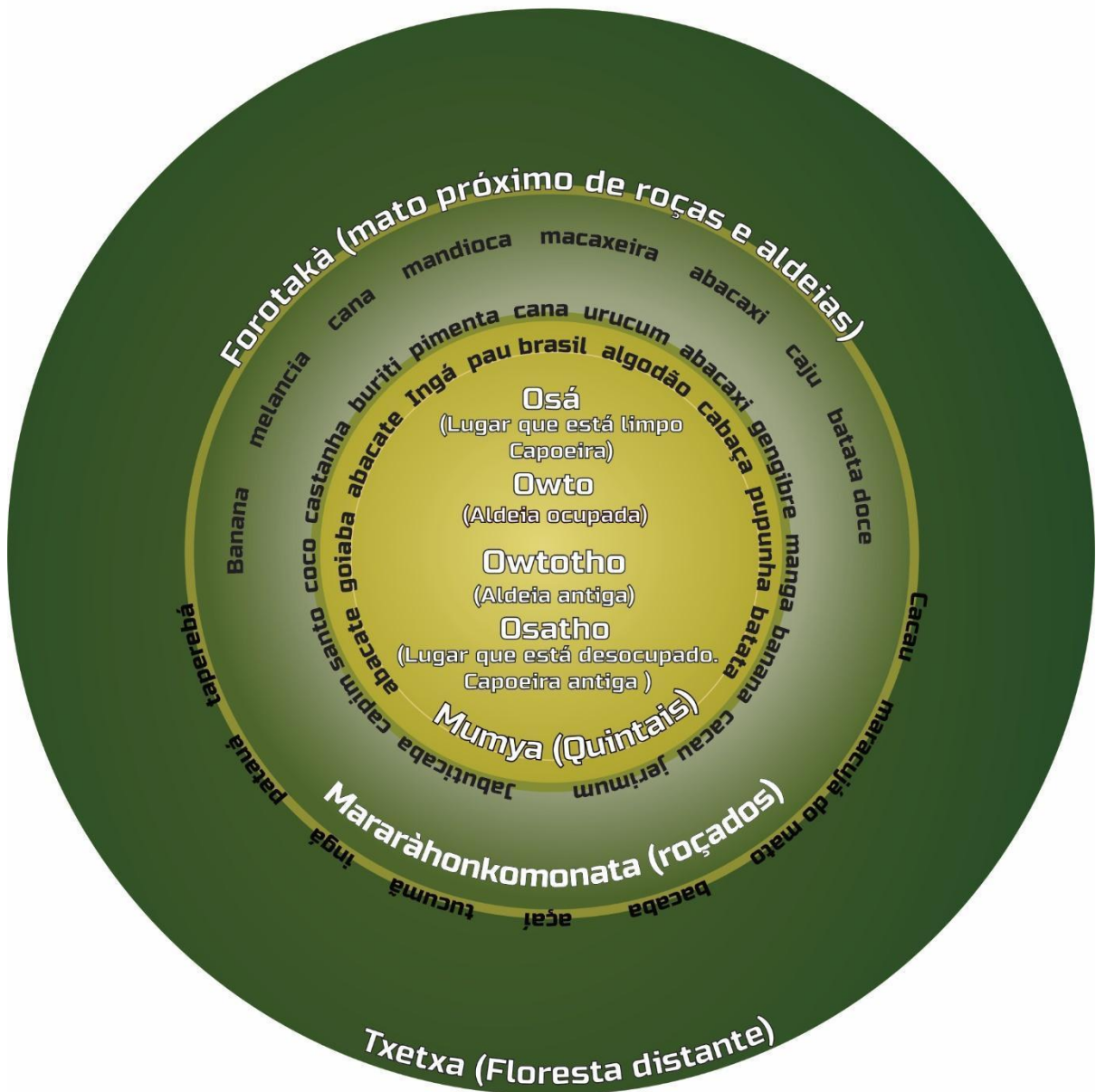


Figura 13 - Diagrama concêntrico de uso e ocupação

Esse gradiente de domesticidade, no caso do espaço, se baseia na feitura dos lugares através do trabalho investido na abertura e limpeza dos lugares e dos tipos de cultivos que se realizam nos diferentes espaços. O trabalho de abertura e cuidado com o lugar produz, por sua vez, seu “dono”. Este “dono” pode ser o cacique de uma aldeia (*owto*), mas também de um roçado (*mararà*), do espaço ao redor das casas (*osà*), como também, já no âmbito da floresta distante (*txetxá*), ser o “dono” de um caminho de caça que se percorre e se limpa. Da mesma forma, a ideia de cuidado é o que fundamenta a existência dos “donos” entre os seres invisíveis que habitam certos pontos da paisagem que são suas moradas em outros planos, onde abrigam e cuidam dos seus semelhantes

(como por exemplo os porcos do mato) e de suas aldeias. Na prática da vida Okoymoyana, Xowyana e Kararayana estes limiães entre os espaços de domesticidade são plásticos, mudam com o tempo e com os arranjos espaciais das aldeias à medida que se adicionam novas parentelas, abrem-se e abandonam-se roçados e locais de acampamentos temporários, caminhos de caça e de coleta.

Como um esquema conceitual, além de situar a aldeia idealmente no espaço, esse arranjo radial traz elementos que indicam a temporalidade das ocupações, na medida em que no centro está, não somente a aldeia do presente (*Owto*), como a que existiu outrora (*Owotho*) e aquela que pode vir a ser lugar de moradia (*Osà*). O sufixo –tho indica algo que é velho, abandonado, não-cuidado. *Owotho* então se traduz basicamente como “aldeia antiga”, no sentido de ter sido um local de moradia que não é mais cuidado. No entanto, ainda que esteja abandonada, a aldeia antiga permanece num circuito espacial e temporal de referência das parentelas e não volta a ser simplesmente *Txetxá*. As relações criadas no e através do lugar mantém a aldeia antiga como um lugar diferenciado, *owtotho*, que pode novamente ser cuidado e habitado. O esquema é útil para interpretar algumas marcas na paisagem que remetem ao histórico de ocupação, ou seja, um *Osà*, lugar limpo inicialmente para o plantio, pode ser identificado pela presença de roças, capoeiras jovens e sítios na atualidade, ou ainda capoeiras maduras, sem que tenha ocorrido moradia. Já em alguns locais indicados como ocupação pretérita, há capoeiras maduras que, na maioria dos casos, são dificilmente diferenciadas de formações florestais. A aplicação do esquema pode ser visualizada por meio de recortes de imagens orbitais de 20/08/2016 (figuras 15 e 16).

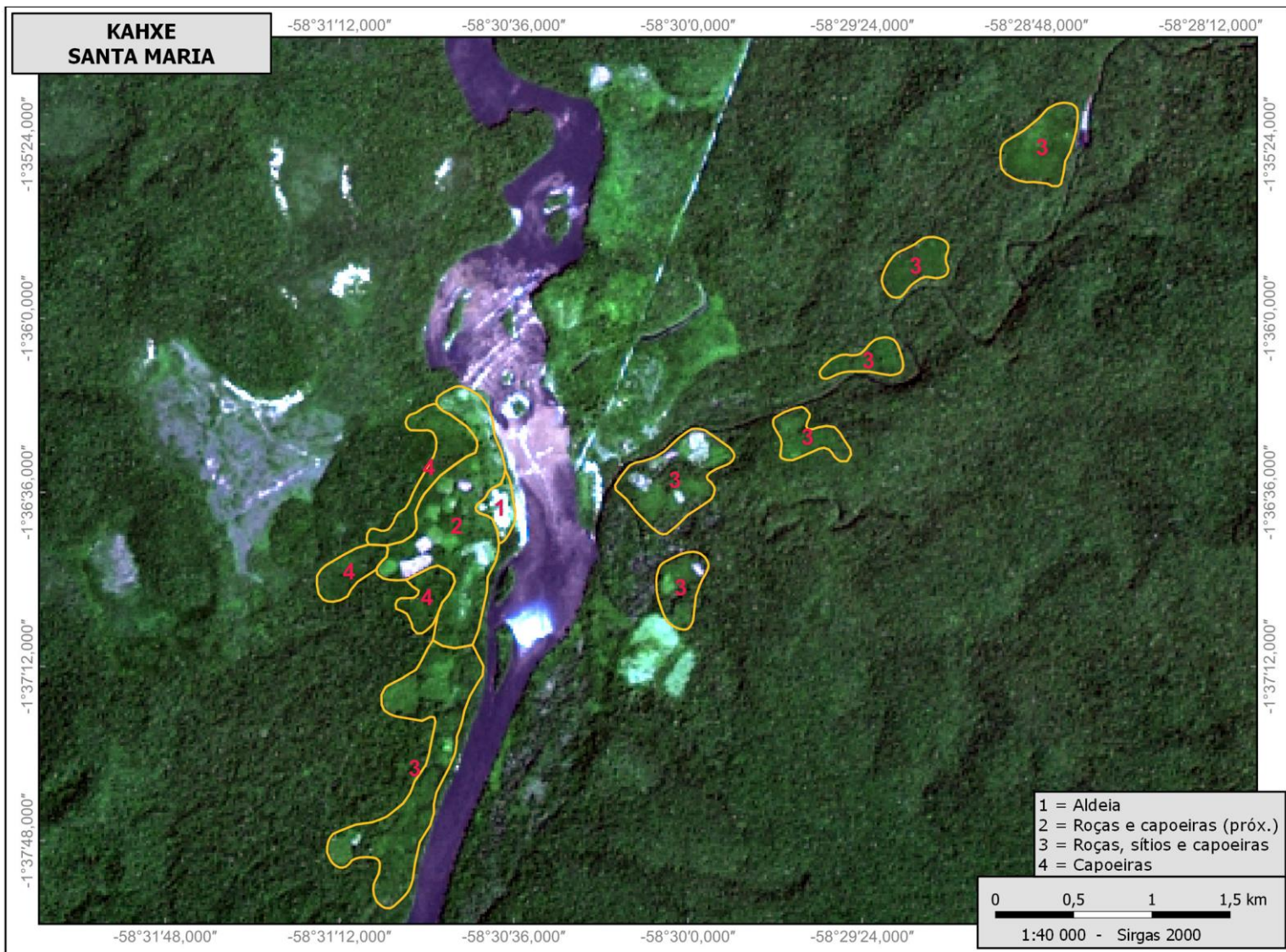


Figura 14 - Espaços agrícolas sobre imagem de satélite - aldeia Kahxe. Elaborado por Lilian Parra.

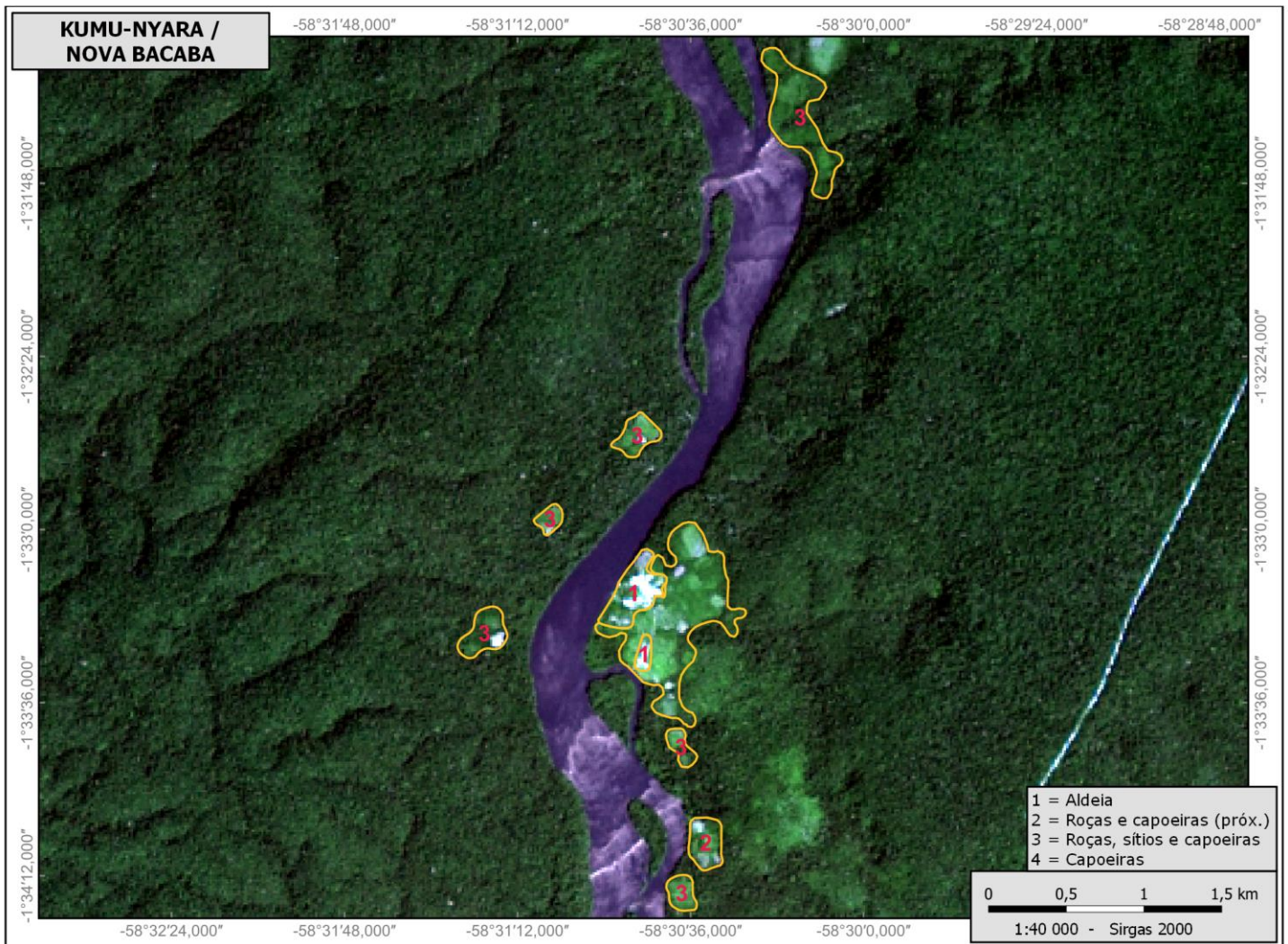


Figura 15 - Espaços agrícolas sobre imagem de satélite – aldeia Kumunyarà. Elaborado por Lilian Parra.

Nas imagens as aldeias (1) estão na margem do Jatapu, no entorno um complexo mosaico de ambientes agrícolas em diversas idades, que variam do branco (solo exposto, espaço abertos para implantar a roça) à tons de verdes claro (roças novas) e escuro (roças maduras ou capoeiras jovens). Em Santa Maria, além das roças e capoeiras próximas (2), há capoeiras em estágio mais avançado de regeneração (4), que indicam cultivos anteriores.

Roças e sítios podem também ser implantados em locais mais distantes das aldeias (3), próximo a rios ou igarapés, em locais estratégicos de uso pretérito (antigas aldeias) ou visitados em expedições de caça e pesca. Como mencionado, configuram possíveis locais de moradia futura. Na aldeia Nova Bacaba os roçados e sítios acompanham o Jatapu em ambas as margens, sendo que há roçados ainda mais distantes das moradias, não identificados na figura. Alguns alcançam as proximidades do limite norte. Na Santa Maria

esses roçados ou sítios distantes são, majoritariamente, implantados no Igarapé Oriente e no Igarapé Jumela. Suas dimensões variam significativamente, como pode-se visualizar na interpretação da imagem, e podem chegar a 10 ha, como aquele que se encontra a montante no Ig. Oriente.

4.3. Áreas com presença de povos indígenas em isolamento voluntário na TI Ararà

Como já dito algumas vezes acima, a TI Ararà é compartilhada com povos em isolamento voluntário, cujos sinais de sua presença são percebidos pelos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana. De maneiras distintas, estes povos reconhecem nos isolados uma parte deles mesmos, seja por terem perdido contato de fato com parte de suas parentelas que se isolaram no tempo dos contatos do SPI ou, de maneira mais geral, reconhecer traços culturais e/ou históricos compartilhados com eles. Algumas áreas do território atualmente são evitadas para se protegerem e para proteger os isolados de um contato acidental. Em geral, a atitude dos povos do Jatapu ao identificar algum sinal atribuído aos isolados - tais como quebradas, pegadas e caminhos nas matas, comportamento arisco de animais, sons de arremedo de animais na mata, latidos de cachorros em áreas remotas, vestígios de acampamentos ou roçados - é compartilhar a informação nas aldeias, avisar a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e evitar esses locais.

A observação da atual presença de povos indígenas isolados na TI Ararà não é recente. Ruben Caixeta de Queiroz, no início dos anos 2000, já listava ao menos sete destes diferentes grupos a partir de informações obtidas nos trabalhos de campo que realizou como Antropólogo-Coordenador do GT de identificação e delimitação da TI Trombetas-Mapuera, dos quais cinco habitam igarapés afluentes do rio Jatapu:

- 1) Cabeceira do rio Carará ou Cidade Velha: índios Pirititi ou índios Waimiri-Atroari (grupo do Anarkwa e grupo do Tikiryá);
- 2) Igarapé Cajubim, afluente da margem direita do rio Carará ou Cidade Velha: Índios Carara ou índios Waimiri-Atrari (grupo do Anarkwa e grupo do Tikiryá);

- 3) Igarapé Capivara, afluente da margem esquerda do rio Jatapu: índios Xowyana ou parentes distantes dos Hxikaryana;
- 4) Rio Novo ou rio Cidade Encantada, afluentes da margem esquerda do rio Jatapu: índios Karapawyana isolados;
- 5) Igarapé Bandeira, afluente da margem direita do rio Jatapu: grupo de filiação étnica desconhecida. (QUEIROZ, 2004, p. 150)²³.

Já o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do território Wayamu, elaborado nas TIs Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana e Ararà, cita cinco áreas com informações da presença de povos indígenas isolados no rio Jatapu: Igarapé Oriente, Jatapu-Urupi, Jatapu- Capucapu, Turuwetro (Tolué) e Igarapé dos Índios (IEPÉ, 2021).

Em nossa própria pesquisa de campo notamos, como dito, que os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Jatapu reconhecem nestes grupos isolados tanto parte de seus próprios grupos com os quais perderam contato durante os intensos deslocamentos causados pelas epidemias introduzidas pelos contatos do SPI, como povos distintos com os quais mantinham contatos esporádicos e por vezes belicosos. Em sua língua falada atualmente, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana se referem aos isolados como *toto xenyhená ro komo*, que podemos traduzir como “aqueles que não vemos mais²⁴”, indicando com isso que no passado estiveram em relação e que o horizonte futuro, neste território compartilhado, é o de manter vínculos com tais povos, ainda que eles sejam atualmente mediados pela parceria com Frente de Proteção e pela política de proteção à condição de autonomia implicada no conceito de isolamento voluntário.

A partir de informações dos mais velhos que viveram no Jatapu antes e durante o contato e de experiências recentes de contato com vestígios deixados por esses grupos, identificamos que os povos do Jatapu reconhecem ao menos sete áreas principais dentro dos limites da TI Ararà onde existem povos isolados e em relação aos quais tomam medidas de cautela:

²³ As demais referências são: 6) Rio Cachorrinho, afluente da margem direita do rio Cachorro: grupo de filiação étnica desconhecida; 7) Cabeceira do rio Tauvini, afluente da margem direita do rio Mapuera: grupo de filiação étnica desconhecida.

²⁴ Cf. Alcantara e Silva (2019) para uma reflexão sobre os conceitos de isolamento e contato na região.

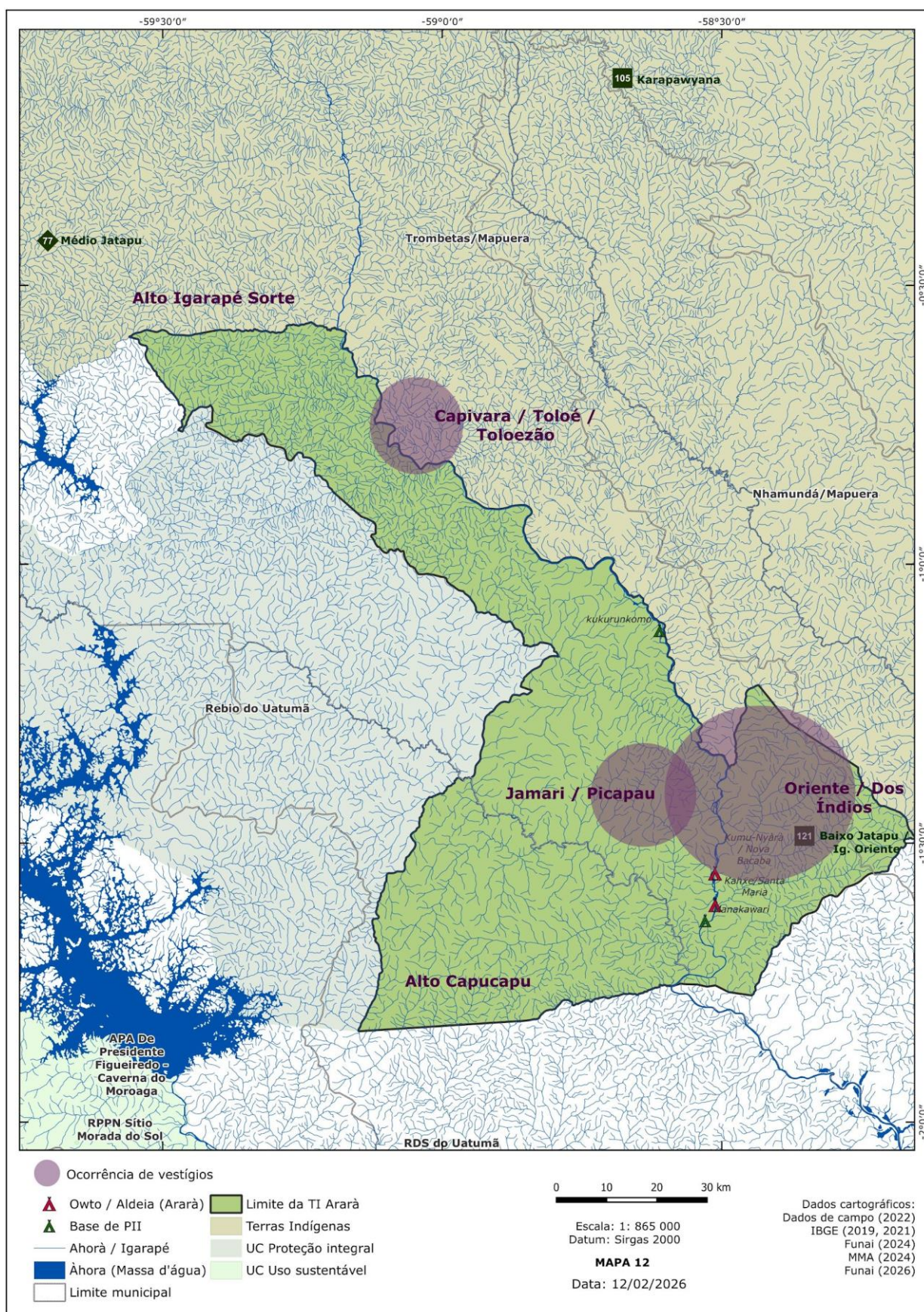
- 1) Porção média da bacia do rio Capucapu;
- 2) Porção alta do igarapé Picapau e média do igarapé Jamari;
- 3) Porções médias e altas do igarapé da Sorte, principalmente na margem esquerda (limite da TI Trombetas-Mapuera);
- 4) Bacias dos igarapés Capivara (*Yàwàrà*), Toloezão (*Faro Yowku*) e Toloé;
- 5) Alto e médio igarapé Oriente;
- 6) Alto igarapé dos Índios;
- 7) Rios Cidade Velha e Cidade Encantada (dentro da TI Trombetas-Mapuera).

Destas áreas, a Coordenação Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), reconhece apenas dois registros: nº 77 (Médio Jatapu) - englobando as informações dos rios Cidade Velha e Cidade Encantada - e nº 121 (Baixo Jatapu/Igarapé Oriente), que reúne informações dos igarapés Oriente, dos Índios, Picapau e Jamari. Este último registro foi criado a partir dos trabalhos de qualificação de informações de entorno e de dados das expedições de localização coletados a partir de 2015, quando a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema da FUNAI (FPE-CPM), que desenvolve o trabalho de localização de isolados na região, passou a realizar o trabalho no Jatapu. Como o trabalho de qualificação e de localização é contínuo, a Frente segue realizando expedições de localização e registrando e qualificando informações com os indígenas, já tendo identificado diversos vestígios contundentes da presença destes povos em diferentes áreas da TI Ararà e seus arredores, ligadas ou não aos atuais registros. No entanto, ainda que o trabalho de localização da FPE-CPM já tenha levantado um conjunto robusto de evidências da presença de ao menos um grupo isolado na bacia do igarapé Oriente, tanto o registro nº 121 quanto o nº 77 são considerados ainda apenas referências de povos isolados, não tendo passado ao status de povos isolados confirmados. Essa confirmação daria início ao Sistema de Proteção ao Indígena Isolado (SPII), que intensifica os trabalhos de localização, monitoramento e proteção territorial em relação ao povo isolado pela Frente de Proteção responsável. Um passo posterior poderia ser a instalação, na TI Ararà, de uma Base de Proteção Etnoambiental para potencializar esse sistema de proteção.

Com base no conjunto de dados atual, a FPE-CPM já trabalha com a hipótese de que os grupos abarcados no registro nº 121 se desloquem por regiões ao longo das bacias dos igarapés Oriente e dos Índios, na margem esquerda do rio Jatapu, mas também na bacia do igarapé Picapau e Jamari, na margem direita do Jatapu, tendo um deslocamento sazonal no período de seca para a outra margem do rio Jatapu através dos pedrais que ficam expostos nas corredeiras de Picapau. Além disso, também trabalham com a hipótese de que um conjunto de evidências que vem se construindo (vestígios e avistamentos pelos indígenas do Jatapu) indica a presença de um outro grupo isolado habitando as bacias dos igarapés Toloé e Capivara, na margem esquerda do rio Jatapu e igarapé da Sorte, na margem direita. Tal grupo seria distinto daquele referido como nº 77, cujos relatos históricos de contato são dos Kararayana nos rios Cidade Velha e Cidade Encantada. A criação desta nova referência está sendo analisada pela Frente e carece ainda de maior qualificação, o que deverá ser feito a partir da continuidade das expedições de localização.

No mapa abaixo, estão indicadas as áreas atuais em que a Frente tem evidências expressivas da presença de grupos isolados e que são, portanto, áreas extremamente sensíveis e que carecem de proteção territorial.

Mapa 7 - Ocorrência de vestígios de povos indígenas isolados.



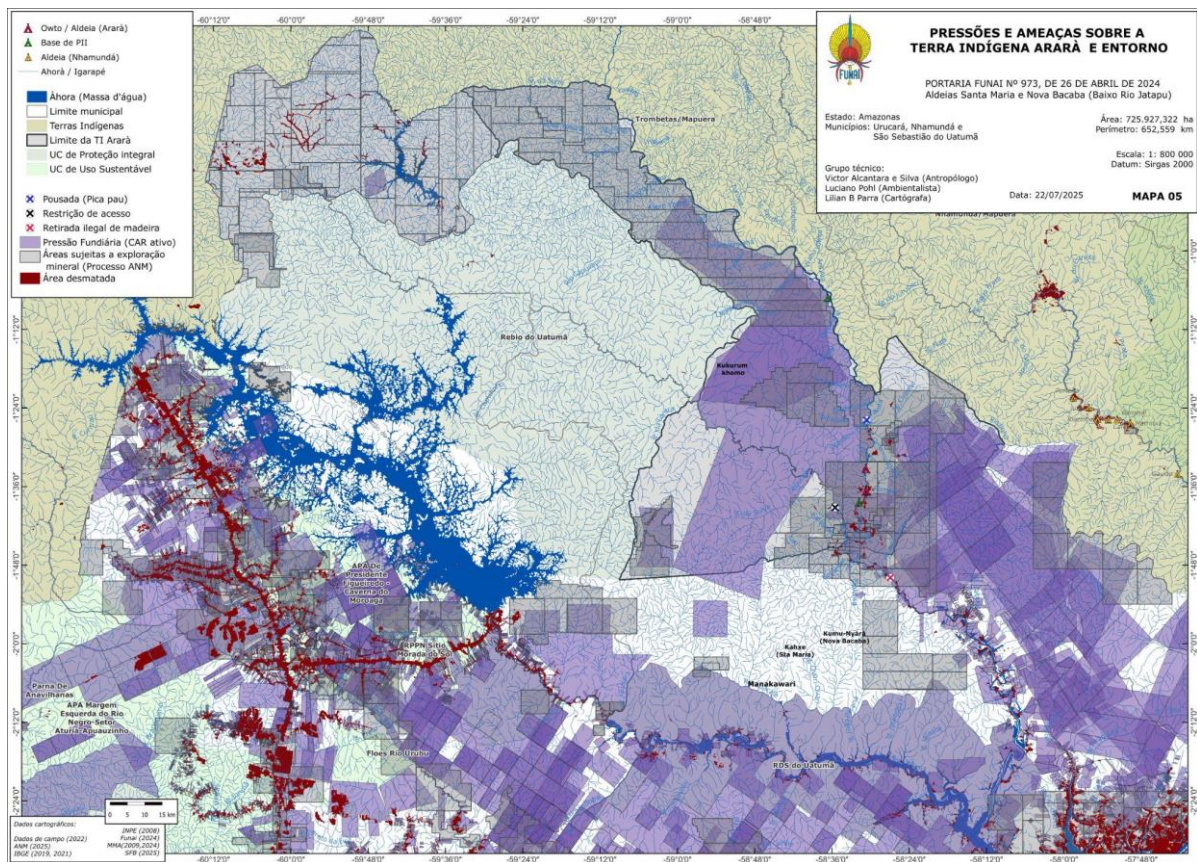
Além do trabalho de localização em campo, a Frente também vem estreitando o diálogo com os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana desde 2015, seja através das lideranças como também da Associação Aymara. Esse diálogo propiciou uma parceria entre a Frente e os povos do Jatapu voltada à efetivação da vigilância destes territórios compartilhados e ao desenvolvimento do trabalho de proteção aos isolados em sintonia com a proteção da TI Ararà como um todo. Entre os anos de 2015 e 2019, esse trabalho contou com o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que trabalhou nas aldeias qualificando as informações sobre a presença de isolados para subsidiar o trabalho de localização da Frente e para ajudar a construir com os indígenas diálogos entre suas políticas de relação com os isolados e o sistema de proteção do órgão indigenista. Essa parceria da FPE-CPM com os indígenas continua até hoje diretamente com a Frente e através tanto de projetos próprios da Associação Aymara como por meio de parcerias com organizações indígenas e indigenistas, como Coiab e Opi, para desenvolver ações de proteção territorial e formação voltadas à proteção dos povos em isolamento voluntário que compartilham com os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana a TI Ararà.

Nessa parceria, a Frente vem podendo contar com a experiência, o conhecimento e as formas políticas dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana para a efetivação da premissa do não-contato e da precaução que rege o trabalho voltado à preservação da vida e autonomia dos isolados. Esse trabalho em conjunto reconhece que tanto para os povos do Jatapu, e ainda mais para os isolados, a integridade territorial e ambiental é fundamental para que possam manter seu modo de vida e autonomia. Nesse sentido, faz-se necessário a continuidade do trabalho de localização e de proteção territorial pela CGIIRC/FPE-CPM, bem como de aprofundamento na boa relação com os povos do Jatapu e suas organizações para o estabelecimento de acordos de monitoramento e uso das áreas sensíveis identificadas pela Frente no interior da TI Ararà.

5. Impactos e ameaças à integridade socioambiental do território: invasões, desmatamento e grandes projetos

Consideradas as características socioambientais e econômicas da região, para identificar projetos e interesses que incidem sobre os recursos naturais, foram consultados e utilizados dados da Agência Nacional de Mineração (SIGMine /ANM), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes/INPE), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM 2010) e Sicar. Estes permitiram tecer considerações a respeito de algumas das principais pressões e ameaças na região do baixo Jatapu. A seguir serão apresentados os dados de mineração, desmatamento, hidrelétricas e pesquisa e exploração de petróleo e gás, temas que podem ser visualizados em conjunto no mapa abaixo.

Mapa 8 - Pressões e ameaças sobre TI Arará.



5.1. Mineração

Informações iniciais acerca da mineração atual e pretendida, foram obtidas a partir da localização das minas existentes e dos processos de aquisição de títulos minerários que tramitam na ANM. Dadas as restrições da legislação vigente que impedem a mineração em algumas categorias de UC e em TI, os processos minerários predominam justamente nas imediações da área em reivindicação, atualmente desprotegida, localizada entre a Rebio Uatumã e as TIs Waimiri-Atroari, Trombetas/Mapuera e Nhamundá/Mapuera. Os registros mais antigos de concessão de lavra são dos anos 1960 e remetem à exploração de Ferro pela Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama).

Chama a atenção a persistência de solicitações no interior das TIs vizinhas: 4 requerimentos de pesquisa na TI Waymiri-Atroari (minério de estanho), 2 requerimentos de pesquisa (Ouro) na TI Nhamundá- Mapuera e 1 requerimento de lavra (calcário) na TI Kaxuyana Tunayana²⁵. Dos anos 1978 são as primeiras concessões das imediações da Mina Pitinga, localizada no povoado de mesmo nome, no leste da TI Waimiri-Atroari e oeste da TI Trombetas/ Mapuera. Tramitam nesta área diversos processos para exploração de variadas substâncias, alguns dos quais com sigilo de informação minerária como, por exemplo, para exploração do metal Tântalo. Entre as substâncias exploradas estão o estanho e a cassiterita. Na margem direita do Rio Jatapu, por mais de 3 décadas, a empresa Nassau Itautinga desenvolveu atividades de pesquisa e exploração de Calcário na margem direita do rio Jatapu, localizada a 10,8 km ao sul da aldeia *Kahxe*, dentro do território tradicional dos Okoymoyana. O calcário extraído até então era utilizado na fabricação do cimento produzido pela Itautinga Agro Industrial S.A. Em meados de 2013 estava em discussão a implantação da infraestrutura necessária para garantir o escoamento de calcário da Mina Jatapu. Como informado no sítio do Governo do Estado do Amazonas, o interesse em ampliar incentivos à empresa adveio da possibilidade de extração do minério para aplicação na agricultura.

²⁵ Para mais informações a esse respeito consultar: < <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/decisao-anm-mineracao-em-terrasindigenas>> Acesso em 30/07/2020.



Figura 16 - Imagem de satélite da mina de ferro no igarapé Oriente.



Figura 17 - Imagem de satélite da mineração de calcário próxima ao rio Capucapu

Houve movimentação em junho de 2020 nos processos que incidem nas imediações da mina de calcário, que inclui a transferência dos direitos de concessão de lavra para a empresa CBE Companhia Brasileira de Equipamentos, atualmente em recuperação judicial. Em 2025 foi autorizada à CBE em março de 2025 a autorização de lavra em sete áreas dentro da TI Ararà. Também a empresa Calnorte Indústria e Comércio de Calcário LTDA obteve duas autorizações de pesquisa nos limites da TI Ararà em fevereiro de 2025. Além das minas em que ocorre a exploração, há na área cerca de 100

processos minerários tramitando na Agência Nacional de Mineração²⁶ em diferentes etapas do fluxo processual (ANM 2025). Entre as substâncias a serem exploradas estão: Arenito, Bauxita, Calcário, Calcário Dolomítico, Cassiterita, Chumbo, Estanho, Ferro, Gipsita, Minérios de Alumínio, de Estanho, de Ferro e de Zircônio, Tantalita, Tântalo, Tungstênio, Turmalina, Woframita e Zircão. Na tabela abaixo consta a lista com informações sobre a fase do processo, as substâncias, a data de abertura, o nome da empresa solicitante e a movimentação no processo de requerimento de títulos minerários.

Tabela 9 - Processos minerários na TI Arará (ANM, 2026)

Empresa	Processo ANM	Fase do processo	Movimentação do processo	Substância
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880107/2014	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	MINÉRIO DE FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880133/2006	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	197 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO ALVARÁ-INDEFERIDO PUBL EM 01/08/2017	FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880087/2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2324 - AUT PESQ/GUIA UTILIZAÇÃO PRORROGAÇÃO 02 ANOS PUBL EM 26/11/2021	FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880113/2007	REQUERIMENTO DE PESQUISA	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 26/01/2018	MINÉRIO DE FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880113/2007	REQUERIMENTO DE PESQUISA	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 26/01/2018	MINÉRIO DE FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880113/2007	REQUERIMENTO DE PESQUISA	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 26/01/2018	MINÉRIO DE FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880136/2006	DISPONIBILIDADE	2653 - DISPONIB/EDITAL DISPONIBILIDADE CANCELADO EM 17/02/2023	FERRO
A S M - MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA	880135/2006	DISPONIBILIDADE	2653 - DISPONIB/EDITAL DISPONIBILIDADE CANCELADO EM 17/02/2023	FERRO
AMAZON BRASIL MINERAÇÃO EIRELI	880049/2022	REQUERIMENTO DE PESQUISA	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQUERIMENTO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 21/03/2023	CASSITERITA

²⁶ Antigo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM)

Atx Empreendimentos Minerários, Imobiliários e Agropecuarios Ltda	880298/2010	REQUERIMENTO DE PESQUISA	121 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/INTERF TOTAL - ART 18 PAR 1 CM PUBL EM 16/09/2016	MINÉRIO DE FERRO
BARROS MINERACAO LTDA	880059/2023	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2813 - PROCESSO COBRANÇA TAH INSTAURADO EM 30/12/2025	MINÉRIO DE ALUMÍNIO
BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA	880130/2014	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	MINÉRIO DE FERRO
BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA	880129/2014	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	MINÉRIO DE FERRO
BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA	880134/2014	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	MINÉRIO DE FERRO
BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA	880133/2014	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	MINÉRIO DE FERRO
Brazore Representacao, Importacao, Exportacao e Consultoria Ltda.	880421/2010	REQUERIMENTO DE PESQUISA	121 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/INTERF TOTAL - ART 18 PAR 1 CM PUBL EM 28/07/2011	MINÉRIO DE FERRO
Brazore Representacao, Importacao, Exportacao e Consultoria Ltda.	880045/2006	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	645 - AUT PESQ/PAGAMENTO MULTA EFETUADO-REL PESQ NÃO ENTR EM 28/05/2012	FERRO
Brazore Representacao, Importacao, Exportacao e Consultoria Ltda.	880422/2010	REQUERIMENTO DE PESQUISA	121 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/INTERF TOTAL - ART 18 PAR 1 CM PUBL EM 28/07/2011	MINÉRIO DE FERRO
CABIXIS BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	880384/1986	REQUERIMENTO DE PESQUISA	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQUERIMENTO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 19/04/2021	CHUMBO
CABIXIS BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	880382/1986	REQUERIMENTO DE PESQUISA	619 - REQ PESQ/PROCESSO SITUADO EM ÁREA INDÍGENA EM 29/06/2004	CHUMBO
CABIXIS BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	880383/1986	REQUERIMENTO DE PESQUISA	619 - REQ PESQ/PROCESSO SITUADO EM ÁREA INDÍGENA EM 29/06/2004	CHUMBO
CALNORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO LTDA	880184/2024	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	209 - AUT PESQ/INÍCIO DE PESQUISA COMUNICADO PROTOC EM 13/02/2025	CALCÁRIO
CALNORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO LTDA	880181/2024	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	209 - AUT PESQ/INÍCIO DE PESQUISA COMUNICADO PROTOC EM 13/02/2025	MINÉRIO DE FERRO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	880010/2003	CONCESSÃO DE LAVRA	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE	880932/1983	CONCESSÃO DE LAVRA	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO

EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL					
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	880127/1994	DISPONIBILIDADE		418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	880127/1994	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	881141/1996	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	880019/2003	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	CALCÁRIO
CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERACAO JUDICIAL	6093/1960	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 17/03/2025	FERRO
CIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA SIDERAMA	6092/1960	CONCESSÃO LAVRA	DE	1728 - CONC LAV/RAL EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO PUBL EM 26/12/2018	FERRO
DADO NÃO CADASTRADO	300975/2010	DISPONIBILIDADE		1827 - DISPONIB/ÁREA DESCARTADA EM ESTUDO EM 28/09/2010	DADO NÃO CADASTRADO
ESTEVAO NOGUEIRA DA SILVA	880277/2022	AUTORIZAÇÃO PESQUISA	DE	2813 - PROCESSO COBRANÇA TAH INSTAURADO EM 19/07/2025	CALCÁRIO
ESTEVAO NOGUEIRA DA SILVA	880279/2022	AUTORIZAÇÃO PESQUISA	DE	2813 - PROCESSO COBRANÇA TAH INSTAURADO EM 20/07/2025	MINÉRIO DE ALUMÍNIO
INTERCEMENT BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL	880079/2006	REQUERIMENTO LAVRA	DE	365 - REQ LAV/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOC EM 18/08/2025	CALCÁRIO
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	880045/1998	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 11/02/2025	CALCÁRIO DOLOMÍTICO
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	880044/1998	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 11/02/2025	CALCÁRIO DOLOMÍTICO
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	880043/1998	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 11/02/2025	CALCÁRIO DOLOMÍTICO
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	880047/1998	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 11/02/2025	CALCÁRIO DOLOMÍTICO
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	880048/1998	CONCESSÃO LAVRA	DE	418 - CONC LAV/RAL ANO BASE APRESENTADO EM 11/02/2025	CALCÁRIO DOLOMÍTICO
Itaguatinga Agro Industrial S A	880005/2001	AUTORIZAÇÃO PESQUISA	DE	109 - AUT PESQ/TORNA S/EFEITO AUTO INFRAÇÃO PUBL EM 05/10/2006	CALCÁRIO

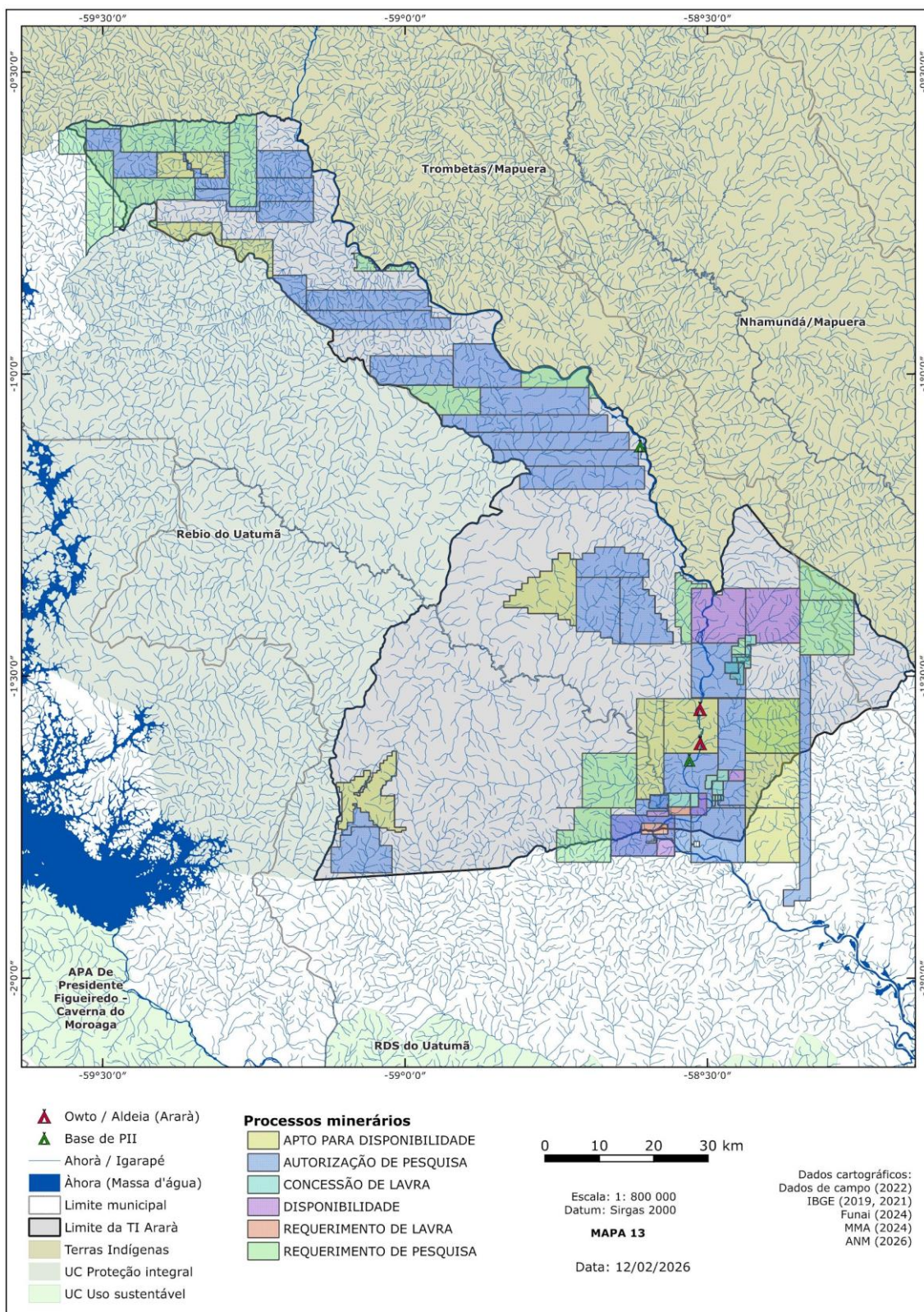
ITAIPAVA S/A	880292/2011	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	DE	264 - AUT PESQ/TAH - PAGAMENTO EFETUADO EM 04/10/2019	CALCÁRIO
ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA S/A	3717/1961	CONCESSÃO LAVRA	DE	436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 17/09/2024	FERRO
ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA S/A	3718/1961	CONCESSÃO LAVRA	DE	436 - CONC LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 17/09/2024	FERRO
ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A	880113/2001	REQUERIMENTO LAVRA	DE	336 - REQ LAV/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 22/08/2025	CALCÁRIO
Lafargi Industria de Cimento da Amazonia Ltda	880083/2014	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	DE	264 - AUT PESQ/TAH - PAGAMENTO EFETUADO EM 27/09/2023	MINÉRIO DE FERRO
MIBREL- MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.	880519/1994	REQUERIMENTO DE PESQUISA	DE	2348 - REQ PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 01/04/2019	CASSITERITA
MINERAÇÃO BOMFIM LTDA	3719/1961	CONCESSÃO LAVRA	DE	400 - CONC LAV/PORTARIA CONCESSÃO DE LAVRA MME PUBL EM 21/07/1994	FERRO
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880025/2018	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	DE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880490/2011	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	DE	2116 - AUT PESQ/BAIXA TRANSCRIÇÃO ALVARÁ - LIBERADA PARA EDITAL EM 03/10/2017	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880032/2018	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	DE	2481 - AUT PESQ/VENCIMENTO ALVARÁ ALTERADO RESOLUÇÃO 76/2021-COVID EM 01/10/2021	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880033/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880033/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880033/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880033/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880027/2018	REQUERIMENTO DE PESQUISA	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 10/09/2020	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880026/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	DE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA

MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880027/2018	REQUERIMENTO DE PESQUISA	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 10/09/2020	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880027/2018	REQUERIMENTO DE PESQUISA	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 10/09/2020	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880026/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO PARAGOMINAS S.A.	880026/2018	APTO PARA DISPONIBILIDADE	122 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO P/NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PUBL EM 12/04/2019	BAUXITA
MINERACAO TABOCA S A	880976/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880977/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880974/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880991/2008	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 05/08/2021	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880992/2008	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 05/08/2021	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880996/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880994/2008	REQUERIMENTO DE PESQUISA	136 - REQ PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 23/02/2022	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880068/2004	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATÓRIO PESQUISA NÃO APROVADO ART 30 II CM PUBL EM 21/03/2023	ESTANHO
MINERACAO TABOCA S A	880972/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880971/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880970/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA
MINERACAO TABOCA S A	880969/2008	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA PROTOC EM 28/03/2019	CASSITERITA

NAVEGACAO ANA CAROLINA LTDA	880066/2021	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1397 - AUT PESQ/LICENÇA AMBIENTAL PROTOC EM 05/11/2025	MINÉRIO DE FERRO
NEXUM RESOURCES LTDA	880166/2024	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOC EM 02/12/2024	MINÉRIO DE ESTANHO
NORBRAS MINERADORA LTDA	880114/2003	REQUERIMENTO DE PESQUISA	111 - REQ PESQ/CONSULTA FUNAI ENCAMINHADA EM 08/01/2004	FERRO
NORBRAS MINERADORA LTDA	880115/2003	REQUERIMENTO DE PESQUISA	111 - REQ PESQ/CONSULTA FUNAI ENCAMINHADA EM 08/01/2004	FERRO
NORBRAS MINERADORA LTDA	880113/2003	REQUERIMENTO DE PESQUISA	111 - REQ PESQ/CONSULTA FUNAI ENCAMINHADA EM 08/01/2004	FERRO
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880282/2012	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 07/03/2023	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880155/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/TAH - PAGAMENTO EFETUADO EM 10/07/2019	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880022/2012	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 07/03/2023	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880161/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/TAH - PAGAMENTO EFETUADO EM 10/07/2019	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880028/2012	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 07/03/2023	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880029/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2116 - AUT PESQ/BAIXA TRANSCRIÇÃO ALVARÁ - LIBERADA PARA EDITAL EM 10/10/2017	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880027/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 24/05/2018	BAUXITA
NORSK HYDRO BRASIL LTDA	880030/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOC EM 24/05/2018	BAUXITA
Pangea Engenharia Ltda	880071/2010	DISPONIBILIDADE	2293 - DISPONIB/ABERTURA DE PROCESSO DECLARADO PRIORITÁRIO PROTOC EM 18/10/2022	CALCÁRIO
S O DE ARAUJO	880897/2008	DISPONIBILIDADE	2293 - DISPONIB/ABERTURA DE PROCESSO DECLARADO PRIORITÁRIO PROTOC EM 18/10/2022	MINÉRIO DE ALUMÍNIO
TRANSPORTE E MINERADORA TRES ROSAS LTDA	880156/2012	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOC EM 03/07/2012	MINÉRIO DE ALUMÍNIO
VALE S.A.	880155/2004	REQUERIMENTO DE PESQUISA	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQUERIMENTO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 15/04/2021	BAUXITA
VALE S.A.	880085/2004	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE PUBL EM 19/09/2018	ESTANHO

VALE S.A.	880067/2004	REQUERIMENTO DE PESQUISA	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE PUBL EM 19/09/2018	ESTANHO
VALE S.A.	880069/2004	REQUERIMENTO DE PESQUISA	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE PUBL EM 19/09/2018	ESTANHO
VALE S.A.	880083/2004	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	197 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO ALVARÁ-INDEFERIDO PUBL EM 16/11/2018	ESTANHO
VALE S.A.	880083/2004	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	197 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO ALVARÁ-INDEFERIDO PUBL EM 16/11/2018	ESTANHO
VALE S.A.	880081/2004	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE PUBL EM 19/09/2018	ESTANHO
VALE S.A.	880155/2004	REQUERIMENTO DE PESQUISA	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQUERIMENTO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 15/04/2021	BAUXITA
VALE S.A.	880154/2004	REQUERIMENTO DE PESQUISA	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQUERIMENTO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 15/04/2021	BAUXITA

Mapa 9 - Processos minerários incidentes na TI Ararã



5.2. Desmatamento

Registros do Prodes (INPE, 2024) demonstram superfície de 41.943 hectares relativo ao desmatamento acumulado até os anos 2007, no município de Urucará. A partir de 2008 taxas anuais de desmatamento passam a ser registradas e permitem monitorar variações anuais como as expressas na Figura 19. No gráfico, observa-se significativo aumento do desmatamento de 2009 até 2010, ano em que ocorreu o maior incremento no município com superfícies que alcançam os 400 ha. Também é verificado aumento em 2012 e 2013 quando o desmatamento alcança cerca de 230 ha. Chama a atenção também o repentino aumento de 2023 a 2024, ano em que mais de 380 ha são desmatados. Considerando os valores acumulados até 2007 e os incrementos anuais demonstrados, soma-se 44397,5 ha o que corresponde a 1,59 % da superfície total do município. Embora aparentemente pequena, não deve ser descartada considerando o avanço do desmatamento na Amazônia Legal e as ameaças a que as florestas públicas não destinadas estão submetidas. Os valores relativamente pequenos de superfície desmatada no município que é circundado por um corredor de áreas protegidas, reforça a importância do incremento e fortalecimento das terras indígenas e unidades de conservação para a sua contenção.

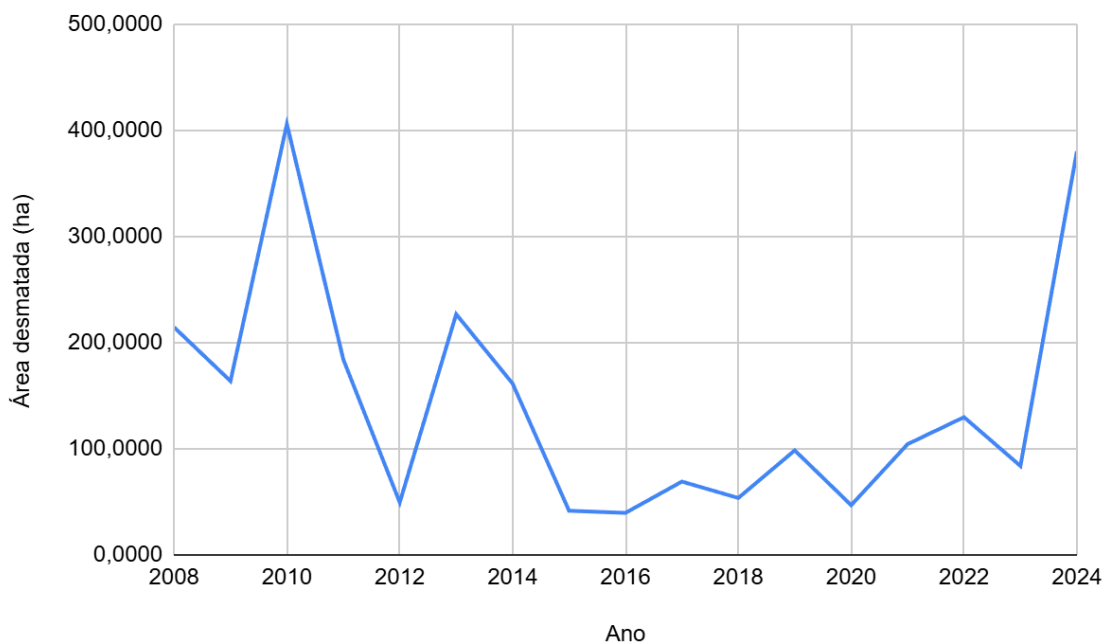


Figura 18 - Gráfico de área desmatada no município de Urucará entre os anos de 2008 e 2024.

Estudo recente demonstra e quantifica a ocupação ilegal e o desmatamento de florestas públicas. Grupo de pesquisadores realizaram cruzamento de dados geográficos para analisar o desmatamento nas florestas públicas não destinadas. Como resultados os autores apontam que as áreas públicas desta categoria totalizam 49,8 milhões de hectares. Desses, 11,6 milhões de hectares (23%) foram registrados no Sicar como imóvel privado, sendo que 80% do desmatamento acumulado nessas florestas ocorreu em áreas com esse tipo de registro (Azevedo-Ramos et.al 2020). Nestes casos, o CAR, inicialmente estabelecido pela Lei nº 12.651/2012 (Brasil,2012) para ter certo controle das responsabilidades ambientais em imóveis rurais, passa a atuar na contramão de seus princípios e objetivos, além de ser usado como mecanismo de ocupação irregular de terras públicas.

Com exceção da cidade de Urucará e dos aglomerados rurais, aproximadamente 96,16 % da superfície total do município corresponde a florestas públicas. Cerca de 88,93% dos imóveis registrados no CAR (a maioria em análise) estão sobre elas. É possível notar que há pequenas propriedades rurais ao sul do município, nas imediações da cidade, e há certa tendência ao aumento significativo das dimensões dos imóveis quando delas se afastam. Esse “avanço” de grandes imóveis para a porção norte do

município, no sentido do território tradicionalmente ocupado, é temeroso se considerados os resultados apresentados no estudo mencionado, há possibilidade de que tais áreas sofram a substituição total ou parcial da cobertura vegetal.

O cartograma da Figura 19 permite visualizar os locais desmatados em Urucará até 2019, as quais concentram-se: a noroeste do município, a partir da localidade de Pitinga onde ocorre está localizada mina, UHE e PCH; em ambas margens do Baixo Jatapu, nas imediações das aldeias, da mina de calcário até a mina de ferro e; nas margens do Rio Amazonas, na cidade de Urucará e entorno. As principais ameaças de desmatamento futuro incluem: a substituição da cobertura vegetal nos imóveis registrados no CAR (a maioria ainda em análise) os quais localizam-se predominantemente na porção oeste do Baixo Jatapu e a concessão de lavra em processos minerários que tramitam na ANM.

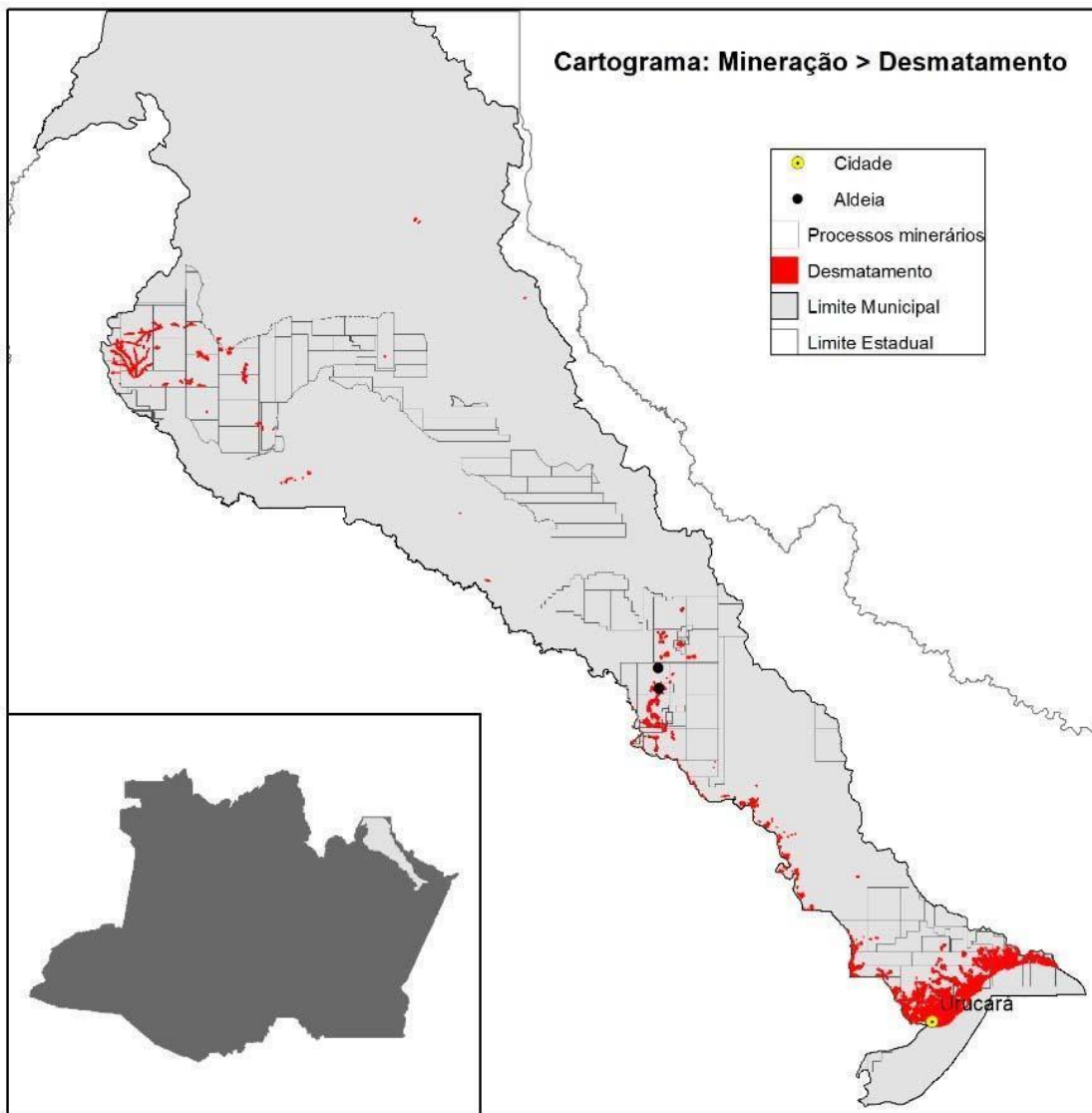


Figura 19 - Cartograma desmatamento e mineração em Urucará até 2019.

sendo que 100% da geração de energia é destinada à Mineração Taboca S.A. que controla seu regime de exploração;

- PCH 40 ilhas: 3,5 km a jusante da UHE Pitinga, tem seu regime de exploração também controlado pela Mineração Taboca S.A e está em operação desde 2008.

- UHE Balbina: Localizada no Rio Uatumã, município de Presidente Figueredo, Está em operação desde 1989, sua exploração é controlada pela Amazonas Geração e Transmissão de Energia. Seu reservatório tem superfície aproximada de 3.427,92 Km².

- PCH Alto Jatapu: Está em operação desde 1994, tem seu regime de exploração controlado pela Companhia Energética de Roraima.

5.3.2. Inventários hidrelétricos na bacia do rio Uatumã:

- Fumaça: aproximadamente 20 km a jusante da UHE Pitinga, no rio Pitinga.

- Katuema: aproximadamente 60 km a montante da Aldeia nova Bacaba no rio Jatapu, nas corredeiras de Katuema.

- Onça: nas corredeiras de Santa Maria (*Kamara Kahxin*, Cachoeira da Onça).

Sobre o inventário de Fumaça poucas informações foram encontradas. O rio Jatapu foi inventariado pela Eletrobrás ainda em 1972 e foram identificadas duas áreas potenciais para UHEs: Onça (150MW) e Katuema (350MW), estudos estes que no ano seguinte foram incorporados pela Eletronorte, recém-criada. Consta que estudos de viabilidade foram realizados ao mesmo tempo que os de Balbina e Morena. Concluídos em abril de 1976, foram executados pelo consórcio Monasa e Enge-Rio, e na época houve recomendação para que a UHE Balbina fosse a primeira do complexo a ser adicionada ao sistema elétrico de Manaus. A densa cobertura florestal, as dificuldades de acesso e as longas linhas de transmissão que deveriam ser implantadas, contribuíram para a escolha de Balbina³¹ em detrimento de Katuema. Já Morena, apresentava complexas condições geológicas de fundação (Eletronorte 1994). De acordo com a EPE (2017) a ANEEL emitiu autorização para as empresas Engehidro e Eletronorte realizarem a atualização do

³¹ Em 1º. de março de 1977, o Decreto presidencial n.º 79.321 outorgou à estatal Eletronorte a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Uatumã, no local denominado Cachoeira Balbina, no Estado do Amazonas.

inventário do rio Jatapu entre 2004 e 2005. A autorização foi suspensa em 2008 sem que os estudos estivessem concluídos.

5.4. Petróleo e gás

Pesquisa sísmica foi realizada na região nos anos 1961, quando ocorreu a perfuração de poço a 33 km da Aldeia Santa Maria. De acordo com a tabela de registros trata-se de um poço exploratório com profundidade de 1330 m, seco e sem indícios da presença de hidrocarbonetos (ANP 2020)³². Localiza-se no fim de um dos alinhamentos que determina a localização das clareiras de pesquisa sísmica realizadas na época. Há traçados dessa natureza entre Jatapu e o Uatumã e em toda a calha do Amazonas, a linha mais próxima, chega a 21km da Santa Maria. Estudo de geodiversidade demonstra que há uma ampla área de interesse para concessão de bloco de exploração de óleo e gás no baixo Jatapu, a jusante das aldeias em questão. Nesta área, nas imediações da foz dos rios Jatapu e Uatumã há quatro blocos concedidos à exploração no ano de 2009, onde há dois campos (Japim e Azulão) de exploração de gás.

No dia 13 de dezembro de 2023 a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou o 4º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, no qual ofertou 1 área de acumulação marginal e 602 blocos exploratórios, distribuídos entre 9 bacias sedimentares e 33 setores. Destes, de acordo com estudo técnico produzido pelo Instituto Arayara (2023), 22 blocos exploratórios ofertados no leilão estão situados na bacia sedimentar do Amazonas e sobrepõem-se ao raio de restrição (10km) de Terras Indígenas e/ou a zonas de amortecimento de Unidades de Conservação. O estudo citado também que em relação às Terras Indígenas, 22 estão na Área de Influência Direta de 15 blocos, das quais 21 na Amazônia Legal. Um desses blocos exploratórios, o AM-T-36, impacta diretamente a TI Ararà sobrepondo-se, inclusive às aldeias Kahxe e Kumuñyàrà e pode impactar povos indígenas isolados que vivem na TI, uma vez que se situa na área de influência do registro nº121, que desde 2017 é monitorado pela Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (CGIIRC/FUNAI). Conforme resultados disponíveis no site da ANP, o blocos AM-T-36 não foi arrematado. No entanto, pelo modelo de concessão adotado, o bloco permanece em oferta por tempo indeterminado e pode ser

³²Fonte: <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos/acervo-de-dados> acessado em 03/08/2020.

ofertado em novos ciclos, o que cria um um risco permanente para a proteção dos povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana, além do povo em isolamento voluntário na TI Arará.



V – Quinta Parte

Reprodução física e cultural

- a) Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
- b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
- c) Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

1. Dados sobre natalidade e mortalidade

Informações contidas no RCID da TI Trombetas-Mapuera dão conta que na década de 1920 houve uma epidemia de gripe entre os indígenas dos rios Jatapu e Nhamundá, que os fez dispersar por pequenas aldeias (CEDI 1983 *apud* Queiroz 2004). Como consta no Ofício nº3, Posto Jatapu (SPI 1943), ainda em 1943, ou seja, um ano após o contato feito pelo PIA Jatapu, o encarregado do posto encontrou os indígenas muito doentes refugiados em uma maloca, sendo que os demais haviam se deslocado para aldeias do rio Nhamundá.

Os relatos apresentados na Segunda Parte deste relatório apontam para uma abrupta redução populacional ocasionada pelos contatos com as frentes extrativistas no início do século XX, como mostram os esforços do pajé Atxá para conter essas mortes. Na década de 1940, a partir dos contatos promovidos pelo SPI e a intensificação das invasões que se seguiram no território, as mortes por doenças e a dispersão de aldeias tomou curso novamente. Essa situação se agrava ainda mais com a entrada da SIDERAMA a partir do início dos anos 1960 na região: o relatório de Rita Kloss (Kloss 1976) é explícito quando afirma que após a Siderama se instalar na região, os índios

novamente começaram a morrer e novamente buscam refúgio em aldeias do rio Nhamundá. Outro exemplo do impacto dos contatos para a demografia destes povos é o contato com os Karara, que, dos dez indígenas capturados e levados ao PIA Jatapu (Amâncio da Costa 1982), Maria Karara diz terem sobrevivido apenas duas pessoas. Ainda que não tenhamos dados de população registrados para esse período, ao longo do século XX as frentes de contato causaram diversas mortes entre os povos do rio Jatapu, em diversos ciclos de epidemias que quase exterminaram os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do rio Jatapu. Hoje a população que se reconhece como oriunda deste território é descendente de apenas cinco famílias que sobreviveram a este período e se refugiaram em aldeias do rio Nhamundá.

A situação demográfica provavelmente se estabiliza a partir do estabelecimento destes povos em aldeias do rio Nhamundá, que eram assistidas por missionários do *Summer Institute of Linguistics* desde 1959 e pela FUNAI a partir de 1970. Dados populacionais do rio Nhamundá dão conta do grande crescimento da população. Em relatório de 1978 (Corrêa 1978 *apud* Queiroz 2004), Raimundo Nonato Corrêa, chefe do PIN Nhamundá, estimou a população concentrada em 1972 na aldeia Kassawá em 140 pessoas, número que salta para 291 pessoas em 1978 – crescimento que em parte se deu pelo retorno de muitas famílias que haviam migrado para aldeias na Guiana. Esse mesmo relatório aponta 50 nascimentos entre 1974 e 1978, e uma taxa de mortalidade infantil de 6% no período. Maria da Penha de Almeida (1981) aponta 283 pessoas em Kassawá em 1981. O levantamento feito nos estudos do RCID da TI Trombetas-Mapuera em 2002 indicam uma população total de 900 pessoas em aldeias do rio Nhamundá, sendo que 74 eram Katxuyana do rio Cachorro residentes na aldeia Cafezal.

De acordo com dados da SESAI de 2019 (SESAI 2019) a população residente no rio Nhamundá era de 1056 pessoas. De acordo com os mesmos dados, a população do rio Jatapu era de 127 pessoas, sendo 63 na aldeia Santa Maria e 64 em Nova Bacaba. Em campo foi possível acessar os dados atualizados entre 2007, ano do início do atendimento de SESAI no Jatapu, e 2025. Para este último ano, as informações do Polo Base de Urucará divergem de levantamento realizado pela Associação Aymara e a associação APITA, que representam as aldeias *Kumuñyàrà* e *Kahxe*, respectivamente. Enquanto o Polo aponta 58 residentes em *Kahxe* e 80 em *Kumuñyàrà*, os levantamentos das Associações indicam 83 e 86 pessoas, respectivamente. A análise desses dados, confirmada pelos coordenadores das associações, indicam que o Polo não contabilizou os

indígenas pertencentes a *Kahxe* que estão atualmente residindo nas cidades, ao passo que contabilizou a maioria das pessoas de *Kumuñyàrà* que atualmente residem em São Sebastião do Uatumã ou Urucará. Para padronizar essas informações, estão sendo considerados, para 2025, os levantamentos realizados pelas Associações das aldeias, que indicam 33 pessoas de *Kahxe* e 23 pessoas de *Kumuñyàrà* residindo atualmente nas cidades de Urucará e São Sebastião do Uatumã e 50 e 63 pessoas residindo nas aldeias.

Com as informações disponíveis não é possível estimar a porcentagem de residentes em aldeia e nas cidades a cada ano, mas os números de 2025 mostram um montante expressivo de residentes em cidades. A maioria dos indígenas residindo nas cidades são de famílias com jovens que buscam acesso ao Ensino Médio, ainda indisponível em ambas as aldeias de forma presencial ou modular. Essa residência nas cidades, portanto, não é fixa e a população flutua entre as aldeias e as sedes municipais de Urucará e São Sebastião do Uatumã.

Aldeia Ano	2007	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2025
Kahxe		57	57	57	60	61	62	83
Kumunyàrà		78	83	84	85	84	79	86
Total	84	135	140	141	145	145	141	169

Tabela 10 - População total por ano residente nas aldeias Kumunyàrà e Kahxe. Dados de 2007 a 2023 são do Polo Base de Urucará. Dados de 2025 são de levantamentos das Associações Aymara e APITA.

Aldeia/Cidade	Residentes em aldeias	Residentes em cidades	População total
Kahxe	50	33	83
Kumunyàrà	63	23	86

Tabela 11 - População por aldeia residente em cidade em 2025. Dados das Associações Aymara e APITA.

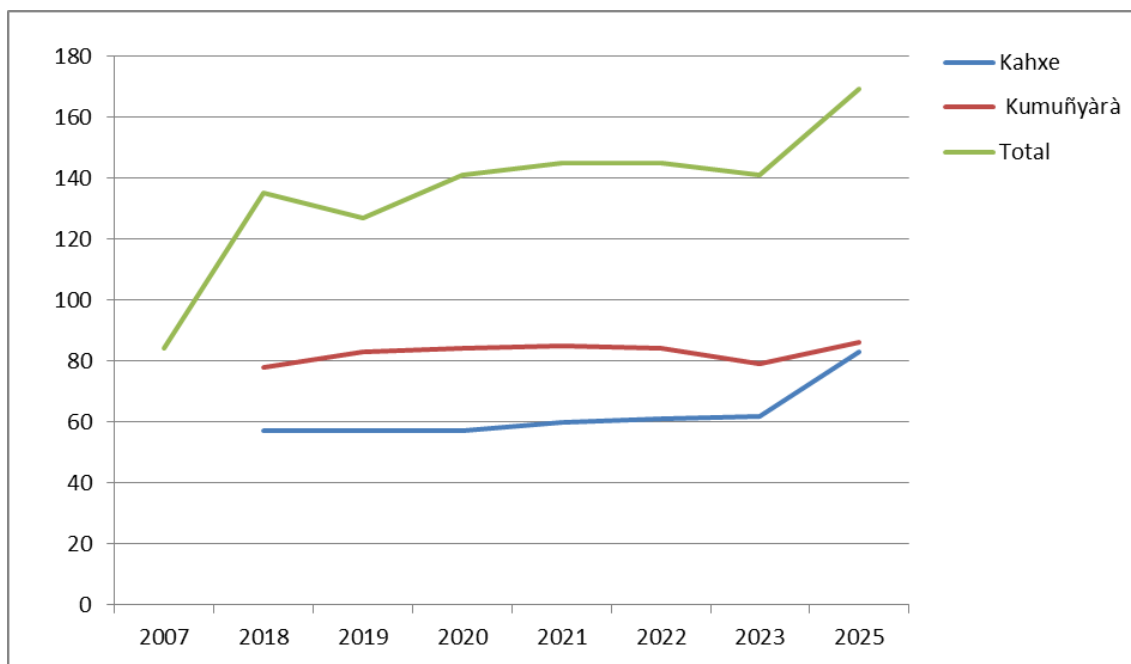


Figura 20 - População total geral por aldeia, incluindo residentes na cidade em 2025.

O crescimento populacional absoluto observado no período de 2007 a 2025 foi de 85 pessoas, o que significa 101,19% de incremento. Ou seja, em 18 anos mais do que dobrou. Neste mesmo período, foram registrados 59 nascimentos e 5 óbitos, o que resulta em um crescimento natural de 54 pessoas. O aumento total superior ao crescimento natural mostra que 31 pessoas foram incorporadas à população da TI Ararà em decorrência da migração de aldeias do rio Nhamundá de volta ao território tradicional, representando um montante significativo do aumento da população no território, cerca de 36,5% do crescimento total.

	2007-2017	2018	2019	2020	2021	2022	2025	Total
Kahxe		0	1	0	2	1	1	
Kumunỳàrà		2	5	1	2	0	1	
Total por ano	43	2	6	1	4	1	2	59

Tabela 12 - Nascimentos 2007-2025

	2007-2017	2018	2019	2020	2021	2022	2025	Total
Kahxe	1	0	1	0	0	0	0	2
Kumunyàrà	1	0	0	0	0	1	1	3
Total por ano	2	0	1	0	0	1	1	5

Tabela 13 - Óbitos 2007-2025

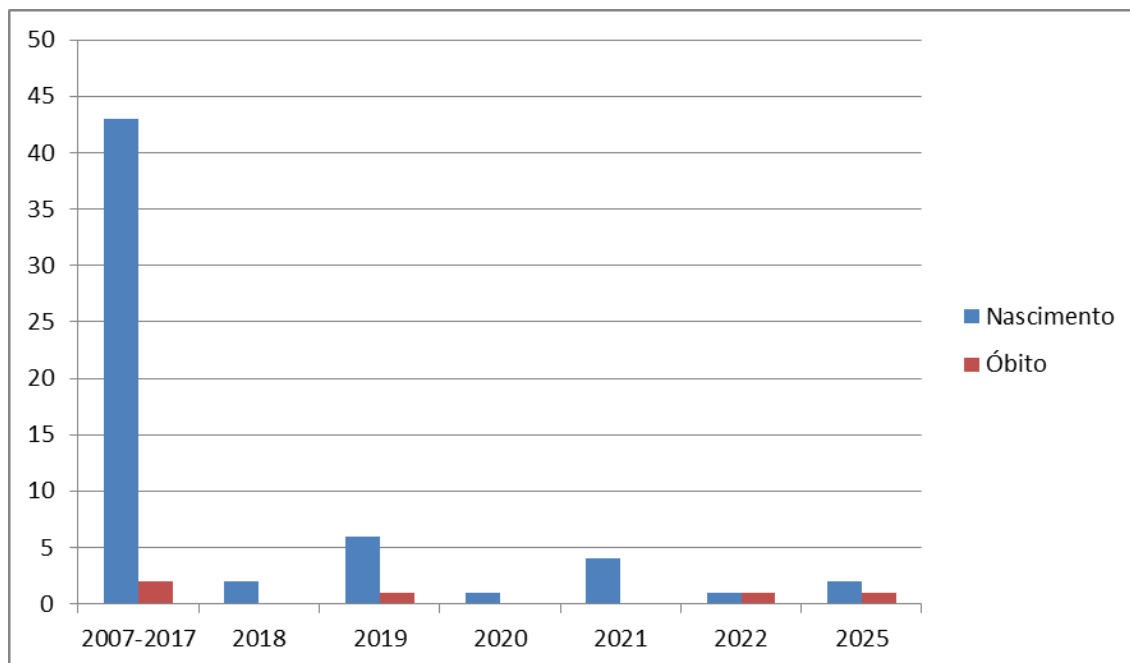


Figura 21 - Gráfico de nascimentos e mortes totais por ano.

Com base nesse conjunto de dados, é difícil fazer estimativas muito precisas de crescimento populacional, uma vez que os dados das SESAI apresentam inconsistências quanto ao número total de habitantes da TI Ararà, uma vez que em alguns deles apenas considera os residentes das aldeias no momento do senso. No entanto, baseado no crescimento total da população no período entre 2007-2017 e nos anos subsequentes até 2025, é possível estipular um crescimento populacional linear de 98 pessoas até 2050, totalizando 267 habitantes, ou 58% de aumento. Este modelo, no entanto, não é o mais adequado para projetar o aumento populacional, uma vez que neste método a população cresce em uma taxa constante calculada a partir dos dados fornecidos de anos anteriores. No Jatapu, considerando o elevado aumento populacional observado no período e o peso da migração no aumento dos habitantes, o cálculo utilizando o método exponencial se mostra mais adequado. No cálculo exponencial, a projeção populacional indica um total de 410 habitantes em 2050, representando um aumento de cerca de 142,6% na população da TI Ararà.

Ano	Crescimento Linear	Crescimento Exponencial
2030	182.5	198.9
2035	203.6	238.4
2040	224.8	285.8
2045	246	342.6
2050	267.2	410.7

Tabela 14 - Quadro de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2007 e 2025.

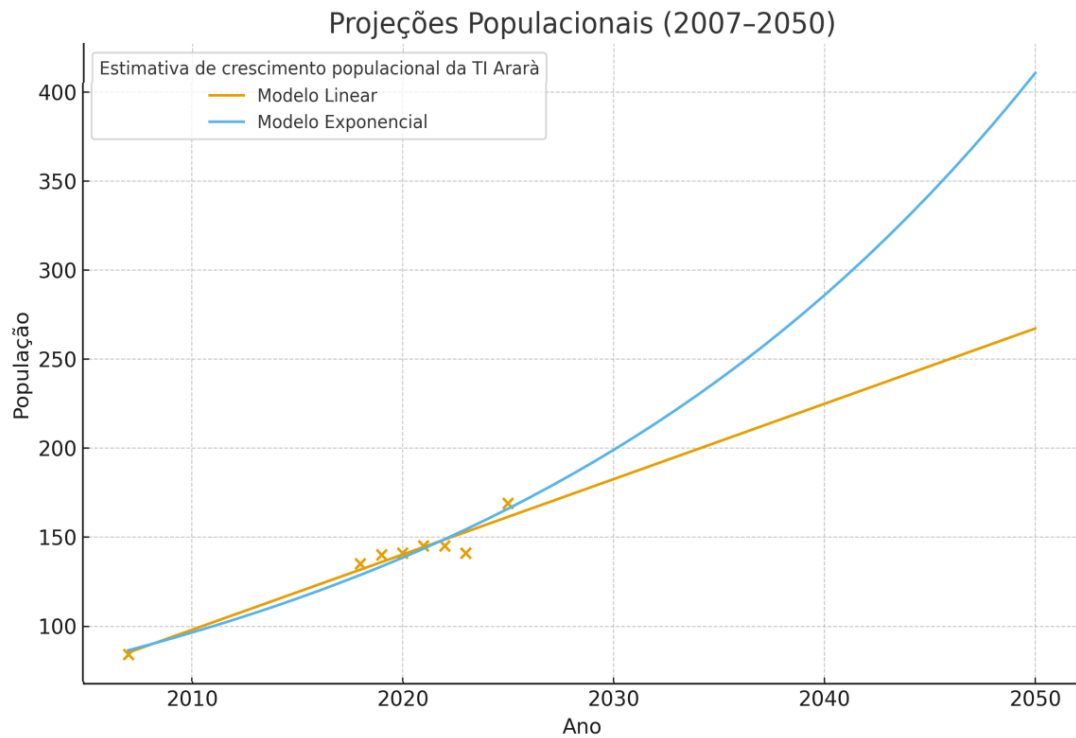


Figura 22 - Gráfico de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2007 e 2025.

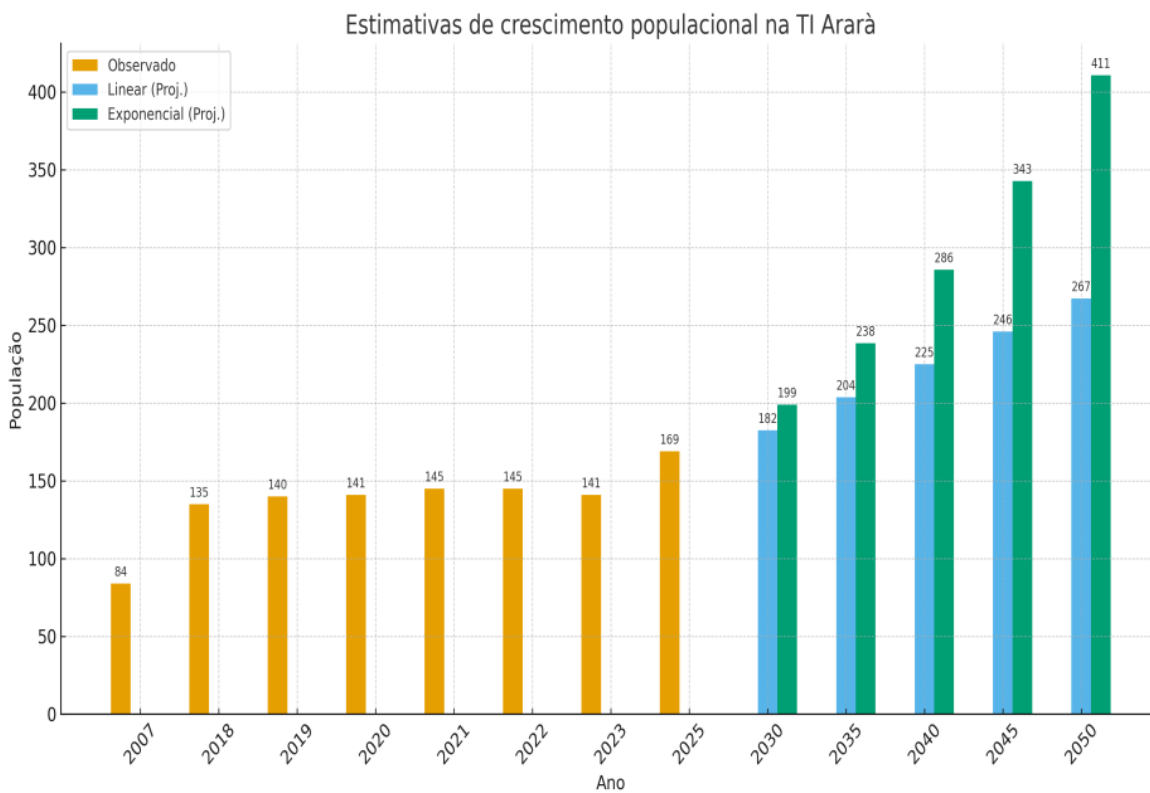


Figura 23 - Gráfico em barras de estimativa de crescimento populacional em modelo linear e exponencial com base nos dados brutos de população entre os anos de 2018 e 2025

Figura 24 - Pirâmide etária da população residente nas aldeias Kumunyarà e Kahxe em janeiro de 2023

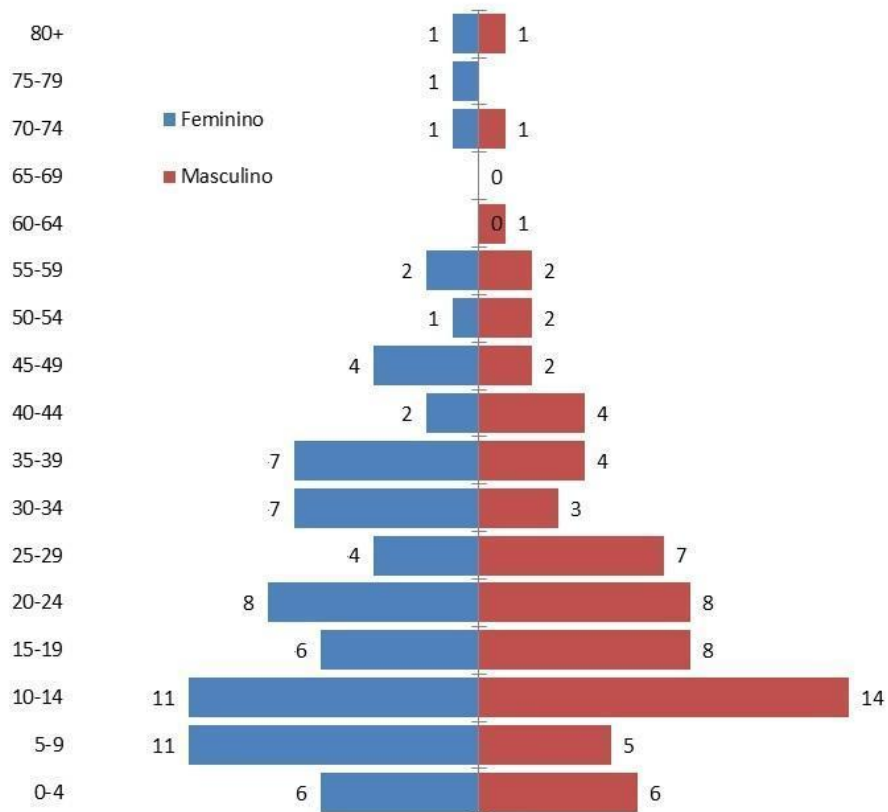
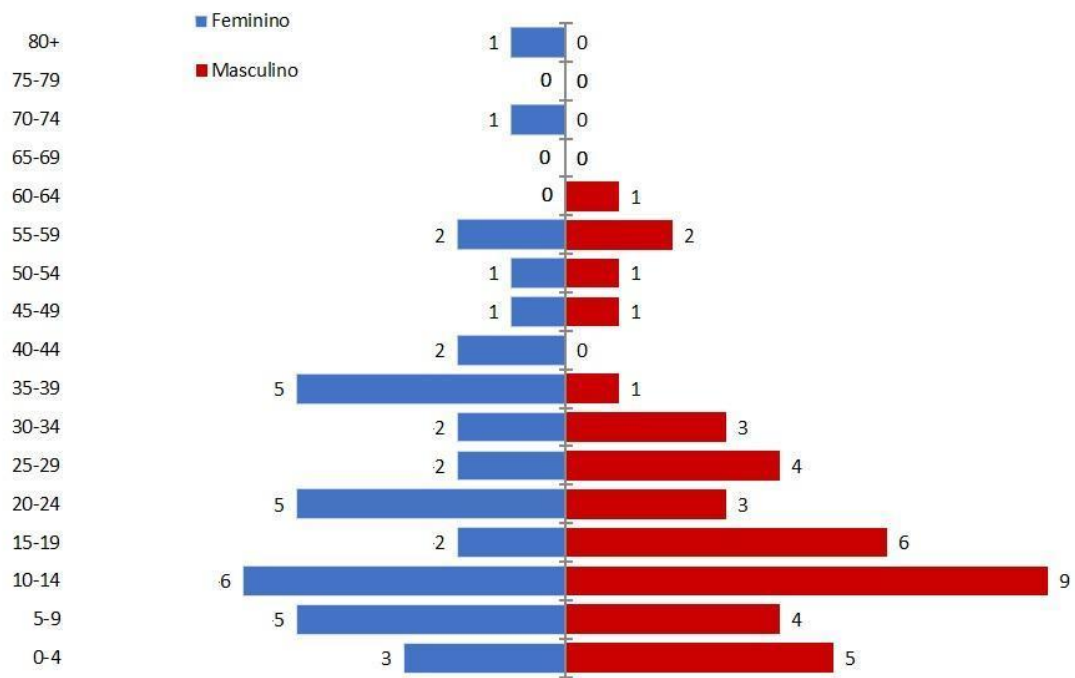


Figura 25 - Pirâmide etária da aldeia Kumunyarà em janeiro de 2023



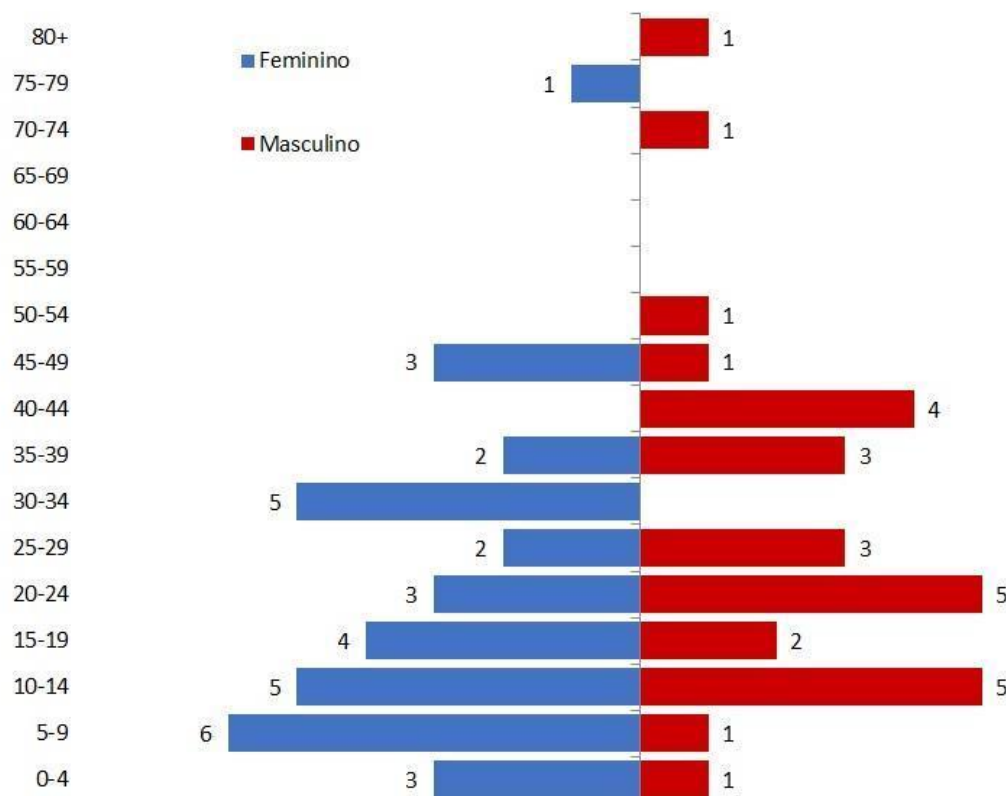


Figura 26 - Pirâmide etária da aldeia Kahxe em janeiro de 2023

O conjunto de dados apresentado mostra um crescimento constante da população da TI Ararã, tanto natural (diferença entre nascidos e falecidos), como um número expressivo de novos habitantes por migração. Além disso, a pirâmide etária mostra uma população bastante jovem, o que reforça a tendência acentuada de crescimento. Como o próprio RCID da TI Trombetas-Mapuera (Queiroz 2004: 166) aponta, a partir dos anos 2000 houve um impulso na dispersão de aldeias nos rios Mapuera e Nhamundá, fazendo com que diversas famílias deixassem os grandes assentamentos formados por missionários e voltassem a se estabelecer em pequenas aldeias. Esse padrão disperso retoma a forma de organização de antes dos contatos, onde redes de relações articulavam essas pequenas aldeias por relações rituais, de trocas e de parentesco. Neste sentido, é importante destacar que no rio Nhamundá ainda vivem muitas famílias cujas origens remetem a aldeias do rio Jatapu, que nele identificam seu local próprio de morada, e que circulam nas aldeias do rio Jatapu. As aldeias Riozinho, com 163 pessoas, Jutaí, com 47 pessoas, e Cupiúba, que tem 30 moradores, todas no rio Nhamundá, são formadas por uma maioria de famílias Okoymoyana e Xowyana, e várias delas já manifestaram planos

de reabrir novas aldeias nas margens do rio Jatapu, no interior da TI Ararà. A tabela 19 abaixo indica a origem e local antigo de moradia de algumas destas pessoas, bem como as aldeias onde vivem hoje. Para além do crescimento populacional estimado a partir dos atuais habitantes das duas aldeias, há de se considerar que o retorno de famílias que hoje vivem em aldeias no rio Nhamundá à TI Ararà quando de sua demarcação será acelerado, causando um crescimento ainda mais expressivo da população.

2. Reprodução física e cultural: toponímias, aldeias antigas e áreas imprescindíveis

Os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana reconhecem uma série de locais nomeados ao longo do território, a que tivemos acesso diretamente apenas à porção mais restrita às margens do rio Jatapu. Para mapear tais locais, foram realizadas expedições fluviais e caminhadas guiadas na companhia de especialistas locais. Os deslocamentos ocorreram a pé e de barco. Essas viagens foram potencialmente proveitosas por possibilitar a realização de registros georreferenciados a registros fotográficos, anotações em caderneta de campo e narrativas gravadas. Os registros *in loco* envolveram vários aspectos, como toponímias, características e descrições de ambientes e práticas realizadas, entre outros.

Na TI Ararà, ambas estratégias tiveram roteiros previamente estabelecidos. Nas expedições fluviais realizadas com barcos de comunitários, os roteiros foram definidos durante a elaboração dos mapas coletivos. Foram duas expedições realizadas com a finalidade de registrar os limites norte e sul da TI, as toponímias e localização dos igarapés/ *ahorà*, das cachoeiras/ *ahorà tutaruru*, dos poços/ *akhanà*, das praias/ *kwatxe* (onde tracajá/ *kwatxeymo* coloca os ovos), bem como onde há abundância de pescado. As expedições foram oportunas para registrar as descrições a respeito das características dos ambientes e dos animais e plantas encontradas em cada um deles. Para o norte a expedição durou três dias, e foram percorridos cerca de 185km a partir da Nova Bacaba/ *Kumunyàrà* subindo no Jatapu, com parada para pernoite em *Kukurunkomo* e em acampamento na mata. Dois barcos apoiaram a expedição, cada um com cinco pessoas. Para o sul o trajeto foi mais curto, a jusante da aldeia Santa Maria/ *Kahxe* (48,5 km) e teve como finalidade principal marcar os dois Igarapés que conformam o limite (*Hasará Yowku* e *Haraná Yowku*), a localização de ocupações não-indígenas, locais de coleta e pontos de invasão do território.

Os nomes dos igarapés são extremamente importantes para formar um mapeamento próprio de lugares, dentre os quais caminhos, antigas aldeias e outros locais de roçados, zonas de caça e pesca, e mesmo os limites reconhecidos do território dos povos do Jatapu. Abaixo, segue uma lista parcial destes igarapés, ilhas, cachoeiras e poços.

Tabela 15 - Igarapés identificados ao longo do Jatapu. Elaborada por Parra, 2023

Toponímia IBGE (2019)	Toponímia okoymoyana, xowyana e kararayana	Tradução
	<i>Amritho</i>	Ig. de caça
Rio Jatapu	<i>Arà Arà</i>	
Igarapé Escondido	<i>Awtàkà</i>	
	<i>Aymarà yowku</i>	
	<i>Ekaku yowku</i>	Ig. do buriti
	<i>Faro yowku</i>	Ig. de árvores comuns
Igarapé Seringa	<i>Hakutxe</i>	Ig. de pacu
Igarapé Jauari	<i>Harana yowku</i>	Ig. de tucunaré
Igarapé Jatuarana	<i>Hasara yowku</i>	Ig. da pedra de amolar
	<i>Hentu</i>	
	<i>Honiko Yhutu</i>	Ig. da queixada
	<i>Horocho</i>	
	<i>Hotel</i>	
Igarapé Arraia	<i>IoKwararà Horytho</i>	
'Jacundá'	<i>Jacundá</i>	
Igarapé do Forno	<i>Jaraqui</i>	
	<i>Jumela</i>	
	<i>Kanantxe</i>	
Rio Capucapu	<i>Kapu Kapu</i>	
	<i>Karapuku</i>	
	<i>Katuena</i>	
'do Purake'	<i>Kaymã</i>	Ig. do puraquê
Igarapé Urupi	<i>Kuonà yosurà</i>	
Igarapé Água Clara	<i>Kyoro Yowtarà</i>	
	<i>Mahata</i>	Ig. do acariquara
	<i>Marawa Yahorà</i>	Ig. do breu
	<i>Matawari</i>	
	<i>Menukenà</i>	Ig. do jenipapo
	<i>Mohe</i>	
	<i>Nayarà</i>	
	<i>Omamu yowku</i>	Ig. do arumã
Igarapé da Rã	<i>Ori yowku</i>	Ig. de barro de cerâmica
Sanguessuga'	<i>Orohutxo</i>	Ig. da sanguessuga
	<i>Orontxe</i>	

	<i>Osà</i>	Ig. do lugar de plantar
Igarapé Oriente	<i>Passa Passa</i>	
Igarapé do Pinica-Pau	<i>Pica-pau</i>	
	<i>Sakarara</i>	
Igarapé da Sorte	<i>Sorte</i>	
	<i>Taboca</i>	
	<i>Tàkma</i>	
	<i>Tararamo</i>	
	<i>Tàtkoyara</i>	
	<i>Tatxo yowku</i>	
	<i>Tetxenoknyemà</i>	Ig. água fria
	<i>Tnyekye</i>	Ig. das árvores frutíferas
'Ig. do pontudo'	<i>Totkemàto</i>	Ig. do pontudo
Igarapé dos Índios	<i>Toto Yowku</i>	Ig. dos índios
	<i>Tucunaré</i>	
Igarapé Urupizinho	<i>Turukenà</i>	
Igarapé Toloezão	<i>Turuwe</i>	Ig. de nambu relógio
	<i>Txakawa</i>	
Igarapé Jamari	<i>Txekeryeitho/ txekerye</i>	
	<i>Tykymetho</i>	Ig. de timbó
	<i>Umamu</i>	Ig. do arumã
	<i>Wahu yowku</i>	Ig. da taboca
	<i>Wana</i>	
	<i>Waratho</i>	
Igarapé da Onça	<i>Watcha Yowku</i>	Ig. de árvore vermelha
	<i>Waya Waya</i>	Ig. da ariranha
	<i>Wayamo yowku</i>	
Igarapé Cucuia	<i>Xari</i>	Ig. da arraia branca
Igarapé Capivara	<i>Yàwánà</i>	Ig. do tucumã
	<i>Yàwàràknà</i>	Ig. de abiu
	<i>Yayhà Yeweh</i>	
	<i>Yxikanà</i>	

Como é possível observar, é vasto o conhecimento fluvionímico dos povos do Jatapu. Os igarapés são sempre listados de forma sequencial no sentido de montante do rio Jatapu e, através de suas posições e de outros marcos de paisagem, como cachoeiras específicas, outros lugares relevantes vão sendo situados. Como visto na tabela x abaixo, há uma série de aldeias antigas lembradas por sua posição relativa aos igarapés e ao Jatapu. Isso não é por acaso, e sim uma forma particular dos povos karib guianenses de mapear o espaço e que se baseia no conhecimento dos cursos d'água, suas nascentes, poços, ilhas, afluentes, braços, corredeiras, etc. Essa forma de se localizar no espaço através dos rios conforma uma memória do território que é passada adiante às gerações mais novas que, inclusive, nasceram fora do Jatapu e hoje sabem encontrar exatamente as antigas capoeiras das aldeias de seus antepassados.

Tabela 16 - Aldeias antigas e pontos de paisagem importantes dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana (adaptado de CTI 2017)

PONTOS NA PAISAGEM	LOCALIZAÇÃO (Igarapé, rio)	QUEM MOROU/ONDE VIVE ATUALMENTE	INFORMAÇÕES	DATA APROXIMADA DE OCUPAÇÃO
Matxeká - aldeia antiga	Cabeceiras do igarapé Otxifonó (Piquiá) - entre igarapés dos Índios e Oriente - margem esquerda do rio Jatapu	Copoi Waryeyawa (Riozinho - Nhamundá), Tobias Warathá (Riozinho - Nhamundá), Joana Kamyara (Nova Bacaba), Joãozinho Wemkó (Porteira - Nhamundá), José Yeriyeri (Santa Maria), Jurandir Turufá (Kassawá - Nhamundá)	- Aldeia grande, onde Atxá reuniu muitas famílias. - Na margem oposta à foz do igarapé Otxifonó funcionou o Posto Indígena de Atração Jatapu, do SPI. - Cacique Armento, pai de Joãozinho Wemkó - Após a transferência e o abandono do PIA Jatapu pelos funcionários, ficaram apenas a família de Armindo e Copoi, que após o falecimento do primeiro, decidiu se mudar também para o rio Nhamundá.	1930-1950
Akakamtã - aldeia antiga	Igarapé Taryarawaknyem (Água branca) - entre igarapés Maloca e Dos	Irmão de Jurandir, Coraci Kràràtxama, já falecido.		1950

	Índios - margem esquerda do Jatapu			
Hãrmâtà - aldeia antiga	Nas proximidades da foz do igarapé Jamari - margem direita do rio Jatapu	Jurandir Turufá (Kassawá -Nhamundá) Irmão de Jurandir, Kàràtxamá, já falecido.		?
Caratinga – localidade Posto do SPI	Foz do igarapé Otxifonó - Margem esquerda do Jatapu	Copoi Waryeyawa (Riozinho - Nhamundá) José Yeriyei (Santa Maria).	- Na boca do Igarapé havia localidade de extratores de castanha conhecida por eles como "posto". Viveram lá por um tempo.	1942-1960
Eremtunu - aldeia antiga	Margem direita do rio Jatapu	Joana Kamyara (Nova Bacaba), Joãozinho (Porteira - Nhamundá)	- O <i>yaskomo</i> Atxá reuniu muitas pessoas nesta aldeia. - Armento Motafuri, pai de Joãozinho, foi cacique	1950
Marawa - aldeia antiga	?	Copoi Waryeyawa (Riozinho - Nhamundá),		?
Watkàwà - aldeia antiga	Cabeceiras do igarapé Perdido - margem esquerda do Jatapu	Tobias Warathá (Riozinho - Nhamundá) Kupoí Waryeyawa (Riozinho - Nhamundá) Joana Kamyara (Nova Bacaba) - - José Yeriyei (Santa Maria), Raimundo Souza Heyahe (Jutai - Nhamundá), Jurandir Turufá (Kassawá - Nhamundá)	- Assim como Matxeka, Watkàwà também foi visitada pelo inspetor do SPI na década de 1940. - Antes já era uma aldeia muito grande, pois o pajé Atxá havia reunido muitas famílias antes dispersas naquele local. - Foi nesta aldeia que Atxá morreu.	1930-1960
Katuema - local mítico/marco de paisagem	Corredeiras do rio Jatapu, próximo ao igarapé do Crato. O local é marcado por uma grande pedra, na margem direita do Jatapu		- Local de passagem entre o mundo da superfície e a morada dos Okoymoyana, seres míticos que habitam o fundo do rio Jatapu.	
Ionàkramtu				
XiinaOwto	Margem direita do rio Jatapu, próximo a Kamara Kahxe			
Txekere	Margem esquerda do rio Jatapu			
Tawanatho	Igarapé Tawana, margem direita do rio Jatapu			

Turuwi	Igarapé Urupi, afluente da margem direita do Jatapu, pouco abaixo do Igarapé da Sorte		-Aldeia dos Xowyana que foi abandonada por surtos de doenças. Migraram para Matxeká.	Desde antes do SPI até pouco após o contato em 1942.
Hemtu	Rio Capucapu			
Kahxe/Santa Maria - aldeia antiga/Antigo posto do SPI/Cemitério	Margem direita do rio Jatapu (TI Ararà) - Kamara Kahxin (Cachoeira da Onça)	Jose Yeriyeri (Santa Maria); Lucila Ahyakowo (faleceu em Santa Maria em 2018); Maria Karara (Santa Maria); Andre Warafuru (Cupiúba - Nhamundá); Lidia Kamyara (Cupiúba - Nhamundá)	-Havia uma aldeia antes da chegada do SPI - Sub-posto do SPI que funcionava como depósito e prestava atendimento médico. - Há no local um cemitério com 12 sepultamentos indígenas da época do contato.	1930 – 1982 Reocupada permanentemente desde 2003

Seguindo aqui um argumento apresentado por Queiroz (2004: 175-6) para a delimitação da TI Trombetas-Mapuera, consideramos que toda antiga aldeia é um local significativo do território tradicional, tendo em vista que as capoeiras (*owtotho/osatho*) são constituídas dentro de um ciclo de ocupação e afastamento relacionados a alianças e conflitos, a constituição e dissolução de chefias, a disponibilidade ou escassez de recursos ambientais, com a presença de seres não-humanos, e também com a morte de alguém – que normalmente implica no abandono da aldeia, onde a pessoa é enterrada, e cujo local poderá ser reocupado anos depois do fim do processo de luto. Dessa forma, as capoeiras enquanto lugares nomeados se constituem dessas várias dimensões sociológicas, políticas, simbólicas, ambientais, míticas, etc., que perpetuam o local no tempo.

Além disso, toda aldeia antiga é também um “cemitério”, haja visto que entre os povos do Jatapu é praxe enterrar o morto dentro da casa onde morava, no local de amarração de sua rede. A morte pode ou não ocasionar o abandono da casa, núcleo familiar ou aldeia, dependendo do prestígio e posição de quem faleceu. Parte fundamental do ciclo de reocupação das aldeias é a prática do enterro do cordão umbilical no esteio da casa do nascido, o que marca, durante sua vida, a relação intrínseca com aquele lugar, mesmo que a pessoa se mude. Esse laço é tão forte que é comum que os mais velhos procurem morrer no local de seu nascimento, fechando um ciclo geracional em torno da habitação de um local. Esse ciclo descrito produz, na longa duração, um movimento cíclico de ocupação e abandono de uma série de capoeiras dispersas no território.

A memória constituída pela localização destas antigas capoeiras e o conhecimento das histórias e locais onde se passaram, se conjuga com o modo de vida desses povos, produzida em estreita relação com o ambiente da floresta e seus habitantes diversos, sejam vegetais, animais, seres não-visíveis, povos isolados mas também com o aspecto material da utilização de recursos implicada no manejo do ambiente. São diversas as atividades realizadas e tipos de ambiente identificados, como descrito na parte 3 e 4 do relatório. O conjunto dessas práticas aliada com a forma preferencial de ocupação que se baseia em aldeias dispersas e pequenas, conforma um manejo muito complexo do ambiente visando a perpetuação da abundância de alimentos e recursos no território.

Um destaque dentre as atividades produtivas é dado à caça e isso implica na necessidade de extensas áreas bem preservadas para manutenção das populações animais, provendo os estoques que atendam a comunidade. Ao mesmo tempo, essa preferência se reflete numa gama de conhecimentos ecológicos e comportamentais que acabam se traduzindo em estratégias de preservação e manutenção de biodiversidade.

As atividades produtivas dos diversos grupos indígenas Tatumã/Parukoto ocupantes da T.I. Trombetas/Mapuera combinam a prática da agricultura de coivara – onde, como se verá adiante, o cultivo da mandioca tem um lugar de destaque – com a prática da caça e da coleta. Os vários estudos sobre o processo de formação destes grupos apontam que, no passado, muito provavelmente eles praticavam apenas a caça e a coleta, adotando o nomadismo como forma de organização social capaz de aproveitar os diversos recursos potenciais oferecidos pela natureza. De fato, quando, ainda hoje, observamos sua forma de organização social, constatamos que a dispersão das aldeias numa área relativamente grande, a fissão dos grupos locais, com a fundação de uma nova aldeia a cada ciclo de 5 ou 10 anos, tudo isso leva-nos a supor que estes grupos se especializaram ao longo de gerações e gerações numa fórmula de assentamento e num padrão de organização social que lhes possibilitam otimizar os recursos naturais. Além disso, ao analisar a cosmologia destes grupos, constatamos que os seus mitos e conhecimentos adquiridos em torno do mundo natural dão um destaque especial ao mundo dos animais e só de uma forma marginal se ocupam da natureza e das plantas cultivadas, confirmando que a caça tem um lugar de destaque nesta sociedade (QUEIROZ, 2004, p. 119).

Assim como apresentado pela literatura, a caça tem este lugar de destaque nas relações com o ambiente e nas opções de obtenção de proteínas. Mesmo com uma maior facilidade em obter pescados a caça provê e é praticada preferencialmente na preparação para as festas e nas tarefas cotidianas ou quando a espingarda acompanha os homens em qualquer atividade realizada fora da aldeia. Esta prática também ganha em importância nas descrições de outros recursos quando se referem às frutas como comida de tal bicho, evidenciando uma gama de conhecimentos associados à prática.

As áreas de uso descritas e registradas nos mapas mentais produzidos pelas comunidades priorizam a caça e colocam grandes áreas utilizadas para a prática da atividade, como de ocorrência de alguma espécie importante ou como áreas de reserva e uso esporádico para as caçadas coletivas, por exemplo. A distância das aldeias de algumas dessas áreas também revela o esforço empregado e a importância da atividade. A utilização de grandes áreas é fundamental e a reserva de algumas para uso esporádico, impacta positivamente na capacidade de reposição para determinadas espécies, principalmente aquelas de grande porte, como as antas ou os grandes bandos de queixadas. A aplicação deste modelo, acaba funcionando numa dinâmica de fonte-sumidouro e pode ser considerado uma estratégia de baixo impacto de utilização dos recursos disponíveis. Se destacam nessa lógica três grandes áreas da TI Ararà, que são as margens do rio Capucapu, ao sul, as margens do igarapé Jamari, no centro, e as margens do igarapé da Sorte, ao norte.

Como mencionado anteriormente, a caça é praticada concomitante às outras atividades, considerando que os rios e igarapés são as principais vias de deslocamento, todas as margens se prestam para a caça. Nos deslocamentos que realizamos em campo, tivemos a oportunidade de acompanhar o olhar atento para as margens a fim de observar qualquer indício da presença de animais ou de espécies com potencial de atraí-los. Outra atividade imprescindível para manutenção física da população é a pesca, realizada em quase todos os corpos d'água (Figura 13) e em toda a variedade de ambientes aquáticos reconhecidos e descritos pela comunidade. Ainda que exista um esforço maior de pesca próximo das aldeias, há grande disponibilidade de pescados, não maior que em áreas mais afastadas. O uso destas áreas próximas ocorre para obtenção de peixes que são consumidos cotidianamente e de forma relativamente rápida, dependendo dos petrechos utilizados, deixando tempo livre para outras atividades. Estas áreas também são muito

utilizadas pelas crianças da comunidade, principalmente os meninos, que se divertem, ao mesmo tempo que aprendem, pegando peixes com as mais variadas estratégias.

A ciência e eficiência das pescarias é expressa na escolha de determinadas fisionomias aquáticas e no conhecimento sobre o comportamento das espécies quando se pode, praticamente, escolher o tipo de pescado que será consumido. Assim, segundo os relatos, com a isca e o material apropriados, são utilizadas as corredeiras para a pesca de pacus, os poços mais profundos para pesca de grandes bagres, pequenos igarapés para pesca do trairão, lagos para pesca de tucunarés e quando nada adianta, com um pouco de paciência, se consegue muitas piranhas. Já a pesca próxima das aldeias não é tão seletiva e se consome praticamente tudo o que é capturado, incluindo bagres menores, pacus, piranhas, aracus e toda sorte de pequenos peixes.

O fato da grande maioria dos corpos d'água do território possuir nomes na língua indígena ou estarem associados a algum recurso específico também reflete o conhecimento do território. Algumas vezes, as histórias acontecidas naquele local acabam servindo para a nomeação de determinados igarapés. Também é pelos rios e igarapés que se realizam os deslocamentos para as diversas atividades produtivas e algumas vezes para as trocas com outras comunidades indígenas e ribeirinhas. O reconhecimento por parte da comunidade da existência de alguns recursos em localidades bastante específicas também revela a propriedade sobre o território. A existência de um tipo melhor de argila em um determinado local, a disponibilidade de pedras de amolar mapeadas e referenciadas por pontos específicos da paisagem hídrica são exemplos desse extenso conhecimento do território.

O extrativismo de produtos não madeireiros também é realizado em toda a região (Figura 15), logicamente, alguns recursos específicos são preferencialmente coletados em áreas próximas das aldeias. Ainda assim, existem pontos conhecidos com grande disponibilidade de alguns recursos e utilizados para situações específicas como a preparação para as festas ou a construção de alguma estrutura na aldeia. Pudemos observar que as coletas realizadas em localidades mais distantes das aldeias acabam funcionando como mutirões e diversas famílias são beneficiadas. Também na extração de madeira é utilizada a estratégia de não sobre-explorar as áreas próximas das aldeias, deixando assim indivíduos de árvores maduras de pé para que seja possível a perpetuação dessas espécies nas proximidades.

Também se destaca no Jatapu a coleta de castanha, que requer o deslocamento para regiões mais distantes das aldeias, onde se adensam os castanhais. A atividade é realizada de forma coletiva, quando algumas famílias se deslocam ao castanhal onde permanecem cerca de duas semanas. Não foram relatadas qualquer tipo de propriedade sobre os castanhais e a coleta parece ser realizada de forma coletiva, ainda que certas famílias se identifiquem mais ou menos com alguns deles. Importante destacar que esta coleta gera renda para as famílias e a exploração dos castanhais é uma atividade considerada sustentável e cada vez mais vem ganhando importância em toda a Amazônia entre comunidades tradicionais e indígenas.

Não menos importante são as áreas de roça e os quintais localizados nas aldeias ou próximas destas. Nestas áreas, são plantadas muitas espécies úteis e com diversas finalidades. Como mencionado anteriormente, das roças e quintais provêm boa parte da alimentação das famílias e muitas vezes proporcionam uma renda a partir da venda do excedente da produção. O modelo de rotação adotado na agricultura que gera capoeiras durante o pousio das áreas usadas, associado ao ato de plantar algumas espécies frutíferas nas roças enriquece as matas próximas das aldeias e transforma a paisagem. Muitas alterações da paisagem são indicativos de atividades antrópicas, a presença dessas marcas na vegetação dá indícios de ocupações antigas e, em alguns casos – quando reconhecidas pelas comunidades em locais não esperados, onde já existiu alguma aldeia antiga, por exemplo, podem indicar a presença dos grupos indígenas isolados.



Foto 16 - Coleta de bambu para flautas no igarapé Jamari

Outro fator que contribui para a delimitação da TI Ararà é a existência de fortes indicativos de povos indígenas isolados coabitando a região. O fato deles evitarem qualquer tipo de contato, caracterizando-os como autônomos, independentes de produtos industrializados, evidencia que seus modos de vida estão intimamente ligados e dependentes de um ambiente saudável, se mantendo exclusivamente dos recursos naturais disponíveis na região. A predisposição da comunidade em proteger esses grupos implica uma prática conservacionista, gerando restrições de acesso e uso de partes do território.

Todas essas atividades, como demonstrado, seguem a lógica de manter grandes porções do território preservadas como áreas de reserva e uso esporádico, a fim de garantir um uso de baixo impacto para diversos recursos naturais e a reposição destes na natureza. Esta é uma prática tradicional que visa garantir a perpetuação da prática e a disponibilidade dos recursos para as futuras gerações e está relacionada à manutenção de um modo de vida que conjuga a abundância alimentar e de recursos com o ciclo de ocupação das capoeiras na longa duração, de maneira a não exaurir a floresta e os rios. Um dos motivos indicados para o abandono de uma aldeia (e também para a escolha de onde abrir ou reabrir uma aldeia nova) é exatamente a diminuição de recursos nas proximidades, o que ainda não acontece na TI Ararà devido ao tamanho atual de sua população. Porém, como visto pelos dados populacionais, esta população tende a crescer exponencialmente nos próximos anos com a vinda de famílias que ainda permanecem desterradas no rio Nhamundá e pelo crescimento vegetativo das aldeias atuais.

Portanto, a delimitação da TI Ararà responde à necessidade da preservação dos ambientes imprescindíveis para sustentar essa forma de manejo e de vida e projeta para o futuro a perpetuação da abundância que existe atualmente. As atuais aldeias se inserem nos ciclos de ocupação descritos acima: ambas foram abertas por pedido dos mais velhos que nasceram nesses locais e desejaram e desejam ser enterrados em sua terra. Além disso, no panorama histórico, seguem os fios da memória das relações das parentelas entre si e com os lugares antigos que perpetuam pela reiteração desses laços de parentesco, fazendo com que seus descendentes procurem tais lugares para abrir suas próprias aldeias.



VI – Sexta Parte

Levantamento fundiário

- a) Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) Descrição da(s) áreas(s) por eles(s) ocupadas, com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) Informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

1. Levantamento fundiário

O levantamento fundiário da TI Ararà teve como objetivo identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na área da TI. O trabalho envolveu pesquisa de aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria de Pessoal Funai n.º 597, de 02 de julho de 2025 e alterada pela Portaria de Pessoal Funai n.º 665, de 22 de julho de 2025.

Os estudos seguiram as diretrizes estabelecidas pela legislação indigenista vigente, em especial às inovações da lei n.º 14.701/2023, que juntamente com o Decreto n.º 1.775/1996 e a Portaria n.º 2498/2011, assegura o contraditório e a ampla defesa aos ocupantes não indígenas. Nesse sentido, os entes federados (Governo do Amazonas, Prefeitura Municipal de Urucará, Prefeitura Municipal de Nhamundá e Prefeitura Municipal de São Sebastião de Uatumã) foram informados sobre o procedimento de

identificação e delimitação da TI Ararà e convidados a indicar representantes para compor o grupo técnico de levantamento fundiário. Apesar de terem confirmado o recebimento dos ofícios, somente o Governo do Estado do Amazonas e as Prefeituras de Urucará e São Sebastião indicaram representantes, mas nenhum deles participaram da pesquisa de campo.

1.1 Metodologia

Os dados a seguir nesta parte do relatório foram consolidados a partir de reuniões técnicas com servidores da Funai e indicados dos entes federados, bem como por consulta e análise de gabinete de dados oficiais do governo brasileiro, entre elas: SIPRA (Incrá), que reúne os cadastros de assentamentos rurais da reforma agrária; bases da Funai e Incra, respectivamente quanto aos limites oficiais de terras indígenas já reconhecidas e de territórios quilombola; CAR/SICAR, banco de dados do MGI onde constam registros ambientais dos imóveis rurais; CNFP, cadastro do Serviço Florestal Brasileiro de florestas públicas; CNUC/SNUC, do MMA, em que estão disponíveis os limites oficiais de unidades de conservação e SIGEF e SNCI, bases do Incra que reúnem os registros de imóveis rurais certificados.

No âmbito desses estudos, foi investigada a existência de matrículas, registros e cadeias dominiais eventualmente relacionadas às ocupações incidentes na área em estudo. Foi realizado também levantamento em campo dos ocupantes não indígenas, momento em que foram coletados os dados dos ocupantes não indígenas, a localização geográfica de suas ocupações, bem como as formas de uso, a existência de benfeitorias e o tempo de ocupação. Houve esforço da equipe técnica para que todos os ocupantes não indígenas identificados fossem notificados sobre a possibilidade de incidência dos estudos na área da ocupação, nos termos da lei n.º 14.701/2023.

A sistematização dos dados coletados em campo e das bases governamentais resultou no Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário – RCLF, em um mapa cadastral da representação espacial das ocupações não indígenas e em um quadro síntese dos ocupantes posseiros ou proprietários de imóveis nos limites da TI. Esse quadro subsidiou a publicação do Edital n.º 03/2026/PRES-FUNAI no Diário Oficial da União em 06 de janeiro de 2026 e no Jornal regional de ampla circulação, Diário do Amazonas, em 13/01/2026.

A metodologia adotada neste levantamento fundiário seguiu os dispositivos previstos na legislação indigenista vigente, especialmente a Lei nº 14.701/2023, a Portaria MJ n.º 2498/2011 e o Decreto nº 1.775/1996, bem como as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária na Etapa de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. As atividades foram organizadas em quatro etapas operacionais principais, conforme detalhamento a seguir.

Planejamento e Levantamento Preliminar em Gabinete

Objetivando o alinhamento metodológico e institucional das atividades, foram realizadas reuniões técnicas com os representantes dos entes federativos. Os profissionais indicados pelo Governo do Estado do Amazonas e pela Prefeitura de Urucará participaram de reunião com a Funai em junho de 2025. Os estudos utilizaram fontes históricas e levantamento e análise de bases de dados oficiais, visando à identificação preliminar de imóveis e registros fundiários incidentes sobre a área de estudo. Ademais, foram elaborados materiais cartográficos de caráter preliminar contendo informações fundiárias e territoriais relevantes, com a finalidade de subsidiar a execução das atividades de campo de fase dos estudos. Na ocasião foram solicitados aos entes federados quaisquer informações que pudessem ser consideradas no estudos.

Metodologia aplicada no levantamento de campo

O levantamento realizado em campo baseou-se na aplicação de instrumento técnico específico voltado à identificação e caracterização das ocupações não indígenas identificados em campo na área objeto do estudo. Foram feitas, pela equipe da Funai, notificações formais aos ocupantes não indígenas identificados, assegurando a ciência deles quanto à existência e ao andamento do processo administrativo em curso.

Os dados coletados em campo compreendem a identificação pessoal dos ocupantes; as coordenadas geográficas das ocupações; a extensão da área utilizada (quando passível de aferição); a forma de uso e ocupação do solo; a existência de benfeitorias e estimativa do tempo de permanência na área.

Sistematização e análise dos dados

A consolidação das informações obtidas nas fases de gabinete e de campo contribuíram para um panorama mais robusto da situação fundiária na área da TI. Foi elaborado um quadro síntese contendo a identificação detalhada das ocupações não indígenas registradas durante o levantamento e que será apresentado mais a frente nessa parte do RCID. Nesse sentido, foi feita também uma análise integrada das informações qualitativas e quantitativas, com ênfase nos aspectos dominiais, jurídicos e socioeconômicos das ocupações, bem como na verificação de seus vínculos territoriais e documentais. O GT produziu também um mapa cadastral georreferenciado, representando espacialmente as ocupações não indígenas identificadas como incidentes na área da TI.

Consulta Cartorial

A partir do Quadro de Ocupantes Não Indígenas consolidado, com informações de campo e de gabinete, foram realizadas consulta aos Cartórios de Registro de Imóveis de Nhamundá, Urucará e São Sebastião do Uatumã. Tal procedimento tem por objetivo verificar a existência de registros, matrículas e cadeias dominiais eventualmente vinculadas às ocupações identificadas na área sob análise. Apenas o Cartório de Nhamundá respondeu, informando que não foram encontrados registros de imóveis em nome das pessoas consultadas a partir do quadro de ocupantes não indígenas fornecido.

Fontes de dados oficiais

O levantamento fundiário foi fundamentado na análise de dados provenientes de sistemas e cadastros oficiais, assegurando a fidedignidade, a atualidade e a conformidade legal das informações fundiárias, territoriais e ambientais. A Tabela abaixo sintetiza as bases consultadas:

Tabela 17 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete

Base de Dados	Sigla	Órgão Responsável	Finalidade Principal	Natureza Jurídica
Base de Assentamentos da Reforma Agrária	SIPRA	INCRA	Cadastro dos assentamentos rurais vinculados à reforma agrária, incluindo dados georreferenciados e socioeconômicos.	Pública e administrativa

Base de Terras Indígenas	–	FUNAI	Limites oficiais das terras indígenas em diferentes fases do processo administrativo.	Pública e administrativa
Cadastro Ambiental Rural / Sistema Nacional do CAR	CAR / SICAR	MGI	Registro ambiental dos imóveis rurais, com informações sobre APP, Reserva Legal e uso do solo.	Pública, administrativa e autodeclaratória
Cadastro Nacional de Florestas Públicas	CNFP	SFB/MMA	Registrar e gerenciar as florestas públicas da União, Estados e Municípios.	Pública e administrativa
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	CNUC / SNUC	MMA	Consolidar e disponibilizar os limites oficiais das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.	Pública e administrativa
Sistema de Gestão Fundiária	SIGEF	INCRA	Registro georreferenciado de imóveis rurais públicos e privados, com controle dos limites e situação fundiária.	Pública e administrativa
Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais	SNCI	INCRA	Sistema anterior ao SIGEF, responsável pela certificação dos imóveis rurais.	Pública e administrativa

Outras fontes de informação do levantamento Fundiário de Gabinete

Entre os dados secundários que sustentam os estudos fundiários, o levantamento de dados histórico sobre a conformação da malha fundiária local contribui para um entendimento mais amplo do que se encontra no levantamento de campo. Nesse sentido, a seguir apresenta-se um breve histórico da colonização da região do Jatapu.

1.2. Breve histórico do processo de colonização

A colonização da região do rio Jatapu foi tardia e pouco documentada em comparação com outros rios amazônicos. Até o século XIX, o Jatapu permaneceu praticamente à margem dos processos de ocupação sistemática, aparecendo apenas em registros pontuais e relatos de viajantes.

No período colonial, a frente de colonização não se originou diretamente no Jatapu, mas sim em vilas estratégicas como Silves e, sobretudo, Serpa (atual Itacoatiara), fundadas no baixo Amazonas. Essas vilas se mantinham com base na exploração de

produtos da floresta — breu, madeira, canela — e em descimentos de indígenas, especialmente no rio Urubu, em seus lagos e no próprio rio Amazonas.

A colonização do rio Jatapu se deu de modo indireto, por meio de missões instaladas em rios vizinhos (Urubu e Uatumã), dos descimentos forçados que transferiam indígenas para as vilas coloniais e das guerras interétnicas manipuladas pelos colonizadores para facilitar o controle territorial. Só no século XIX, com a fundação de povoações como Sant’Anna da Capela e Urucará, a região do Jatapu entrou mais claramente na órbita da ocupação permanente.

No início do século XX, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayanans viviam em afluentes do médio Jatapu, nos interflúvios deste com os rios Uatumã e Nhamundá, e evitavam as margens dos grandes rios por temer conflitos com os não-indígenas que adentravam o rio. Em 1942 um grupo de exploradores de balata (látex da balateira) entrou em confronto armado com indígenas, o que motivou o SPI a instalar o Posto Indígena de Atração (PIA) Jatapu e desencadear uma série de contatos forçados. A presença do SPI trouxe a intensificação da exploração econômica do Rio Jatapu, seja pelo próprio SPI ou por terceiros, e a disseminação de doenças e surtos epidêmicos entre os grupos indígenas.

Os contatos realizados concentraram parte da população indígena no Posto Jatapu, enquanto vários grupos, em função das epidemias, optaram por se isolar no interflúvio Jatapu-Nhamundá e Jatapu-Uatumã. No fim da década de 1940, missionários evangélicos norte-americanos passaram a atuar nessa grande região da fronteira norte do Brasil, fundando missões e investindo na atração de povos e grupos sem contato. A partir de 1959, a Força Área Brasileira estabeleceu postos de fiscalização na região de fronteira com a Guiana, em nome da defesa nacional, e uma aliança com missionários católicos brasileiros e evangélicos norte-americanos com objetivo de “integração” e “aculturação” indígena. Alguns grupos foram levados no fim dos anos 1950 para a missão Kanaxen, na Guiana, e depois para a missão fundada na aldeia Kassawá, no Rio Nhamundá, no Brasil.

O resultado dessas várias frentes missionárias e militar-missionárias foi um brutal esvaziamento da população indígena de toda a região, com diversas consequências duradouras: grandes assentamentos em torno de missões e bases militares, por um lado, e os atuais povos isolados da região, por outro, que perderam o vínculo com as redes de relações anteriores. A concentração da população também liberou os territórios indígenas para os projetos de ocupação econômica que seriam implementados na denominada “Calha Norte” do Rio Amazonas pelos governos militares a partir da década de 1970.

Uma série de obras foi planejada na região, notadamente voltadas à mineração, geração de energia elétrica e abertura de estradas, como a Perimetral Norte, conjugadas com assentamentos de colonização.

Em 1962, na região do médio e baixo rio Jatapu, a Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA) obteve autorização para lavrar minério de ferro no rio Jatapu. Em 1975 a SUDAM se torna acionista majoritária da empresa. A extração de minério de ferro ocorre em paralelo ao abandono do Posto Jatapu pela Funai, nos governos militares, e sua extinção em 1977, o que favoreceu a invasão descontrolada por garimpeiros, madeireiros, extratores de pau-rosa e balateiros.

2. Levantamento Fundiário de Gabinete

2.1 Levantamento a partir do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

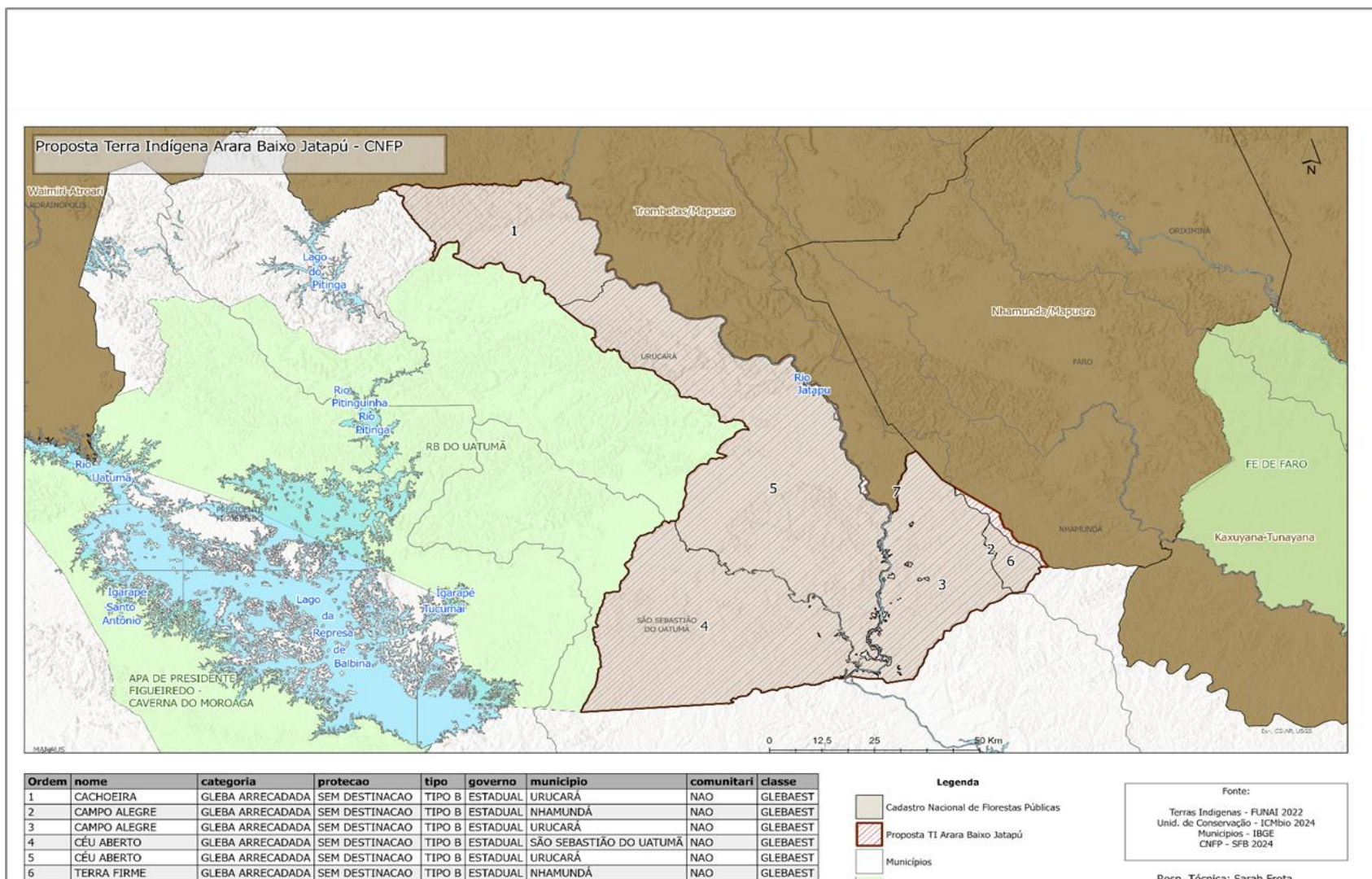
Pesquisa sobre o *status* fundiário na área em estudo e nas suas imediações permitiu identificar a destinação planejada/zonada, os confrontantes, os atuais ocupantes para fins de desapropriação e a existência ou não de sobreposição de áreas protegidas. Através da sobreposição dos dados (áreas públicas e imóveis cadastrados) e da realização de consultas espaciais, verificou-se que a área em questão corresponde a quatro glebas estaduais do tipo B — arrecadadas pelo Poder Público e ainda não destinadas, totalizando 96,5 % da terra indígena. Duas glebas estão situadas em municípios distintos. A tabela abaixo apresenta as informações referentes às glebas que compõem a área da Terra Indígena Ararã.

Tabela 18 - Glebas sobrepostas à proposta de estudo TI Ararã.

Nome	Categoria	Proteção / Situação	Tipo	Governo	Município	Área (ha)	% da área sobreposta
Cachoeira	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	Urucará	99.458,5311	13,51%
Campo Alegre	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	Nhamundá	81,6902	0,01%
Campo Alegre	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	Urucará	109.038,7798	14,82%
Céu Aberto	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	São Sebastião do Uatumã	200.328,5057	27,22%
Céu Aberto	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	Urucará	288.753,3373	39,23%
Terra Firme	Gleba arrecadada	Sem destinação	Tipo B	Estadual	Nhamundá	12.550,5912	1,71%

O mapa abaixo ilustra a situação geoespacial dessas glebas sob a proposta da Terra indígena Arará.

Mapa 10 - Glebas sobrepostas à TI Ararã



2.2 Cadastro Ambiental Rural

O CAR é um sistema baseado no autocadastramento, em que os próprios declarantes inserem os dados dos imóveis. O CAR não constitui, por si só, prova de posse ou propriedade, nem substitui documentos legais de domínio.

Na área em estudo, foram identificados 31 (trinta e um) registros ativos no SICAR que se sobrepõem à Terra Indígena Ararà (Baixo Jatapu). A soma das áreas desses imóveis alcança aproximadamente 577.097 hectares, o que corresponde a 78,4% da área total da TI.

A tabela a seguir, apresenta a informação desses cadastros e suas principais características, enquanto o mapa logo abaixo, apresenta a distribuição espacial desses imóveis sobre a área em estudo.

Ord.	Fonte	Nome	CPF/CNPJ	Nome do Imóvel	Tipo	Status	Município
1	SICAR	Maria Helena Damasceno Correa	101.***.***-20	Fazenda Santa Helena	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
2	SICAR	Amilton Augustinho Delanora	452.***.***-04	Fazenda Parana	Imóvel Rural	Ativo	São Sebastião do Uatumã
3	SICAR	Itaituba Indústria de Cimentos do Para S/A	04.***.***/72	Sítio São José	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
4	SICAR	Cimentos do Brasil S/A	04.***.***/10	Sítio São João	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
5	SICAR	Ursula Rodrigues Macedo	275.***.***-87	Sem Denominação	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
6	SICAR	Anderson Bentes Batalha	051.***.***-44	Fazenda Beijamim	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
7	SICAR	Cristiane Pereira Soares	764.***.***-72	Fazenda Israel	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
8	SICAR	Wellington de Araújo Melo	258.***.***-68	Ilha Pica Pau	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
9	SICAR	Asm - Mineração E Comercio de Metais Ltda.	07.***.***/00	Mina Siderama	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
10	SICAR	Leonardo Graciani Costa	122.***.***-51	Fazenda Sao Luis	Imóvel Rural	Ativo	São Sebastião do Uatumã
11	SICAR	Robson Lima E Silva	335.***.***-49	Fazenda Rio Jatapu Ii	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
12	SICAR	L O Franco da Silva Eireli	01.***.***/44	Área De Reserva Maria De Fátima	Imóvel Rural	Ativo	Nhamundá
13	SICAR	Robson Lima E Silva	335.***.***-49	Fazenda Rio Jatapu I	Imóvel Rural	Ativo	Urucará

14	SICAR	Luciano Otavio Franco Da Silva	509.***.***-53	Área De Reserva Monte Carmelo	Imóvel Rural	Pendente	Nhamundá
15	SICAR	Urupolpas Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	44.***.***/90	Buriti	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
16	SICAR	Mario Lucio Silva Mota	015.***.***-32	Fazenda Mota 01	Imóvel Rural	Ativo	Nhamundá
17	SICAR	Amazonas Florestal Industria de Madeiras	38.***.***/76	Fazenda 3 Poderes 02	Imóvel Rural	Ativo	Nhamundá
18	SICAR	Gesmar da Silva	382.***.***-00	Fazenda Barros	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
19	SICAR	Elmer de Souza Mota	056.***.***-90	Fazenda Isa Bella Esther	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
20	SICAR	Mario Silva Mota	707.***.***-64	Fazenda Fortaleza	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
21	SICAR	Adelia Maria Santarem de Souza	031.***.***-60	Fazenda Novo Israel	Imóvel Rural	Ativo	Nhamundá
22	SICAR	Iara De Souza Mota	071.***.***-75	Fazenda Miguel Asaf	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
23	SICAR	Itamar Araujo Dos Santos	040.***.***-80	Fazenda Verdao Do Norte 1	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
24	SICAR	Rogério Hunhoff Junior	038.***.***-96	Fazenda Paredao Da Serra	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
25	SICAR	Vilmar Jose Rodrigues	656.***.***-20	Fazenda Novo Horizonte	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
26	SICAR	Andre Evaristo Marcondes Cesar	299.***.***-01	Fazenda Templarios	Imóvel Rural	Ativo	Urucará

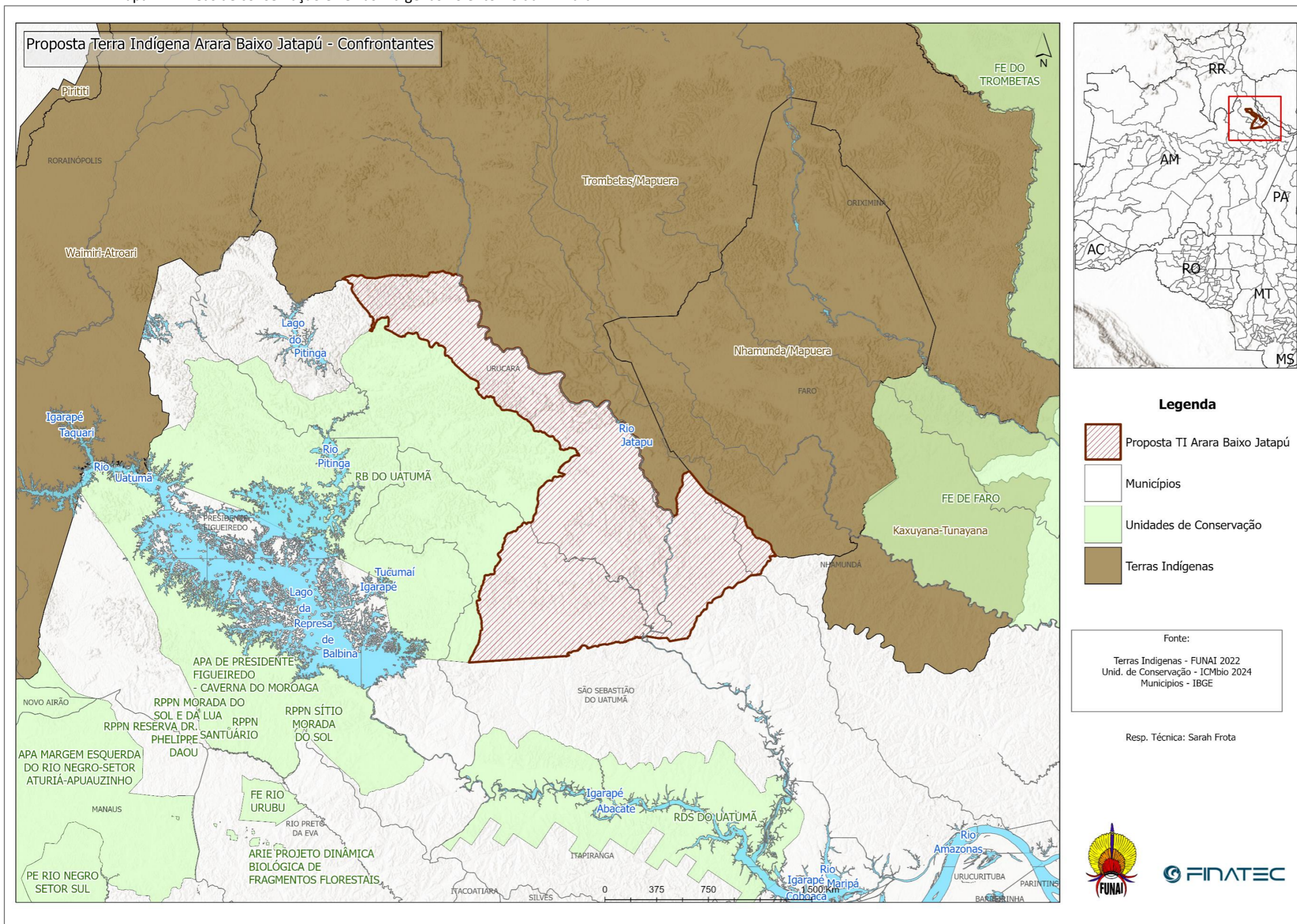
27	SICAR	Antonio Cesar Maciel Carneiro	567.***.***-00	Fazenda Rio Preto	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
28	SICAR	Urupolpas Comercio de Produtos Alimenticios	44.***.***/90	Reserva Sucupira	Imóvel Rural	Ativo	Nhamundá
29	SICAR	Miguel Maciel Da Silva	712.***.***-31	Fazenda Sombra Da Mata	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
30	SICAR	Marcos Breno Macile Da Silva	034.***.***-09	Fazenda Baixao Verde 1	Imóvel Rural	Ativo	Urucará
31	SICAR	G S Invest Administração e Participações Ltda	34.***.***/08	Monte Verde	Imóvel Rural	Ativo	São Sebastião do Uatumã

Tabela 19 Relação de CAR sobrepostos à proposta da TI Arará. SICAR/MGI

2.3 Localização e confrontantes da proposta TI Ararà

Observa-se abaixo que o limite da TI Ararà estabelece um contínuo e ininterrupto mosaico com as terras protegidas lindeiras.

Mapa 12 - Áreas de conservação e Terras Indígenas no entorno da TI Arará



3. Levantamento fundiário em campo

As atividades de campo, realizadas nos dias 08 e 09 de julho de 2025, tiveram como objetivo principal o levantamento fundiário e a citação de ocupantes em localidades previamente identificadas por análise de imagens de satélite. A equipe foi composta pelo Analista Fundiário de Campo e servidores da Funai.

No primeiro dia, a equipe percorreu diversas ocupações às margens do rio Capucapu. A primeira visita foi a um ocupante ribeirinho não indígena, estabelecido há mais de quarenta anos na área, que vive da pesca e da agricultura familiar. Ele colaborou plenamente com o levantamento, fornecendo informações e auxiliando na identificação de outras áreas. Uma segunda localidade visitada era utilizada apenas para roçado, sem moradia permanente, sendo de posse de um residente de outro município.

A sequência das visitas revelou uma concentração de ocupações de uma mesma família indígena da etnia Maraguá. O patriarca, residente há 27 anos em área cedida por uma empresa de mineração, não possuía titulação formal, apenas uma declaração sindical. Seu filho, que habita uma área contígua há cinco anos para cuidar dos pais, também foi entrevistado. A família mostrou-se solícita e aceitou participar do processo. Outro filho, ausente no momento, teve sua citação assumida pelo pai.

Contudo, a equipe enfrentou resistência em uma ocupação denominada "Paraná". O morador, que alegou possuir título de propriedade emitido pelo órgão estadual de terras, recusou-se ao diálogo.

A visita a uma antiga área de mineração de ferro confirmou que o local está completamente abandonado e tomado pela vegetação. Em seguida, a equipe constatou o domínio do grupo anteriormente denominado Nassau sobre uma área de exploração de calcário. O vigilante local recebeu a citação, mas recusou-se a assiná-la ou a prestar informações, seguindo ordens superiores.

No segundo dia de campo, a equipe encontrou um grupo familiar de ocupantes não indígenas já cientes da presença da Funai na região. Reunidos, alegaram posse secular na área, titularidade formal e uma relação histórica de harmonia com os indígenas vizinhos. No entanto, recusaram-se coletivamente a assinar as citações ou a fornecer dados para o

levantamento fundiário, optando por consultar um advogado previamente. Todas as entregas de citação e as recusas foram devidamente formalizadas e documentadas pela equipe técnica.

O trabalho permitiu mapear um cenário fundiário complexo, com situações de posse consuetudinária ribeirinha e indígena, domínios empresariais (aparentemente inativos) e ocupações com titulação estadual, onde os procedimentos de citação e levantamento encontraram níveis de colaboração extremamente variados, desde a plena aceitação até a hostilidade e a recusa organizada.

1.6.1 Descrição das ocupações por calha de rio e ou localidade

A seguir apresenta-se uma sucinta descrição das ocupações encontradas em campo.

Habitações no curso do rio Capucapu, município de São Sebastião de Uatumã:

LF 01: Sr. Antônio José Freire da Silva, que reside há 50 anos na área, explorada há cerca de 15 anos em caráter contínuo, com uma família composta por duas pessoas.

LF02: Local com cabana e aparentemente abandonado.

LF03, 04 e 05 referem-se a uma família de ocupantes indígenas Maraguá, de ocupação temporária.

LF 06: O ocupante conhecido como “Paraná” se negou a receber a equipe técnica, sendo possível verificar que o nome da propriedade é Delanora. O local apresenta uma residência e vários currais.

Habitações no curso do rio Jatapu, município de Urucará:

LF 08: O ocupante conhecido como “Paturi” não estava presente, mas o local apresenta uma residência e roçado (plantações). Segundo moradores locais a área é da mineradora conhecida como Nassau.

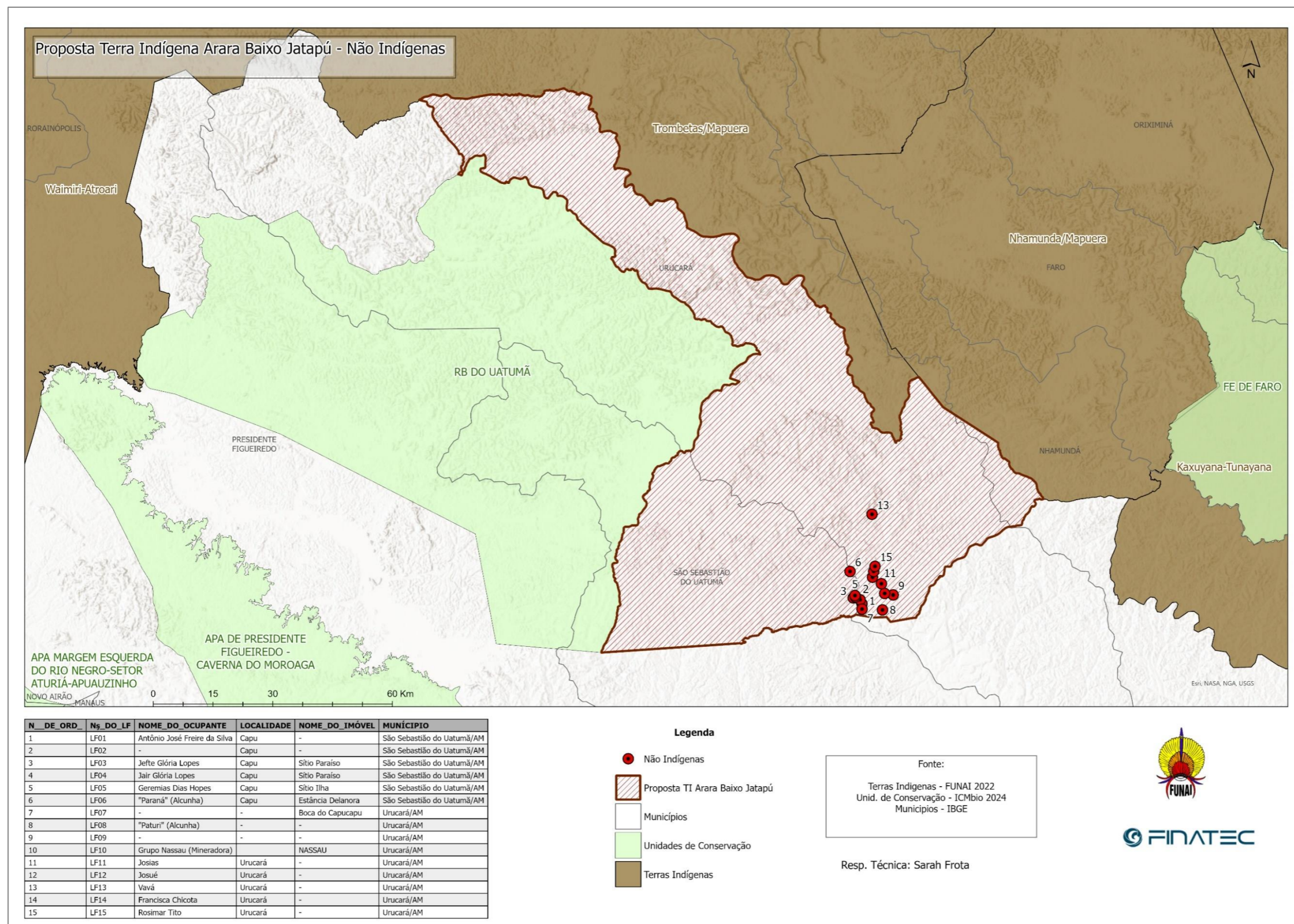
Os formulários LF 07 e LF 09 referem-se a locais aparentemente abandonados.

LF 10: Local de mineradora desativada, conhecida pelos moradores como Nassau. A citação foi recebida pelo vigia Edvan, que se negou a prestar informações e não assinou a citação.

Os formulários LF 11 (Josias), LF 12 (Josué), LF13 (Vavá), LF14 (Francisca) e LF15 (Rosimar) referem-se a ocupantes aparentemente da mesma família, mas que não quiseram informar seus nomes completos, nem prestar demais informações e assinar as citações.

O mapa abaixo incluí os ocupantes indígenas Maraguá levantados pelos formulários (LFs) 03, 04, 05. Na tabela seguinte esses já foram excluídos, considerando que, apesar de não serem das etnias a que a TI Ararà garante usufruto, não podem ser contabilizados como ocupantes não indígenas.

Mapa 13 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo na proposta de delimitação da TI Arará



Nº DE ORDEM	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	LOCALIZAÇÃO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE EXISTÊNCIA DA OCUPAÇÃO (anos)	TEMPO DE OCUPAÇÃO (anos)	ÁREA DO IMÓVEL NA TI (ha)	Nº FAMÍLIAS	Nº PESSOAS
1	LF01	Antônio José Freire da Silva		Sítio Nova Esperança	São Sebastião do Uatumã/AM	Posseiro	Sim	50	15	-	1	2
2	LF02	-	Rio Capucapu	-	São Sebastião do Uatumã/AM	Posseiro	-	-	-	-	-	-
3	LF06	"Paraná" (Alcunha)	Rio Capucapu	Estância Delanora	São Sebastião do Uatumã/AM	-	Sim	-	-	-	-	-
4	LF07	-	Rio Capucapu		Urucará/AM	-	-	-	-	-	-	-
5	LF08	"Paturi" (Alcunha)	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	-	-	-	-	-	-	-
6	LF09	-	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	-	-	-	-	-	-	-
7	LF10	Grupo Nassau (Mineradora)	Rio Jatapu	Nassau	Urucará/AM	Proprietário	Não	-	-	-	-	-
8	LF11	Josias	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	Proprietário	Sim ocasionalmente	-	-	-	-	-
9	LF12	Josué	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	Proprietário	Sim	-	-	-	-	-
10	LF13	Vavá	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	Proprietário	Sim	-	-	-	-	-
11	LF14	Francisca Chicota	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	Proprietário	Sim	-	-	-	-	-
12	LF15	Rosimar Tito	Rio Jatapu	-	Urucará/AM	Proprietário	Sim	-	-	-	-	-

Tabela 20 - Caracterização das ocupações não indígenas localizadas na área em estudo

3.1 Pesquisa cartorial

A pesquisa cartorial realizada no contexto do levantamento fundiário tem como objetivo identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área em estudo, além de qualificar sua natureza, origem e situação atual. Essa etapa permite verificar se há títulos formalizados e avaliar sua regularidade jurídica.

Para esta etapa, foram utilizados como referência os dados dos ocupantes não indígenas levantados em campo, bem como os registros de imóveis sobrepostos identificados nas bases públicas, especialmente no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as bases públicas citadas anteriormente.

Foi elaborada uma lista de 43 (quarenta e três) ocupantes não indígenas, resultado da soma dos ocupantes identificados em campo somados àqueles identificados nas bases oficiais. A partir desta lista, foram solicitadas informações aos cartórios de registro de imóveis de Urucará, de São Sebastião do Uatumã e de Nhamundá. Apenas o Cartório de Nhamundá respondeu, informando que não foi encontrado registros de imóveis em nome das pessoas consultadas. A tabela abaixo reúne os dados dos ocupantes e dos imóveis sobre os quais foram solicitadas certidões de inteiro teor aos cartórios.

Tabela 21 - Relação de imóveis e ocupantes não indígenas sobrepostos à proposta de delimitação da TI Ararã

Nº Ordem	Nº Do LF	Nome Do Ocupante	CPF/RG/CNPJ	Município	Nome Do Imóvel	Fonte
1	LF01	Antônio José Freire Da Silva	----	São Sebastião Do Uatumã/Am	-	LF
2	LF02	-	----	São Sebastião Do Uatumã/Am	-	LF
3	LF06	"Paraná" (Alcunha)	----	São Sebastião Do Uatumã/Am	Estância Delanora	LF
4	LF07	-	----	Urucará/Am	Boca Do Capucapu	LF
5	LF08	"Paturi" (Alcunha)	----	Urucará/Am	-	LF
6	LF09	-	----	Urucará/Am	-	LF
7	LF10	Grupo Nassau (Mineradora)	----	Urucará/Am	Nassau	LF
8	LF11	Josias	----	Urucará/Am	-	LF
9	LF12	Josué	----	Urucará/Am	-	LF
10	LF13	Vavá	----	Urucará/Am	-	LF
11	LF14	Francisca Chicota	----	Urucará/Am	-	LF
12	LF15	Rosimar Tito	----	Urucará/Am	-	LF
13	---	Maria Helena Damasceno Correa	101***.***-20	Urucará	Fazenda Santa Helena	SICAR

14	---	Amilton Augustinho Delanora	452***.***-04	São Sebastião Do Uatumã	Fazenda Parana	SICAR
15	---	Itaituba Indústria De Cimentos Do Para S/A	04***.***-0001-72	Urucará	Sítio São José	SICAR
16	---	Cimentos Do Brasil S/A	04***.***-0001-10	Urucará	Sítio São João	SICAR
17	---	Ursula Rodrigues Macedo	275***.***-87	Urucará	Sem Denominação	SICAR
18	---	Anderson Bentes Batalha	051***.***-44	Urucará	Fazenda Beijamim	SICAR
19	---	Cristiane Pereira Soares	764***.***-72	Urucará	Fazenda Israel	SICAR
20	---	Wellington De Araújo Melo	258***.***-68	Urucará	Ilha Pica Pau	SICAR
21	---	Asm - Mineração E Comercio De Metais Ltda.	07***.***-0001-00	Urucará	Mina Siderama	SICAR
22	---	Leonardo Graciani Costa	122***.***-51	São Sebastião Do Uatumã	Fazenda Sao Luis	SICAR
23	---	Robson Lima E Silva	335***.***-49	Urucará	Fazendao Rio Jatapu Ii	SICAR
24	---	L O Franco Da Silva Eireli	01***.***-0001-44	Nhamundá	Área De Reserva Maria De Fátima	SICAR
25	---	Robson Lima E Silva	335***.***-49	Urucará	Fazenda Rio Jatapu I	SICAR
26	---	Luciano Otavio Franco Da Silva	509***.***-53	Nhamundá	Área De Reserva Monte Carmelo	SICAR
27	---	Urupolpas Comercio De Produtos Alimenticios Ltda	44***.***-0001-90	Urucará	Buriti	SICAR
28	---	Mario Lucio Silva Mota	015***.***-32	Nhamundá	Fazenda Mota 01	SICAR

29	---	Amazonas Florestal Industria De Madeiras	38***.***-0001-76	Nhamundá	Fazenda 3 Poderes 02	SICAR
30	---	Gesmar Da Silva	382***.***-00	Urucará	Fazendao Barros	SICAR
31	---	Elmer De Souza Mota	056***.***-90	Urucará	Fazenda Isa Bella Esther	SICAR
32	---	Mario Silva Mota	707***.***-64	Urucará	Fazenda Fortaleza	SICAR
33	---	Adelia Maria Santarem De Souza	031***.***-60	Nhamundá	Fazenda Novo Israel	SICAR
34	---	Iara De Souza Mota	071***.***-75	Urucará	Fazenda Miguel Asaf	SICAR
35	---	Itamar Araujo Dos Santos	040***.***-80	Urucará	Fazenda Verdao Do Norte 1	SICAR
36	---	Rogério Hunhoff Junior	038***.***-96	Urucará	Fazenda Paredao Da Serra	SICAR
37	---	Vilmar Jose Rodrigues	656***.***-20	Urucará	Fazenda Novo Horinzonte	SICAR
38	---	Andre Evaristo Marcondes Cesar	299***.***-01	Urucará	Fazenda Templarios	SICAR
39	---	Antonio Cesar Maciel Carneiro	567***.***-00	Urucará	Fazenda Rio Preto	SICAR
40	---	Urupolpas Comercio De Produtos Alimenticios	44***.***-0001-90	Nhamundá	Reserva Sucupira	SICAR

41	---	Miguel Maciel Da Silva	712***.***-31	Urucará	Fazenda Sombra Da Mata	SICAR
42	---	Marcos Breno Macile Da Silva	034***.***-09	Urucará	Fazenda Baixao Verde 1	SICAR
43	---	G S Invest Administração E Participações Ltda	34***.***-0001-08	São Sebastião Do Uatumã	Monte Verde	SICAR

Fonte: LF/SICAR/MGI

3.2 Notificação / citação de ocupantes não indígenas

A notificação ou citação dos ocupantes não indígenas tem como objetivo garantir que essas pessoas sejam formalmente informadas de que suas ocupações estão dentro dos limites de uma terra indígena em estudo, em cumprimento à Lei nº 14.701/2023 e ao Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. Esse procedimento assegura o direito à informação, permite que os ocupantes se manifestem e contribui para a transparência e segurança jurídica no processo de demarcação.

No âmbito deste levantamento fundiário, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (*in loco*) durante as atividades de campo e por publicação de Edital de Notificação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal regional de grande circulação, Diário do Amazonas.

Ao todo, foram realizados 15 registros de não indígenas, onde foi possível realizar a citação *in loco* com 04 ocupantes e 11 registros de ocorrência.

As informações detalhadas constam na tabela a seguir, que indica, para cada titular da ocupação, a realização ou não da citação, sua data e a forma utilizada (*in loco* ou DOU).

Tabela 22 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação e registro de ocorrência

Nº Ordem	Nº LF	Nome do Ocupante	Registro de Ocorrência	Citação	Forma (<i>in loco</i> / /DOU)
1	LF01	Antônio José Freire Da Silva	Não	Sim	<i>In loco</i>
2	LF02	-	Sim	Não	<i>In loco</i>
3	LF06	"Paraná" (Alcunha)	Sim	Não	<i>In loco</i> / Edital
4	LF07	-	Sim	Não	<i>In loco</i>
5	LF08	"Paturi" (Alcunha)	Sim	Não	<i>In loco</i>
6	LF09	-	Sim	Não	<i>In loco</i>
7	LF10	Grupo Nassau (Mineradora)	Sim	Sim	<i>In loco</i>
8	LF11	Josias	Sim	Sim	<i>In loco</i>
9	LF12	Josué	Sim	Sim	<i>In loco</i>
10	LF13	Vavá	Sim	Sim	<i>In loco</i>
11	LF14	Francisca Chicota	Sim	Sim	<i>In loco</i>
12	LF15	Rosimar Tito	Sim	Sim	<i>In loco</i>
13	---	Maria Helena Damasceno Correa	Não se aplica	Sim	Edital
14	---	Amilton Augustinho Delanora	Não se aplica	Sim	Edital
15	---	Itaituba Indústria De Cimentos Do Para S/A	Não se aplica	Sim	Edital
16	---	Cimentos Do Brasil S/A	Não se aplica	Sim	Edital
17	---	Ursula Rodrigues Macedo	Não se aplica	Sim	Edital
18	---	Anderson Bentes Batalha	Não se aplica	Sim	Edital
19	---	Cristiane Pereira Soares	Não se aplica	Sim	Edital
20	---	Wellington De Araújo Melo	Não se aplica	Sim	Edital
21	---	Asm - Mineração E Comercio De Metais Ltda.	Não se aplica	Sim	Edital
22	---	Leonardo Graciani Costa	Não se aplica	Sim	Edital
23	---	Robson Lima E Silva	Não se aplica	Sim	Edital
24	---	L O Franco Da Silva Eireli	Não se aplica	Sim	Edital
25	---	Robson Lima E Silva	Não se aplica	Sim	Edital
26	---	Luciano Otavio Franco Da Silva	Não se aplica	Sim	Edital
27	---	Urupolpas Comercio De Produtos Alimenticios Ltda	Não se aplica	Sim	Edital

28	---	Mario Lucio Silva Mota	Não se aplica	Sim	Edital
29	---	Amazonas Florestal Industria De Madeiras	Não se aplica	Sim	Edital
30	---	Gesmar Da Silva	Não se aplica	Sim	Edital
31	---	Elmer De Souza Mota	Não se aplica	Sim	Edital
32	---	Mario Silva Mota	Não se aplica	Sim	Edital
33	---	Adelia Maria Santarem De Souza	Não se aplica	Sim	Edital
34	---	Iara De Souza Mota	Não se aplica	Sim	Edital
35	---	Itamar Araujo Dos Santos	Não se aplica	Sim	Edital
36	---	Rogério Hunhoff Junior	Não se aplica	Sim	Edital
37	---	Vilmar Jose Rodrigues	Não se aplica	Sim	Edital
38	---	Andre Evaristo Marcondes Cesar	Não se aplica	Sim	Edital
39	---	Antonio Cesar Maciel Carneiro	Não se aplica	Sim	Edital
40	---	Urupolpas Comercio De Produtos Alimenticios	Não se aplica	Sim	Edital
41	---	Miguel Maciel Da Silva	Não se aplica	Sim	Edital
42	---	Marcos Breno Macile Da Silva	Não se aplica	Sim	Edital
43	---	G S Invest Administração E Participações Ltda	Não se aplica	Sim	Edital

Quanto ao direito de manifestação previsto na legislação atual, até a conclusão deste relatório, passados 30 dias da publicação do Edital no DOU e no Diário de Amazonas, não houve manifestações formais a respeito da proposta de delimitação relacionadas às citações feitas em campo.

4 . Síntese fundiária da área em estudo

A área proposta para a terra indígena incide sobre quatro glebas públicas estaduais arrecadadas do Tipo B, totalizando 96,5 % da terra indígena, o que reforça o caráter de terras passíveis de destinação. Ressalta-se a ausência de sobreposições com imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais (SNCI/SIGEF). No entanto, no SICAR, foram identificados 31 imóveis ativos, alcançando aproximadamente 577.097 hectares, o que corresponde a 78,4% da área total da terra indígena e evidencia uma pressão fundiária sobre a área.

Durante a coleta de dados em campo, foram identificadas 12 ocupações não indígenas no interior da terra indígena. A situação fundiária predominante é de posse, havendo também

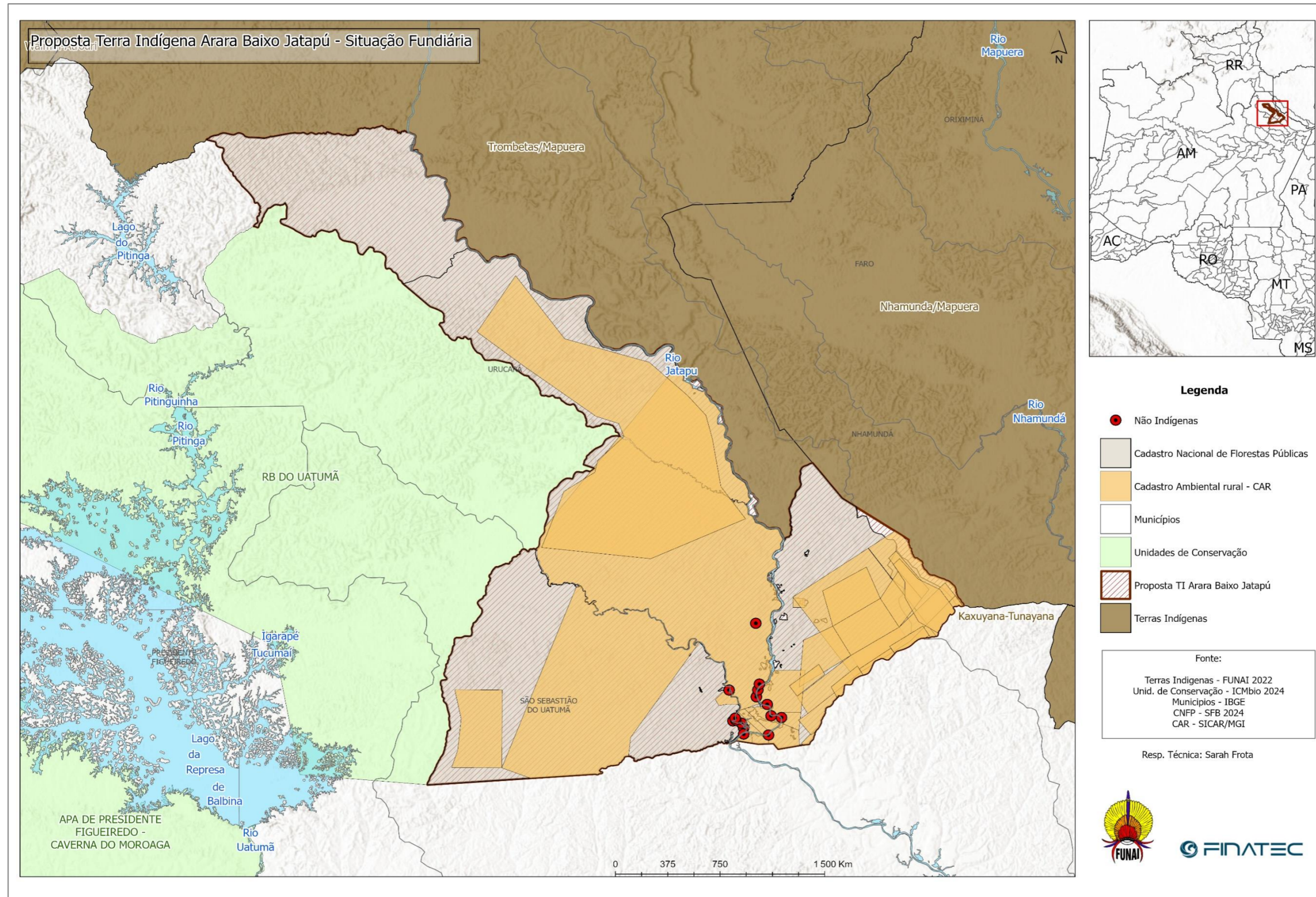
casos de alegada propriedade. As atividades desenvolvidas concentram-se na agricultura de subsistência.

Um dos ocupantes não indígenas identificados em campo, por meio dos laudos fundiários, coincide com um dos registros de CAR sobrepostos à área. A análise de interseção espacial dos dados coletados *in loco* (registro LF 06, com coordenadas geográficas específicas) com a base cadastral oficial do SICAR permitiu a correlação da ocupação física com o registro de Cadastro Ambiental Rural (CAR) de identificação AM-1303957-F3E4BF96CB3448028AE19F38F4FC4DFE. O imóvel cadastrado está associado ao ocupante identificado no levantamento de campo como L F06, de alcunha "Paraná", correspondente à "Estância Delanora", localizada no município de São Sebastião do Uatumã/AM.

A verificação também foi realizada com documentos oficiais de licenciamento ambiental que confirmam a consistência dos dados espaciais. A Licença de Operação LO-148/15-04, emitida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) em 19 de novembro de 2021, apresenta coordenadas georreferenciadas que coincidem com o registro LF0 6 e do CAR supracitado.

O mapa abaixo apresenta o panorama fundiário atual, destacando as sobreposições e a distribuição das ocupações não indígenas.

Mapa 14 - Panorama fundiário da região da proposta da Terra Indígena Ararã



5. Conclusão

Conclui-se com base nas informações coletadas durante o levantamento fundiário de campo e de gabinete que a proposta de delimitação da TI Ararà (Baixo Jatapu) sobrepõe-se às glebas estaduais registradas conforme dados da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios disponibilizados no Site-SECT.

Gleba	Matrícula	Livro	Folha	Data de Registro	Cartório	Comarca
Cachoeira	565	2E	72	10/02/1983	1º ofício	Urucará
Campo Alegre	564	2 E	71	10/02/1983	1º ofício	Urucará
Céu Aberto	566	2 E	73	10/02/1983	1º ofício	Urucará
Terra Firme	102	2 A	72	21/07/1982	1º ofício	Urucará

No intuito de consolidar o diagnóstico fundiário, foi requisitado à Secretaria de Estado das Cidades e Territórios informações detalhadas sobre eventuais incidências e titulações estaduais sobrepostas às áreas em processo de identificação e delimitação no Amazonas. A essa mesma Secretaria foram formalmente encaminhadas as propostas de delimitação de terras indígenas em trâmite no estado, incluindo a da Terra Indígena Ararà, mas não houve resposta por parte do órgão governamental do estado do Amazonas. Foram também informados acerca da sobreposição da Glebas Estaduais Céu Aberto, Campo Alegre e Cachoeira à TI.

Durante o levantamento fundiário, observou-se a incidência de 12 ocupações levantadas *in loco*, sendo 03 aparentemente abandonados e 31 registros cadastrados no SICAR. Importa também destacar a presença de mineradoras inativas localizadas na área, como a ASM - Mineração e Comércio de Metais LTDA (mina SIDERAMA) e a Companhia Brasileira de Equipamentos.

Por fim, cabe mencionar que a maior parte dos ocupantes não indígenas verificados *in loco* pode ser classificada como posseiros, pois não foram apresentados títulos que comprovem a origem das ocupações após levantamento fundiário de gabinete e campo.

A ocupação não-indígena observada pelo GT de Identificação e Delimitação nos limites da TI Ararà pode ser dividida em três categorias: atividades de mineração; fazendas de gado; habitações ribeirinhas. Além dessas ocupações, existem atividades ilegais de pesca

esportiva, pesca comercial e extração madeireira. Essas ocupações e atividades foram observadas preliminarmente e aprofundadas em etapa de campo posterior pelo GT Fundiário.

As minerações são duas, uma de minério de ferro, na proximidade das aldeias *Kahxe* e *Kumuyñarà*, e outra de calcário, próxima ao limite sul da terra indígena. O interesse pelo minério de ferro do Jatapu tem início ainda na década de 1960, com a prospecção da região pela empresa Siderama, que inicia suas operações em 1962, tendo estabelecido uma vila operária próxima ao igarapé Makawari. A partir de 1975, a Siderama é adquirida pela SUDAM e retoma a prospecção e a mineração de ferro a partir de Makawari, estabelecendo a atual jazida. A atuação da Siderama cessa em 1988, quando a exploração é retomada por outra empresa, a Companhia Brasileira de Equipamentos. A mesma CBE já explorava calcária na mina a sul da TI Ararà, onde estabeleceu uma grande vila com alojamentos para cerca de 200 funcionários, pista de pouso, porto, pátio de armazenagem, etc. Ambas as minerações estão paralisadas desde 2016. Ainda que as atividades minerárias estejam paralisadas, a atual detentora da autorização de lavra, a CBE, entrou em recuperação judicial e requisitou a renovação das lavras de calcário e de minério de ferro, concedidas em fevereiro e março de 2025.

Outra atividade que propiciou ocupação não-indígena na região foi a exploração de óleo de pau-rosa, patrocinada por Francisco Ianuzzi durante as décadas de 1980 e 1994. Ianuzzi utilizava a praia e a área da antiga aldeia *Kahxe* como porto para seus barcos e pátio de armazenagem do óleo. Nesse local, que havia sido posto do SPI e depois da Funai, um cidadão chamado Arnaldo havia construído um bar e chegou a iniciar a construção de uma pousada de alvenaria. Como consta no relatório do sertanista Francisco Bezerra de Lima (FUNAI 1988), Arnaldo afirmava haver comprado a terra de Sebastião Firmo, último funcionário da Funai a trabalhar no PIN Jatapu. Com a interrupção das atividades a extração de óleo de pau-rosa, muitos ex-trabalhadores acabaram se fixando nas beiras do Jatapu, formando pequenas comunidades familiares. Algumas dessas colocações formaram pequenos rachos, se dedicando tanto à criação de gado e outros produtos para a venda aos funcionários da mineração, como servindo de pasto de engorda do gado no período de cheia das várzeas das partes baixas do rio Uatumã e Amazonas.

Em relação a Arnaldo, este persistiu durante muito tempo em *Kahxe*, tendo sido expulso pelos indígenas entre 1988 e 1989. Porém, antes de se mudar, vendeu a área para o

vulgo “Paraná”. Com a reabertura total da aldeia Kahxe, os indígenas entraram em conflito com Paraná, que chegou a ameaçar algumas lideranças de morte. Por fim, teve seu gado confiscado pelos indígenas e se mudou para a outra margem do Jatapu, fazendo uma grande derrubada e queima. Com a denúncia dos indígenas, ele abandonou novamente essa área e adentrou o Capucapu, onde estabeleceu uma fazenda. Devido ao histórico de conflitos, a presença de Paraná no rio Capucapu se tornou um impeditivo para seu uso pelos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.

Outra ocupação é a presença de uma pousada de turismo de pesca esportiva, mantida na TI Arará entre 2008 e 2022 pela empresa Acute Angling, tendo sido expulsa da TI Arará no final de 2022 por uma articulação da Associação Aymara e o MPF-AM. Atualmente a estrutura da pousada pertence à Aymara, que desenvolveu um plano de visitação para seu Turismo de Base Comunitária.

A seguir um resumo desse panorama.

5.1 Exploração de minério de ferro no igarapé Oriente

Como dito acima, na década de 1960 a Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama) iniciou a prospecção de minério de ferro nas proximidades do PIA Jatapu, atividade que foi retomada em meados da década de 1970, quando a empresa foi adquirida pela SUDAM. A partir de 1988, essa exploração foi retomada pela CBE (Companhia Brasileira de Equipamentos), que realizou terraplanagem e abriu um ramal entre a mina e as margens do Jatapu, em frente à aldeia *Kahxe* (Santa Maria). Neste mesmo local era explorado, até 2016, o minério de ferro pela Nassau/Iatautinga, a mesma empresa que explorava calcário na mina próxima ao rio Capu-Capu. Ainda que esteja atualmente fora de operação, a concessão de lavra permanece ativa, tendo sido renovada em 2025 para a CBE. É importante ressaltar que, além de estar dentro dos limites da TI Arará, a mina de ferro e a estrada cortam área de uso de um povo indígena em isolamento voluntário em estudo pela FUNAI (Registro nº 121 FPEC/GCIIRC). Relatórios de expedição de localização da FPE-CPM indicam inclusive que trabalhadores da mineração por diversas vezes avistaram indígenas isolados nas margens do ramal utilizado para escoar o minério de ferro, bem como foram notados sinais de sua presença nos arredores da cava da mina.

5.2 Mineração de calcário Nassau/Itautinga

A mineração de calcário, assim como a de minério de ferro, está suspensa desde 2016. No entanto, enquanto operava, os moradores da aldeia Santa Maria relatam diversos conflitos com os funcionários da empresa Nassau/Itautinga que insistiam em invadir os limites da TI Ararà para pescar, coletar tracajás, caçar, além de utilizar as praias em frente à aldeia para lazer, o que por diversas vezes causou conflitos com os moradores de Santa Maria. Chama a atenção a movimentação de junho de 2020 e as concessões de lavra de fevereiro e março de 2025 para as empresas CBE e Calnorte nos processos que incidem nas imediações da mina de calcário, o que pode indicar uma retomada das atividades de mineração no local. O calcário do Jatapu, além de sua utilização para a fabricação de cimento pela Nassau em Manaus, atrai o interesse do Estado do Amazonas pelo seu potencial uso agrícola. Segundo dados de um grupo de trabalho da Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH) do governo estadual, a mina de Jatapu teria capacidade de tornar o estado autossuficiente em calcário agrícola, desde que fossem abertas estradas para o escoamento até o rio Uatumã³³.

5.3 Turismo de pesca esportiva ilegal

A empresa Acute Angling, sediada em Nova Jersey, Estados Unidos, promoveu regularmente atividade de pesca esportiva de maneira ilegal no rio Jatapu entre 2007 e 2022. A empresa manteve uma pousada com acomodações para turmas de até oito turistas na cachoeira do Picapau e outras acomodações tipo acampamento em outros pontos do território. Através de informações obtidas com os moradores de Santa Maria e Nova Bacaba, havia um intermediário no Brasil, chamado Wellington Melo, que organizava as viagens desde Manaus para a pousada no rio Jatapu. Os turistas eram em sua totalidade estrangeiros, afiliados ao Acute Angling nos Estados Unidos, que pagavam por volta de \$5800,00 por pessoa para

³³ Informações de 2012 e 2013. <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/calcario-extraido-em-jatapu-pode-ser-suficiente-para-atender-o-amazonas.html>
<https://ibram.org.br/noticia/amazonas-tem-reserva-de-17-milhao-de-toneladas-de-calcario-para-exploracao/>

acomodação de uma semana na pousada em 2022. Além de utilizar a pousada, os turistas também permaneciam em acampamentos nas ilhas rio acima, nas proximidades do igarapé Jamari. De acordo com informações de funcionários da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, estes acampamentos incidiam em áreas de uso de povo em isolamento voluntário em estudo pela FUNAI (Registro nº 121 FPEC/GCIIRC), o que motivou a abertura de um processo junto ao Ministério Público Federal em Manaus para acompanhamento da situação (Processo nº 08620.005739/2018-50). De acordo com os indígenas, eles recebiam diárias para serem pilotos e guias na pousada. Além disso, relatam que desde 2016 não recebiam pagamentos pelo transporte de material para abastecer as pousadas (alimentação, bebidas, combustível) e dos turistas, uma vez que foram endividados por Wellington, que cedeu uma embarcação de motor de centro para cada aldeia e realizava “descontos” do suposto valor devido pelos indígenas do trabalho que realizam. No final de 2022 houve um acordo entre Wellington Melo, a Acute Angling e a Associação Aymara, mediada pelo Ministério Público Federal de Manaus, com a assinatura de um TAC que previu a interrupção das atividades da Acute Angling na TI Ararà, a doação de todo material e da pousada existente dentro da Terra Indígena e o pagamento de uma indenização coletiva aos povos indígenas do Jatapu.



VII – Sétima Parte

Conclusão e delimitação

Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada

1. Conclusão

A área reivindicada como Terra Indígena Ararà é, como fartamente demonstrado neste Relatório, território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana desde tempos imemoriais. A TI Ararà também é parte do território de habitação tradicional do conjunto de povos do complexo Taruma-Parukoto, território este que se estende desde o rio Trombetas, Turuni, Mapuera, Nhamundá e Jatapu e que se junta aos territórios de outros complexos culturais karib, como o Werikyana (dos povos Yaskuryana, Werikyana, Katxuyana, Kahyana e Txikiyana), nos rios Cachorro e Trombetas (Frikel 1958; Caixeta 2002). Os territórios dos demais povos destes complexos já foram reconhecidos com a demarcação das Terras Indígenas Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera, Waiwai e Kaxuyana-Tunayana. Os dados históricos e antropológicos apresentados confirmam a presença ininterrupta destes povos, desde ao menos o século XVII, nesta região do médio Jatapu e a continuidade do forte vínculo com o território, mesmo durante o período em que foram coagidos a deixar suas aldeias no rio Jatapu e a permanecerem no rio Nhamundá por missionários e agentes da FUNAI, invasões de suas terras, pressões de grandes projetos econômicos de mineração. Diante da fragmentação territorial causada por esses fatores, optaram por não deixar o Jatapu e estabeleceram um ciclo de uso sazonal de seu território, ciclo este adaptado de um modo de vida tradicional baseado no uso, manejo e ocupação do

território tradicional baseado na alternância de períodos secos e chuvosos, cheia e seca dos rios.

Como a história de ocupação indígena do rio Jatapu mostra, estes povos sofreram, desde meados do século XVII, o impacto dos descimentos e da exploração de produtos das matas do rio Jatapu e Uatumã, o que fez com que os diversos grupos indígenas buscassem abrigos em áreas de difícil acesso, acima das áreas encachoeiradas, em zonas de interflúvio, em cabeceiras de igarapés. Seriam nestes locais de refúgio que os contatos do século XX teriam lugar, atingindo brutalmente uma população numericamente já reduzida depois de séculos de violência colonial, e que foi então fixada em pequenas porções de seus territórios. A forma atual da TI Ararà resulta, portanto, deste encontro, uma vez que a partir dele a dinâmica de ocupação foi alterada pelas pressões dos agentes de Estado, que por um lado concentrou os povos do Jatapu no entorno dos postos indígenas, criando assim novos lugares de referência para as pessoas que nasceram e cresceram nestes locais, bem como para os parentes daqueles que faleceram e foram enterrados em Santa Maria.

No processo de contato e redução dos povos dos rios Nhamundá, Jatapu e Mapuera, as dinâmicas históricas que se desenrolaram a partir dos tipos de agentes (SPI, missionários e militares) e de contingências históricas e políticas fizeram com que, nos processos de demarcação das TIs Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Katxuyana-Tunayana esta porção do território tradicional não fosse reconhecida pelo Estado. Pesa nesse não-reconhecimento o fato destes povos terem sido pressionados a sair de suas aldeias, seja pela invasão do rio Jatapu e pelas doenças espalhadas pelos não-indígenas, seja pela ação deliberada da FUNAI fechar o Posto Jatapu e “transferir” esses povos para o rio Nhamundá e coagi-los a não retornarem. Neste processo, os povos do rio Jatapu acabaram sendo vistos pelos agentes de Estado também como “Hixkaryana”, e tratados nos processos de reconhecimento territorial como parte deles e habitantes do rio Nhamundá, apesar de todas as indicações e reivindicações formais que fizeram de que o médio Jatapu que era, de fato, seu território tradicional. A demarcação da TI Ararà consolidará este grande território Karib no norte amazônico, formado pela multiplicidade de grupos e de lugares de habitação que formam redes de relações, de caminhos, de lugares compartilhados que unem esses povos por grandes extensões territoriais, cujos limites internos são definidos pelas dinâmicas dessas relações.

A decisão tomada por parte dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana de reabrirem suas aldeias de referência no Jatapu a partir de 2003 mostra que o vínculo com o território foi mantido durante todo esse tempo, configurando uma habitação permanente. Ademais, vimos que até 1982 os três sobreviventes Kararayana viveram em Santa Maria, num momento em a área do antigo subposto estava invadida por não-indígenas que exploravam a caça de felinos para o comércio de pele. Como demonstrado, desde pelo menos a década de 1970, quando a FUNAI abandonou o Posto Indígena Jatapu, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana que viviam no rio Nhamundá estabeleceram um modo de vida sazonal, em que passavam o período de verão em locais de antigas roças, pomares e moradias no rio Jatapu para a coleta de frutos e para a pesca, fato atestado no RCID da TI Nhamundá-Mapuera em 1981 e pelo relatório de Bezerra em 1988. Esses dados comprovam que os povos do Jatapu jamais deixaram de habitar e usar seu território tradicional, ainda que ao longo dos anos, pelo abandono da FUNAI, ele tenha sido invadido por empresas de pau-rosa, castanheiros, balateiros e, principalmente, por empresas de mineração - uma delas ligada ao Estado brasileiro, a Siderama.

Os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, atualmente distribuídos em duas aldeias, *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumunyàrà* (Nova Bacaba) no rio Jatapu, desenvolvem suas atividades produtivas em estreita relação com o território e a partir de um profundo conhecimento desse ambiente e de seus recursos. As atividades de caça, pesca, coleta e a confecção de objetos, artefatos e utensílios, que utilizam cascas, fibras, partes de animais, resinas etc., são uma expressão desse conhecimento do território, de conhecimentos tradicionais e de formas de manejo do ambiente, o que proporciona um modo de vida específico associado a ele. A alimentação desses povos é basicamente obtida por meio da caça, pesca e coleta de frutos na mata, o que caracteriza alto grau de soberania alimentar. Como fontes de renda, a fabricação de farinha de mandioca e a coleta de castanha-do-brasil se destacam como principais produtos, que são vendidos no município de Urucará ou embarcados para a venda em Nhamundá. Os povos do Jatapu se organizam de forma que possam garantir abundância alimentar, o que é efetivado por meio da dispersão espacial de aldeias pequenas e da realização de atividades que se desenvolvem em um ciclo longo de reocupações de antigas capoeiras.

As atividades de caça e pesca merecem destaque pois são uma das principais fontes de proteína e envolvem a existência de extensas áreas bem preservadas para manter as populações animais. Tais práticas caracterizam uma estratégia de manejo de animais a fim de não exaurir as espécies nas proximidades das aldeias. As atividades de coleta são realizadas mais próximas das aldeias, ao passo que as de caça e pesca se estendem aos limites da terra indígena. São muitos os tipos de peixe capturados e vários tipos de ambientes aquáticos conhecidos e escrutinados. A coleta de castanha, importante fonte de renda, é realizada em mutirões em castanhais distantes durante o final do inverno. Outras coletas (madeira, resinas, palha) também seguem a lógica de não explorar em excesso as áreas próximas às aldeias.

Há um complexo sistema de conhecimento cosmológico e manejo ambiental dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, demonstrando o vínculo histórico e ininterrupto com a Terra Indígena Ararà. A interação com o ambiente é regida por uma cosmologia que atribui aos variados seres do cosmos atributos de socialidade humana. A paisagem é mapeada pela associação de características ambientais com a existência de seres invisíveis ou "donos" que escolhem viver em certos locais (como topos de morros com pedras expostas, grandes rebojos nos rios, ou alagados). O conhecimento desses seres ou "donos" e de seus locais preferenciais de moradia orienta não apenas a abertura de aldeias, mas os caminhos de caça e pontos de pesca, pois a proximidade com eles pode ser perigosa, mas também oferece capacidades xamânicas ou revelações, entendimentos específicos.

As atividades de caça e pesca se estendem aos limites da terra indígena como uma estratégia de manejo para não exaurir as espécies nas proximidades das aldeias. Alguns igarapés localizados no limite norte são áreas de reserva de peixes e animais mantidas pelas comunidades, utilizadas apenas em momentos especiais ou festas, como o Rio Capucapu. A obtenção de pescado, quelônios e ovos é realizada no rio Jatapu, em lagos e igarapés de todo o território, principalmente nos afluentes maiores, como o igarapé da Sorte, Jamari, Oriente, Tawana, Yàwàrà, dos Índios etc. No igarapé da Sorte, por exemplo, a sua utilização se dá somente em casos específicos e serve como área de reserva e de reprodução dos peixes. Outro local bastante específico são os lagos existentes na porção sul, próximos à mineração de calcário, que são imemorialmente utilizados para a pesca de pirarucu e a caça de jacarés. Roças e sítios podem também ser implantados em locais mais distantes das aldeias, próximos

a rios ou igarapés, em locais estratégicos de uso pretérito (antigas aldeias) ou visitados em expedições de caça e pesca, configurando possíveis locais de moradia futura. Na aldeia Nova Bacaba os roçados e sítios acompanham o Jatapu em ambas as margens, sendo que há roçados ainda mais distantes das moradias. Alguns alcançam as proximidades do limite norte. Na Santa Maria esses roçados ou sítios distantes são, majoritariamente, implantados no Igarapé Oriente e no Igarapé Jumela.

A demografia atual, totalizando 169 pessoas em 2025, com um crescimento positivo, contrasta com os ciclos de redução populacional vivenciados historicamente, que quase exterminaram os povos do Jatapu. A população atual é descendente de apenas cinco famílias de sobreviventes. O crescimento populacional atual tende a ser acelerado também pela possibilidade de retorno de famílias que ainda residem fora da TI, como as famílias Okoymoyana e Xowyana que são originárias do Jatapu e vivem em aldeias no rio Nhamundá.

O vínculo com o território baseia-se em um sistema complexo de parentesco, cosmologia e memória. Os lugares são indicadores da trajetória de relações e eventos mítico-históricos. A lógica de ocupação tradicional envolve a dispersão e reunião dos grupos de irmãos. Os indivíduos buscam retornar à "terra do pai", idealmente morrendo onde nasceram, onde seu cordão umbilical foi enterrado no esteio da casa. Esse ciclo de reocupação no longo prazo explica a persistência do vínculo com as antigas capoeiras, por exemplo. Os etnônimos, por sua vez, são relacionais e geralmente ligados aos territórios ocupados. As aldeias antigas são locais cruciais que perpetuam a memória, alianças e o ciclo de luto e reocupação dos grupos. *Matxeká*, a grande aldeia nas cabeceiras do igarapé *Otxiponó*, onde o pajé *Atxá* reuniu muitas famílias antes do contato com o SPI, visando acabar com conflitos, foi abandonada após o surto de doenças. *Watkàwà*, a aldeia nas cabeceiras do Igarapé Perdido, também muito grande e local onde o pajé *Atxá* faleceu e foi enterrado junto com suas pedras cerimoniais, desencadeou a dispersão dos sobreviventes. O cemitério de Santa Maria, por sua vez, está localizado no antigo sub-posto em *Kahxe*, e contém 12 sepultamentos indígenas da época do contato. O local é importante para a sobrevivente Kararayana, que cresceu e vive ali, e onde estão enterrados seus parentes que morreram após a captura. O etnônimo Okoymoyana foi afirmado pelo vínculo de parentesco com seres míticos/sucuris que tem o mesmo nome e são os donos do lugar na cachoeira *Katuema*, local mítico marcado por uma grande pedra e de passagem para o mundo invisível do fundo do rio.

O levantamento fundiário da ocupação não indígena realizado por um grupo técnico específico verificou que a área proposta para a terra indígena incide sobre seis glebas públicas estaduais arrecadadas do Tipo B, ainda não destinadas, totalizando 96,5 % da terra indígena. Ressalta-se a ausência de sobreposições com imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais (SNCI/SIGEF). No SICAR, foram identificados 31 imóveis ativos, alcançando aproximadamente 577.097 hectares, o que corresponde a 78,4% da área total da terra indígena e evidencia uma pressão fundiária sobre a área. No entanto, o SICAR é um sistema baseado no auto cadastramento, em que os próprios declarantes inserem os dados dos imóveis, sem validação prévia da veracidade dos limites georreferenciados ou da situação fundiária. Por isso, o CAR não constitui, por si só, prova de posse ou propriedade, nem substitui documentos legais de domínio. Durante a coleta de dados em campo, foram identificadas 15 ocupações não indígenas no interior da terra indígena. A maior parte dos ocupantes pode ser classificada como posseiros, pois não foram apresentados títulos que comprovem a origem das ocupações após levantamento fundiário de gabinete e campo.

Os dados apresentados demonstram que a Terra Indígena Ararà é uma terra de ocupação tradicional dos povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana, ocupada em caráter permanente, utilizada para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo grupo técnico e a anuência da população indígena.

1.1. Os povos em isolamento voluntário e a proteção da terra

Como dito acima, a presença de povos em isolamento voluntário atualmente no rio médio/baixo Jatapu se relaciona com o histórico de contato violento com as frentes de colonização e da atuação do SPI a partir da década de 1940. No contexto regional da “calha norte” em que empreitas missionárias e militares causaram a concentração dos povos indígenas da região em poucos núcleos de povoamento com o interesse de, por um lado, liberar as terras ocupadas por eles para projetos econômicos e de colonização e, de forma complementar a isso, usá-los como massa trabalhadora “aculturada” nessas regiões,

produziu-se o abrupto esvaziamento populacional dos territórios. Dessa forma, ao passo que os grupos que foram contatados de maneira forçada sofreram esbulho territorial, outros tantos grupos optaram por fugir das frentes de contato. Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, levados para longe, concentrados e impedidos de circular, perderam contato com parcelas de seus próprios povos e também com outros com os quais mantinham relações diversas anteriormente.

No decorrer da relação com o Estado e missionários, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana foram removidos de seu território tradicional no Jatapu, forçados a viver entre os Hixkaryana no rio Nhamundá e a assumir seu nome e sua língua, seguindo a lógica estatal de criar entidades estanques: um só povo, uma só língua, um só território. Décadas se passaram até que pudessem, enfim, assumir novamente seus etnônimos e assumir seus lugares de pertença na TI Ararà, produzindo novamente a diversidade relacional que caracteriza etnograficamente os povos karib dessa região. Diversidade essa que os isolados, aqueles que escaparam do aparato estatal de apagamento das diferenças, espelham ainda hoje.

Como acontece em toda esta região do norte amazônico entre povos karib, no Jatapu o retorno de forma permanente dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana ao território e reabertura de aldeias em locais de antiga moradia propiciaram também o reencontro com aqueles grupos com os quais conviviam, direta e indiretamente, antes do contato com o SPI e que optaram por recusar o contato. Atualmente os povos do Jatapu encontram diversos vestígios da presença destes grupos – que identificam como parte dos próprios Xowyana, além de se referirem aos Karawahyana, Parukwoto, Kamarayana e Kararayana isolados. Estes povos em isolamento voluntário se afastaram das áreas onde os povos do Jatapu abriram suas aldeias, fizeram roças e que utilizam para caça, pesca e coleta. Por sua vez, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana optaram por não fazer contato direto e não utilizar ou circular nas áreas onde identificam vestígios – principalmente no médio e alto igarapé Oriente, no alto igarapé dos Índios, nas águas da margem direita do médio igarapé Jamari e Picapau, nas margens do médio rio Capu-Capu, nos rios Novo, Cidade Velha e Cidade Encantada e no igarapé Tolué.

A demarcação da TI Ararà, portanto, além de necessária para a garantia da segurança dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana e para reparar os impactos causados pelos contatos do SPI e missionários, e pela atuação da FUNAI, que perpetraram esbulho territorial

com a remoção destes povos de seu território e a abertura de seus territórios para empreendimentos de mineração, servirá também para a garantia do direito ao não-contato dos povos em isolamento voluntário que compartilham o território.

2. Delimitação da Terra Indígena Ararà

A Terra Indígena Ararà está localizada entre as coordenadas 0°34'1,71" e 1°50'34,3" de latitude sul e 58°9'12,2" e 59°34'8,6" de longitude oeste de Greenwich, no nordeste do estado do Amazonas, próximo à divisa com o estado do Pará, na mesorregião do Centro Amazonense e na microrregião de Parintins. Parte integrante do Complexo Cultural Tarumã/Parukoto, a Terra Indígena Ararà é território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e possui 727.054,00 hectares e está localizada predominantemente nos municípios de Urucará e São Sebastião do Uatumã, além de abranger uma pequena porção de Nhamundá, todos no estado do Amazonas. Insere-se na bacia do Rio Jatapu, cujo curso principal é contribuinte do Rio Uatumã, que, por sua vez, é afluente da margem esquerda do Rio Amazonas (IBGE, 2019). O Rio Jatapu, em seu médio curso, apresenta uma série de lagos e ilhas e possui trecho especialmente encachoeirado nas imediações de duas aldeias atualmente existentes. As aldeias e roçados atuais se situam em ambas as margens do rio Jatapu.

O perímetro se inicia na margem do rio Jatapu, ao sul, no ponto 1, na foz do igarapé Cucuia (*Xaru*), local de grande importância para a pesca devido às várzeas formadas neste trecho de águas mansas, abaixo das corredeiras, e pela existência de extensas praias de areia onde são coletados ovos de tracajás e tartarugas durante o verão. Seguindo o curso do referido igarapé até suas cabeceiras, chega ao ponto 2. Daí, segue até o limite da Rebio Uatumã em linha seca até o ponto 3, na cabeceira do rio Abacate, atravessando o divisor de águas da bacia do rio Capupau, onde há grande concentração de açaçais, áreas de lagos de pesca de pirarucus e zonas de caça em áreas de serras, além de importantes referências históricas dos povos do Jatapu pela existência de uma rede de caminhos entre bacias e aldeias antigas. Do ponto 3 ao ponto 7, o limite segue as margens da Rebio Uatumã em sentido norte e dá início ao limite oeste da TI Ararà. O ponto 8 está na margem esquerda do rio Capucapu, em área de caça dos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana. Do ponto 8 ao ponto 11, o limite oeste

segue acompanhando as margens da Rebio Uatumã. Os pontos 11 e 12 estão nas margens do igarapé Jamari que é importante fonte de matéria prima, como canas de flecha, bambu e caniços, ubim e enviras, além de reservas de pescado, e cujo trecho mais baixo é utilizado para pesca. Do ponto 12 segue pelo curso Jamari a montante até o ponto 13, localizado na cabeceira de afluente da margem esquerda do Jamari e daí ao ponto 14, nas cabeceiras do rio Capucapu. Do ponto 15 ao 16 segue por linha seca no limite da Rebio Uatumã. Do ponto 17 ao ponto 19, segue acompanhando as margens da Rebio Uatumã, nos divisores de águas dos igarés *Turukenà* e Urupi, referências históricas dos povos do Jatapu e onde mantiveram antigas aldeias antes do contato. A partir do ponto 19, a TI Ararà deixa de confrontar a Rebio Uatumã e o perímetro segue por curso de água afluente do igarapé Pitinga até o ponto 20. Entre os pontos 20 e 21 há uma pequena linha seca, a partir da qual o limite passa a seguir o curso de outro afluente do Pitinga até o ponto 22.

O ponto 22 está no divisor de águas dos igarapés Pitinga e Da Sorte e dá início ao limite norte da TI Ararà, que confronta a partir deste ponto com os limites da TI Trombetas-Mapuera. Do ponto 22 ao ponto 26, o perímetro segue o limite natural do curso do igarapé Da Sorte, que, principalmente até a bacia do igarapé Urupi, é a principal zona de reserva pesqueira e de caça - compartilhada com povos waiwai da TI Trombetas-Mapuera e grupos Waimiri-Atroari. O ponto 27, na margem esquerda do rio Jatapu, inicia o limite leste da TI Ararà, que até o ponto 28 acompanha as margens do rio Jatapu e parte dos limites da TI Trombetas-Mapuera. Neste trecho, o perímetro passa por locais históricos de aldeias antigas, pelo antigo PIA Jatapu, áreas de caça e pesca importantes, além da foz dos igarapés Capivara, Toloé, Toloeção, cujas bacias fazem parte da principal zona de caça da TI Ararà, junto com as bacias dos igarapés Katuema, Hemtu, Taboca e Kyoro na margem oposta do Jatapu. Neste trecho, próximo aos igarapés Taboca e *Wayawaya*, há importantes locais de coleta de palha de ubim e madeira para as residências. Do ponto 28 ao ponto 29, o perímetro continua margeando a TI Trombetas-Mapuera em sentido nordeste acompanhando a margem do igarapé Dos Índios, principal região de coleta de castanha e de roçados dos Xowyana. O ponto 29 marca o encontro das três Terras Indígenas: Ararà, Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera. Daí ao ponto 30 e deste ao 31, o perímetro segue por linhas secas margeando a TI Nhamundá-Mapuera e cortando divisores de águas do Jatapu e Nhamundá, nos formadores das bacias dos igarapés Dos Índios (Tooto Yowku) e Oriente, este um

importante local de caça, pesca e roçados dos moradores da aldeia *Kahxe*. Do ponto 31 ao 33, o perímetro segue o curso de um formador do igarapé Riozinho, que desagua no rio Nhamundá. Os pontos 33 e 34 seguem o curso do alto Riozinho, dando início aos contornos ao limite sul da Terra Indígena, até encontrar o ponto 35, localizado no divisor de águas de outro formador do Riozinho com o igarapé Jauari (*Harana Yowku*). Daí segue até o ponto 37 acompanhando o Jauari até o igarapé Escondido (*Awatàkà*), de onde segue em linhas secas até o ponto 42 cortando as águas do igarapé *Mohe Yowku*. Do ponto 42 ao 43, segue o igarapé *Orontxe Ywoku*, na foz da margem esquerda do Jatapu. Do ponto 43 ao ponto 1, da foz do Orontxe e o Cucuia (*Xaru*), se conclui o limite sul da TI Ararà em área fundamental para os Okoymoyana e Kararayana como zonas de pesca, coleta de ovos de quelônios, coleta de ubim e madeira e coleta de açaí.

O limite cartográfico da TI Ararà foi estabelecido exclusivamente com base em dados secundários. A base principal da delimitação foi a rede hidrográfica (BC 250) elaborada pelo IBGE em 2019, como registrado no memorial descritivo. Além disso, foram considerados os limites das áreas protegidas confrontantes, que por terem sido delimitadas em épocas diferentes, sobre bases cartográficas distintas da utilizada ou em outro sistema de coordenadas, nem sempre correspondem adequadamente.

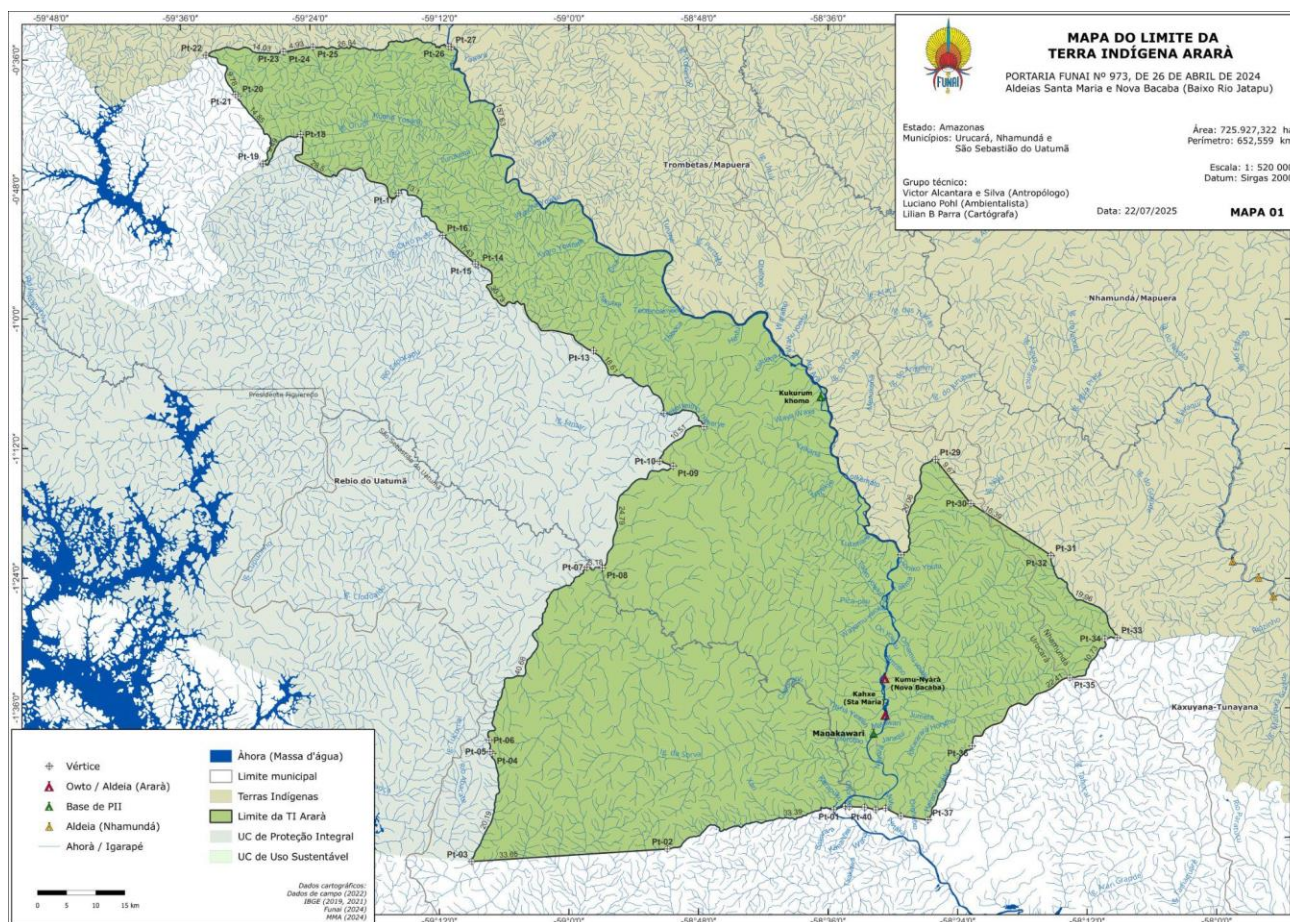
A Rebio Uatumã tem parte de seu limite leste confrontando com a área em questão. Apesar de constar nos memoriais descritivos correspondentes (de criação e acréscimo) que a delimitação da UC tenha sido feita com base nas cartas IBGE1982/1983 na escala 1:250000, o polígono disponível no geoserver do MMA corresponde à rede hidrográfica do IBGE (2019). Desta forma, a totalidade do limite leste da terra indígena confronta com o limite oeste da UC, sem haver afastamento ou sobreposições.

O mesmo não ocorre quando as confrontantes são terras indígenas: nem a norte e nordeste quando é lindeira da TI Trombetas-Mapuera, nem a leste quando confronta com a TI Nhamundá-Mapuera. Nos trechos em questão, há partes dos limites das duas TIs mencionadas, formados por rios e igarapés em comum à Terra Indígena Ararà. Há, contudo, sobreposições e intervalos, pois os limites foram tem como referência outras bases cartográficas. Consta no memorial descritivo da TI Trombetas Mapuera que ela foi delimitada com base em cartas topográficas de 1983 em SAD 69. No memorial da TI

Nhamundá-Mapuera, não há menção sobre o elipsóide de referência e nem sobre a base cartográfica utilizada.

Considerando o mencionado, entende-se que o limite da TI Ararà estabelece um contínuo e ininterrupto mosaico com as protegidas lindeiras, como demonstra o memorial descritivo.

Mapa 15 - Delimitação da TI Ararà



2.1. Memorial Descritivo de Delimitação

Terra Indígena: **ARARÀ**

Grupo Indígena: **Okoy moyana, Xowyana, Kararayana e Isolados**

Aldeias Integrantes: **Santa Maria e Nova Bacaba**

Municípios: **Urucará, Nhamundá e São Sebastião do Uatumã**

Unidade Federativa: **Amazonas**

Coordenação Regional: **Manaus**

Superfície: **727.054,00 ha (Setecentos e vinte e sete mil e cinquenta e quatro hectares aproximadamente)**

Perímetro: **686.616,00 metros (Seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e dezesseis metros aproximadamente)**

Descrição do Perímetro:

Inicia-se a descrição deste perímetro do Ponto PT-01, de coordenadas geográficas aproximadas e (Latitude) 0°35'42,1"S e (Longitude) 59°33'42,4"WGr, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação, formadores do rio Pitinga e na confrontação com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009); deste, segue pelo igarapé principal, a montante, confrontando com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009), até o Marco SAT-ADC-M-0740, de coordenadas geográficas 0°35'14,638"S e 59°26'22,994"WGr; localizado no referido igarapé sem denominação; deste, segue por vários segmentos de reta, confrontando com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009), passando pelos Marcos: ADCM-0739, de coordenadas geográficas 0°35'13,964"S e 59°26'19,959"WGr; ADC-M-0737, de coordenadas geográficas 0°35'08,399"S e 59°25'50,340"WGr; ADC-M-0736, de coordenadas geográficas 0°35'02,407"S e 59°25'19,118"WGr; ADC-M-0758, de coordenadas geográficas 0°34'53,648"S e 59°24'33,499"WGr; ADC-M-0735, de coordenadas geográficas 0°34'50,900"S e 59°24'15,801"WGr, até o Marco SAT ADC-M-0734, de coordenadas geográficas 0°34'45,939"S e 59°23'43,856"WGr, localizado no igarapé da Sorte; deste, segue pelo igarapé da Sorte, a jusante, confrontando com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009), até o Ponto ADC-V-8426, de coordenadas geográficas aproximadas 0°34'43,598"S e 59°11'13,184"WGr, localizado na confluência do igarapé da Sorte com o rio Jatapu; deste, segue pelo rio Jatapu, a jusante, confrontando com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009), até o Ponto ADC-V-7787, de coordenadas geográficas aproximadas 1°21'48,786"S e 58°29'15,489"WGr, localizado na confluência do igarapé dos Índios com o rio Jatapu; deste, segue pelo igarapé dos Índios, a montante, confrontando com a Terra Indígena Trombetas/Mapuera (Decreto s/n de 22/12/2009), até o Ponto ADC-V-7686, de coordenadas geográficas aproximadas 1°12'59,211"S e 58°26'06,281"WGr, localizado no igarapé dos Índios; deste, segue por vários segmentos de reta, confrontando com a Terra Indígena Nhamundá/Mapuera (Decreto 98.063 de 17/08/89), passando pelos Marcos: Marco 95, de coordenadas geográficas

1°14'28,845"S e 58°24'54,432"WGr; Marco 94, de coordenadas geográficas 1°15'19,850"S, 58°24'14,470"WGr; Marco 93, de coordenadas geográficas 1°16'13,529"S e 58°23'29,958"WGr; Marco 92, de coordenadas geográficas 1°17'04,731"S e 58°22'47,835"WGr; Marco 91, de coordenadas geográficas 1°17'48,053"S e 58°21'42,071"WGr; Marco 90 de coordenadas geográficas 1°18'23,016"S e 58°20'46,041"WGr; Marco 89, de coordenadas geográficas 1°18'57,243"S e 58°19'53,670"WGr; Marco 88, de coordenadas geográficas 1°19'31,018"S e 58°19'0,057"WGr; Marco 87, de coordenadas geográficas 1°20'07,594"S e 58°18'04,260"WGr; Marco 86, de coordenadas geográficas 1°20'42,237"S e 58°17'11,726"WGr; Marco 85, de coordenadas geográficas aproximadas 1°21'17,527"S e 58°16'15,041"WGr, até o Marco 84, de coordenadas geográficas 1°21'52,883"S e 58°15'20,793"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do igarapé Riozinho; deste, segue pelo referido igarapé, a jusante, confrontando com a Terra Indígena Nhamundá/Mapuera (Decreto 98.063 de 17/08/89), até o Marco 83, de coordenadas geográficas aproximadas 1°29'33,951"S e 58°09'11,495"WGr, localizado na confluência do referido igarapé sem denominação com o igarapé Riozinho; deste, segue por um igarapé sem denominação, formador do igarapé Riozinho, a montante, até o Ponto PT-02, de coordenadas geográficas aproximadas 1°33'13,9"S e 58°13'27,8"WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé; deste, segue por linha ideal, acompanhando aproximadamente o divisor de águas, passando pelos Pontos: PT-03, de coordenadas geográficas aproximadas 1°35'36,6"S e 58°18'10,8"WGr; PT-04, de coordenadas geográficas aproximadas 1°38'39,8"S e 58°22'28,8"WGr, até o Ponto PT-05, de coordenadas geográficas aproximadas 1°39'39,4"S e 58°23'15,0"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Jauari; deste, segue pelo igarapé Jauari, a jusante, até o Ponto PT-06, de coordenadas geográficas aproximadas 1°46'29,5"S e 58°26'42,8"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Jauari; deste, segue por linha ideal, passando pelos Pontos: PT-07, de coordenadas geográficas aproximadas 1°46'05,6"S e 58°29'13,3" WGr, localizado na confluência de um Igarapé sem denominação com o igarapé Escondido; PT-08, de coordenadas geográficas aproximadas 1°45'18,4"S e 58°30'41,7"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Mohe; PT-09, de coordenadas geográficas aproximadas 1°45'27,2"S e 58°31'31,7"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; PT-10, de coordenadas geográficas aproximadas 1°45'06,9"S e 58°34'36,0"WGr, localizado na margem esquerda do rio Jatapu, até o Ponto PT-11, de coordenadas geográficas aproximadas 1°45'02,4"S 58°34'45,5"WGr, localizado na margem direita do rio Jatapu; deste, segue pela margem direita do rio Jatapu, a jusante, até o Ponto PT-12, de coordenadas geográficas aproximadas 1°45'24,1"S e 58°35'22,5"WGr, localizado na confluência do igarapé Cucuia com o rio Jatapu; deste, segue pelo igarapé Cucuia, a montante, até o PT-13, de coordenadas geográficas aproximadas 1°48'59,7"S e 58°50'22,2"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Cucuia; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-14, de coordenadas geográficas aproximadas 1°50'14,3"S e 59°08'50,7"WGr, localizado do igarapé Abacate e no limite da Reserva Biológica Uatumã (Decreto 99.277 de

06/06/1990); deste, segue pelo igarapé Abacate, a montante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto 99.277 de 06/06/1990), até o Ponto PT-15, de coordenadas geográficas aproximadas 1°40'23,4"S e 59°06'59,9"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Abacate; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto 99.277 de 06/06/1990), até o Ponto PT-16, de coordenadas geográficas aproximadas 1°40'00,6"S 59°07'19,5"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido igarapé, a jusante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto 99.277 de 06/06/1990), até o Ponto PT-17, de coordenadas geográficas aproximadas 1°39'04,9"S e 59°07'24,3"WGr, localizado na confluência do igarapé sem denominação com o igarapé da Lontra; deste, segue pelo igarapé da Lontra, a jusante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto 99.277 de 06/06/1990), até o Ponto PT-18, de coordenadas geográficas aproximadas 1°23'01,1"S e 58°58'13,5"WGr, localizado na confluência do igarapé da Lontra com o rio Capucapu; deste, segue pelo Rio Capucapu, a jusante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-19, de coordenadas geográficas aproximadas 1°23'30,3"S e 58°56'50,6"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-20, de coordenadas geográficas aproximadas 1°13'18,4"S e 58°50'59,7"WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-21, de coordenadas geográficas aproximadas 1°12'43,6"S 58°51'47,3"WGr, localizado em um igarapé sem denominação; deste, segue, pelo referido igarapé, a jusante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-22, de coordenadas geográficas aproximadas 1°09'44,1"S e 58°47'39,1"WGr, localizado na confluência do referido igarapé sem denominação com o igarapé Jamari; deste, segue pelo igarapé Jamari, a montante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-23, de coordenadas geográficas aproximadas 1°8'40,2"S e 58°51'4,4"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-24, de coordenadas geográficas aproximadas 1°03'07,4"S e 58°57'44,9"WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé; deste, segue por linha ideal, acompanhando aproximadamente o divisor de águas, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), passando pelos Pontos: PT-25, de coordenadas geográficas aproximadas 1°01'02,0"S e 58°59'56,4"WGr; PT-26, de coordenadas geográficas aproximadas 1°01'33,4"S e 59°01'12,1"WGr; PT-27, de coordenadas geográficas aproximadas 1°00'45,6"S e 59°02'36,7"WGr; PT-28, de coordenadas geográficas aproximadas 0°58'051,4"S e 59°04'08,9"WGr; PT-29, de coordenadas geográficas aproximadas 0°58'00,2"S e 59°05'56,8"WGr; PT-30, de coordenadas geográficas aproximadas 0°58'17,9"S e 59°07'32,8"WGr; PT-31, de coordenadas geográficas aproximadas 0°56'52,7"S e 59°08'34,0"WGr, até o PT-32, de coordenadas geográficas aproximadas 0°54'57,7"S e

59°09'00,2"WGr; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-33, de coordenadas geográficas aproximadas 0°52'14,9"S e 59°11'38,7"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Ouro Preto; deste, segue pelo igarapé sem denominação, a montante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-34, de coordenadas geográficas aproximadas 0°47'57,9"S e 59°15'16,5"WGr, localizado na sua cabeceira; deste, segue por linha ideal, acompanhando aproximadamente o divisor de águas, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), passando pelos Pontos: PT-35, de coordenadas geográficas aproximadas 0°48'54,0"S e 59°16'38,7"WGr; PT-36, de coordenadas geográficas aproximadas 0°46'58,8"S e 59°17'17,5"WGr; PT-37, de coordenadas geográficas aproximadas 0°46'59,6"S e 59°18'33,4"WGr; PT-38, de coordenadas geográficas aproximadas 0°46'15,7"S e 59°20'01,0"WGr; PT-39, de coordenadas geográficas aproximadas 0°46'47,0"S e 59°21'57,1"WGr; PT-40, de coordenadas geográficas aproximadas 0°45'9,08"S e 59°25'21,2"WGr; PT-41, de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'05,2"S e 59°24'31,1"WGr, até o Ponto PT-42, de coordenadas geográficas aproximadas 0°42'51,6"S e 59°24'53,7"WGr, localizado em um igarapé sem denominação, formador do rio Pitinga; deste, segue pelo referido igarapé, a jusante, confrontando com a Reserva Biológica Uatumã (Decreto de 19/09/2002), até o Ponto PT-43, de coordenadas geográficas aproximadas 0°45'32,4"S e 59°28'18,0"WGr; localizado na confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue por esse igarapé, a montante, até o Ponto PT-44, de coordenadas geográficas aproximadas 0°39'31,4"S e 59°30'36,4"WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-45, de coordenadas geográficas aproximadas 0°38'45,8"S e 59°31'10,6"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do Rio Pitinga; deste, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o Ponto PT-01, inicial da descrição deste perímetro.

1-Base cartográfica de referência para representação do perímetro deste memorial descritivo: MI 0413-4/SA-21-V-C-V-4; MI 0413-2/SA-21-V-C-V-2; MI 0414-3/SA-21-V-C-VI-3; MI 0414-1/SA-21-V-C-VI-1; MI 0414-2/SA-21-V-C-VI-2; MI 0363-3/SA-21-V-C-III-3; MI 0363-2/SA-21-V-C-III-2; MI 0363-4/SA-21-V-C-III-4; MI 0415-1/SA-21-V-D-IV-1; MI 0364-3/SA-21-V-D-I-3; MI 0314-2/SA-21-V-A-V-2; MI 0314-4/SA-21-V-A-V-4; MI 0314-1/SA-21-V-A-V-1; MI 0314-3/SA-21-V-A-V-3; MI 0315-3/SA-21-V-A-VI-3; MI 0362-2/SA-21-V-C-II-2; MI 0363-1/SA-21-V-C-III-1; MI 0364-4/SA-21-V-D-I-4; MI 0415-2/SA-21-V-D-IV-2; MI 0414-4/SA-21-V-C-VI-4 – Escala 1:50.000 - (Banco de Dados geográficos do Exército). Mapeamento Vetorial da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: Hidrografia – AM1304302, AM1303957, AM1303007-Rios Simples.

2-As coordenadas geográficas do limite em confrontação com a Reserva Biológica Uatumã estão ajustadas com a base cartográfica em referência.

3-As coordenadas geográficas do limite em confrontação com as Terras Indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera, estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.

4-As coordenadas geográficas da descrição do perímetro estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Odorico Rodrigues. **Reconhecimentos geológicos do Valle do Amazonas (campanhas de 1918 e 1919)**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1922.

ALCANTARA E SILVA, Victor. **Vestígios do rio Turuni: Perseguindo fragmentos de uma história txikyana**. 209f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. USP, 2016.

ALCANTARA E SILVA, Victor. “**Aqueles que não vemos mais’**: memórias de contato e isolamento entre os Karíb no Norte do Pará”. In Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira. Organização Fany Ricardo e Major Gongora. 1ª edição. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019.

ALCANTARA E SILVA, Victor. **Através do espelho: territorialidade e socialidade humana e não-humana entre os Kahyana do rio Trombetas**. Anais da VI Reunião Equatorial de Antropologia. UFBA, Salvador. 2020.

ALMEIDA, Maria da Penha. **Relatório de demarcação da TI Nhamundá/Mapuera**. FUNAI/Brasília. 1981

AMÂNCIO DA COSTA, Sebastião. **Relatório da Comunicação de Serviço 041/1 -82**. FUNAI, 1982.

AMAZONAS. **Reserva de desenvolvimento Sustentável Uatumã**. Itapiranga, São Sebastião do Uatumã – Amazonas. 2009.

ANM. **Economia Mineral do Brasil**. Brasília. 2009.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. UFPA. 1969 [1838].

BRASIL. **Decreto Nº 1.854**, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1962. Disponível em <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/78079-autoriza-a-companhia-siderurgica-da-amazonia-siderama-a-lavrar-minurio-de-ferro-no-municupio-de-urucaru-estado-do-amazonas.html>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Série corredores ecológicos: 12 anos de trabalho pela conservação da biodiversidade nacional** / Ministério do Meio Ambiente. Brasília/DF. 2015.

CARNEIRO FILHO, A. e O. B. SOUZA. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. ISA / São Paulo/SP. 2009.

IBGE. **Cidades**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/urucara/pesquisa/21/28134>. 2018. (Acesso em Set/2020)

CEDI. “**Tiriyó**”, “**Kaxuyana**” e “**Índios do Nhamundá/Mapuera**”. In Povos Indígenas no Brasil, vol. 3: Amapá/Pará. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1983.

CONSELHO ULTRAMARINO. **Ofício para o reconhecimento dos rios Branco, Urubú, Uatumã e Trombetas**. Arquivo Histórico Ultramarino, 1787.

- CORRÊA, Raimundo Nonato Nunes. **Relatório do Posto Indígena Nhamundá**. 1978.
- CPRM. **Projeto Sulfetos de Uatumã**. Manaus. 1977.
- CTI. **Levantamento preliminar das aldeias antigas da região da cabeceira do rio Nhamundá e médio rio Jatapu**. Relatório de projeto. Santarém, 2017.
- CTI. **Proteção e Isolamento em Perspectiva**. Centro de Trabalho Indigenista. Brasília. 2020.
- ELETRONORTE/IBAMA. **Plano de Manejo Reserva Biológica Uatumã**. IBAMA/Brasília. 1997.
- FAUSTO, Carlos. **Donos Demais: Maestria e Domínio na Amazônia**. October 2008; Mana 14(2).
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Iconografia. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 1. 1971.
- FRIKEL, Protásio. "**Classificações lingüístico-etnológica das tribos indígenas do Pará setentrional e zonas adjacentes**". In *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 6. 1958.
- FRIKEL, Protásio. **Dez anos de aculturação Tiriyo: 1960-70: mudanças e problemas**. Publicações Avulsas. N. 16. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1971.
- FUNAI. **Plano de Saúde – Primeira Delegacia Regional**. 1970.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **Redes de relações nas Guianas**. Fapesp. São Paulo. 2004.
- GUPPY, Nicholas. **Wai-Wai: through the forests north of the Amazon**. John Murray Publishers. London. 1957.
- GUTIERREZ, Andrade. **Perfil de Projeto de Múltiplas Atividades na Amazônia**. Belo Horizonte, 1976.
- IMAZON, 2012. **Unidades de Conservação Estaduais do Pará na Região da Calha Norte do Rio Amazonas**. IMAZON, Belém/Pará.
- IWGIA. **Genocídios Silenciados**. In Informe 27. IWGIA e GAPK. São Paulo. 2019.
- JOBIM, Anísio. **O Amazonas, sua história (compêndio antropogeográfico e político)**. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1957.
- KLOSS, Gertrud Rita. **OFICIO NP- 08/76—EQUIPE 1 PROJ, FUNAI/RADAM**. 1976.
- LAND, Ney. **Memo S/N – 72/IGEP**. FUNAI 1972.

LIMA, Francisco Bezerra de. **Relatório referente a uma viagem ao rio Jatapu onde está se instalando o grupo empresarial CBE-CAIMA para averiguar quais foram os índios que apareceram naquela região.** 1988.

LUCAS, Maria Luisa. **Antes a gente tinha vindo do jabuti: notas etnográficas sobre algumas transformações entre os Hixkaryana no rio Nhamundá/AM.** Dissertação de mestrado. PPGAS Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2014.

MAIA, Antônio Vieira Correa da. **Viagem que fez o diretor da villa de Serpa, Antônio Vieira Correa da Maia, de exploração do rio Uatumã e seus afluentes, reconhecendo todas as suas comunicações.** 1787.

MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas.** Lisboa. 1895.

MEGGERS, Betty. **Amazônia: A Ilusão de um Paraíso.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1976.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do sertão da Província.** Pará. 1982 [1768].

OECO. **O que são Corredores Ecológicos. Dicionário Ambiental. ((o)) eco,** Rio de Janeiro, (Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-saocorredores-ecologicos/>>. 2014. (Acesso em Setembro/2020).

OLIVEIRA, Joana. **Ensaio sobre práticas cosmopolíticas entre famílias Wajãpi: Sobre a imaginação, o sensível, o xamanismo e outras obviedades.** Mana. 21. 297-322. 10.1590/0104-93132015v21n2p297. 2015.

OLIVEIRA, Leonor Valentino. **O cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980.** Dissertação, Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, p.129. 2010.

PEREIRA, V.H.C; CESTARO, L.A. **Corredores Ecológicos no Brasil: Avaliação sobre os principais critérios utilizados para definição de áreas potenciais.** Caminhos da Geografia. V. 17 n° 58. Uberlândia/MG. 2016.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Trombetas-Mapuera.** FUNAI/Brasília-DF. 2004.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Kaxuyana-Tunayana.** FUNAI/Brasília-DF. 2012.

RADAMBRASIL. **RADAMBRASIL Folha SA.21 - Santarém: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra.** IBGE/Rio de Janeiro. 1976.

RIVIÈRE, Peter. **Indivíduo e sociedade na Guiana. Um estudo comparativo da organização social ameríndia.** São Paulo: EDUSP. 2001

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração dos rios Urubú e Jatapú**. Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1875.

SAEZ, Oscar Calávia. “**Nawa, Inawa**”. Ilha. Florianópolis, v. 4, n.1, p37-57. 2002.

SFB. **Cadastro Nacional de Florestas públicas**. [S. l.: s. n.]. WEbSig – dados vetoriais de florestas públicas. Disponível em:

<http://www.florestal.gov.br/component/content/article/62-informacoes-florestais/80-como-efeito-o-cadastro-das-florestas-publicas>. 2019. (Acesso em: jul. 2020).

SIDERAMA. **Companhia Siderúrgica da Amazônia**. Manaus, 1978.

SPI. **Relatório de viagem ao rio Paracuny**. 1940.

SPI. **Ofício nº3, Posto Jatapu**. 1943.

SPI. **Relatório de viagem às malocas dos índios, rio Nhamundá**. 1959.

SPI. **Boletins Internos do SPI (1941-1966)**. 1966.

ANEXOS

Anexo I – Carta de nuência dos limites da TI Ararà

Carta de anuência Terra Indígena Arará

Nós, Povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, da Terra Indígena Arará (Aldeias Santa Maria e Nova Bacaba/Baixo Rio Jatapu) representados pelos caciques, reunidos nas aldeias Santa Maria e Nova Bacaba, nos dias 29 e 30 de março de 2025, conjuntamente com o Grupo Técnico constituído por meio da Portaria n.º 976/Pres-Funai, de 23 de abril de 2024, discutimos e concordamos com a proposta de limites da Terra Indígena Arará. Confirmamos neste documento o interesse em identificar e delimitar nossa Terra Indígena, localizada nos municípios de Uruará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá, no Estado do Amazonas, de ocupação tradicional, de acordo com o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, com os seguintes limites:

Norte: TI Trombetas-Mapuera/ Leste: TI Trombetas Mapuera e TI Nhamundá Mapuera / Oeste: ReBio Uatumã/ Sul: confrontando com o limite leste da Reserva Biológica (Rebio) Uatumã com coordenadas aproximadas de 1°50'12.74"S e 59° 8'54.01"O; seguindo em linha seca até as coordenadas 1°49'5.47"S e 58°50'54.61"O, depois segue pelo igarapé Cucuia desembocando no rio Jatapu (nas coordenadas 1°45'24.71"S e 58°35'22.95"O) e daí segue a margem esquerda do rio Jatapu até a coordenada aproximada 1°45'6.57"S e 58°34'36.86"O. Daí segue a leste, aproveitando o divisor de águas, até a coordenada aproximada 1°46'52.87"S e 58°26'59.21"O.

Haroldo Warakatu Tronu - Cacique - Nova Bacaba
Haurício Tamka matawom - Vice Cacique - Nova Bacaba
Clemite tamatoce - Cacica - Nova Bacaba
Diva Taewoma - Cacica - Nova Bacaba
- Ronaldo Mentuma Kayaxera - cacique - Santa Maria
Jilio Warakatu - cacique do carona - Santa Maria
João Waraka - 5º cacique - Santa Maria
Francisco Afoxwa - Vice-cacique - Santa Maria
- Tomé Tewaxe - cacique - Santa Maria

Aldeia Santa Maria 29.03.25

- 1 - Daniel Apaxwa Kutxewe
- 2 - Francisco Apaxwa
- 3 - João Wapak
- 4 - TOMETEWTXE
- 5 - Rivaldo Nestor Kayaxwa
- 6 - Nilda Taina
- 7 - Maria Esu
- 8 - João Kanatawa
- 9 - Adilemo Ahyakowo
- 10 - Eduarda Wahxo
- 11 - Lucimara Ahyakow
- 12 - Alexandramakutu
- 13 - Conceição Kantase
- 14 - Jilio warakatu
- 15 - Elasiomys Rios de Oliveira
- 16 - Jorgete dos Santos da Silva
- 17 -
- 18 -
- 19 -
- 20 -

Alcira Nova Bacala

30-03-25

1. Benicio Waryeta
2. Haroldo warakatu Txunu
3. Artemas wahko
4. Mauricio tomka mataram
5. Ailton Kwaryho
6. Martine Mataram
7. Eueli Aso Aukonio
8. Bartolomeu Aso Aukonyo
9. Edson yotna
10. Elton Aukonyo Aso hatya
11. Emilson Kwaryhe
12. Gláucia Tomuhune
13. Gabris Aso Aukonio
14. Rejane Aso
15. IONHA WAHTO
16. Naura Lantsene
17. Diva Tawomia Tamsa
18. Anderson Kwaryhe
19. Vitoria nyanya
20. Gabriel de Pexu
21. Leticia ayuryema
22. Abel Hafa
23. Clemente Tommetta
24. Amoral Wakwuntxa
25. Manoel Lucas Stakanyana
26. Utemcia Peze
27. Raimundo Nawa
28. Alciane matyane
29. N. ECIANE
30. Anete Matsetra

31- Thaisano yoha

32- Admia Fontelle

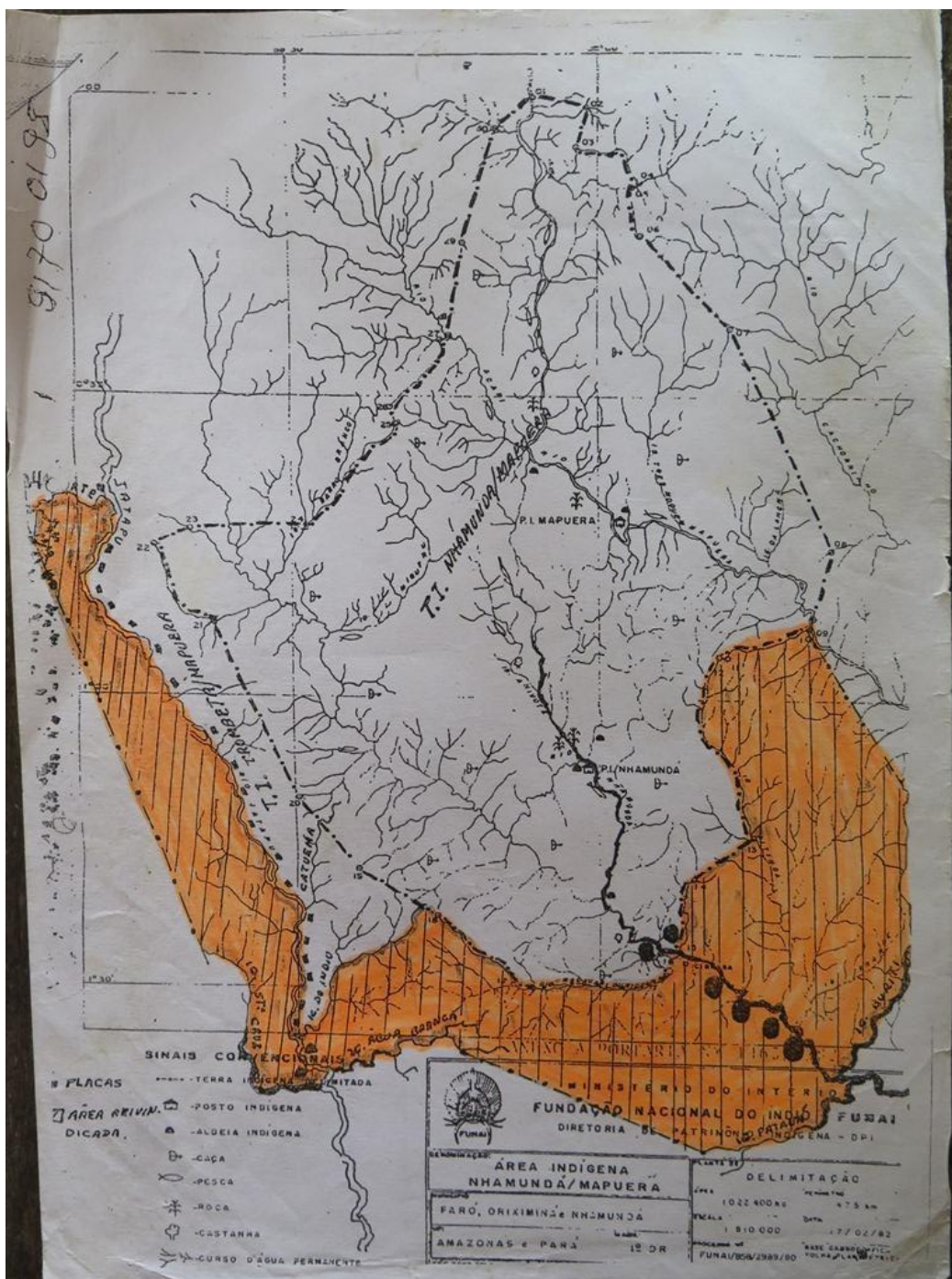
33- Eucimicle Wosmooye

34- Madson mataram

4 CONSTANCIÁ MARIKURA HEXKARIANA

Anexo II - Mapa dos anos 2000

Elaborado pela Administração da FUNAI em Parintins com uma proposta de delimitação de parte da TI Ararã englobando aldeias do rio Nhamundá incluídas posteriormente na delimitação da TI Katxuyana-Tunayana, que por sua vez excluiu o território dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Jatapu.



Anexo III – Cadernos de fotos



Foto 1. Aldeia Kumunyarà (Victor Alcantara e Silva)



Foto 2. Aldeia Kahxe (Victor Alcantara e Silva)



Foto 3. Núcleo familiar de Raimundo Arwá e Arlete na aldeia Kumunyarà (Lilian Parra)



Foto 4. Ponto de apoio para proteção de isolados Kukurunkomo (Luciano Pohl)



Foto 5. Corredeiras de Kamara Kahxe (Cachoeira da Onça/Santa Maria). (Victor Alcantara e Silva)



Foto 6. Três gerações Okoymoyana: Manoel Yeriyeri, Ronaldo Mentxyuman, Erasto Erefoma, Daniel Afoxwa. (Victor Alcantara e Silva)



Foto 7. Oficina na aldeia Kahxe (Lilian Parra)



Foto 8. Produção de etnomapa na aldeia Kahxe (Lilian Parra)



Foto 9. Oficina na aldeia Kumunyarà (Lilian Parra)



Foto 10. Mapeamento na aldeia Kumunyarà (Lilian Parra)



Foto 11. Casa grande (mayá) da aldeia Kumunyarà (Victor Alcantara e Silva)



Foto 12. Viagem ao limite norte da TI Ararà (Luciano Pohl)



Foto 13. Mapeamento dos igarapés e outras toponímias (Lilian Parra)



Foto 14. Igarapé da Sorte, limite norte da TI Arará (Victor Alcantara e Silva)



Foto 15. Pescaria no igapó (Luciano Pohl)



Foto 16. Pesca de caniço no rio Jatapu (Luciano Pohl)



Foto 17. Pacu capturado com caniço nas corredeiras do rio Jatapu (Victor Alcantara e Silva)



Foto 18. Acampamento armado na mata em expedição ao limite norte da TI Ararà (Victor Alcantara e Silva)



Foto 19. Tucunarés capturados no porto de Kukurunkomo (Lilian Parra)



Foto 20. Almoço durante a expedição (Lilian Parra)



Foto 21. Rio Jatapu nas proximidades de Kukurunkomo (Victor Alcantara e Silva)



Foto 22. Cozinha na aldeia Kumunyàrà (Luciano Pohl)



Foto 23. Cozinha familiar na aldeia Kumuyràrà (Victor Alcantara e Silva)



Foto 24. Jamaxins para cargar mandioca (Lilian Parra)



Foto 25. Tipiti e peneiras para processar mandioca (Lilian Parra)



Foto 26. Roça de mandioca (Lilian Parra)



Foto 27. Roça próxima à aldeia Kumunyàrà



Foto 28. Mandioca sendo guardada (Lilian Parra)



Fotos 29 e 30. Colheita de mandioca (Lilian Parra)



Foto 31. Torra de farinha na aldeia Kumunyàrà (Lilian Parra)



Foto 32. Roça nas beiras do igapó, próximo à aldeia Kahxe (Victor Alcantara e Silva)



Foto 33. Igapó no igarapé oriente. (Victor Alcantara e Silva)



Foto 34. Warakatu e Esese (Victor Alcantara e Silva)



Foto 35. Manoel Yeriyei e suas canas de flechas. (Victor Alcantara e Silva)



Foto 36. Reunião geral na aldeia Kahxe (Lilian Parra)



Foto 37. Apresentação do mapeamento pela comunidade de Kumunyàrà. (Victor Alcantara e Silva)



Foto 38. Assinatura da carta de aprovação dos estudos pelas lideranças. (Victor Alcantara e Silva)